PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

PRESIDENTES DA CORTE NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA 1808-2017

2ª Edição
Revista, atualizada e ampliada

Brasília-DF
2017

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

PRESIDENTES DA CORTE NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA 1808-2017

2ª Edição
Revista, atualizada e ampliada

Brasília-DF
2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Superior Tribunal Militar
Museu da Justiça Militar da União

2ª Edição revista, atualizada e ampliada

Coordenação-geral e pesquisa histórica
Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto

Pesquisa biográfica
Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto
Jonniery dos Santos Moreira
Letícia Amarante Cardoso
Casandra Mara Lopes de Azeredo
Cleide Nascimento Alves
Diva Ferreira de Oliveira
Eliane Alkimim Martins
Erlanderson Barbosa Oliveira

Fotografias
Acervo fotográfico do STM

Normalização
Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto
Jonniery dos Santos Moreira

Ficha Catalográfica
Jonniery dos Santos Moreira
Wilza Rosa da Silva Lima

Supervisão Editorial
Reginaldo Alves Araújo
Eduardo Monteiro Pereira

Capa
Whintney Kelvin Colen Franco de Souza

Diagramação
Whintney Kelvin Colen Franco de Souza
Paulo Henrique Tito
Ronald Neves Ribeiro

Revisão
Elson André Hermes
Manuela Castro de Melo

1ª Edição

Coordenação-geral e pesquisa histórica
Geni Casemiro Lourenço

Pesquisa biográfica
Maria Edite Mendes
Celso Renato da Motta
Ereny Maria de Azevedo
Diva Ferreira de Oliveira
Atsuko Izawa Aida
Lélia Duarte de Lacerda

Projeto editorial, capa e ilustração
Paulo Aclidésio Luna Souza

Fotografia
Cesar Duarte (Marechal Deodoro)
Luís Carlos Fortes de Andrade (ambientes)
Diversos (Acervo fotográfico da Didoc)

Implantação de dados no computador
Diva Ferreira de Oliveira
Norma de Oliveira Pais

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar.
Presidentes da Corte no Império e na República : 1808-2017 / Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto, coordenadora. – 2. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília : Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2017.
293 p. : il.

1. Superior Tribunal Militar – presidente. 2. Superior Tribunal Militar – história. I. Porto, Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira. II. Título.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Elaboração, distribuição e informações
Superior Tribunal Militar (STM)
Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (Didoc)
Setor de Autarquias Sul – Praça dos Tribunais Superiores
Edifício-Sede – 10º Andar
CEP: 70098-900
Telefones: (61) 3313-9183/3313-9223/3313-9311
E-mail: didoc@stm.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

PRESIDENTE
Ministro Ten Brig Ar William de Oliveira Barros

VICE-PRESIDENTE
Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira

MINISTROS
Dr. José Coêlho Ferreira
Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Alte Esq Alvaro Luiz Pinto
Ten Brig Ar Cleonilson Nicácio Silva
Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos
Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos
Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes
Dr. José Barroso Filho
Gen Ex Odilson Sampaio Benzi
Alte Esq Carlos Augusto de Sousa
Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo
Gen Ex Marco Antônio de Farias
Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO STM
José Carlos Santos

DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
Maria Juvani Lima Borges

COORDENADORA DE INFORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL
Luciana Lopes Humig

Apresentação

A primeira edição do livro Presidentes da Corte no Império e na República: 1808-1994 resultou de projeto que tinha por objetivo preencher uma lacuna existente na história da Instituição e de seus dirigentes, desde o período colonial, quando foi criada.

Aquela primeira edição coincidiu com a comemoração do 60º aniversário da Justiça Militar como órgão integrante do Poder Judiciário, o que se deu a partir da promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934.

A segunda edição, por sua vez, tem como objetivo rever, atualizar e ampliar o conteúdo da obra, adicionando as biografias de Ministros-Presidentes até a conclusão do biênio do Tenente-Brigadeiro do Ar William de Oliveira Barros.

INTRODUÇÃO 11

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA – A JUSTIÇA MILITAR NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL 15

1.1 Conselho Supremo Militar e de Justiça 15

1.2 Supremo Tribunal Militar 17

1.3 Superior Tribunal Militar 19

2 A ESCOLHA DOS PRESIDENTES 21

3 PRESIDENTES DO PERÍODO MONÁRQUICO 23

Dom João VI 26

Dom Pedro I 30

Dom Pedro II 34

4 PRESIDENTES DO PRIMEIRO PERÍODO REPUBLICANO 1889-1893 39

Deodoro da Fonseca 41

Floriano Vieira Peixoto 45

5 MINISTROS-PRESIDENTES DO SEGUNDO PERÍODO REPUBLICANO PÓS-1893 **49**

Delfim Carlos de Carvalho **55**

Francisco Pereira Pinto **57**

Francisco de Paula Argollo **59**

---

6 MINISTROS-PRESIDENTES DO PERÍODO PÓS-CÓDIGO DE 1920 **61**

José Caetano de Faria **67**

Luiz Antonio de Medeiros **71**

Feliciano Mendes de Moraes **73**

Pedro Max Fernando de Frontin **75**

Francisco Ramos de Andrade Neves **77**

Álvaro Guilherme Mariante **81**

Raul Tavares **85**

Francisco José da Silva Júnior **87**

João Francisco de Azevedo Milanez **89**

Mário Ary Pires **93**

Francisco Gil Castelo Branco **99**

Octávio Figueiredo de Medeiros **105**

Tristão de Alencar Araripe **109**

Álvaro Hecksher **113**

Washington Vaz de Mello **115**

7 MINISTROS-PRESIDENTES – BIÊNIO E RODÍZIO ENTRE AS ARMAS **119**

Diogo Borges Fortes **121**

Olympio Mourão Filho **125**

Armando Perdigão **133**

Waldemar de Figueiredo Costa **137**

Adalberto Pereira dos Santos **147**

Jurandyr de Bizarria Mamede **151**

Carlos Alberto Huet de O. Sampaio **153**

Sylvio Monteiro Moutinho **157**

Hélio Ramos de Azevedo Leite **159**

Reynaldo Mello de Almeida **163**

Faber Cintra **169**

Octávio José Sampaio Fernandes **173**

Júlio de Sá Bierrenbach **175**

Heitor Luiz Gomes de Almeida **179**

Antonio Geraldo Peixoto **183**

Raphael de Azevedo Branco **187**

Haroldo Erichsen da Fonseca **191**

Cherubim Rosa Filho **193**

Luiz Leal Ferreira **197**

Antônio Carlos de Seixas Telles **201**

8 MINISTROS-PRESIDENTES – BIÊNIO E RODÍZIO ENTRE AS ARMAS E OS MINISTROS TOGADOS 203

Antonio Joaquim Soares Moreira **205**

Edson Alves Mey **207**

Carlos de Almeida Baptista **211**

Sérgio Xavier Ferolla **213**

Aldo da Silva Fagundes **217**

Olympio Pereira da Silva Junior **221**

Carlos Eduardo Cezar de Andrade **227**

José Julio Pedrosa **229**

Expedito Hermes Rego Miranda **233**

Max Hoertel **237**

Henrique Marini e Souza **241**

Flávio de Oliveira Lencastre **245**

Carlos Alberto Marques Soares **251**

Alvaro Luiz Pinto **259**

Raymundo Nonato de Cerqueira Filho **265**

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha **275**

William de Oliveira Barros **277**

9 RELAÇÃO DOS MINISTROS-PRESIDENTES POR ORIGEM 283

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 287

ANEXO A 290

ANEXO B 291

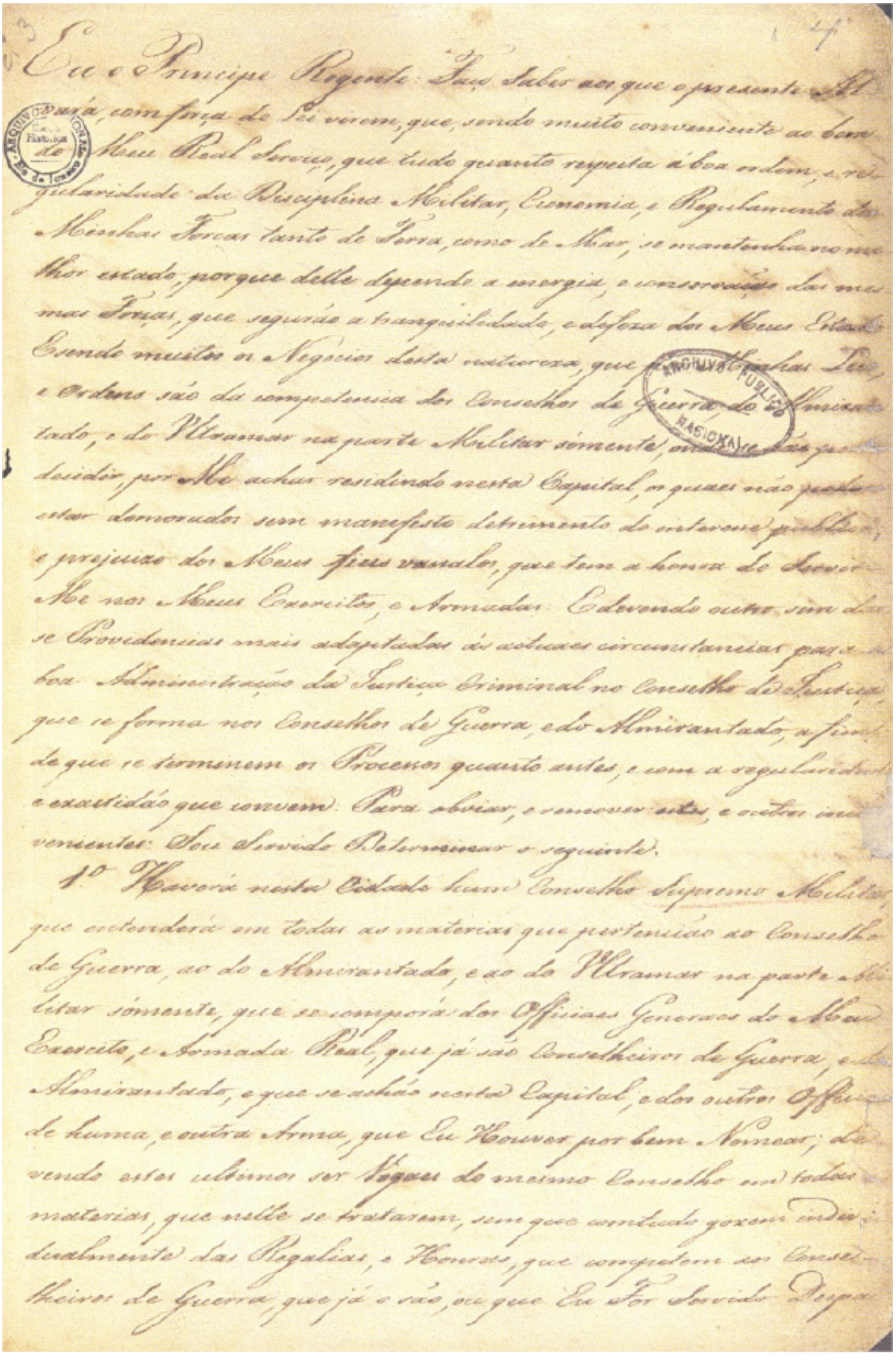
Introdução

O livro Presidentes da Corte no Império e na República: 1808-1994 foi parte de projeto que pretendia contemplar a biografia de todos os Ministros do Superior Tribunal Militar desde sua criação.

Por ocasião da elaboração da segunda edição, as biografias dos Ministros-Presidentes até o ano de 1994 já haviam sido contempladas. Assim, foram inseridas as de Presidentes da Corte de 1995 até o ano de 2017, algumas na forma solicitada pelos próprios Ministros.

Um breve histórico do STM continua a anteceder o estudo biográfico, e informações referentes à escolha dos Presidentes foram inseridas. Além disso, foi realizada uma revisão de toda a iconografia da 1ª edição, bem como o acréscimo de imagens que ilustram momentos históricos do Brasil.

Chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, 7 de março de 1808
Fonte: Acervo do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais



Alvará Régio de 1º de abril de 1808, que cria o Conselho Supremo Militar e de Justiça
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional

1 Evolução Histórica – A Justiça Militar nas Constituições do Brasil

Quartel-General, no Campo de Santana, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

1.1 Conselho Supremo Militar e de Justiça

Pelo Alvará com força de lei, de 1º de abril de 1808, do Príncipe Regente de Portugal, D. João, e referendado por Dom Fernando José de Portugal, Ministro-Assistente do Gabinete do Príncipe Regente de Portugal e Presidente do Erário Real, foi criado o Conselho Supremo Militar e de Justiça, logo após a sua chegada ao Rio de Janeiro. Foi o primeiro órgão com jurisdição em todo o território nacional e o primeiro Tribunal Superior de Justiça do país e tinha por função julgar, em última instância, os crimes de natureza militar. Julgava, também, diferentes questões administrativas como o reconhecimento de serviço de guerra, a outorga de condecorações, o aumento de soldo dos soldados e oficiais e a concessão de cartas-patentes.

Compunha-se de quinze membros, sendo doze Conselheiros de Guerra e do Almirantado e Vogais (Conselho Supremo Militar), mais um Ministro-Relator e dois Ministros Adjuntos, esses civis, funcionando como Conselho Supremo de Justiça.

Conforme indicava o Alvará, o Conselho Supremo Militar reunia-se em sessão todas as segundas-feiras e sábados à tarde, exceto nos feriados. O Conselho Supremo de Justiça Militar reunia-se, extraordinariamente, às quintas-feiras, quando para esse fim fosse avisado e requerido pelo Juiz Relator do referido Conselho, para julgar, em última instância, da validade das presas feitas por embarcações de guerra da Armada Real ou por armadores portugueses. (BRASIL, 1808).

A Constituição Política Brasileira de 25 de março de 1824 teve vigência até a proclamação da República, ou seja, por sessenta e cinco anos, e não cogitou da Justiça Militar. Nos arts. 145 a 150, estabeleceu normas básicas sobre a obrigação de todos os brasileiros pegarem em armas para sustentar a independência e integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos; e sobre a índole e finalidade das forças militares, cuja organização deixou a cargo de uma ordenança especial, garantindo, entretanto, desde logo, as patentes dos seus oficiais, que delas não podiam ser privados senão por sentença proferida em juízo competente. (BRASIL, 1824).

A regulamentação da Justiça Militar ficou, no regime dessa Constituição, entregue a uma legislação esparsa em alvarás, provisões, leis, cartas régias, ordenanças e avisos ministeriais, atos esses emanados dos poderes legislativo e executivo.

Nesse período, os crimes militares estavam definidos na Provisão de 20 de outubro de 1834. (GODINHO, 1982, p. 9 apud LOUREIRO NETO, 2010).

Durante os primeiro e segundo Impérios, o Conselho Supremo Militar e de Justiça não sofreu modificações consideráveis.

Segundo Reichardt (1947, p. 11), o espírito enérgico e reformador do Marquês de Pombal, querendo promover uma remodelação no apenas nominal exército português, convidou para essa tarefa o Conde de Lippe – Shaumburg, senhor desse minúsculo estado soberano da Alemanha.

É do Conde de Lippe o Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infanteria dos Exércitos de S. Magestade Fidelíssima, datado de 1763 e composto de 27 capítulos que reuniam toda a legislação militar em suas partes disciplinar, penal, processual e judiciária, sendo o capítulo XXVI intitulado Dos Artigos de Guerra, o que se referia propriamente à parte penal e processual. (REICHARDT, 1947, p. 12).

Os Artigos de Guerra, caracterizados pela severidade extrema, quando raros eram os crimes militares cuja pena máxima não era a morte, consistiam na legislação militar que vigorava à época.

De acordo com Esmeraldino Bandeira (1925 apud REICHARDT, 1947, p. 12), "apesar das inúmeras mutilações, acréscimos e adaptações, a legislação do Conde de Lippe sobreviveu em grande parte na letra, senão no espírito, até o Código Penal para Armada, só desaparecendo com o Regulamento Processual de 1890".

1.2 Supremo Tribunal Militar

Sede do Supremo Tribunal Militar, Rua Marechal Floriano, nº 152, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: (RIBEIRO, 2008, p. 35)

Com a queda da Monarquia e o advento da República, a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, em seu art. 77, estabeleceu: "Os militares de terra e mar terão foro especial nos delitos militares", acrescentando que esse foro seria composto de "um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, e dos conselhos necessários para a formação de culpa e julgamento dos crimes" e que sua organização e atribuições seriam reguladas por lei. (BRASIL, 1891).

Na visão de Lins e Silva (1985, p. 153), "Sem dúvida, aí se instituiu, constitucionalmente, a Justiça Militar, mas os seus poderes eram bastante limitados, cabendo-lhe julgar os crimes militares e não os crimes dos militares", "[...] porque no militar há o homem, o cidadão, e os fatos delituosos praticados nesta qualidade caem sob a alçada da jurisdição comum a todos os membros da comunhão civil; o foro militar é só para o crime que ele praticar como soldado".

O Decreto nº 149, de 18 de setembro de 1893, estabeleceu a sede do STM na capital federal, fixou a sua composição em 15 membros vitalícios, com o título de Ministro, sendo quatro da Armada, oito do Exército e três togados, escolhidos dentre Auditores do Exército e da Armada e juízes da justiça Comum. Em seu art. 10, declara que presidirá o Supremo Tribunal Militar o general mais graduado que estiver presente às sessões. (BRASIL, 1893).

O Código de Organização Judiciária e Processo Militar, Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920, reduziu a composição para nove Ministros, sendo dois da Armada, três do Exército e quatro togados; no art. 26, instituiu a eleição para Presidente e Vice-Presidente. (BRASIL, 1920).

O Código de Justiça Militar, Decreto nº 17.231-A, de 26 de fevereiro de 1926, alterou a composição para dez Ministros, com o acréscimo de um togado. (BRASIL, 1926).

A Constituição de 16 de julho de 1934, em seus arts. 84 a 87, incluiu a Justiça Militar entre os órgãos do Poder Judiciário, cabendo-lhe o julgamento dos militares e das pessoas que lhes são assemelhadas nos delitos militares. Este foro podia ser "estendido aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares" (BRASIL, 1934a). O Decreto nº 24.803, de 14 de julho de 1934, que modifica artigos do Código de Justiça Militar, definiu a composição em onze Ministros, sendo três da Armada, quatro do Exército e quatro civis. (BRASIL, 1934b).

Um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937 institucionalizou o chamado Estado Novo e editou nova Carta, mantendo a composição do STM de maneira semelhante à da Constituição de 1934. (BRASIL, 1937).

Com a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941 (BRASIL, 1941), a composição do quadro dos Ministros foi alterada para incluir os oficiais-generais da recém-criada Força.

Assim, o Decreto nº 4.235, de 6 de abril de 1942, estipulou a nova composição em três oficiais-generais do Exército, dois oficiais-generais da Marinha, dois oficiais-generais da Aeronáutica e quatro civis togados. (BRASIL, 1942).

1.3 Superior Tribunal Militar

Superior Tribunal Militar, Sede Praça da República, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

Com o desmoronamento do Estado Novo, convocou-se uma Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou e promulgou a Constituição de 18 de setembro de 1946, na qual a Justiça Militar, como órgão do Poder Judiciário, continuou a ter a mesma competência atribuída nas Constituições de 1934 e 1937, ou seja, processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes fossem assemelhadas, acrescentando no art. 108, § 1º, que "Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares" (BRASIL, 1946). O artigo teve nova redação dada pelo Ato Institucional nº 2: "Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares" (BRASIL, 1965).

A referida Carta apresentou duas inovações: mudou o nome para Superior Tribunal Militar e definiu que os juízes militares e togados teriam vencimentos iguais aos dos juízes do Tribunal Federal de Recursos; a lei regularia o número e a forma de escolha daqueles juízes, bem como a condição de acesso dos Auditores.

Com o advento do movimento militar de 1964, ficou instituída a doutrina de segurança nacional, que basicamente equiparava a segurança externa à interna. (TAVARES, 1985, p. 152).

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ampliou o poder jurisdicional da Justiça Militar, estendendo o foro castrense aos civis, nos casos determinados em lei, para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares. Atribuiu a competência originária do STM para processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários naqueles mesmos crimes. Restabeleceu, ainda, o número de Ministros da época do Império, ou seja, quinze, com a seguinte composição: quatro oficiais-generais do Exército, três oficiais-generais da Marinha, três oficiais-generais da Aeronáutica e cinco civis, sendo três vagas para cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, e livre escolha do Presidente da República, e duas por Auditores e Procurador-Geral da Justiça Militar. (BRASIL, 1965).

O Congresso Nacional convocado, extraordinariamente, pelo Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, para a discussão, votação e promulgação de projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República (BRASIL, 1966), na qualidade de detentor dos poderes que lhe foram conferidos pela Revolução de 31 de março de 1964, instituiu, a 24 de janeiro de 1967, nova Carta Constitucional.

A Constituição de 1967 incorporou o texto do AI-2, no que se referia à Justiça Militar, transferindo para o preceito constitucional a composição do STM, estabelecendo que a nomeação de qualquer Ministro do Tribunal deveria ser precedida da aprovação pelo Senado Federal. (BRASIL, 1967).

A Constituição de 5 de outubro de 1988, em seu art. 123, parágrafo único, manteve a composição de 15 Ministros vitalícios, sendo que, dos cinco civis, a escolha seria dentre três advogados de notório saber jurídico e dois, por escolha paritária, dentre juízes-auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar. O art. 124 determinou a competência para julgar os crimes militares definidos em lei. (BRASIL, 1988).

2 A escolha dos presidentes

O Alvará de 1° de abril de 1808 não mencionava a figura de um Presidente, muito embora existisse uma cadeira destinada ao Imperador na sede do Conselho Supremo Militar e de Justiça, que por ele era utilizada quando comparecia às Sessões e as presidia. (BRASIL, 1808).

Segundo Bastos (1981), pesquisas realizadas confirmaram que a Presidência do Conselho até 1893 era exercida pelo Chefe de Estado (Imperadores e Presidentes da República). Contudo, o autor diz subentender-se que o Chefe de Estado exercia presidência honorífica, cabendo ao Conselheiro de Guerra mais antigo que estivesse presente às sessões a presidência *ad hoc*.

Tal situação era causa de descontentamento entre muitos Ministros, que manifestavam o desejo de ver um presidente nomeado pelo governo dentre os membros do Conselho Supremo. (BASTOS, 1981).

Mesa da Presidência do Superior Tribunal Militar, Brasília (DF)
Fonte: Acervo do STM

Fato é que isso só veio a ocorrer com a edição do Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893, que definia em seu art. 10: "Presidirá o Supremo Tribunal Militar o General mais graduado que dele fizer parte; em sua falta as sessões serão presididas pelo mais graduado dos que se acharem presentes" (BRASIL, 1893).

A eleição propriamente dita para presidente foi instituída apenas pelo Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920 (Código de Organização Judiciária e Processo Militar), em seu art. 26: "O presidente e o vice-presidente do Supremo Tribunal serão eleitos, por dois anos, dentre os militares, e não poderão ser reeleitos. Os Ministros civis presentes tomarão parte também na votação" (BRASIL, 1920).

O princípio da eleição por dois anos e proibição de reeleição no biênio seguinte foi mantido pelo Código de Justiça Militar. (BRASIL, 1926).

Apesar do preceito legal, o critério de proibição de reeleição para o biênio seguinte não era seguido, o que permitiu a presença de Presidentes além do prazo fixado.

A partir do Código de Justiça Militar de 1938 (Decreto-Lei nº 925, de 02.12.1938), a eleição do Presidente e do Vice passou a ser regulada pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Militar.

Assim, o Regimento Interno aprovado em Sessão de 27.12.1939, em seu art. 8º, definiu que os cargos de Presidente e Vice-Presidente seriam exercidos pelos Ministros militares, eleitos, em escrutínio secreto, com a presença de nove Ministros para servirem por dois anos, podendo ser reeleitos. (BRASIL, 2003).

Por sua vez, de acordo com o Regimento Interno aprovado em Sessão de 31.01.1955, os cargos de Presidente e Vice-Presidente seriam exercidos pelos Ministros eleitos, em escrutínio secreto, com a presença de pelo menos oito Ministros efetivos do Tribunal. O mandato seria de dois anos, cabendo reeleição. (BRASIL, 2003).

Segundo Bastos (1981), o rodízio entre as armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – passou a ser adotado na Presidência do General Tristão de Alencar Araripe.

Na eleição seguinte, o critério do rodízio foi quebrado com a reeleição do Alte Alvaro Hecksher, que não completou o segundo biênio por motivo de doença, afastando-se por aposentadoria. (BASTOS, 1981).

Com isso, foi eleito, pela primeira vez na história do Superior Tribunal Militar, um Ministro Togado, o Dr. Washington Vaz de Mello, na época, o Vice-Presidente foi eleito para completar o biênio e permaneceu na Presidência de 10.05.1965 a 06.08.1965. A partir da eleição seguinte, mesmo inexistindo dispositivo legal que o determinasse, tornou-se praxe eleger alternadamente, para mandato de 2 anos, o militar mais antigo das Forças, que se revezavam na Presidência do Tribunal.

Apenas no Regimento Interno aprovado em Sessão de 17.06.1996 o rodízio entre as forças foi regulamentado, e a ampliação do direito de presidir a Corte aos Ministros Togados foi oficializada.

3 Presidentes do período monárquico

(Chefes de Estado)

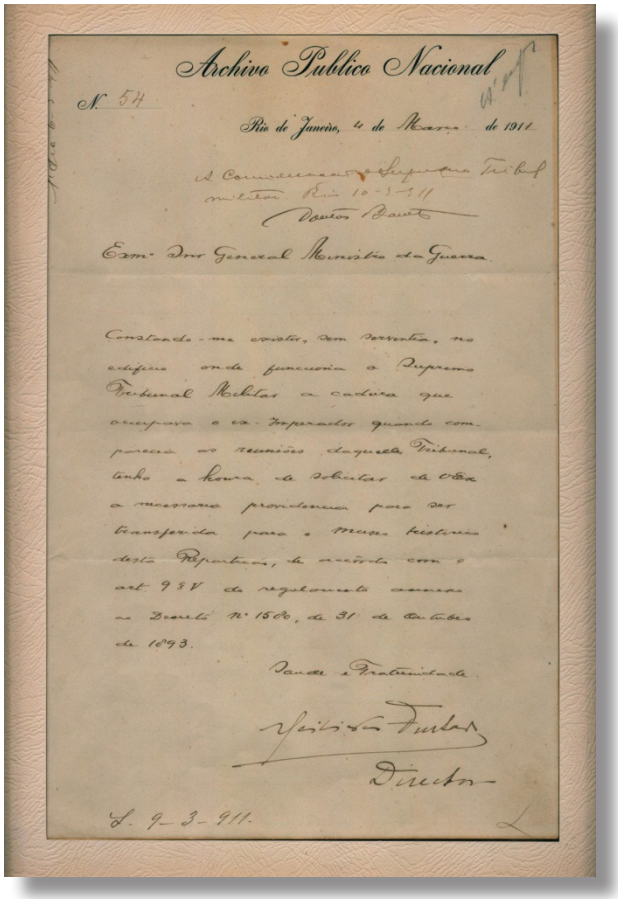
1808 -1889

	Presidência
Dom João VI	01.04.1808 a 26.04.1821
Dom Pedro I	26.04.1821 a 07.04.1831
Dom Pedro II	07.04.1831 a 15.11.1889

Cadeira do Imperador
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional/IPHAN

A cadeira do imperador foi utilizada por Dom Pedro II, último imperador do Brasil. Na condição de Chefe de Estado presidia as sessões do Conselho Supremo Militar e de Justiça quando lá estava presente.

Por meio das imagens dos Ofícios nº 54, de 4 de março de 1911, e nº 124, de 15 de maio de 1911, disponibilizadas a seguir, é possível ver a solicitação da transferência da cadeira para o Museu Histórico do Arquivo Público Nacional e a acusa do recebimento de ofício proveniente do Supremo Tribunal Militar (não inserido nesta obra), segundo o qual se acharia à disposição da diretoria do referido Arquivo a cadeira do ex-imperador do Brasil, utilizada quando presidia as sessões do STM.



Archivo Publico Nacional

N. 54

Rio de Janeiro, 4 de Março de 1911

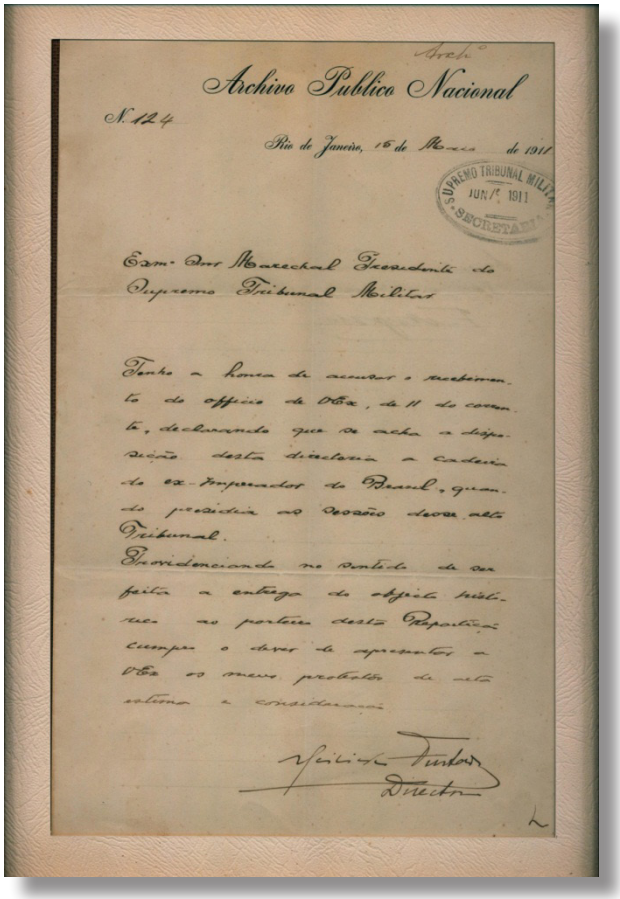
Exm. Snr General Ministro da Guerra

Constando-me existir, sem serventia, no edificio onde funcciona o Supremo Tribunal Militar a cadeira que occupava o ex-Imperador quando comparecia ás reuniões daquelle Tribunal, tenho a honra de solicitar de V. Ex. a necessaria providencia para ser transferida para o Museu historico desta Repartição, de accordo com o art. 93 V do regulamento annexo ao Decreto N. 1508, de 31 de Outubro de 1893.

Saude e Fraternidade.

Director

L. 9-3-911.



Archivo Publico Nacional

N. 124

Rio de Janeiro, 15 de Março de 1911

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR JUN. 1911 SECRETARIA

Exm. Snr Marechal Presidente do Supremo Tribunal Militar

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. Ex., de 11 do corrente, declarando que se acha a disposição desta directoria a cadeira do ex-Imperador do Brasil, quando presidia as sessões desse alto Tribunal.

Providenciando no sentido de ser feita a entrega do objecto solicitado, cumpre-me o dever de apresentar a V. Ex. os meus protestos de alta estima e consideração.

Director

Ofício nº 54, Arquivo Público Nacional
Fonte: Acervo do STM
Vide Anexo B

Ofício nº 124, Arquivo Público Nacional
Fonte: Acervo do STM
Vide Anexo B

D. João VI
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional/IPHAN

D. JOÃO VI

Nascimento - 1767, em Lisboa (Portugal).

Filiação - Terceiro filho de D. Pedro III e D. Maria I.

Era casado com D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV da Espanha, e dela teve nove filhos, sendo que dois deles, D. Miguel e D. Pedro, lograram o título de Rei de Portugal, e este último, o de Imperador do Brasil.

Formação e atividades principais - Rei de Portugal. Assumiu a regência do reino em 1792, quando do impedimento da mãe, pela loucura que a vitimou. O seu governo iniciou-se em ambiente social conturbado, em consequência dos acontecimentos na França. As monarquias temiam as ideias da Revolução Francesa, principalmente depois da execução de Luís XVI.

Na qualidade de Príncipe-Regente, forçado pelo Tratado de Fontainebleau, de 27.10.1807, que declarou extinta a Dinastia de Bragança e determinou a invasão de Portugal pelo Exército da Gironda, sob o Comando do General Andoche Junot, transferiu-se com toda a Corte para o Brasil, aportando à Bahia de Todos os Santos em 22.01.1808; ali permaneceu até 26 de fevereiro, quando prosseguiu viagem, chegando ao Rio de Janeiro em 7 de março seguinte. Aclamado rei de Portugal, Brasil e Algarve por morte de D. Maria I em 1816, retornou a Lisboa em 26.04.1821, aqui deixando como regente seu filho D. Pedro, depois D. Pedro IV de Portugal e D. Pedro I do Brasil. Proclamada independência em 07.09.1822, transferiu D. Pedro I a soberania do novo Império do Brasil, do qual passou a ser imperador titular.

De índole bonachona, hábitos gastronômicos, inteligente e arguto, contribuiu D. João VI, consideravelmente, para o desenvolvimento do novo reino no plano administrativo, social e cultural. Dentre os seus muitos empreendimentos estão a liberação das indústrias do Brasil, a abertura dos portos e o livre comércio intercontinental; providenciou a constituição de tribunais, estabelecimentos bancários, escolas, a Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, a Biblioteca Real, a Imprensa Régia e o Jardim Botânico.

Honrou a sua nova pátria e a ela dedicou especial colaboração. Deliciava-se com a natureza exuberante do Rio de Janeiro e, mesmo com excesso de zelo, não deixou de alertar o filho, na sua retirada, quanto à instabilidade da Casa de Bragança no Novo Continente.

D. João VI contou com o serviço de alguns excelentes auxiliares, sobretudo no Brasil, onde sua ação pessoal foi muito mais desafogada, mesmo porque não pesava tanto sobre ela o meio tradicional: quer isso dizer que ele sabia escolher e conservar seus ministros. Foram seus principais

colaboradores D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares); D. Fernando de Portugal (Marquês de Aguiar); Antonio de Araújo (Conde da Barca); Thomaz Villanova Portugal; D. Pedro de Souza Holstein (Conde e depois Duque de Palmella). Nos últimos tempos de sua estada no Brasil, D. João VI teve ainda, no seu Conselho, o constitucionalista Silvestre Pinheiro Ferreira e o Conde dos Arcos. Dispensou especial proteção a José da Silva Lisboa, Barão de Cayrú, discípulo de Adam Smith e o introdutor no patrimônio intelectual português da economia política, e ao padre José Maurício, compositor de formosa inspiração.

No Brasil, a maior dificuldade da regência de D. João foi a situação revolucionária de Pernambuco, em 1817, que durou meses, apesar do valor de alguns dos seus chefes, entre os quais se distinguiram, pela ilustração e pela elevação das miras, vários sacerdotes. Ameaçou-a imediatamente uma expedição despachada da Bahia pelo Conde dos Arcos e abafou-a a esquadra mandada do Rio, a qual bloqueou o porto do Recife e, mais tarde, desembarcaram reforços que ajudaram a pacificar a Província.

Falecimento - 10 de março de 1826, no Palácio de Bemposta, em Lisboa, depois de haver nomeado uma regência presidida por sua filha D. Isabel Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCYCLOPÉDIA e dicionário internacional. Rio de janeiro: W. M. Jackson, s.d., v. 10, p. 6112-6114.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 7, p. 3733.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário internacional de biografias*. São Paulo: Martins, 1969. v. 2, p. 766-767.

NOVO dicionário de História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1970. p. 372-373.

Grito do Ipiranga, de Pedro Américo.
Fonte: Anexo A - 1

Em 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho do Ipiranga, em São Paulo, o até então Príncipe Dom Pedro I fez ouvir seu famoso grito "Independência ou morte", rompendo, naquele momento, com a coroa portuguesa e fundando o Império do Brasil.

Como Imperador, Dom Pedro I assume, na condição de Chefe de Estado, a Presidência do Conselho Supremo Militar e de Justiça, hoje Superior Tribunal Militar.

D. Pedro I, de Pedro Américo (1872)
Fonte: Anexo A - 2

D. PEDRO I

Nascimento - em 12 de outubro de 1798, no Palácio de Queluz, em Portugal.

Filiação - D. João VI e rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon.

Era casado com D. Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo Lorena, arquiduquesa da Áustria, filha de Francisco I. Viúvo em 1926, contraiu, em 1929, segundo matrimônio com Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Leuchtemberg.

Formação e atividades principais - D. Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, primeiro Imperador do Brasil e vigésimo sétimo Rei de Portugal, com o título de Pedro IV.

Foi Duque de Bragança, Infante de Portugal e Brasil.

Na corte paterna, a educação do jovem príncipe, como a de seus irmãos, foi um tanto descuidada; era esse o costume da corte portuguesa, e ainda mais o devia ser com o caráter da princesa-mãe e do príncipe regente. Arredado dos negócios públicos, cujo tirocínio constitui uma das máximas vantagens da realeza, excluído de todo estudo sério, se Pedro I foi o que vimos, deveu-o a uma natureza exuberante que o dotara das mais apreciáveis qualidades do homem e do estadista.

Em 1807 emigrou para o Brasil com a família real; em 1816, quando o pai ascendeu de príncipe regente a rei de Portugal, tornou-se herdeiro da coroa.

Com a vitória constitucionalista no reino, em 1820, e o consequente retorno de D. João VI a Portugal, foi nomeado príncipe regente em 22 de abril de 1821.

Em 9 de janeiro de 1822, no decreto das cortes portuguesas que queria arredar de entre nós o príncipe regente, e assim estrear a reconquista da Colônia, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em nome dos povos das cidades do Brasil inteiro, pediu ao príncipe que desobedecesse e, a par do título de regente, recebesse para si e para seu primogênito o título de "defensor perpétuo do Brasil"; e o príncipe, reconhecendo que nisso ia o bem de todos, mandava dizer ao povo que ficava.

Cumpria dar simultaneidade ao movimento nas províncias; apareciam alguns embaraços, alguns empuxamentos de vontades rivais, e o príncipe teve de ir com a sua presença pôr termo ao desenvolvimento desses germes de que poderiam sair a guerra civil e a ruína do país. Minas e São Paulo o viram, e, em 7 de setembro de 1822, o Ipiranga ouvia sair dos lábios do herdeiro da coroa luso-brasileira, e em todas as bocas, em todos os corações um eco simultâneo, a palavra fatídica – Independência.

Aclamado imperador e defensor perpétuo do Brasil em 12 de outubro do mesmo ano, foi solenemente coroado na capela imperial em 1º de dezembro do mesmo ano. No ano seguinte, demitiu o Ministério Andrada, dissolveu, por decreto de 12 de novembro, a Assembleia Constituinte, deportou para a Europa seis Deputados, entre eles José Bonifácio. Convocou um Conselho de Estado incumbido de redigir um projeto de constituição, outorgada a 25 de março de 1824.

Em 1825, com a mediação inglesa, assinou com D. João VI um tratado de paz, amizade e aliança pelo qual Portugal reconhecia a Independência do Brasil. Ainda no mesmo ano, concluiu com a Inglaterra um tratado para abolição do tráfico negreiro. Em 10 de dezembro era declarada guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata, terminada três anos depois, com o reconhecimento, pelo Brasil e pela Argentina, da independência uruguaia.

A 3 de fevereiro de 1826 partiu para a Bahia, a fim de restabelecer a ordem pública, retornando ao Rio de Janeiro em 1º de abril do mesmo ano. Nesse período, com o falecimento de D. João VI, foi reconhecido como herdeiro do trono português; outorgara a Portugal uma carta constitucional (29 de abril de 1826) e abdicou da coroa portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, escolhendo a infanta D. Isabel Maria para regente do reino, pois D. Maria da Glória contava apenas sete anos. No final de 1926, partiu D. Pedro para o sul com o intuito de incrementar as operações militares da campanha Cisplatina; mal havia chegado à cidade de Rio Grande, soube do falecimento da imperatriz Leopoldina e retornou ao Rio de Janeiro.

Com o início da segunda legislatura do império, em 1830, sentiu reforçada a oposição liberal. Pressionado a admitir um Ministério liberal, demitiu-o em 5 de abril de 1831, chamando ao governo um Ministério conservador, do Marquês de Paranaguá. A reação popular, manifestada nas ruas da cidade, teve o apoio das tropas encarregadas de reprimi-las. Negando-se a atender aos apelos para que cedesse, formulados pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos, abdicou em favor do filho, Pedro de Alcântara, depois Pedro II, em 7 de abril de 1831.

Falecimento - 1834, em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 9, p. 5198.

NOVO dicionário de História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1970. p. 456-459.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres:* os contemporâneos. São Paulo: Martins, s.d. p. 23-31.

D. Pedro II, de Antônio de Sousa Lobo
Fonte: Anexo A - 3

D. PEDRO II

Nascimento - Palácio da Boa Vista (São Cristóvão), no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - D. Pedro I e D. Leopoldina, era o 7° filho do casal.

Era casado com D. Tereza Cristina Maria.

Formação e atividades principais - Segundo Imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Aos seis anos era Imperador por força da abdicação paterna. Os seus estudos se iniciaram sob a orientação direta da camareira-mor D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho e de Frei Antônio de Arrábida, feito bispo de Anemúria, e desde 1824 diretor da educação literária dos filhos de D. Pedro I. Investido na tutoria, José Bonifácio de Andrada e Silva passaria a dirigir a formação do Imperador menino, mas por pouco tempo. Substituído pelo Marquês de Itanhaém, este preferiu confiar o encargo a Frei Pedro de Santa Mariana e Sousa e, em 1839, a Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí.

Os atos da vida pública do Imperador atestam sua capacidade intelectual e uma erudição invejável. As nações estrangeiras consideram-no como um dos mais ilustrados monarcas.

É o primeiro a colocar-se à testa de todo o movimento literário e industrial inaugurado no Império e um protetor extremo das ciências, letras e artes.

Declarado maior em 23.07.1840 e coroado em 18.07.1841, seu reinado se prolonga até o advento da República; inicia-se, assim, com uma vitória do Partido Liberal sobre o Conservador, ambos constituídos desde 1837, em meio às lutas da Regência. Os Conservadores voltam um ano depois, adotando medidas que significavam a disposição de não entregar tão cedo a direção do país. Essas medidas, como a criação do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal, entre outras, consideradas reacionárias, motivaram a revolução de 1842, circunscrita a Minas Gerais e São Paulo. A primeira década de seu governo caracterizou-se pelo esforço no sentido de lograr a pacificação do país. Durante esse período, empreendeu diversas viagens às províncias do Sul. De 1851 a 1852, manteve guerra contra Rosas e Oribe, ditadores da Argentina e Uruguai. Durante seu Império, foram construídas as primeiras linhas telegráficas e as principais estradas de ferro do país.

A imigração estrangeira e a instrução pública receberam grande incremento. Em 1859, viajou às províncias do norte do país. De 1864 a 1870, o país viu-se envolvido na guerra contra o Paraguai, que eclodira em momento de depressão financeira, e terminara com os conservadores no poder. A guerra dividira os partidos e acirrara as divergências políticas. Os liberais pedem a reforma da Constituição. Dois anos depois, surge o Partido Republicano. Na Questão Religiosa, em 1872, mandou prender e

processar D. Vital e D. Macedo Costa, bispos que se rebelaram contra o poder real, concedendo-lhes a anistia depois de julgados e condenados pelo Supremo Tribunal (1875). Em seu império, deu-se a progressiva abolição da escravatura no Brasil, com a Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre, que declarava livres do cativeiro os filhos nascidos de escravos a partir da data da sua promulgação (28 de setembro de 1871); a libertação dos escravos sexagenários, conhecida como Lei Saraiva Cotegipe (28 de setembro de 1885); e, finalmente, a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel.

Com a proclamação da República e a consequente extinção do regime imperial, embarcou D. Pedro II com toda a família na corveta Paraíba, transferindo-se, depois, para o navio Alagoas, chegando a Portugal a 7 de dezembro de 1889. A 28 desse mesmo mês, faleceu, no Porto, a Imperatriz Teresa Cristina.

Falecimento - Dois anos depois do falecimento de sua esposa, morre, em Paris, D. Pedro II, passando à História como o maior dos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1973. v. 10, p. 359-360.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 9, p. 5200-5201.

NOVO dicionário da História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1970. p. 459-461.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres:* os contemporâneos. São Paulo: Martins, 1981. p. 123-128.

A Proclamação da República, de Benedito Calixto (1893)
Fonte: Anexo A - 4

O Império do Brasil teve fim na noite de 15 de novembro de 1889, quando um levante político-militar instaurou a forma republicana federalista presidencialista no país, derrubando a monarquia e mandando para o exílio o Imperador Dom Pedro II, que reinara por 58 anos, e toda sua família.

Como líder do levante e proclamado Presidente da República do Brasil, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca assume, em decorrência da sua posição de Chefe de Estado, a presidência do Conselho Supremo Militar e de Justiça. Foi sucedido, em 1891, pelo também Marechal, Floriano Vieira Peixoto, seu Vice-Presidente.

Quartel-General, no Campo de Santana, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

Desde a criação em 1808 até 1905, o Conselho Supremo Militar e de Justiça funcionou, inicialmente, em dependências provisórias do Ministério da Guerra. Após 1811, com a construção do Quartel-General no Campo de Santana, esteve ali instalado, num lugar considerado sítio histórico, onde, de acordo com Rosa (1988), foi palco e testemunha de fatos que mudaram o curso da História Nacional, como a Aclamação de D. João VI, o Dia do Fico, a Aclamação de D. Pedro I, a Abdicação de D. Pedro I, o Juramento Constitucional de D. Pedro II, a Proclamação da República, a Revolução de 1930, a Redemocratização do Brasil em 1945 e a Revolução de 31 de março de 1964.

4 Presidentes do primeiro período republicano 1889-1893

	Presidência
Marechal Deodoro da Fonseca	15.11.1889 a 23.11.1891
Marechal Floriano Vieira Peixoto	23.11.1891 a 21.07.1893

MANUEL DEODORO DA FONSECA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 5 de agosto de 1827, na cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro (AL).

Filiação - Manuel Mendes da Fonseca Galvão e Rosa Maria Paulina da Fonseca.

Foi casado com Mariana Cecília de Sousa Meireles.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1843. Em 1848, combateu a Revolução Praieira em Pernambuco, como Tenente. Ajudante de Ordens do Comandante das Armas de Mato-Grosso (1858); Instrutor dos guardas nacionais sediados na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (1863).

Participou da brigada expedicionária enviada ao Prata, em 1864. A seguir, partiu para a Campanha do Paraguai, atuando nas Batalhas de Itapiru, Estero Bellaco, Tuiuti, Potreiro-Ovelha e Togi (1866), Estabelecimento, Pequiciri e Itororó (1868), Perebebuí e Campo Grande (1869). Promovido a Coronel (1870), retornou do Paraguai como um autêntico herói, para ser elevado ao posto de Brigadeiro (1874). Inspetor das Companhias de Cavalaria das Províncias da Bahia e de Pernambuco (1875); Comandante das Armas da província do Rio Grande do Sul (1883-1888), função que acumulou, a partir de 1885, com a de Presidente da província. Em 1884, foi promovido a Marechal de Campo; Presidente do Clube Militar (1887 -1889); Comandante das Armas da província

de Mato Grosso (1888-1889); proclamador da República (1889); Chefe do Governo Provisório (1889-1891); Presidente da República (1891); vinha de uma trajetória de sucessos militares no Exército Brasileiro.

Avultando, à época, a propaganda republicana e a chamada questão militar, incorporou-se ao movimento na manhã de 15 de novembro de 1889.

Segundo Lustosa (1989), Deodoro avisado à noite do estado geral das coisas, prontifica-se a assumir a liderança do movimento. Entretanto, é subitamente acometido de ataque dispneico. Na noite de 14 para 15 de novembro o Marechal se debate em meio a dores terríveis, preso ao leito. Apesar da recomendação expressa do médico de que não devia levantar-se da cama, Deodoro, na madrugada de 15, ao despertar, desatendeu às recomendações de D. Mariana, sua mulher, e partiu num carro levando num saco sua sela de montaria. O Tenente-Coronel Benjamin Constant e o Capitão Menna Barreto reúnem as tropas que aderiram ao movimento e organizam a marcha rumo ao Campo de Santana. Os revolucionários marcham, nos tanques de um desalentado clarim, temerosos e desanimados. Sem o líder a vitória não parece tão certa. Eis senão quando surge Deodoro num carro de aluguel. Seu aparecimento é saudado com grande entusiasmo. Imediatamente os ânimos se levantam. Montado em seu cavalo, ele comanda a tropa rumo ao Campo de Santana. Lá, diante do Quartel-General, ordena que lhe abram os portões. Recebe imediatamente a adesão das forças governistas. A cena é assim descrita por uma testemunha ocular, o então Promotor Público Dr. Sampaio Ferraz, que foi o primeiro chefe de polícia do Rio Republicano.

Deodoro ordena a abertura do portão do centro e por aí penetra a cavalo pelo vasto quadrilátero interior do Quartel-General, onde se estendia uma divisão interna do Exército. Essa entrada de Deodoro foi um ato heroico e decisivo. Os comandantes vacilam no primeiro momento. Foi quando Deodoro, fulgurante o olhar e com uma coragem de leão, alçou a espada relampejante e bradou – Sentido! Em continência! Apresentar armas! Foi o segundo mais emocionante da nossa jornada!

Imediatamente, as forças se perfilaram e jubilosas renderam homenagem ao glorioso e intrépido soldado, ouvindo-se ao mesmo tempo as notas sugestivas do Hino Nacional, tocado por todas as bandas. E estava feita a República.

Seu governo foi marcado por duas fases distintas. A primeira, do Ministério, constituída por republicanos históricos, que executou a reforma institucional, com base na federação, incluindo nela a grande naturalização e a separação entre a Igreja e o Estado (até 21 de janeiro de 1891). A segunda fase, com o Ministro que teve no Barão de Lucena, egresso do antigo Partido Conservador, uma espécie de Primeiro-Ministro e que se mostrou impotente para enfrentar a crise entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Sentindo-se duplamente atingido em sua honra pessoal e na sua autoridade de Chefe de Estado, com a lei de responsabilidade do Presidente da República em curso no Senado, dissolve o Congresso a 3 de novembro de 1891. A reação não demorou. Ao protesto do Congresso Nacional juntou-se o ultimato da Marinha, com a primeira Revolta da Esquadra, sob o Comando do C Alte Custódio de Melo. Deodoro preferiu renunciar, convencido de que assim evitava a guerra civil. Deixou o governo

em 23 de novembro de 1891, pediu sua reforma e recolheu-se à vida privada. Foi transferido para a reserva no posto de Marechal (1892).

Segundo o jornalista e seu contemporâneo, Ernesto Sena, Deodoro, apesar de aparente sisudez, era dotado de um gênio alegre, folgazão e expansivo. Se por vezes era tomado de profunda irritação, rapidamente acalmava-se, tornando-se afável e lhano, compondo a fisionomia tão expressiva quanto denunciadora de uma energia e de uma vivacidade de águia.

Como muitas das personalidades ilustres de seu tempo, Deodoro costumava fazer ponto, quase que diariamente, na rua do Ouvidor, em frente à Alfaiataria Rabelo.

Quase sempre usava chapéu alto, preto, fraque curto da mesma cor, um tanto apertado na cintura, calça larga a balão, deixando pendente do colete a corrente do relógio, tendo como berloque pequena granada de ouro. Fazia uso também de uma bengala cujo cabo representava a cabeça de um frade e era-lhe indefectível – salteiras no tacão das botinas.

O seu humor era um típico humor de caserna, ingênuo e rude, mas, quando deixou o governo, Deodoro havia perdido totalmente o senso de humor. Desiludido, desgastado, doente, seu desencanto é total. Pede a D. Mariana, sua mulher, que lhe compre uma caixa grande onde pretende guardar todos os símbolos de sua vida militar e política, a fim de jogá-los ao mar. Ordena que nem mesmo os irmãos e sobrinhos militares se apresentem fardados em sua casa. Sabe que vai morrer. Sua última recomendação é a de que seja enterrado em trajes civis e de que não se permitam manifestações oficiais.

Falecimento - 23 de agosto de 1892, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1973. v. 6, p. 277-278.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 5, p. 2821.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes*: a República no Catete. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1989. p. 143-156.

NOVO dicionário de História do Brasil. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1970. p. 279-280.

SILVA, Suely Braga da (coord.). *Os Presidentes da República*: guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 13-14.

FLORIANO VIEIRA PEIXOTO

Fonte: Anexo A - 5

Nascimento - 30 de abril de 1839, no engenho do Riacho Grande, em Ipioca (AL).

Filiação - Manuel Vieira de Araújo Peixoto e Ana Joaquina de Albuquerque Peixoto.

Era casado com Josina Vieira Peixoto, com quem teve oito filhos.

Formação e atividades principais - Fez o curso primário em Maceió. Aos 16 anos, dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde se matriculou no Colégio São Pedro de Alcântara. Assentou praça em 1857, como voluntário, no 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Em 1861, ingressou na Escola Militar, tirou o curso de Artilharia e bacharelou-se em matemática e ciências físicas; em 2 de dezembro de 1861, foi promovido a Segundo-Tenente e, em 30 de dezembro de 1863, a Primeiro-Tenente.

A carreira militar de Floriano Peixoto foi brilhante. Estava adido ao 2º Batalhão de Infantaria em Bagé (RS), quando irrompeu a Guerra da Tríplice Aliança. Ao ser a província invadida pelos paraguaios, assumiu o comando de uma flotilha armada de improviso – composta pelo vapor Uruguai, o "Capitânia", e mais dois lanchões – cuja resistência às tropas inimigas, que marchavam pelas duas margens do rio Uruguai, muito contribuiu para a retomada de Uruguaiana (RS).

Comissionado a 29 de setembro de 1865, foi efetivado no posto de Capitão a 22 de janeiro de 1866. Comissionado como Major, participou de todos os grandes feitos das armas patrícias em dezembro de 1868, sobressaindo em especial em Avaí e sendo confirmado, por bravura, naquele posto a 20 de fevereiro de 1869.

Destacou-se, a seguir, sob as ordens de Osório, no Passo da Pátria e, mais, em Estero Bellaco, Tuiuti, Tuiu-Cuê, Avaí, Lomas Valentinas, Angustura, Peribebuí, Campo Grande, Passo da Taquara – quase todas as batalhas mais importantes da guerra, até o desfecho, em Cerro Corá (de onde trouxe como lembrança a manta do cavalo de Solano López). Por todos esses feitos recebeu a Medalha Geral da Campanha e diversas outras condecorações; foi promovido a Tenente-Coronel em 9 de abril de 1870.

Concluiu o curso de ciências físicas e matemáticas, interrompidos pela guerra. Serviu depois, em 1872, como comandante do 3º Batalhão de Artilharia a Pé no Amazonas, sendo dali transferido para Alagoas.

De 1878 a 1881, foi diretor do Arsenal de Guerra em Pernambuco. A 3 de janeiro de 1883 foi promovido a Brigadeiro.

Foi Comandante de Armas no Amazonas, Pernambuco e Mato Grosso, província que governou em 1884-1885. Neste último ano, retirou-se para Alagoas, a fim de cuidar de sua pequena fazenda de Itamaracá. De volta à vida militar em 1889, foi investido no comando da 2ª Brigada do Exército, promovido a Marechal de Campo em 6 de junho de 1889. Em 15 de novembro de 1889, exerceu as funções de Ajudante-General do Exército, segundo posto depois de Ministro da Guerra.

Floriano não participou das conspirações militares que culminaram na Proclamação da República. Mas sua atitude não inspirava preocupação ao Marechal Deodoro da Fonseca, que, ante os temores manifestados por Benjamin Constant, afirmou ter a certeza da solidariedade do Ajudante-General de Campo. E essa certeza se confirmou a 15 de novembro, quando Floriano se recusou a cumprir a ordem, que lhe fora dada pelo Visconde de Ouro Preto, de dispersar os corpos rebeldes da guarnição da capital reunidos no Campo de Santana.

À interpelação do Chefe do Gabinete, que o exortava a demonstrar a mesma bravura revelada na Guerra do Paraguai, quando dominara bocas de fogo à baioneta, replicou o Marechal Floriano que, lá, as bocas de fogo eram os inimigos, ao passo que aqui eram brasileiras, aduzindo: Fique V. Exª sabedor de que estas estrelas que trago nos punhos foram ganhas nos campos de batalhas por serviços prestados à Nação, e não a Ministros.

A 30 de janeiro de 1890 foi promovido a Tenente-General.

A 15 de abril de 1890 alterou as denominações dos postos do Corpo do Estado-Maior General do Exército e, pela alteração adotada naquela Lei, a denominação do posto de Tenente-General foi mudada pela de Marechal de Exército e um desses Marechais ficou sendo Floriano Peixoto.

Em 1890, substituiu Benjamin Constant na pasta da Guerra. Candidato à Vice-Presidência, a 25 de fevereiro de 1891, elegeu-se por grande maioria – 157 votos contra 57 dados ao candidato oficial, o

Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk. Com a renúncia de Deodoro, a 23 de novembro do mesmo ano, assumiu a Presidência da República, conservando, porém, o título de Vice-Presidente. O novo Chefe do Governo Republicano destituiu, à exceção de um, todos os governadores estaduais que tinham dado apoio à dissolução do Congresso, intempestivamente decretada por Deodoro. Tomou, a seguir, medidas drásticas contra o movimento de oposição que cresceu no país.

Quando, a 6 de abril, divulgou-se o manifesto dos 13 Generais e Almirantes reclamando eleições, imediatamente demitiu e reformou os signatários, alegando ser intolerável que o Brasil fosse arrastado "à época desgraçada dos pronunciamentos". A 10 de abril, manifestação em homenagem a Deodoro da Fonseca acaba se transformando em passeata antiflorianista. O Deputado J. J. Seabra, o General Menna Barreto e o jornalista Pardal Mallet comandam o grupo de políticos, oficiais e jornalistas ilustres que atravessam a cidade conclamando o povo a se reunir à manifestação.

O General Menna Barreto, acompanhado por um grupo de oficiais, ingressa no quartel-general no Campo de Santana.

Floriano, que se encontrava na Piedade, onde residia, sabedor do tumulto, toma o trem e salta na Central. A pé, ruma para o quartel-general, chegando logo após a entrada de Menna Barreto. Tomando o velho amigo pelo braço, lhe diz com voz firme ao pé do ouvido:

- "Você, sempre maluco. Está preso".

A lista de detidos após o incidente é encabeçada por nomes ilustres: J. J. Seabra, Campos da Paz, Pardal Mallet, Fonseca Hermes, Olavo Bilac, José Elísio dos Reis e José do Patrocínio. Começa a onda de desterros, deportações e prisões. Floriano declara o Estado de Sítio, suspendendo as garantias constitucionais.

Em fevereiro de 1893, eclode, no sul, a Revolução Federalista. E agrava-se mais a situação com a Revolta da Armada, que irrompe no Rio de Janeiro a 6 de setembro, comandada na primeira fase pelo Almirante Custódio José de Melo e, a partir de dezembro, pelo Almirante Monarquista Luís Filipe de Saldanha da Gama. Os dois movimentos acabariam por se unir, criando difíceis problemas ao governo de Floriano Peixoto, ao qual ambos pretendiam derrubar.

A presença de navios estrangeiros – de nacionalidade inglesa, portuguesa, italiana e francesa – na conflagrada Baía da Guanabara configurava um quadro complexo do ponto de vista do Direito Internacional. O Conselho dos Comandantes estrangeiros concluiu, a 5 de outubro, um acordo que dava ao Rio de Janeiro o caráter de cidade aberta, que não pode atacar nem se defender, mas também não pode ser atacada. Colocavam-se eles como árbitros entre duas facções, a pretexto de impedir o bombardeio da cidade pelos insurgentes e proteger os seus naturais respectivos, mas na verdade realizavam uma intervenção. Chegaram, com esse fito, a constituir uma força internacional de desembarque, com 750 homens e 13 canhões.

Foi então que, consultado pelo decano inglês do corpo diplomático sobre como receberia essa iniciativa, o Marechal Floriano Peixoto deu sem vacilar a resposta que se tornou famosa: "À bala!". Naqueles

mesmos dias, aos amigos que lhe aconselhavam deixar o Palácio do Governo, ameaçado pelos canhões da esquadra rebelde, retrucou com a frase igualmente característica: "Desta cadeira só duas forças são capazes de me arrancar – a lei ou a morte".

Para debelar o movimento sedicioso, Floriano empregou a fundo suas energias nessa luta, que lhe valeu o epíteto de "Consolidador da República". Foi infatigável tomando todas as decisões importantes. A Revolução Federalista já estava praticamente vencida, quando terminou, a 15 de novembro de 1894, o mandato presidencial.

Em meio a grandes e profundas crises políticas, ficaram obscurecidas as suas qualidades como administrador; mas, ainda assim, pôde ele demonstrar nesse terreno um notável conhecimento dos problemas, que lhe vinha de suas experiências nos comandos militares através do país.

Atividades no STM - Nomeado Conselheiro de Guerra por decreto de 14 de fevereiro de 1891. Apresentou-se a 28 do mesmo mês e ano.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, de conformidade com o Decreto nº 149, de 18.07.1893, do Vice-Presidente do Senado Federal, no impedimento do Presidente da República, de 25 do mesmo mês e ano.

Falecimento - 29 de junho de 1895, na Estação de Divisa (hoje Floriano), no município de Barra Mansa (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: DIN, 1952. p. 55, 159.

ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Encyclopaedia Britannica Ed., c1973 . v. l0, p. 367-368.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Enciclopaedia Britannica do Brasil, c1976. v. 16, p. 8732-8733.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes*: a República no Catete. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1989. p. 157-169.

SILVA, Suely Braga da (coord.). *Os Presidentes da República:* guia dos acervos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 15-17.

TORRES, Theodorico Lopes Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil*: 1808-1950. 4. ed. Rio de Janeiro: 1950. p. 128-134.

5 Ministros-Presidentes do segundo período republicano pós-1893*

	Presidência
Almirante Delfim Carlos de Carvalho	18.07.1893 a 20.05.1896
Almirante Francisco Pereira Pinto	20.05.1896 a 18.01.1911
Marechal Francisco de Paula Argollo	18.01.1911 a 26.11.1920

*"Presidirá o Supremo Tribunal Militar o General mais graduado que dele fizer parte; em sua falta as sessões serão presididas pelo mais graduado dos que se acharem presentes". (BRASIL, 1893, art. 10).

BRASÃO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Os brasões são significações simbólicas e sociais desenvolvidas de maneira sistemática desde o século XIII para distinguir e representar famílias, grupos, nações ou instituições. (TOSTES, 1983).

A Justiça Militar da União, reverenciando as regras da arte e ciência desses símbolos, a Heráldica, com auxílio da Marinha do Brasil confeccionou seu brasão capaz de resumir de modo objetivo a sua identidade. O Brasão foi aprovado em novembro de 2001, na 24ª Sessão Administrativa. (BRASIL, 2001).

MARINHA DO BRASIL

A âncora em jalne (ouro) representa objeto criado pelo homem que simboliza a esperança, a segurança e a constância.
O fundo blau (azul), por sua vez, representa o céu e a felicidade eterna.

EXÉRCITO BRASILEIRO

O grifo em jalne (ouro), figura quimérica composta pela parte superior de uma águia e a parte inferior de um leão, representa a tríplice: força, rapidez e vigilância. Faz conjunto com a rosa dos ventos em prata (branco) e o fundo goles (vermelho), que expressa a coragem e o serviço militar em favor do Estado.

A primeira parte de um brasão é o escudo, onde se encontram as divisões e atributos heráldicos essenciais. No caso da JMU, reúne as três forças: Marinha, Exército e Aeronáutica.
As forças são representadas por seus símbolos e cores heráldicos, respectivamente: a âncora dourada, o grifo rompante e armado segurando uma estrela de oito pontas e o gládio alado dourado.
Todos estão dispostos em escudo terciado na forma de mantel, sobreposto por um escudete. Em seu escudete há a representação da Justiça Militar da União, a balança dourada pendente de espada romana.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

O gládio alado em jalne (ouro) representa a justiça e a honra protegidas por um par de asas velozes. O fundo blau-ciel (azul-celeste), embora não exista na Heráldica Clássica, é aceito na Heráldica Moderna apenas para uso das composições referentes à Aeronáutica Civil ou Forças Militares Aéreas. (BRASIL, 2001).

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Balança da Justiça em jalne (ouro), pendente da ponta de uma espada romana com lâmina em prata e guarda em jalne, representa a justiça e a honra militar por excelência.

A segunda parte é o elmo, um ornamento de proteção representado pela heráldica, inicialmente, por meio dos títulos de nobreza medieval. Este elmo, por estar de frente, ser de prata (branco), com sete grades e deixando aparecer o forro goles (vermelho), é de marquês. (TOSTES, 1983). O marquês é reconhecido como governador da marca da fronteira, aquele que cuidava da vigilância das fronteiras dos feudos.

A quinta parte é o lambrequim em prata (branco) e goles (vermelho). Originalmente consistia num tecido utilizado para proteger os guerreiros do sol e da poeira em momentos precedentes à batalha.

A terceira parte é o virol em jalne (ouro) e goles (vermelho). Trata-se de um rolo torcido de estofo que é colocado sobre o elmo para afixar o lambrequim.

A sexta parte é a divisa, neste caso específico, o listel em prata (branco) e forrado em goles (vermelho) foi utilizado para conter o nome da Unidade brasonada, a Justiça Militar da União.

A quarta parte é o timbre, composto pela Estrela simplificada das Armas Nacionais, em representação heráldica da União Federal, identificando a Nação na parte mais alta do Brasão.

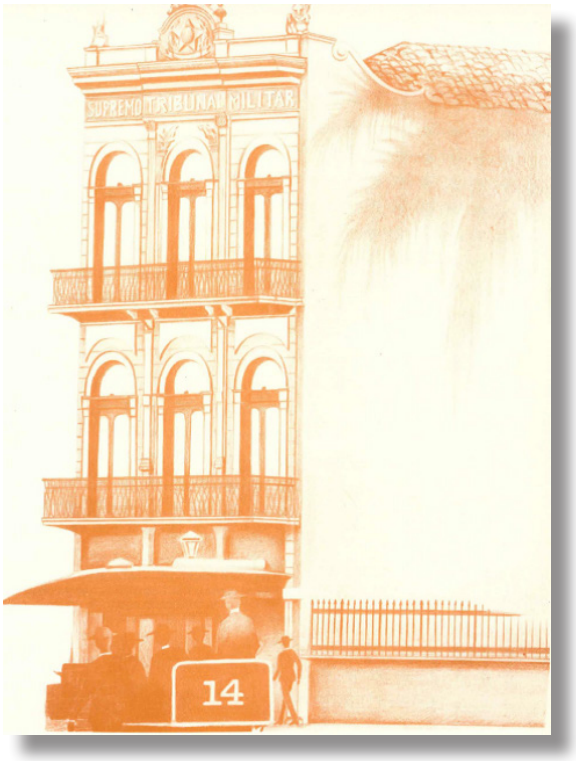
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

De 1906 a 1914 esteve instalado na vizinhança do Campo de Santana, à Rua Marechal Floriano, nº 152 – Prédio demolido –, ao lado do Palácio do Itamarati. Esse prédio foi reformado para ser a sede do Supremo Tribunal Militar e, na sua inauguração, o Presidente Rodrigues Alves esteve presente.

A Sala de Sessões recebeu mobiliário novo, semelhante ao do Supremo Tribunal Federal. Compunha-se de mesa em forma elíptica tendo em uma das extremidades do eixo maior, em plano superior, a parte destinada ao presidente. "Correspondendo à outra extremidade do mesmo eixo, há uma abertura, em frente da qual fica o meio bureau-ministre do secretário. As cadeiras são de braços e com altos espaldares de couro, sendo a do Presidente um pouco mais elevado e encimado pelo symbolo da Justiça Militar". (BRASIL, 1891, p. 84).

Sede do STM 1906-1914, Rua Marechal Floriano, nº 152, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

Sede do STM 1906-1914, Rua Marechal Floriano, nº 152, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM



Sede do STM 1906-1914, Rua Marechal Floriano, nº 152, Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

DELFIM CARLOS DE CARVALHO
(Barão da Passagem)

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 13 de abril de 1825, no Rio de Janeiro (RJ).

Formação e atividades principais - Participou das operações do Rio da Prata como marinheiro. Atingiu o almirantado e foi Chefe de Esquadra. Comandou a divisão que forçou a passagem de Humaitá. Barão com grandeza, por decreto de 3 de março de 1868.

Atividades no STM - A 14 de março de 1891 foi nomeado Conselheiro de Guerra e empossado a 21 do mesmo mês e ano. Nomeado Ministro a 25 de julho de 1893, conforme Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893. Assumiu a Presidência no período de 18 de julho de 1893 a 20 de maio de 1896.

Falecimento - 20 de maio de 1896, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

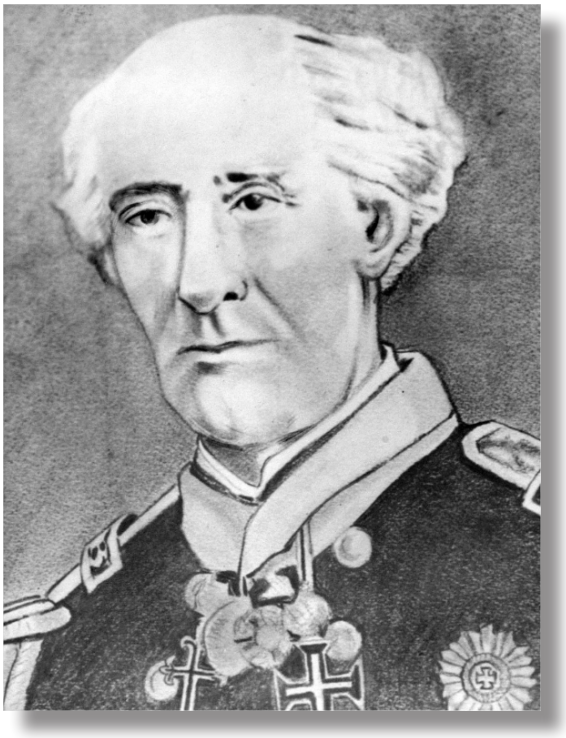
GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 9, p. 5156.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 28.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.).*Coletânea de Informações*: Delfim Carlos de Carvalho. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FRANCISCO PEREIRA PINTO

(Barão de Ivinhema)



Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 23 de maio de 1817, no Rio de Janeiro (RJ).

Formação e atividades principais - Ingressou na Academia de Marinha, em 1831 e, como Tenente, participou da campanha do Rio Grande do Sul. Em 1839, comandou, em Santa Catarina, a força naval enviada contra os rebeldes que invadiram a Vila de Laguna. Comandante do Corpo de Imperiais Marinheiros em 1856 e da Estação Naval do Rio de Janeiro em 1859; Diretor da Escola de Marinha em 1856; Comandante-Chefe das Forças Navais do Paraguai em 1870; Diretor do Arsenal de Marinha; Ministro Efetivo do Conselho Naval; Chefe de Esquadra em 1876; Vice-Almirante em 1883; Inspetor do Arsenal de Marinha. Barão por decreto de 27 de agosto de 1873.

Atividades no STM - Foi nomeado Conselheiro de Guerra por decreto de 13 de outubro de 1883. Por decreto de 7 de janeiro de 1890, foi reformado no posto de Almirante, continuando, porém, no exercício de Conselheiro de Guerra. Foi nomeado Ministro conforme Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893. Presidente do STM no período de 20 de maio de 1896 a 18 de janeiro de 1911.

Por decreto de 18 de janeiro de 1911 foi exonerado, conforme pedido, do cargo de Ministro do STM.

Falecimento - 7 de maio de 1911.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 7, p. 3663.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 27.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Francisco Pereira Pinto. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FRANCISCO DE PAULA ARGOLLO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 28 de janeiro de 1847, na Bahia (BA).

Formação e atividades principais - Praça em 1866; Alferes em 1868; Tenente em 1869; Capitão em 1871; Major em 1888; Tenente-Coronel em 1890; Coronel no mesmo ano; General de Brigada em 1893; General de Divisão em 1900; e Marechal em 1902. Participou da Campanha do Paraguai. Foi Deputado pela Bahia à Constituinte de 1890 e à primeira legislativa ordinária do Congresso Nacional (1891-1893). Ministro da Guerra de 4 de janeiro de 1897 a 17 de maio do mesmo ano e de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1904.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do STM por decreto de 24 de fevereiro de 1905. Tomou posse e entrou em exercício em 6 de março do mesmo ano; Presidente do STM no período de 18 de janeiro de 1911 a 26 de novembro de 1920.

Por decreto de 24 de novembro de 1920 foi declarado em disponibilidade, deixando, por esse motivo, o exercício do cargo a 26 do mesmo mês e ano.

Falecimento - 11 de fevereiro de 1935.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 1, p. 482.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministro do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 30.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Francisco de Paula Argollo. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

6 Ministros-Presidentes do período pós-Código de 1920

(eleitos entre os seus pares)

	Presidência
Marechal José Caetano de Faria	29.11.1920 a 28.08.1922
	24.11.1924 a 30.12.1926
	20.06.1927 a 17.07.1934
Marechal Luiz Antonio de Medeiros	29.11.1922 a 24.11.1924
Marechal Feliciano Mendes de Moraes	30.12.1926 a 20.06.1927
Vice-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin	18.07.1934 a 19.02.1938
General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves	01.04.1938 a 25.07.1941
General de Divisão Álvaro Guilherme Mariante	30.07.1941 a 05.01.1942
Vice-Almirante Raul Tavares	05.01.1942 a 03.04.1944
General de Divisão Francisco José da Silva Júnior	03.04.1944 a 27.12.1948
Almirante de Esquadra João Francisco de Azevedo Milanez	27.12.1948 a 27.12.1950
General de Exército Mário Ary Pires	27.12.1950 a 08.10.1952
General de Exército Francisco Gil Castelo Branco	08.10.1952 a 01.07.1956
Almirante de Esquadra Octávio Figueiredo de Medeiros	01.07.1956 a 21.12.1959
General de Exército Tristão de Alencar Araripe	21.12.1959 a 03.01.1962
Marechal do Ar Álvaro Hecksher	03.01.1962 a 29.04.1965
Doutor Washington Vaz de Mello	10.05.1965 a 06.08.1965

Sede do STM 1915-1972. Praça da República, nº 123. Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

O prédio da Direção-Geral de Saúde do Exército à Praça da República, nº 123, foi adaptado e reformado para receber o Tribunal, onde permaneceu de 1915 a 1972.

Vitral Justiça. Praça da República, nº 123. Rio de Janeiro (RJ)
Fonte: Acervo do STM

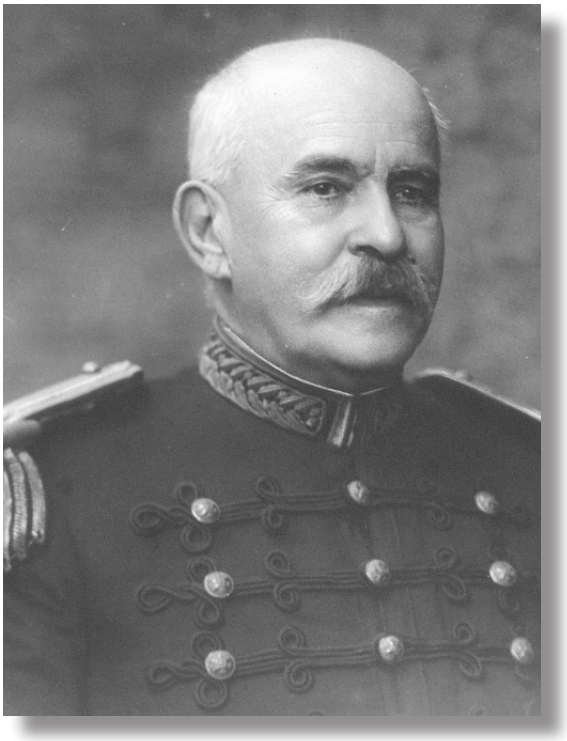
A Sala de Sessões recebeu como painel de fundo a mesma mesa em forma elíptica da sede anterior e um vitral medindo 2,35 x 2,07 m, com figura de mulher representando a Justiça.

Trata-se da deusa grega Dikè, filha de Zeus e Themis (com olhos abertos – para ver bem –, uma espada na mão direita – símbolo da execução – e, na esquerda, a balança, símbolo do equilíbrio), tendo atrás de si o trono usado pelo imperador quando comparecia às sessões do Conselho Supremo Militar e de Justiça. Mede 2,07 m de largura e 2,35 m de altura. Vidro esculpido a fogo, em alta temperatura, provavelmente importado. O Vitral encontra-se na antiga sede do Superior Tribunal Militar, no Rio de Janeiro, inaugurada em 1915, na Praça da República, nº 123, e o trono, no Museu Histórico Nacional. (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2008, p. 147).

Última Sessão no Rio de Janeiro, na Praça da República, nº 123, em 18.12.1972
Ministro-Presidente Alte Esq Waldemar de Figueiredo Costa
Fonte: Acervo do STM

Última Sessão no Rio de Janeiro - Praça da República, nº 123, em 18.12.1972
Da esquerda para direita: Min. Dr. Jacy Guimarães Pinheiro; Min. Ten Brig Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio; Min. Gen Ex Augusto Fragoso; Min. Gen Ex Syseno Sarmento; Min. Dr. Nelson Barbosa Sampaio; Min. Gen Ex Jurandyr de Bizarria Mamede; Min. Gen Ex Adalberto Pereira dos Santos.
Fonte: Acervo do STM

JOSÉ CAETANO DE FARIA



Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 21 de março de 1855, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Caetano José Faria e Adelaide Lima de Faria.

Era casado com Isolina Andrade Neves, com a qual teve três filhos.

Formação e atividades principais - Sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha, em janeiro de 1868. Em 1871, seguiu para o Paraguai integrando as tropas de ocupação que, após a Guerra do Paraguai (1866-1870), permaneceram naquele país até 1874. Ao retornar, foi promovido a Alferes em 1875, em 1878 a Tenente, em 1884 a Capitão e, em 1891, a Major. Ainda em 1891, assumiu o Comando do 1º Regimento de Cavalaria no Rio de Janeiro, já então Distrito Federal. Em seguida, comandou o Regimento Policial do Distrito Federal de 1892 a 1896, tendo sido promovido a Tenente-Coronel em 1894. Em 1902 foi promovido a Coronel e, em 1905, a General de Brigada.

Eleito presidente do Clube Militar em 1908, em 1910 foi promovido a General de Divisão e, com a ascensão do Marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), cargo em que permaneceu até 1914. Ainda em 1910, foi reeleito Presidente do Clube Militar para o biênio 1910-1912.

Alguns fatos notáveis assinalaram a vida do velho chefe militar. Magistrado militar brasileiro, Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra no quadriênio (1914-1918) do ilustre mineiro Wenceslau Braz na Presidência da República; durante o período da primeira grande guerra, contribuiu para a reorganização do Exército permanente. Fez uma grande remodelação no Exército, no sentido de se aprimorar, à luz de novas experiências, o que já se vinha conseguindo com a Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que instituiu o serviço militar obrigatório e os sorteios militares, com a finalidade de trazer para o Exército integrantes de todas as classes sociais, pois até então ingressavam em suas fileiras apenas os jovens egressos das classes menos favorecidas. Os mais ricos cumpriam serviço militar na Guarda Nacional.

Com a remodelação efetuada em 1915, redistribuiu as grandes unidades pelo território nacional, cuidou da renovação dos equipamentos e voltou-se para o serviço militar. Para a organização do serviço de recrutamento, promoveu uma campanha iniciada pelo poeta Olavo Bilac, criando um clima favorável junto à opinião pública.

Em 1916, ano em que foi promovido a Marechal, ocorreu o primeiro sorteio dos cidadãos com 21 anos alistados para o serviço militar. O rompimento das relações com o Império Alemão e a perspectiva de entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial atraíram grande número de jovens para o serviço militar.

Em 1918, em consequência dessas mudanças, foi extinta a Guarda Nacional.

Ainda na sua gestão como Ministro da Guerra foram criados o Campo de Manobras de Gericinó, o 1º Distrito de Artilharia da Costa e foram dados os primeiros passos para a criação da Aviação Militar e do Serviço Geográfico Militar.

Além de suas atividades militares, entre as quais se contou o comando da Coudelaria Nacional de Saicã (RS), presidiu a Comissão do Cavalo Nacional Puro-Sangue.

Em homenagens *post-mortem,* o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do então Distrito Federal passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria. Por solicitação do STM, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) lançou, em 18 de agosto de 1986, carimbo comemorativo do cinquentenário de seu falecimento, que teve circulação prevista para o período de 17 a 23 de agosto. A solenidade de lançamento foi realizada no Tribunal e contou com a presença de familiares do homenageado.

Atividades no STM - Foi nomeado Ministro do STM por decreto de 28 de junho de 1919. Por decreto de 7 de janeiro de 1920 foi eleito Presidente do STM, permanecendo no cargo até 28 de novembro de 1922. Em 25 de janeiro de 1923 foi eleito Vice-Presidente do STM. Em 24 de novembro de 1924 foi eleito novamente presidente do STM, tomando posse no mesmo dia. A 30 de dezembro de 1926, deixou a Presidência por término do mandato, sendo reeleito Vice-Presidente. Assumiu a Presidência em virtude da renúncia do então Presidente Marechal Mendes de Moraes, permanecendo até 1928. Em sessão de 31 de dezembro de 1928, foi eleito, pela 3ª vez, para o cargo de Presidente, permanecendo

até 1931. A 2 de janeiro de 1931, pela 4ª vez, foi eleito para o biênio 1931-1932. Em 30 de dezembro de 1932 foi eleito pela 5ª vez para o cargo de Presidente, exercendo-o até 17 de julho de 1934.

No dia 17 de julho de 1934, em decorrência dos limites impostos pela nova Constituição à idade dos Juízes em exercício, passou o cargo de Presidente do STM a seu substituto legal, o Almirante Pedro Max Fernando de Frontin. No dia 28 do mesmo mês, foi aposentado compulsoriamente.

Falecimento - 17 de agosto de 1936, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1229-1230.

BENTO, Cláudio Moreira. Marechal José Caetano de Faria. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 724, 93-123, mar./abr., 1986.

CARIMBO comemorativo do 50º aniversário de falecimento do Marechal José Caetano de Faria. In: *RSTM*, Brasília, 9, nov./dez., 229, 247, 1986/1987.

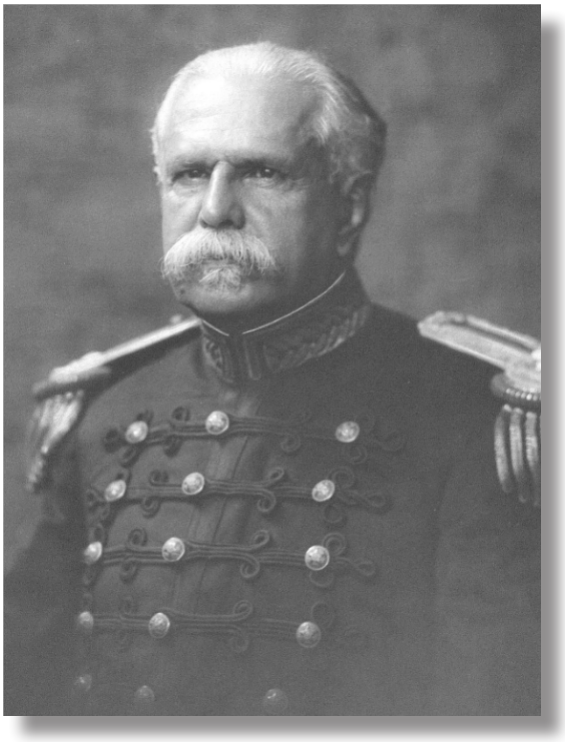
GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 5, p. 2669.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 32.

TORRES, Theodorico Lopes Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil:* 1908-1950. 4. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 174-177.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* José Caetano de Faria. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS



Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 16 de agosto de 1853, no Rio Grande do Sul (RS).

Formação e atividades principais - Engenheiro Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Foi Chefe do Estado-Maior do Exército.

Atividades no STM - Nomeado por decreto de 24 de julho de 1905, tomou posse em 2 de agosto seguinte. Por decreto de 24 de novembro de 1920 foi posto em disponibilidade, de acordo com o art. 3º das Disposições Transitórias do Código de Organização Judiciária e Processo Militar (Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920); pelo art. 4º seguinte do mesmo Código, foi aproveitado em vaga para Ministro, nomeado pelo decreto de 25 de julho de 1921, reassumindo as funções em 1º de agosto do mesmo ano.

Foi eleito Presidente para o biênio de 29 de novembro de 1922 a 24 de novembro de 1924, sendo eleito, em seguida, Vice-Presidente.

Por decreto de 27 de março de 1926, a pedido, é novamente posto em disponibilidade, permanecendo até a sua aposentadoria pelo decreto de 16 de agosto de 1941.

Falecimento - 16 de agosto de 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 8, p. 4.389.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar:* dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 30.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Luiz Antônio de Medeiros. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FELICIANO MENDES DE MORAES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 20 de junho de 1858, em São Paulo (SP).

Filiação - Frederico José de Moraes.

Formação e atividades principais - Sentou praça em janeiro de 1876, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Promovido a em dezembro de 1879, tornou-se Segundo-Tenente em maio de 1881, Primeiro-Tenente em dezembro de 1883, Capitão em janeiro de 1890 e Major em março de 1892. Nesse posto participou da repressão à Revolta da Armada, levante de oposição a Floriano Peixoto.

Promovido a Tenente-Coronel em julho de 1894 e a Coronel em outubro de 1903, exerceu, em 1906, a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República durante o governo do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. Em julho de 1908 foi promovido a General de Brigada e, no ano seguinte ,viajou à Europa, integrando a Comissão de Compras do Exército. Foi presidente do Clube Militar de 1914 a 1916, ano em que, no mês de dezembro, foi levado à patente de General de Divisão.

Foi também Diretor de Material Bélico do Exército, Diretor de Obras Públicas do Estado do Paraná, membro da Comissão de Elaboração da Carta Geral do Brasil, Embaixador extraordinário e Ministro

plenipotenciário do Brasil na Argentina, provedor da Irmandade da Cruz dos Militares e presidente do Círculo de Oficiais Reformados.

Oficial da Arma de Engenharia, ao longo de sua carreira militar fez ainda os cursos de Infantaria e Cavalaria, de Estado-Maior e Artilharia. Formou-se também em Matemática e Ciências Físicas, e trabalhou na Carta Geral da República.

Reformado no posto de Marechal em janeiro de 1920.

Atividades no STM - Por decreto de 3 de setembro de 1919 foi nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar (STM). Reformado no posto de Marechal em janeiro de 1920, permaneceu em atividade no STM, cuja presidência ocupou de 30 de dezembro de 1926 a 20 de junho de 1927, quando renunciou, e seu Vice, Marechal José Caetano de Faria, completou o biênio. Em sessão de 31 de dezembro de 1928, tornou-se Vice-Presidente do STM, condição em que se manteve até 7 de novembro de 1931, quando foi posto em disponibilidade, por decreto daquela data.

Falecimento - 28 de junho de 1942, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2277.

GRANDE Enciclopédia Delta Larrouse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 8, p. 4621.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 32.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Feliciano Mendes de Moraes. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

PEDRO MAX FERNANDO DE FRONTIN

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 8 de fevereiro de 1867, em Petrópolis (RJ).

Filiação - João Gustavo de Frontin e Eulália Hyppolite Rose de Frontin.

Formação e atividades principais - Fez seus primeiros estudos em uma Escola de Instrução Pública da Corte, no externato do Colégio Pedro II e no Colégio Naval. Em 1882, ingressou na Escola Naval, tornando-se Guarda-Marinha em 1884, tendo chegado, nesse mesmo ano, ao posto de Segundo-Tenente. Em 1886, foi promovido a Primeiro-Tenente; em 1890, Capitão-Tenente; e Capitão de Corveta em 1902. Imediato do encouraçado Deodoro, participou da mobilização de forças em resposta ao levante da Escola Militar e na repressão à Revolta da Vacina, que, a pretexto de combater a obrigatoriedade da vacinação contra a febre amarela, ensejou o desencadeamento da insatisfação popular com o governo.

Em maio de 1905 foi nomeado Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul, tendo permanecido no cargo até o ano seguinte, quando regressou ao Rio de Janeiro e assumiu a Diretoria da Escola de Timoneiros e o Comando do Navio-Escola Primeiro de Março. Em abril de 1907, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha, ocupando o cargo até dezembro do mesmo ano.

Em 1908, partiu para Glasgow, com a missão de trazer para o Brasil o contratorpedeiro Piauí, retornando ao país em fevereiro de 1909 e, em agosto do mesmo ano, foi novamente designado Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Em 1910, foi promovido a Capitão de Fragata e assumiu o Comando do Cruzador Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1912, foi promovido a Capitão de Mar e Guerra, deixando o Comando do Rio Grande do Sul para assumir a Chefia da 1ª Seção do Estado-Maior da Armada, que ocupou até maio de 1913. Comandou o encouraçado São Paulo até 1915, quando foi nomeado Comandante do Corpo de Marinheiros Nacionais. Nesse mesmo ano, em maio, ascendeu à patente de Contra-Almirante e, em julho, deixou o Corpo de Marinheiros para assumir o Comando da 2ª Divisão Naval, composta dos cruzadores Barroso, Rio Grande do Sul e Bahia. Com a extinção da divisão em 1917, Frontin foi designado Comandante da Divisão Naval do Sul.

Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1917, foi escolhido para comandar a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), tendo assumido o Comando em fevereiro de 1918. Com a decretação do armistício em novembro de 1918, a DNOG retornou ao Brasil, onde chegou em junho de 1919, sendo dissolvida. Em julho, foi nomeado Diretor da Escola Naval de Guerra, onde permaneceu até janeiro de 1920, quando foi escolhido para o posto de Chefe do Estado-Maior da Armada (EMA).

Promovido a Vice-Almirante em maio de 1920 e exonerado da Chefia do EMA em novembro de 1922, em seguida, ocupou o cargo de Diretor-Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Atividades no STM - Em novembro de 1926, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, deixando o serviço ativo. Eleito Vice-Presidente do STM em 1931 e reeleito em 1932, ascendeu à Presidência do Tribunal em julho de 1934 com a aposentadoria do Marechal José Caetano de Faria, vindo a ser reeleito em 1936.

Foi aposentado compulsoriamente em fevereiro de 1938, por ter atingido o limite máximo de idade previsto na Constituição para o cargo.

Falecimento - 7 de abril de 1939, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1402-1403.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 33.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Pedro Max Fernando de Frontin. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FRANCISCO RAMOS DE ANDRADE NEVES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 31 de maio de 1874, no Rio Grande do Sul (RS).

Filiação - Bisneto do Barão do Triunfo, José Joaquim de Andrade Neves, herói da Guerra do Paraguai.

Era casado com Zalda Vilela de Carvalho Andrade – filha do Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra de 1922 a 1926 –, com quem teve três filhas.

Formação e atividades principais - Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, assentou praça em março de 1889, sendo promovido a Segundo-Tenente em 1901, a Capitão em 1908 e a Major em 1916, na Arma de Cavalaria. Nesse último ano, assumiu o comando do destacamento do Forte de Copacabana. Em 1919, foi promovido a Tenente-Coronel, tornando-se Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Em 1920, foi indicado representante militar do Brasil na Comissão Permanente Consultiva para Questões Militares, Navais e Aéreas da Sociedade das Nações e, no ano seguinte, foi escolhido Presidente da Subcomissão militar da Comissão Permanente Consultiva do mesmo organismo. Em 1922, representou o Brasil nas Comissões Econômicas e Financeiras e de Repartição de Despesas da Sociedade das Nações e foi promovido a Coronel. Em 1923, foi Consultor Técnico da Delegação

brasileira à IV Assembleia da Sociedade das Nações e designado Adido Militar da Embaixada do Brasil na Bélgica, onde permaneceu até 1925. De volta ao Brasil, assumiu, em seguida, o cargo de Diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e, em 1926, foi promovido a General de Brigada. Em 1927, deixou o Arsenal e foi nomeado Diretor de Material Bélico do Exército, cargo em que permaneceu até 1930.

A 10 de setembro de 1930, no governo Washington Luís, foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Presidência da República. Neste período, foi procurado por Lindolfo Collor, líder político gaúcho, que, a mando de Getúlio Vargas, encontrou-se, no Rio de Janeiro, com vários oficiais de alta patente ainda não comprometidos com a revolução que se pretendia desencadear para depor Washington Luís. Segundo Hélio Silva, esses contatos não foram satisfatórios. No entanto, segundo João Neves de Fontoura, Lindolfo Collor conseguiu o apoio dos Generais Andrade Neves, Augusto Tasso Fragoso e Alfredo Malan d'Angrogne, aos quais se juntariam mais tarde outros Oficiais importantes do Exército e da Marinha.

No dia 24 de outubro do mesmo ano (1934), Washington Luís foi deposto e, no dia 3 de novembro, Vargas recebeu da Junta Provisória que fora constituída para governar o país o poder presidencial, como delegado da revolução. Com a ascensão de Vargas, Andrade Neves foi mantido na chefia do Estado-Maior da Presidência da República, agora denominado Estado-Maior do Governo Provisório. Promovido a General de Divisão em abril de 1931, foi nomeado Comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre.

Em 1932, no período que antecedeu a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, vários líderes, preocupados com a possibilidade de Andrade Neves vir a apoiar os constitucionalistas de São Paulo, pressionaram o Ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, para que interferisse de algum modo na 3ª RM a fim de sabotar as relações entre o General Andrade Neves e a FUG (Frente Única Gaúcha). Através de uma série de manobras, o Ministro da Guerra conseguiu neutralizar seu campo de influência e ação.

Em consequência, o Comandante da 3ª RM solicitou exoneração do cargo, atitude que já tomara duas vezes sem ser atendido.

Esse pedido de exoneração provocou uma crise no governo gaúcho. Necessitando do apoio da FUG, à qual o General Andrade Neves continuava ligado, Flores da Cunha, então Governador do Estado, ameaçou renunciar e telegrafou a Oswaldo Aranha – afirmando que a saída do Comandante da 3ª RM perturbaria a ordem pública – que, por sua vez, debateu o assunto com Vargas, que procurou contemporizar a situação por alguns dias, decidindo, finalmente, exonerar o Ministro da Guerra, reafirmando sua confiança no Comandante da 3ª RM.

A 16 de agosto, Andrade Neves teve seu nome sugerido por Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Comandante das Forças Governistas, e assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército (EME) no dia 22 de agosto seguinte, permanecendo nessa Chefia até agosto de 1934.

Atividades no STM - Por decreto de 31 de julho de 1934 foi nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar (STM), prestando o compromisso legal e tomando posse em 10 de agosto do mesmo ano. Em sessão de 1º de abril de 1938, foi eleito Presidente do STM, sendo reeleito em 1940.

Aposentado em 1941, conforme decreto de 25 de julho do mesmo ano.

Falecimento - 15 de maio de 1951, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2378-2379.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 8, p. 4785.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 33.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Francisco Ramos de Andrade Neves. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

ÁLVARO GUILHERME MARIANTE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 15 de junho de 1875, no Rio Grande do Sul (RS).

Formação e atividades principais - Assentou praça em fevereiro de 1893, tornando-se Alferes-Aluno em março de 1898 e Alferes em novembro de 1903. De junho de 1904 a janeiro de 1905, esteve com a tropa na Amazônia em função das lutas entre o Brasil, a Bolívia e o Peru em torno da demarcação no Acre. Foi promovido a Primeiro-Tenente em outubro de 1908, a Capitão em 1914 e a Major em 1918. Integrado à força federal estacionada em Barreiras (BA), em 1919 foi enviado numa missão de pacificação a Divinópolis, atual Panamá (GO), que se encontrava sob intervenção federal. Logo em seguida, Mariante recomendou a suspensão, ficando o Governo de Goiás encarregado de resolver a questão.

Promovido a Tenente-Coronel em junho de 1922. A 4 de julho, suspeitando que se preparava uma revolta militar contra o Presidente da República Epitácio Pessoa, o comando da Vila Militar do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, ordenou que as patrulhas de Mariante prendessem vários suspeitos; trabalhando efetivamente, conseguiu desarticular o plano. Mariante participou do julgamento dos revolucionários de 1922 como testemunha de acusação. Em setembro de 1923, foi promovido a Coronel.

Em 5 de julho de 1924, irrompeu, em São Paulo, uma nova Revolta e novamente o Destacamento Mariante, sediado em Formiga (PR), entrou em combate contra a Coluna Miguel Costa - Prestes.

Em maio de 1925, Mariante voltou do Rio de Janeiro, onde, junto com Góis Monteiro, foi dispensado daquelas operações militares. No entanto, em janeiro de 1926, o Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho convocou-os novamente. Promovido a General no mesmo mês, Mariante assumiu o comando das forças legalistas e deveria deter a Coluna Miguel Costa - Prestes, que já havia atravessado vários Estados, aproximando-se da Bahia pelo baixo rio São Francisco. O Comandante das forças oficiais no local era o General João Gomes, que, entrando em choque com Mariante, pediu exoneração do cargo. O General Mariante passou, então, a acumular as funções de Comandante de seu destacamento e de Comandante-Geral das Forças Governamentais em luta no Norte e no Nordeste.

A respeito de sua participação no combate à Coluna Prestes, Góis Monteiro escreveu, em 1925, "O destacamento Mariante no Paraná Ocidental: Reminiscências".

Com a colaboração dos chefes sertanejos no interior da Bahia, e a bordo de um navio navegando pelo rio São Francisco, Mariante pôde acompanhar de longe os movimentos da Coluna e desenvolveu dois planos sucessivos para aprisionar os revoltosos, mas ambos falharam em seu esforço de vencer a Coluna. O primeiro se propunha a cercar o inimigo na caatinga, mas a rapidez de deslocamento dos rebeldes fez com que fracassasse. O segundo consistia em aprisionar os revoltosos na margem do São Francisco, mas também falhou devido ao movimento tático conhecido como "laço húngaro", que Luís Carlos Prestes empregou: um pequeno destacamento rebelde partiu em direção ao inimigo, chamando a sua atenção, enquanto o grosso das tropas escapava por outra direção. Essa luta permaneceu até 1927. Com o fim da marcha dos revolucionários, o Quartel-General de Mariante se dissolveu, tendo seu Comandante voltado ao Rio, onde não foi bem recebido. Mesmo assim, o Ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, nomeou-o, em julho de 1927, o primeiro Diretor da Aviação Militar, cargo que ocuparia até novembro de 1930.

Durante a Revolução de 1930, o General Mariante permaneceu à frente da Aviação Militar até a vitória dos revoltosos; quando soube que o General Góis Monteiro era o chefe militar desse movimento, ficou intensamente impressionado, presa de um conflito íntimo entre as razões do amigo e o dever da lealdade ao poder constituído. Muito acatado pelos seus comandados, que na maioria estavam do lado da revolução, no dia 24 de outubro – data em que Washington Luís foi deposto –, esses mesmos comandados quiseram que ele aderisse ao movimento. Mas ele recusou. Fez uma despedida muito tocante à sua oficialidade, que o tratou com grande carinho, e retirou-se para sua residência com os poucos Oficiais que ficaram ao seu lado.

Depois de 1930, Mariante foi Diretor de Engenharia e membro da Comissão de Promoções do Exército. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, no dia 9 de julho de 1932, o governo montou um dispositivo militar para reprimi-la. Nesse contexto, Mariante foi nomeado para o

Comando da 1ª Região Militar (RM), sediada no Rio de Janeiro. Em outubro de 1932, Mariante foi promovido a General de Divisão. Em 17 de julho de 1934, um dia depois de aprovada a Constituição, Vargas foi eleito Presidente pela Constituinte. Mariante deixou a 1ª RM e, em 31 de julho, foi para o Supremo – hoje Superior – Tribunal Militar.

Atividades no STM - Foi nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar, por decreto de 31 de julho de 1934, e empossado em 15 de agosto do mesmo ano.

Foi por seu intermédio que, em setembro de 1937, o plano de um pretenso ataque comunista ao governo chegou às mãos de Góis Monteiro, na época Chefe do EME. Em conversa com Mariante, o Capitão Olímpio Mourão Filho, membro do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, mostrou-lhe um plano descrevendo como seria um ataque comunista e como deveria ser repelido. Mariante sugeriu que o documento, que ficou conhecido como Plano Cohen, fosse mostrado a Góis Monteiro, mas Mourão recusou-se, alegando ser ele de caráter secreto. Mariante pediu-o emprestado e Mourão cedeu. Nesse ínterim, é possível que Mariante o tenha mostrado a Góis Monteiro, pois Góis o apresentou pouco depois um suposto plano comunista apreendido pelo EME, que Mourão viria, mais tarde, a reconhecer como o documento que ele próprio elaborara. Com base nessa "descoberta", os Ministros militares solicitaram a reinstauração do estado de guerra, criando-se, assim, o clima propício à decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Em sessão de 1º de abril de 1938, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal e, em Sessão de 3 de janeiro de 1940, foi reeleito. Em sessão de 30 de julho de 1941, foi eleito Presidente do Superior Tribunal Militar.

Aposentado em 1942, conforme decreto de 9 de janeiro.

Falecimento - 7 de junho de 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2092-2094.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 8, p. 4295.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 33.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Álvaro Guilherme Mariante. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

RAUL TAVARES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 8 de março de 1876, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Rubem Tavares e Virgínia Corte Tavares.

Era casado com Alice de Paula e Silva Tavares, com quem teve cinco filhos.

Formação e atividades principais - Sentou praça em 1892, ingressando na Escola Naval, de onde saiu Guarda-Marinha em 1896. Promovido a Segundo-Tenente em novembro de 1898 e a Primeiro-Tenente em novembro do ano seguinte, tornou-se Capitão-Tenente em setembro de 1903 e, posteriormente, foi observador militar da guerra russo-japonesa. Em fevereiro de 1914, passou a Capitão de Corveta e, de novembro de 1918 a julho do ano seguinte, foi Oficial de Gabinete do Ministro da Marinha, Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira. Foi promovido a Capitão de Fragata em julho de 1920.

Em novembro de 1930, recebeu a patente de Capitão de Mar e Guerra. No mês seguinte, tornou-se subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, então Estado-Maior do Governo Provisório. Chegou a Contra-Almirante em outubro de 1932 e, em fevereiro de 1935, assumiu o posto de

Comandante em Chefe da Esquadra. Nessa função conduziu, em maio seguinte, o Presidente Getúlio Vargas ao Uruguai e à Argentina, numa viagem de retribuição de visita, comandando a divisão Naval composta pelo encouraçado Minas Gerais e os cruzadores Rio Grande do Sul e Bahia. Deixou o Comando em Chefe da Esquadra em janeiro de 1936 e, no mês seguinte, foi promovido a Vice-Almirante.

Foi ainda Adido Naval e Aeronáutico em Roma e Madrid, Diretor-Geral da Repartição de Hidrografia e Navegação e Diretor das Escolas de Guerra Naval e de Aviação Naval. Assistiu à construção do contratorpedeiro Pará em Glasgow, na Escócia, e comandou o couraçado Minas Gerais.

Foi membro dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de História Militar Brasileira, o qual presidiu. Foi também Presidente das Sociedades de Geografia e de Filosofia do Rio de Janeiro.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar por decreto de 19 de fevereiro de 1938, foi empossado a 25 do mesmo mês e ano. Em sessão de 29 de setembro de 1941, foi eleito Vice-Presidente do Órgão e, em 5 de janeiro de 1942, foi eleito Presidente, sendo reeleito em 3 de janeiro de 1944.

Publicações - Guerra hispano-americana; Guerra russo-japonesa; Marechal Moltkee; Ensaios de tática aérea; Síntese histórica da Marinha brasileira; A Marinha brasileira na campanha do Paraguai e Almirante Jaceguai. Colaborou também em periódicos brasileiros, italianos e espanhóis. Colaborou em jornais e revistas com grande assiduidade.

Aposentado a pedido, em 7 de março de 1944.

Falecimento - 19 de fevereiro de 1952, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4, p. 3307-3308.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 11, p. 6564.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 34.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Raul Tavares. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 18 de janeiro de 1879, em Fortaleza (CE).

Filiação - Francisco José da Silva e Maria Cândida da Silva.

Era casado com Nina Elleury da Silva.

Formação e atividades principais - Sentou praça em agosto de 1897, na Escola Preparatória e Tática do Realengo (RJ). Em 1901, foi transferido para a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha; concluiu o curso como Alferes em novembro de 1904. Em 1905, fez curso de Estado-Maior e, em 1907, incorporou-se à Arma de Infantaria no posto de Segundo-Tenente.

Em abril de 1914, foi promovido a Primeiro-Tenente e, em julho de 1919, a Capitão. Em 1920, fez o curso de aperfeiçoamento e alto comando na Escola de Estado-Maior do Exército. Ocupou, em 1922, o posto de Adjunto de Ordens do Ministro da Guerra. Elevado a Major em maio de 1925, obteve a patente de Tenente-Coronel em agosto de 1929.

Revolucionário em 1930, Silva Júnior era Subcomandante do 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa (PR). Incorporou-se às fileiras da Revolução, comandando um dos destacamentos de vanguarda da Coluna Miguel Costa; estava encarregado de iniciar o ataque frontal à cidade paulista Itararé, na fronteira com o Paraná. O ataque, no entanto, não chegou a consumar-se, pois, em 24 de outubro, o Presidente Washington Luís foi deposto no Rio de Janeiro.

Em maio de 1931, foi promovido a Coronel. Em 1932, integrado às forças legalistas, interveio na Revolução Constitucionalista, participando da tomada de Itararé; em outubro, foi promovido a General de Brigada, tendo comandado a 3ª Brigada de Infantaria.

Em dezembro de 1935, no Rio de Janeiro, participou da reunião promovida pelo Ministro da Guerra, com o objetivo de examinar a situação criada no país pelo Levante Comunista, que eclodira em novembro, bem como a insuficiência das leis repressivas existentes para punir os revoltosos. Assim como todos os outros presentes, todos integrantes da alta cúpula do Exército, Silva Júnior concedeu apoio integral ao Ministro da Guerra para que este agisse junto aos poderes competentes no sentido de punir os envolvidos no levante da maneira mais rápida possível. Dessa reunião resultou, ainda, um projeto de lei pelo qual os oficiais considerados criminosos estariam sujeitos não só às penalidades previstas na legislação, mas também à expulsão do Exército.

Em fevereiro de 1938, foi promovido a General de Divisão, sendo nomeado, em março, para o Comando da 2ª Região Militar em São Paulo. Nesse posto, ocupou por breve período – 25 a 27 de abril de 1938 – a interventoria Paulista, quando o passou ao novo interventor, Ademar Pereira de Barros.

Em 12 de junho de 1939, assumiu o Comando da 1ª RM (RJ) à frente da qual permaneceu até 1942.

Atividades no STM - Por decreto de 6 de janeiro de 1943, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar. Em sessão de 27 de outubro de 1943 foi eleito para o cargo de Vice-Presidente; reeleito em 3 de janeiro de 1944. Em 3 de abril de 1944, foi eleito Presidente, sendo reeleito, sucessivamente, em 23 de janeiro de 1946 e 12 de janeiro de 1948, permanecendo na Presidência do STM até a sua morte.

Falecimento - 27 de dezembro de 1948, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 193-196.

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4, p. 3180-3181.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 11, p. 6324.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar:* dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar. 1944. p. 34.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Francisco José da Silva Júnior. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

JOÃO FRANCISCO DE AZEVEDO MILANEZ

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 16 de junho de 1882, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Abdon Milanez e Heloísa Azevedo Milanez.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval em 1898. Foi nomeado Guarda-Marinha em janeiro de 1901 e Segundo-Tenente em janeiro de 1902. Serviu nos Cruzadores Tamoio e Tiradentes e no Navio-Escola Trajano. Recebeu a patente de Primeiro-Tenente em janeiro de 1903, embarcando, em julho, no Navio-Escola Benjamin Constant.

Em 1904, passou para o Comando-Geral dos Torpedeiros, embarcando no Torpedeiro Pedro Ivo e, em maio de 1905, tornou-se imediato do Torpedeiro Bento Gonçalves; em setembro foi nomeado encarregado do Torpedos Deodoro. Em janeiro de 1906, passou a Comandante do posto de Torpedos e Adjunto-Instrutor da Escola de Torpedos.

Em janeiro de 1909 foi nomeado Instrutor da Escola de Defesa; em novembro alcançou o posto de Capitão-Tenente. Em março de 1910, viajou à Europa a serviço, para estudar os tipos de navios mineiros

adotados pelas marinhas de diversos países europeus. Em seguida foi nomeado Auxiliar da seção de torpedos da Comissão Naval do Brasil na Europa. Com o mesmo objetivo, visitou fábricas de explosivos e minas na Inglaterra e Alemanha; desligou-se da Comissão em maio de 1912. Em novembro do mesmo ano, assumiu interinamente o comando do Contratorpedeiro Amazonas, permanecendo um mês no cargo.

Passou a Instrutor da Escola Profissional de Defesa Submarina em agosto de 1913, embarcando no Navio-Escola Tamandaré. Matriculou-se na Escola de Guerra Naval, em abril de 1917, diplomando-se em janeiro do ano seguinte, quando foi designado Ajudante de Ordens do Chefe do Estado-Maior da Armada (EME). Em maio de 1919, foi nomeado, interinamente, Subinspetor de tiro da Armada. No ano seguinte, viajou novamente à Europa, para estudar e participar de experiências com torpedos e minas submarinas. Em junho de 1920 foi promovido a Capitão de Corveta e, no final do ano a maio de 1921, frequentou, em Paris, a Escola Superior de Marinha. Retornando ao Brasil, tornou-se imediato de Encouraçado São Paulo em dezembro de 1921.

Nomeado Comandante interino do contratorpedeiro Paraíba em abril de 1922, em outubro assumiu interinamente o comando do Contratorpedeiro Paraná. No ano seguinte, passou a Comandante interino da defesa minada do Porto do Rio de Janeiro. De 1925 a 1927, serviu na Escola de Guerra Naval, onde exerceu as funções de Auxiliar de ensino e Chefe do Departamento de Tática. No início de 1927, prestou serviços à instrução técnica do Estado-Maior da Esquadra. Em dezembro do mesmo ano foi nomeado Adido Naval à Embaixada do Brasil em Santiago, no Chile, desligando-se da Escola Naval. Promovido a Capitão de Fragata em junho de 1928. De volta ao Brasil, tornou-se Comandante da Flotilha e Inspetor do Arsenal de Marinha do Mato Grosso, respectivamente, nos meses de março e abril de 1930. De outubro a dezembro foi Intendente de Corumbá (MS), então no Estado de Mato Grosso.

Em fevereiro de 1931, durante o governo provisório, foi nomeado Oficial de ligação entre os Estados-Maiores do Exército e da Armada e, em julho do mesmo ano, assumiu o comando do Cruzador Bahia. Em abril de 1932, passou a ocupar o cargo de Diretor Militar do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Em setembro, alcançou o posto de Capitão de Mar e Guerra. Em novembro do mesmo ano, deixou o Arsenal de Marinha e assumiu a Vice-Diretoria da Escola de Guerra Naval e a chefia do Departamento do Comando da Escola. De junho de 1934 a janeiro de 1935, foi comandante da 2ª Divisão Naval, sendo designado, em seguida, Vice-Diretor do Pessoal da Armada. Em fevereiro de 1935, assumiu a chefia do Estado-Maior da Esquadra.

Em fevereiro de 1936, foi promovido a Contra-Almirante e, neste mesmo mês, foi nomeado Diretor-Geral do Pessoal da Armada. Permaneceu no cargo até fevereiro de 1937, sendo designado Consultor Técnico-Militar dos Ministérios das Relações Exteriores, função que exerceu até março de 1938. Em outubro desse mesmo ano, assumiu interinamente o cargo de Diretor-Geral do Pessoal da Marinha.

Em março de 1940, foi nomeado Comandante em Chefe da Esquadra, em substituição ao Almirante Mário de Oliveira Sampaio. Viajou durante 18 meses com seu pavilhão de comando no Couraçado

Minas Gerais, seguindo instruções do Estado-Maior da Armada (EMA) e pela Missão Naval Americana, período em que já se desenrolava a 2ª Guerra Mundial na Europa. Em agosto de 1941, foi promovido a Vice-Almirante. Em outubro deixou o comando da Esquadra, para tomar posse no STM.

Atividades no STM - Em 26 de setembro de 1941, foi nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar, tomando posse em 22 de outubro do mesmo ano.

Em novembro de 1945, foi eleito Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, sendo reeleito, em janeiro de 1946, para o biênio 1946-1947. Assumiu a Presidência do STM em dezembro de 1948, devido ao falecimento do General Francisco José da Silva Júnior. Foi reformado no cargo de Almirante de Esquadra e aposentado, compulsoriamente, no cargo de Ministro do STM, por decretos de 1º de julho de 1952, ambos publicados em 3 de junho do mesmo ano.

Falecimento - 11 de março de 1956.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 215-224.

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2225-2226.

GRANDE Enciclopédia Delta Larrouse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v. 8, p. 4512.

LAGO, Laurênio. *Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 34.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: João Francisco de Azevedo Milanez. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

MÁRIO ARY PIRES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 8 de outubro de 1882, no vilarejo Pontal da Barra, no Rio Grande do Sul (RS).

Filiação - João Pires da Silva e Maria Cândida de Oliveira Pires.

Foi casado com Nermesília Dantas Barbosa Santos.

Formação e atividades principais - Em março de 1902, após inomináveis sacrifícios e perseverantes esforços, ingressou no corpo de Cadetes da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS), tendo sido contemporâneo dos futuros Presidentes da República Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Concluindo o curso preparatório, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou, em abril de 1904, na Escola Militar da Praia Vermelha.

Ainda no primeiro ano de Escola, divergiu de seus colegas de turma que preparavam a revolta contra o governo do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), conhecida como Revolta da Vacina. Este movimento irrompeu em novembro de 1904, na Escola Militar, sob a inspiração de políticos de oposição e em protesto contra a vacinação obrigatória decretada pelo governo. No mesmo ano e com o mesmo objetivo, eclodiu, no Rio de Janeiro, uma rebelião popular, embora sem vinculação direta com o levante militar. Ambos os movimentos foram prontamente debelados pelo governo.

Reprovou com veemência a atitude dos conspiradores, invocando o compromisso de que todos haviam prestado perante a bandeira da Pátria, por força da qual os militares não poderiam voltar às armas que a Nação lhes confiou contra a ordem legal e as instituições legitimamente constituídas no país.

Nesse encontro, a Escola fez recuar em vergonhosa debandada os seus opositores; mas, embora vitoriosa, sofreu várias baixas, havendo mortos e feridos, entre estes o Senador Lauro Sodré e o General Travassos, que veio a falecer dias depois.

O tradicional estabelecimento de ensino, onde passaram os mais eminentes mestres do Brasil, foi fechado; seus alunos, após sindicâncias, uns foram expulsos do Exército, outros desligados e mandados incluir, como soldados, nos corpos de tropas; aqueles, porém, que eram Oficiais foram presos em vários corpos de guarnição.

Apesar de estar entre aqueles que decididamente se recusaram a participar da sublevação, o Cadete Ary Pires recebeu com verdadeiro espírito militar a notícia do seu desligamento, seguida da ordem de apresentação ao 12º Batalhão de Infantaria, sediado em Lorena (SP) e comandado pelo Coronel Francisco Agostinho de Souza Menezes. O 12º Batalhão esteve empregado nos trabalhos de terraplenagem e construção do ramal ferroviário daquela cidade a Piquete (SP).

Ao ex-cadete Ary Pires aí foram atribuídos árduos encargos, mas, mesmo assim, não o deixou de manter em dia seus estudos, na constante preocupação de voltar em breve aos bancos escolares.

Em 1905, por iniciativa do Senador Ruy Barbosa, o Congresso Nacional votou uma Lei de Anistia geral para os ex-alunos da Escola Militar, sancionada pelo Chefe do Governo contra o qual se havia rebelado a Escola Militar. Depois de prestados exames das matérias que cursava no ano letivo de 1904, retornou ao seu Batalhão e lá ficou aguardando matrícula em uma das novas Escolas criadas pela reforma do ensino militar que o governo decretara.

Somente em fevereiro de 1906, foi requisitado pela Escola de Guerra, inaugurada em Porto Alegre, onde terminou o seu curso preparatório, classificando-se entre os melhores colocados, sendo, em consequência, declarado Aspirante a Oficial em 15 de fevereiro de 1908. Em seguida, matriculou-se na Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo, no Rio de Janeiro, onde concluiu o curso em março de 1909, sendo nomeado em 30 de março de 1909.

A 29 de julho de 1909, foi promovido a Segundo-Tenente da Arma de Infantaria e passou a servir no 9º Batalhão. Em abril de 1910, matriculou-se no Curso especial de Engenharia Militar, concluindo-o em março de 1912. Bacharelou-se, também, em Ciências Físicas e Matemáticas. Ainda em abril de 1912, foi servir no 1º Regimento de Infantaria (1º RI), na Vila Militar do Rio de Janeiro, sendo incluído no 3º Batalhão agregado à 3ª Companhia, onde ficou até ser transferido para a Arma de Engenharia em junho do mesmo ano. Permaneceu na Vila Militar, servindo no 1º Batalhão de Engenharia, onde exerceu diversas funções.

Em novembro de 1916, foi promovido a Primeiro-Tenente; em novembro de 1917, foi designado para a Companhia Ferroviária. Permaneceu, contudo, Adido ao Quartel General da 5ª Região Militar, em Curitiba, aguardando a organização daquela Companhia, efetivada em maio de 1918.

Em dezembro de 1918, foi nomeado interinamente Auxiliar de Instrutor de Engenharia da Escola Militar. Em abril de 1920, após prestar concurso no Estado-Maior do Exército (EME), foi efetivado no cargo. Em fevereiro de 1921, matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), promovido a Capitão em junho do mesmo ano; em dezembro, concluído o curso na ESAO, foi colocado à disposição da 3ª RM, com sede em Porto Alegre, e incumbido, como Chefe do Centro de Infantaria de Transmissões em São Gabriel (RS), de instruir o pessoal que participou das manobras realizadas no Sul do país, no início de 1922.

Em 1922, foi Chefe do Serviço Telegráfico da Divisão de Infantaria; em maio seguinte, tornou-se Comandante da 1ª Companhia Ferroviária Independente em Deodoro, no Rio de Janeiro. Em julho, recebeu agradecimentos do Presidente da República Artur Bernardes (1922-1926) por sua participação ao lado das forças legalistas no combate à Revolta de 5 de julho de 1922, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, irrompido em Mato Grosso e no Rio de Janeiro.

Em abril de 1923, foi nomeado encarregado da divisão técnica do serviço do campo de instrução de Gericinó no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1924, exercendo as funções de Adjunto da Comissão Reguladora de Santos (SP), integrou, em São Paulo, as forças legalistas de repressão à revolta conhecida como Segundo 5 de julho.

Em fevereiro de 1925, foi nomeado interinamente para a Comissão de Regimento Interno e Serviços Gerais; em março, passou a integrar o Estado-Maior do General Sezefredo; Chefe do Serviço de Engenharia do 2º Grupo de Destramento, foi promovido a Major em junho desse mesmo ano. Em outubro seguinte, passou a servir no 1º Batalhão Ferroviário, sediado em Jaguarão (RS) e, em novembro de 1926, foi nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra Nestor de Sezefredo dos Passos (1926-1930).

Em agosto de 1926, foi promovido a Tenente-Coronel. Em 1931, ocupou interinamente, por duas vezes, o 5º Batalhão de Engenharia, com sede em Curitiba. De dezembro de 1931 a junho de 1932 participou da Comissão Executiva da Nova Escola Militar, que escolheu, em Rezende (RJ), o terreno para a construção da Escola.

Exerceu várias chefias em seções do Estado-Maior do Exército (EME). Em abril de 1934, foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, vindo a chefiar várias vezes essa Secretaria entre 1934 a 1939. Em maio de 1934, foi promovido a Coronel. De julho a dezembro de 1935, foi Chefe de Gabinete do EME. Em janeiro de 1938, foi designado membro da comissão que organizou o projeto de Estatuto dos Militares.

Em maio de 1939, foi promovido a General de Brigada, pelos assinalados serviços prestados ao Exército e à Nação, conforme felicitações recebidas pelo Presidente da República por este justo prêmio aos seus méritos profissionais. A partir do mês de dezembro, exerceu o Comando da 5ª RM e da Infantaria Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria (5ª DI), com sede em Curitiba.

Em março de 1941, foi nomeado primeiro Subchefe do EME. Nesse ano, participou dos trabalhos de reconhecimento e de defesa do Nordeste pela importância estratégica da Região na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e presidiu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a defesa do Hemisfério Ocidental.

De fevereiro a junho e em setembro de 1944, respondeu interinamente pela chefia do EME. Ainda nesse último mês, foi promovido a General de Divisão, que era então o mais alto da hierarquia militar.

De julho a dezembro de 1945, exerceu novamente o comando da 5ª RM e da 5ª DI; ainda em 1945, respondeu pela defesa dos litorais do Paraná e de Santa Catarina.

Sobre seus serviços e Comissões, dentre muitos, relacionam-se os seguintes: Instrutor da Arma de Engenharia na Escola Militar; Comandante da 1ª Companhia Ferroviária Independente em Deodoro; Chefe do Centro de Instrução de Transmissão em São Gabriel, na 3ª RM; Oficial e Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra no governo de Washington Luís; Comandante do 5º Batalhão de Engenharia, no Paraná; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Membro da Comissão que organizou o projeto dos Estatutos dos Militares; Secretário-Geral interino do Conselho de Segurança Nacional; Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª DI em Curitiba; Subchefe do Estado-Maior do Exército; Membro da Comissão de Promoções; Representante do Ministério da Guerra junto ao Ministério das Relações Exteriores para a organização das regras de precedência entre as autoridades civis e as militares; Comandante da 5ª DI e da 5ª RM, no Paraná; Membro do Conselho da Ordem do Mérito Militar; Presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a defesa do hemisfério ocidental; Comandante da defesa do litoral do Paraná e Santa Catarina em 1945.

Habilitações técnicas e científicas - Curso de Infantaria e Cavalaria pelo Regulamento de 1905; Curso geral das três armas e especial de Engenharia e Estado-Maior pelo Regulamento de 1898; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e revisão, segundo o Regulamento de 1920; Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, Engenheiro Civil e Militar.

Condecorações - Medalha de Ouro com passadeira de platina, por contar mais de 40 anos de bons serviços militares; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Comenda da Legião do Mérito dos Estados Unidos da América do Norte, no grau de Comandante; Oficial da Legião de Honra da França, criada por Napoleão em 2 de maio de 1802; Medalha de Prata Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República; Condecoração Comemorativa do Centenário do Barão do Rio Branco; Medalha de Guerra.

Atividades no STM - Por decreto de 7 de dezembro de 1945, foi nomeado Ministro do Superior – então Supremo – Tribunal Militar (STM). Tomou posse em 16 de janeiro de 1946; em abril de 1950, foi eleito Vice-Presidente. Em setembro de 1950, foi promovido a General de Exército e, em dezembro, tornou-se Presidente do STM.

Aposentou-se em outubro de 1952 e, em dezembro seguinte, foi reformado, recebendo a patente de Marechal. Em 1960, presidiu a terceira Turma do Conselho Superior da Previdência Social.

Falecimento - 15 de abril de 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 269-275.

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4. p. 2769-2770.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Mário Ary Pires. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FRANCISCO GIL CASTELO BRANCO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 8 de setembro de 1886, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Francisco Gil Castelo Branco.

Era casado com Celita Panalva Santos Castelo Branco.

Formação e atividades principais - Sentou praça em março de 1902, ingressando na Escola Preparatória e de Tática de Realengo (RJ). Em abril de 1903, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, também no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1904, quando a Escola foi fechada em consequência do levante dos alunos, que se rebelaram por ocasião da Revolta da Vacina.

Em 1905, o Congresso Nacional votou uma lei de anistia geral para os ex-alunos da Escola Militar e foram criadas novas escolas pela reforma do ensino militar que o governo decretara; então, foi transferido para a Escola de Guerra de Porto Alegre, concluindo o curso em fevereiro de 1907, sendo declarado Aspirante a Oficial. Logo iniciou o curso na Escola da Arma de Infantaria em outubro de 1908, concluiu o curso em abril de 1909 e, em junho, foi nomeado coadjuvante do ensino prático do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Em outubro de 1909, foi transferido para a Arma de Cavalaria; em março de 1910, seguiu para a Europa a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos militares. Regressando ao Brasil, passou a servir no 4º Regimento de Cavalaria, reassumindo, em fevereiro de 1912, suas funções de coadjuvante do ensino prático do Colégio Militar; em maio foi designado Ajudante de Ordens do Diretor da Escola Militar e, em junho de 1913, auxiliar de ensino teórico, acumulando aí essas funções com o instrutor de equitação.

Em fevereiro de 1915, foi promovido a Primeiro-Tenente; em fevereiro de 1916, passou a servir no 8º Regimento de Cavalaria, removido para o 1º Regimento de Cavalaria em dezembro desse mesmo ano. Foi Ajudante de Ordens do Diretor do Material Bélico entre novembro de 1917 a abril de 1919, sendo então transferido para o 12º Regimento de Cavalaria. Em setembro de 1919, tornou-se Ajudante de Ordens do Ministro da Guerra, General Alfredo Vieira de Melo, e, em março de 1920, foi promovido a Capitão, sendo incorporado ao 20º Corpo de Trem. Em março de 1921, matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, concluindo o curso em dezembro do mesmo ano e, em março de 1922, foi designado para o 15º Regimento de Cavalaria Independente.

Em setembro de 1922, foi nomeado Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Uruguai, até junho de 1926. Durante esse período atuou numa Comissão que operava na linha divisória entre Cerro Largo e Trindad.

Em agosto de 1926, seguiu para a França, onde fez o curso da Escola de Cavalaria de Saumur, estagiando no 16º Regimento de Dragões. Foi promovido a Major em julho de 1928. Concluiu o curso em agosto e regressou ao Brasil, passando a servir como Subcomandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente, sediado em São Luís Gonzaga (RS). Em maio de 1930, ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Participou ativamente do movimento que depôs o Presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930.

Promovido a Tenente-Coronel em agosto de 1931, concluiu o curso da Escola de Estado-Maior em dezembro desse ano, tornando-se Comandante do 3º Regimento de Cavalaria Divisionária, com sede em Porto Alegre, em junho de 1932. Participou do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, irrompida em São Paulo, participando da pacificação de Bela Vista (MS), então no Estado de Mato Grosso, pouco antes da vitória das forças governistas em outubro do mesmo ano.

Chefe do Estado-Maior da Circunscrição Militar de Mato Grosso de novembro de 1932 a março de 1933, em seguida serviu no Estado-Maior do Exército (EME) e, de maio a agosto de 1934, chefiou o Estado-Maior da 2ª Região Militar (2ª RM), em São Paulo. Promovido a Coronel em setembro desse ano, retornou ao EME, onde exerceu a Chefia da 2ª Seção.

A partir de julho de 1935, ficou à disposição do Ministério das Relações Exteriores, embarcando para Buenos Aires como consultor militar da delegação brasileira à Conferência de Paz do Chaco, que pôs

fim definitivamente à guerra entre o Paraguai e a Bolívia. Teve participação destacada no conclave como membro da Comissão Especial de Repartição.

Em fevereiro de 1936, de volta ao Brasil, reassumiu a chefia da 2ª Seção do EME, onde permaneceu até junho de 1937, voltando a ocupar em seguida a chefia do Estado-Maior da 2ª RM. Foi Comandante do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária, sediado em Castro (PR), e chefiou interinamente a 5ª RM no período de fevereiro de 1938 a janeiro 1939. Em janeiro de 1939, foi nomeado chefe do Estado-Maior da Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, no Distrito Federal; permaneceu no cargo até março de 1941, ocupando a seguir a chefia do Estado-Maior das Inspetorias do 2º e 3º grupos de Regiões Militares, sediadas, respectivamente, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Tendo cursado a Escola de Alto Comando, foi designado em junho de 1941 instrutor de Cavalaria dessa Escola e promovido, em 13 de janeiro de 1942, a General de Brigada. Em abril de 1942, tendo o Brasil rompido relações diplomáticas com as potências do Eixo envolvidas na Segunda Guerra Mundial, foi nomeado Comandante do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, com a missão de organizar a defesa do Arquipélago devido à ameaça de ataque ao território brasileiro. Permaneceu nesse posto até fevereiro de 1943, quando o período de ataque já era reduzido. Foi então nomeado Comandante da 10ª RM, sediada em Fortaleza, encarregando-se de promover sua organização.

Deixando o Comando da 10ª RM em junho de 1945, passou, em seguida, a Comandar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no Rio de Janeiro. No exercício desse cargo, participou do Movimento que depôs o Presidente Getúlio Vargas no dia 29 de outubro de 1945, pondo fim ao regime do Estado Novo. Com a posse de José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foi nomeado para exercer o cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, exercendo cumulativamente com as funções de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, de Presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e Presidente da Comissão de Planejamento Econômico. Respondeu por tais atribuições até janeiro de 1946, quando tomou posse o novo Presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra; três meses depois, reassumiu o Comando da ECEME.

Promovido a General de Divisão por decreto de 30 de maio de 1946, foi nomeado Comandante da 9ª RM, com sede em Mato Grosso, cargo que exerceu até fevereiro de 1947, quando assumiu o Comando da 7ª RM, com sede em Recife. Permaneceu nesse posto até junho de 1948, sendo designado um mês depois para o Comando da 3ª RM em Porto Alegre.

Dos serviços prestados e sobre sua competência há numerosos elogios consignados em sua brilhante fé de ofício; ao ser extinta a 4ª Brigada de Cavalaria, foi louvado pela discrição, inteligência e saber profissional; o Comandante do 15º RCI, por motivo de sua nomeação de Adido Militar à Embaixada brasileira na República do Uruguai; por Nabuco de Gouveia e pelo Ministro das Relações Exteriores, Dr. Félix Pacheco; pela Delegação do Brasil em Montevidéu, na Comissão que lhe foi solicitada na linha divisória Cerro Trindade, como também por ocasião das reclamações uruguaias nos casos de

Galpões e de Rivera; pelo General Lafont, Comandante da Escola de Saumur; do Comandante do 3º RCI, Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ao desligar-se do Regimento; pelo Coronel Amaro de Azambuja Vila Nova, pela competência no Comando do seu Regimento e de como desempenhou a delicada missão que lhe foi confiada de apaziguar Bela Vista; pelo Comandante General Almério Moura, quando foi desligado do seu Quartel-General, onde desempenhava as funções de chefe do Estado-Maior.

No posto de Coronel em que permaneceu durante 8 anos, exerceu várias Comissões, não só as de Oficial combatente, como aquelas que só podem ser conferidas aos diplomados pela EME, destacando-se em todas. Elogiado com destaque pelos Generais Manuel Rabelo, Parga Rodrigues, Benedito Olímpio da Silveira, Meira de Vasconcellos, Pedro de Cavalcante, Horta Barbosa e Lucio Esteves.

Suas atividades não ficaram circunscritas ao meio militar. Recebeu, também, os seguintes elogios: do Embaixador Rodrigues Alves, quando da Delegação dos países mediadores em Buenos Aires; pela atuação como membro na Comissão Especial de Repartição, elaborando os textos da Resolução criadora e a redação das instruções gerais para a orientação da referida Comissão. Em sessão da Conferência de Paz foi aprovado um voto de reconhecimento do Ministro Macedo Soares por ter participado, como Assessor Militar, da execução daquele projeto.

Quando Comandante do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, seus serviços foram apreciados pelo Ministro da Guerra, que era, então, o atual Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que fez publicar um Aviso a respeito, transcrito em Boletim Regional de 18 de fevereiro de 1943.

Foi o primeiro Comandante da 10ª Região Militar, organizando todos os seus serviços. Também esteve à frente da Escola do Estado-Maior, recebendo, ao deixar esse elevado cargo, expressivo elogio:

> O Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte, levando em alta estima os serviços do General Castelo no comando do Arquipélago de Fernando de Noronha e no da 10ª Região Militar, condecorou-o com a comanda da "Ordem do Mérito", que lhe foi entregue pelo Major-General Ralph Wooten, solenemente, à frente das tropas de terra, mar e ar, nacionais e norte-americanas na Base Aérea de Fortaleza. (BARBOSA, 1952, p. 281).

Ao deixar a Presidência da República, o Ministro José Linhares enviou ao General Castelo Branco um ofício de agradecimento e elogios.

Possui as seguintes condecorações: Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Medalha de Ouro de bons serviços com passadeira de platina; Medalha de Guerra; Medalha do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco; Legião de Honra da França no grau de Comendador; Ordem Nacional do Condor dos Andes da Bolívia; Comendador da Legião do Mérito – Estados Unidos da América do Norte.

Condecorações - Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Medalha de Ouro, com passadeira de platina; Medalha de Guerra; Medalha do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco; Legião de Honra da França no grau de Comendador; Ordem Nacional do Condor dos Andes da Bolívia; Comendador da Legião do Mérito – Estados Unidos da América do Norte.

Atividades no STM - Por decreto de 29 de dezembro de 1948 foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, tomando posse em 28 de janeiro de 1949. Em dezembro de 1951, foi promovido a General de Exército. Em 4 de julho de 1952, foi eleito Vice-Presidente do STM; em 8 de outubro de 1952, assumiu a Presidência deste Tribunal, sendo, na sessão de 24 do mesmo mês, eleito Presidente; reeleito sucessivamente em 23 de dezembro de 1953 e 1955.

A sede das Auditorias do Exército da 1ª CJM, inaugurada em 25 de janeiro de 1957, em prédio construído anexo ao STM, à Praça da República, nº 123, recebeu o nome "Edifício General Francisco Gil Castelo Branco" em homenagem ao seu idealizador.

Falecimento - 1º de julho de 1956, ainda na ativa, tendo sido promovido *post-mortem*, em outubro de 1958, ao posto de Marechal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 276-283.

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 1697-1698.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Francisco Gil Castelo Branco. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

OCTÁVIO FIGUEIREDO DE MEDEIROS

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 25 de dezembro de 1889, em Porto Alegre (RS).

Era casado com Sílvia Mello de Medeiros.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval em abril de 1905, tendo concluído o curso em 1909. Promovido a Segundo-Tenente no mesmo ano; a Primeiro-Tenente em dezembro de 1913; chegou a Capitão-Tenente em outubro de 1921; Capitão de Corveta em junho de 1932; e a Capitão de Fragata em julho de 1936.

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República em 1939 e de 1942 a 1945.

Em janeiro de 1941, foi promovido a Capitão de Mar e Guerra e, em junho de 1945, foi promovido a Contra-Almirante tornando-se Subchefe da Força Naval do Sul. Em 1946, foi promovido a Vice-Almirante e Adido Militar Naval à Embaixada do Brasil em Washington, representando o país junto à Comissão Militar Brasil - Estados Unidos.

Designado Comandante do III Distrito Naval, então sediado em Recife, a partir de março de 1948, tornou-se, ainda nesse ano, membro do Conselho do Almirantado deixando, em agosto de 1949, o comando do Distrito Naval. Foi, também, membro do Conselho de Instrução da Marinha e Comandante em Chefe da Esquadra. Fez, ainda, os cursos de Artilharia, de especialização e superior de comando na Escola de Guerra Naval e na Escola Superior de Guerra.

Em 1951, foi promovido a Almirante de Esquadra.

Condecorações - Medalha da Vitória; Medalha Naval do Mérito da Guerra (01 estrela); Ordem do Mérito Jurídico - hoje Judiciário Militar - Alta Distinção; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Medalha do Comando da Força Naval do Sul; Medalha do Serviço Militar com Passador de Platina; Medalha de Tamandaré; Medalha "Santos Dumont"; foi, também, Presidente do Conselho da Ordem do Mérito Jurídico - hoje Judiciário Militar; Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Escola Naval.

Atividades no STM - Foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 12 de abril de 1950, tendo tomado posse a 28 do mesmo mês e ano.

Vice-Presidente do STM de 1952 a 1956 e Presidente de 1º de julho de 1956 a 21 de dezembro de 1959.

Em 1958, dirigiu as comemorações do 150º do aniversário da Justiça Militar com as seguintes festividades:

- Missa solene na Igreja da Candelária, em sufrágio das almas daqueles que pertenceram à Justiça Militar;
- Inauguração de placa de bronze confeccionada pelo Arsenal de Marinha, alusiva à efeméride, tributando homenagem aos Presidentes do Tribunal, desde a sua criação em 1º de abril de 1808 até aquela data;
- Ordem do Mérito Jurídico Militar, instituída em Sessão de 12 de junho de 1957 – mais tarde denominada Ordem do Mérito Judiciário Militar –, com três categorias: Alta Distinção, Distinção, Bons Serviços. Entrega a agraciados com destaque na vida pública, dentre os quais o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Dr. Juscelino Kubitscheck de Oliveira;
- I Congresso de Direito Penal Militar reunindo autoridades e estudiosos da Justiça Militar do país, deixando registrados os seus trabalhos em 3 volumes de Anais e distribuição aos participantes de plaqueta comemorativa do evento;
- Criação do estandarte do Superior Tribunal Militar em Sessão de 31 de agosto de 1958 e reconhecido pelo Decreto nº 44.722, de 21 de outubro de 1958. Em visita ao Tribunal, em 2 de maio de 1958, o Gen Ex Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra, ofertou o estandarte confeccionado por aquele Ministério;

- Inauguração da Galeria de Presidentes;
- Cunhagem de medalha comemorativa;
- Selo postal comemorativo;
- Entronização, no Plenário do STM, da imagem de Cristo Crucificado, em cerimônia religiosa oficiada, em 22 de junho de 1959, por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara, o qual foi agraciado, na oportunidade, com a insígnia de Alta Distinção da Ordem do Mérito Jurídico Militar.

Outros eventos de sua gestão: instituição pela Portaria nº 926, de 10 de abril de1959, do Almanaque do Pessoal da Justiça Militar; padronização dos livros das Auditorias, estabelecida em Sessão de 11 de maio de 1959 e definida pela Portaria nº 1.079, para adoção de uso a partir de 1º de janeiro de 1960; Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas para regular a Organização Político-Administrativa e Judiciária da futura Capital e do futuro Estado da Guanabara, que resultou em ofício à Presidência da República informando que o Tribunal estaria "impossibilitado de se transferir para a futura Capital, em abril de 1960, em vista de não ter conhecimento de existir naquela cidade um imóvel apropriado para o funcionamento do Órgão do Poder Judiciário e condições de habitabilidade de seus integrantes" – Diário Oficial de 5 de novembro de 1959; concurso para provimento de cargos de Auditor de 1ª Entrância da Justiça Militar e aprovação de 20 candidatos.

Aposentou-se como Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 31 de dezembro de 1959, publicado no Diário Oficial de 21 de janeiro de 1960.

Falecimento - 18 de abril de 1965, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2157.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Octávio Figueiredo de Medeiros. Brasília: DIDOC, Museu, 2011.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 23 de agosto de 1894, no Distrito de Conceição de Castelo (ES).

Filiação - Túlio de Alencar Araripe e Antonieta Vieira da Silva.

Casou-se em 1919, contraindo segundas núpcias em 1961.

Formação e atividades principais - Cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro no então Distrito Federal e ali obteve o título de agrimensor, ingressando, em seguida, na Escola Militar do Realengo, na mesma cidade, onde assentou praça em março de 1912. Declarado Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia em janeiro de 1915, formou-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Foi promovido a Segundo-Tenente em janeiro de 1921.

Elevado à patente de Capitão em julho de 1927, chegou a Major em fevereiro de 1933 e a Tenente-Coronel em dezembro de 1937. Em 1940, exerceu a função de Subdiretor de ensino da Escola de Estado-Maior do Exército, sendo promovido, em dezembro desse ano, a Coronel.

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), comandou, em 1943, o destacamento militar da Ilha de Fernando de Noronha, que governou nessa mesma época.

Promovido a General de Brigada em abril de 1945, foi Comandante da Escola de Estado-Maior do Exército em 1947 e 1948. Em abril do ano seguinte, alcançou o posto de General de Divisão.

No curso de sua carreira, ocupou os postos de Comandante de Infantaria da 4ª RM, sediada em Belo Horizonte; Comandante da 5ª RM (PR) e Comandante da 5ª Divisão de Infantaria. Montou o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo no Rio de Janeiro e fez os cursos de Cavalaria, de Infantaria, de Aperfeiçoamento, de Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra, da qual, mais tarde, tornou-se conferencista. Reformou-se no posto de Marechal.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Militar do Rio de Janeiro e ao do Espírito Santo, dos quais foi Presidente.

Condecorações - Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval - Medalha de Guerra - Medalha de "Alta Distinção" da Ordem do Mérito Jurídico Militar - Medalha de Ouro de trinta anos de serviço - Medalha de Campanha do Atlântico Sul - Medalha de Ouro Visconde de Inhaúma, do Colégio Militar - Medalha Marechal Hermes, com duas coroas - Medalha do Cinquentenário da Proclamação da República - Medalha do Pacificador - Medalha Mérito "Santos Dumont" - Medalha da Comemoração do Barão do Rio Branco - Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França - Grande Oficial da Ordem Nacional da Estrela Negra da França - Comendador da Ordem Militar de Aviz, de Portugal - Medalha da Cruz Vermelha, de Portugal - Medalha da Legião Portuguesa - Medalha dos Náufragos de Portugal - Comendador da Ordem Nacional do Mérito do Paraguai - Comendador da Ordem Nacional do Condor dos Andes da Bolívia - Medalha de 2ª Classe das Forças Terrestres, da Venezuela - Medalha Maria Quitéria - Medalha Marechal Caetano de Faria - Medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo - Presidente do Conselho da Ordem do Mérito Jurídico Militar - Cidadão Benemérito do Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Cargos e Comissões anteriormente exercidos - Membro e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Governador do Território "Fernando de Noronha"; Membro da Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, Legislativa e Judiciária da Futura Capital e do Futuro Estado da Guanabara (Sessão de 1º de abril de 1959).

Atividades no STM - Por decreto de 12 de maio de 1952, publicado em 17 do mesmo mês e ano, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, tomando posse e entrando no exercício de suas funções a 23 do mesmo mês. Em junho de 1955, tornou-se General de Exército. Quando da transferência da capital federal para Brasília, foi designado, em abril de 1959. Em 30 de janeiro de 1959, foi eleito Vice-Presidente do STM e, em sessão de 16 de dezembro de 1959, foi eleito Presidente desta Corte de Justiça para o biênio 1960-1962.

Discursos proferidos - 24 de agosto de 1953 - Ata 68ª Sessão - Dia do Soldado; 23 de agosto de 1954 - Ata 71ª Sessão - Dia do Soldado; 26 de agosto de 1955 - Ata 70ª Sessão - Dia do Soldado; 12 de

maio de 1958 - Ata 24ª Sessão - Despedida do Ministro Dr. Cardoso de Castro; 20 de junho de 1958 - Ata 37ª Sessão - Homenagem ao Marechal Feliciano Mendes de Moraes; 28 de janeiro 1961 - Ata 47ª Sessão - Dia do Soldado.

Palestras, Congressos e Seminários - I Congresso de Direito Penal Militar em comemoração ao Sesquicentenário do Superior Tribunal Militar (8 a 15 de junho de 1958).

Publicações - Paraná - remanso de glórias (1950); Sobrevivência e Segurança Nacionais (1950); Tasso Fragoso - um pouco de história do nosso Exército (1960); Expedições Militares contra Canudos; A Guerra do Paraguai (Revue d'Historie Internationale); Problemas de Segurança Nacional; O Foro especial.

Aposentou-se como Ministro do STM, por limite de idade, em 1964.

Falecimento - 19 de novembro de 1969, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 194.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Tristão de Alencar Araripe. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

ÁLVARO HECKSHER

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 4 de julho de 1895, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Gastão Hecksher e Ovídia Hecksher.

Era casado com Luíza Lily Hecksher.

Formação e atividades principais - Sentou praça em maio de 1912, ingressando na Escola Naval. Em novembro, foi transferido para a Aviação Naval, tornando-se Guarda-Marinha em abril de 1915, Segundo-Tenente em janeiro de 1916 e Primeiro-Tenente em agosto de 1918. Promovido a Capitão-Tenente em janeiro de 1925, nesse mesmo ano concluiu o curso de piloto-aviador naval.

Em fevereiro de 1932, foi promovido a Capitão de Corveta, assumindo, em 1934, o Comando da Base de Aviação Naval de Ladário, em Corumbá (MS). Promovido a Capitão de Fragata em janeiro do ano seguinte, foi transferido para o recém-criado Ministério da Aeronáutica em janeiro de 1941 e, em dezembro, ascendeu ao posto de Coronel-Aviador.

Em agosto de 1944, foi nomeado Adido Aeronáutico à Embaixada brasileira na Inglaterra, exercendo a função até setembro de 1946. Nesse ínterim, atuou, em 1945, como Assessor Aeronáutico da Delegação brasileira à Conferência de Paz realizada em Paris. Em outubro de 1946, foi promovido a Brigadeiro do Ar; assumiu, em agosto de 1947, o Comando da V Zona Aérea, sediada em Porto Alegre. Exonerado dessa função em agosto de 1949, assumiu, nesse mesmo mês, o Comando da

II Zona Aérea, com sede em Recife. Em setembro de 1950, alcançou o posto de Major-Brigadeiro do Ar, deixando o Comando da II Zona Aérea em maio do ano seguinte. Em novembro de 1954, foi empossado no Comando da III Zona Aérea, sediada no Rio de Janeiro. Permaneceu nessa chefia por pouco tempo, até fevereiro de 1955.

Além das funções já citadas, Hecksher foi também inspetor e chefe interino do Estado-Maior da Aeronáutica (EMA), representante da Aeronáutica na Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Presidente da Comissão de estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional e Chefe da Delegação Brasileira à IV Consulta sobre o Acordo de Transporte Aéreo com os Estados Unidos.

Fez os cursos da Escola de Aviação Naval, de comando na Escola de Guerra Naval e da Escola Superior de Guerra.

Condecorações - Recebeu, dentre outras, as seguintes: Ordem do Mérito Militar - grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito Aeronáutico - grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito Naval - grau "Grande Oficial"; Medalha Marechal Souza Aguiar; Medalha Marechal Caetano de Faria; Medalha Mérito "Santos Dumont"; Ordem do Mérito Jurídico Militar - grau "Alta Distinção". Foi Conselheiro da Ordem do Mérito Jurídico Militar.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar em 26 de fevereiro de 1958, tomou posse em 25 de abril seguinte e, durante o ano de 1959, integrou a Comissão Judiciária Militar, além da Comissão Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Auditor. Em maio de 1960, foi promovido a Tenente-Brigadeiro do Ar, tendo sido eleito, em 18 de dezembro de 1961, para presidir o STM no biênio de 1962-1963, sendo reeleito, em sessão de 18 de dezembro de 1963, para o período de 1964-1965.

Aposentou-se por decreto de 29 abril de 1965, publicado no Diário Oficial de 30 do mesmo mês e ano, passando para a reserva no posto de Marechal do Ar.

Falecimento - 16 de maio de 1972.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro.* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1586.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, c1970. v.1, p. 172.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Álvaro Hecksher. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

WASHINGTON VAZ DE MELLO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de setembro de 1895, em Viçosa (MG).

Filiação - Carlos Vaz de Mello e Maria Augusta Vaz de Mello.

Era casado com Dorotildes Adam Vaz de Mello, com quem teve dois filhos.

Formação e atividades principais - Iniciou o estudo de humanidades em sua cidade natal, transferindo-se, depois, para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso preparatório e ingressou na Faculdade de Direito. Bacharelou-se em 1919 pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu a advocacia no Distrito Federal (RJ); Promotor de 1ª entrância da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio Grande do Sul, nomeado em dezembro de 1920; nesse cargo atuou até novembro de 1922, quando se tornou Consultor Jurídico do Gabinete do Ministro da Guerra; Promotor de 2ª entrância; Curador de Órfãos da Justiça do Distrito Federal a partir de fevereiro de 1924; em 1926, foi nomeado Procurador-Geral da Justiça Militar, cargo que ocupou até 1942; atuou, como Promotor, no processo contra os envolvidos no levante da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935; integrou a comissão redatora do Código de Justiça Militar aprovado em dezembro de 1938; entre 1976 a 1980, dirigiu o contencioso da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; presidiu a Associação dos Magistrados Brasileiros.

Atividades no STM - Nomeado por decreto de 3 de fevereiro de 1941, prestou o compromisso legal e tomou posse em 18 do mesmo mês. Em julho de 1942, apresentou parecer sobre a reforma do Código de Justiça Militar (Decreto-Lei nº 925/1938). Em março de 1944, representou o STM na Conferência sobre o Direito Militar em Chicago (EUA). Em julho do mesmo ano, durante a 2ª Guerra Mundial, foi convocado para o serviço ativo do Exército, entre julho de 1944 a dezembro de 1945. Durante esse período, viajou para a Itália como membro do Conselho Supremo de Justiça Militar na Força Expedicionária Brasileira e foi inserido, em razão disso, com a patente de General de Divisão no Quadro Especial de Oficiais na Reserva de 1ª Classe do Exército. (BRASIL, 1944).

Em Sessão de 7 de maio de 1965, tornou-se o primeiro Ministro Togado a ser eleito Presidente do Superior Tribunal Militar, tomando posse no dia 10 do mesmo mês.

Trabalhos publicados - a) na Revista do STM: Do abandono de posto (n. 1); Da insubordinação (n. 3); Violação do dever militar com relação ao serviço - do delito do sono (n. 5); Da embriaguez em serviço (n. 7); Concurso de crimes (n. 9-10); História do direito brasileiro (n. 11-12); Males do alcoolismo. Embriaguez patológica. Como combater o alcoolismo. O que é lei descendente (n. 13); b) discursos como Presidente do STM: Sessão Solene Comemorativa do 157º Aniversário do STM; Visita às Auditorias da Aeronáutica; c) outros: Parecer sobre o Código de Justiça Militar: Decreto-Lei nº 925/1938. Arq. Dir. Mil., Rio de Janeiro, 2(2): 105-10, set./dez. 1943; O novo Código Penal Militar. Arq. Dir. Mil., Rio de Janeiro, 2(3): 396-98, jan./abr. 1944; A Justiça Militar na Força Expedicionária Brasileira. R. Exérc. Bras., Rio de Janeiro, 121(4): 91-93, out./dez. 1984.

Aposentou-se no dia 6 de agosto de 1965.

Falecimento - 23 de dezembro de 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 292-294.

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2200.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei 1.002, de 21.10.1969. Código de Processo Penal Militar (Exposição de Motivos). *R. Inf. legisl.*, Brasília, 7(26), p. 251-258, abr./jun. 1970.

_____ . Decreto-Lei 1.003, de 21.10.1969. Lei de Organização Judiciária Militar (Exposição de Motivos). *R. Inf. legisl.*, Brasilia, 7(26), p. 119-122, abr./jun. 1970.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Atas 12. Sessão, de 06.04.1959; 23ª Sessão, 07.05.1965*. Rio de Janeiro.

LAGO, Laurênio. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar*: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p.77-78.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Washington Vaz de Mello. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

7 Ministros-Presidentes – Biênio e rodízio entre as armas

	Presidência
Almirante de Esquadra Diogo Borges Fortes	16.08.1965 a 08.02.1967
General de Exército Olympio Mourão Filho	17.03.1967 a 17.03.1969
Tenente-Brigadeiro do Ar Armando Perdigão	17.03.1969 a 19.03.1971
Almirante de Esquadra Waldemar de Figueiredo Costa	19.03.1971 a 19.03.1973
General de Exército Adalberto Pereira dos Santos	19.03.1973 a 09.07.1973
General de Exército Jurandyr de Bizarria Mamede	10.08.1973 a 19.03.1975
Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Alberto Huet de O. Sampaio	19.03.1975 a 17.03.1977
Almirante de Esquadra Sylvio Monteiro Moutinho	17.03.1977 a 27.05.1977
Almirante de Esquadra Hélio Ramos de Azevedo Leite	27.05.1977 a 19.03.1979
General de Exército Reynaldo Mello de Almeida	19.03.1979 a 17.03.1981
Tenente-Brigadeiro do Ar Faber Cintra	17.03.1981 a 17.03.1983
Almirante de Esquadra Octávio José Sampaio Fernandes	17.03.1983 a 19.06.1984
Almirante de Esquadra Júlio de Sá Bierrenbach	20.06.1984 a 18.03.1985
General de Exército Heitor Luiz Gomes de Almeida	18.03.1985 a 17.03.1987
Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Geraldo Peixoto	17.03.1987 a 16.03.1989
Almirante de Esquadra Raphael de Azevedo Branco	16.03.1989 a 19.03.1991
General de Exército Haroldo Erichsen da Fonseca	19.03.1991 a 19.03.1993
Tenente-Brigadeiro do Ar Cherubim Rosa Filho	19.03.1993 a 21.03.1995
Almirante de Esquadra Luiz Leal Ferreira	22.03.1995 a 13.12.1996
Doutor Antônio Carlos de Seixas Telles	13.12.1996 a 19.03.1997

DIOGO BORGES FORTES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 10 de março de 1897, em Porto Alegre (RS).

Filiação - João Borges Fortes e Maria Manuela Ferraz Borges Fortes.

Formação e atividades principais - Fez os estudos primário e secundário no Rio Grande do Sul. Em abril de 1913, matriculou-se na Escola Naval no Rio de Janeiro, sendo declarado Guarda-Marinha em 1916. Em 1917, foi promovido a Segundo-Tenente e, em 1918, a Primeiro-Tenente, realizando, em 1923, o curso de especialização em radiotelegrafia para Oficiais. Em abril de 1925, foi promovido a Capitão-Tenente e, em 1926, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Promovido sucessivamente a Capitão de Corveta em dezembro de 1935, a Capitão de Fragata em abril de 1943, a Capitão de Mar e Guerra em setembro de 1946 e a Contra-Almirante em março de 1953. De janeiro de 1954 a março de 1955, foi Comandante do II Distrito Naval, sediado em Salvador. Em 1957, dirigiu a Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, sendo promovido, em agosto desse ano, a Vice-Almirante.

Nomeado Comandante em Chefe da Esquadra em julho de 1958, em substituição ao Vice-Almirante Jorge do Paço Matoso Maia, exerceu cumulativamente a Chefia do Estado-Maior da Armada, em cará-

ter interino. Promovido a Almirante de Esquadra em março de 1958, deixou o Comando da Esquadra em março do ano seguinte.

Em sua carreira Militar, exerceu ainda as funções de instrutor na Escola Naval, na Escola de Aviação Naval, na Escola de Guerra Naval e na Escola de Estado-Maior do Exército, e de Comandante do navio Hidrográfico Jaceguai, do Contratorpedeiro Maranhão e do Navio Transporte Duque de Caxias, Comandante da Base Naval de Recife e Diretor Militar do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Foi também chefe do Departamento de Ensino e Vice-Diretor da Escola de Guerra Naval, Adido Naval da Embaixada Brasileira em Londres, Comandante do 1º Esquadrão de Contratorpedeiros, Subchefe para Operações do Estado-Maior da Armada, Subchefe para Operações do Estado-Maior das Forças Armadas e Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Realizou também o curso de Comando e Superior de Comando da Escola de Guerra Naval.

Condecorações - Medalha Militar de ouro com passadeira de platina; Medalha da Vitória (1ª Guerra); Mérito de Guerra (2ª Guerra), com 2 estrelas; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Comendador da Ordem Militar de Ayacucho Peru; Grande Oficial da Ordem de São Gregório Magno - Vaticano; Medalha Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República; Medalha Comemorativa do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco; Medalha Comemorativa do Centenário do Nascimento de Ruy Barbosa; Medalha do Mérito Tamandaré; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito da República Italiana; Comendador da Ordem do Libertador - Venezuela; Medalha de 1ª classe Abdon Calderón - Equador; Medalha D. João VI; Grande Oficial do Mérito Naval Peruano, distintivo branco; Alta Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Medalha Naval de Serviços Distintos.

Atividades no STM - Em 28 de março de 1960, foi nomeado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitscheck (1956-1961), para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, tomando posse no dia 27 de abril seguinte. Assumiu a Presidência do STM em 16 de agosto de 1965, para completar o biênio 1964-1965. Na sessão do dia 21 de dezembro de 1965, foi eleito Presidente do STM para o biênio 1966-1967. Empossado em 3 de janeiro de 1966, permanecendo no cargo até sua aposentadoria em 8 de fevereiro de 1967.

Empenhou-se para acelerar a transferência do STM para Brasília, dando início à construção do edifício-sede e de apartamentos para o seu pessoal. Estabeleceu novas normas para elaboração e distribuição do Boletim da Justiça Militar (Ato nº 1.319/66) e do Relatório da Justiça Militar (Ato nº 1.443/66). Inaugurou os retratos de Teixeira de Freitas, D. João VI e Santos Dumont no Salão Nobre, oferecidos respectivamente pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, Governador do Estado da Guanabara e Ministério da Aeronáutica; mandou proceder alteração nas instalações e mobiliário para atender o aumento do número de Ministros: "a bancada da Sala de Sessões foi ampliada pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, alterando-se, em consequência, a disposição da mesa do

Procurador-Geral e da tribuna dos advogados"; montagem de "quatro camarotes para os novos Ministros".

Trabalhos publicados - Além de trabalhos técnicos aprovados e adotados pelo Ministério da Marinha, escreveu artigos em jornais, na Revista Marítima Brasileira e no Boletim do Clube Naval, onde publicou "Passo da Pátria" e "Operação Anfíbia", reproduzido na "Revue Internacional d'Historie Militaire", editado pelo Comité International de Sciences Historiques, nº 11/1952.

Aposentou-se em 8 de fevereiro de 1967.

Falecimento - 24 de outubro de 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1336-37.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Ata 81, Sessão de 26.10.1981*.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Diogo Borges Fortes. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

OLYMPIO MOURÃO FILHO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 9 de maio de 1900, em Diamantina (MG).

Filiação - Olympio Júlio de Oliveira Mourão e Mariana Correia Rabelo Mourão. Seu pai, advogado, foi Deputado e Senador Estadual em Minas Gerais durante a República Velha. Sua mãe era professora catedrática da Escola Normal de Diamantina.

Era casado com Almira Linhares Mourão, com quem teve duas filhas. Em segundas núpcias, casou-se com Maria Tavares Bastos, com quem teve três filhos.

Formação e atividades principais - Iniciou seus estudos no Colégio Diocesano de sua cidade natal, mas acabou sendo expulso desse estabelecimento de ensino. Iniciou um curso de Engenharia em Belo Horizonte, interrompendo-o para se matricular, em abril de 1918, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso em abril de 1921, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria e designado para o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte. Promovido a Segundo-Tenente no mês seguinte, em 1922 passou a servir no 14º Batalhão de Caçadores (14º BC), em Florianópolis, retornando depois ao 12º RI. Em outubro do mesmo ano, passou a Primeiro-Tenente e, de 1923 a 1925, serviu novamente no 14º BC. Nesse período, participou, em São Paulo, da repressão à Revolta de 5 de julho de 1924, movimento tenentista deflagrado também em Sergipe e no Amazonas, mas rapidamente debelado nesses dois Estados.

Aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, em 1926, voltou a servir no 14º BC em 1927 e 1928. De volta ao Rio, cursou, entre 1928 e 1930, a Escola de Estado-Maior, encontrando-se na capital federal quando foi deflagrada a Revolução de 1930. Promovido a Capitão em agosto de 1931, iniciou, no mesmo ano, estágio no Estado-Maior da 1ª Região Militar (1ª RM), no Rio de Janeiro. Entre julho e setembro de 1932, participou da repressão à Revolução Constitucionalista, movimento armado de oposição ao Governo Provisório deflagrado em São Paulo.

No final de 1932, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em outubro daquele ano. Segundo o próprio Mourão, sua adesão à AIB foi motivada pela infiltração comunista no Exército, que teria constatado ao servir em Florianópolis. Em dezembro de 1933, quando o integralismo já começava a alcançar projeção nacional, integrou um grupo de propaganda da AIB que percorreu Minas Gerais acompanhando Plínio Salgado, chefe nacional da organização, Olbiano de Melo e Gustavo Barroso. Ainda em 1933, permanecendo ligado à 1ª RM, foi designado para servir na Estrada de Ferro Central do Brasil como comissário de ligação entre os Ministérios da Guerra e da Viação, função que exerceria até 1936.

A estrutura organizativa da AIB foi estabelecida em fevereiro de 1934. Um dos setores então constituídos foi o Departamento Nacional de Milícia, confiado a Gustavo Barroso, ficando Mourão Filho na chefia do seu Estado-Maior. Com os conhecimentos adquiridos na Escola de Estado-Maior, organizou a milícia integralista nos moldes do Exército, imprimindo-lhe uma estrutura paramilitar. Em março de 1936, a AIB sofreu uma reestruturação objetivando organizar-se como partido político, visando disputar eleições presidenciais fixadas para janeiro de 1938, lançando candidato Plínio Salgado.

Paralelamente à atuação política que desenvolvia na AIB, em sua carreira militar foi Subcomandante no 14º BC, em Florianópolis, em 1936 a abril de 1937. Em julho desse ano, passou a integrar a Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo da chefia nacional da AIB, que procurava incorporar personalidades das diversas "províncias" integralistas.

Em meados de 1937, quando chefiava o serviço secreto da AIB e servia no Estado-Maior do Exército, elaborou um documento que ficaria conhecido como Plano Cohen, redigido após uma conversa mantida com Plínio Salgado, no início de agosto. O candidato da AIB à Presidência da República, temeu que a movimentação em torno de sua campanha afastasse os integralistas da verdadeira luta, a de deter o avanço comunista, julgando que os boletins informativos internos da organização – elaborados por Mourão e outros integralistas – deveriam ser utilizados para reconduzir seus membros à luta central. Mourão Filho incumbiu-se da elaboração do Boletim de Informatização nº 4, cujo capítulo II deveria conter dados sobre táticas de guerrilha e revolução dos comunistas. Em depoimento transcrito no Jornal "O Globo", Mourão declarou que, para tornar o texto mais interessante, resolvera simular um plano de ação, o que daria maior realismo ao tema. Seu escrito foi inspirado num artigo da publicação francesa Revue des Deux Mondes, que descrevia o processo da efêmera tomada do poder pelos comunistas, logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Em sua transposição desse artigo para o bo-

letim da AIB, descrevera, numa primeira parte, como se daria o suposto golpe comunista, dedicando uma segunda ao contra-ataque a ser realizado pelos integralistas. Afirmou, ainda, que escrevera o texto na sede da AIB, tendo vários datilógrafos se ocupado de sua preparação. Ao final do escrito assinara o nome Bela Kun; em seguida, lembrando-se de que um dos líderes integralistas chamava Bela Kun de Bela Cohen, riscou o sobrenome Kun e escreveu Cohen; não entendendo a emenda, o datilógrafo conservou apenas o nome Cohen.

No final de agosto, o texto foi submetido a Plínio Salgado, que o desaprovou, julgando-o demasiadamente fantasioso. Mourão Filho guardou uma cópia e, posteriormente, mostrou-a ao General Álvaro Guilherme Mariante, então Ministro do Superior Tribunal Militar. Recebendo de Mariante a sugestão de mostrar o texto ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), recusou-se a fazê-lo, ponderando que este não tinha qualquer ligação com os integralistas, para quem o documento fora produzido. Mas deixou a cópia com o General Mariante e só a recobrou dias depois, após ter solicitado a devolução.

Em meados de setembro, Francisco Campos – secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal – revelou a Plínio Salgado que o governo estava de posse de um plano comunista para a tomada do poder e solicitou a colaboração dos integralistas na preparação de um golpe de Estado. Quando informado dos acontecimentos, Mourão Filho suspeitou que o plano em questão era o de sua autoria e que estaria sendo utilizado pela cúpula governamental como pretexto para a concretização do referido golpe. Mais tarde, foi informado pelo Major Aguinaldo Caiado de Castro da existência de um plano comunista que fora liberado pelo EME ao conhecimento dos oficiais; reconhecendo o seu documento, procurou o General Mariante, que negou ter emprestado a cópia a Góes Monteiro; dirigiu-se, então, ao Gabinete deste último que, segundo seu depoimento, ordenou-lhe que se mantivesse calado.

Esse documento, cuja autoria foi atribuída pelo governo ao Komintern – a III Internacional Comunista, organismo dirigido pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), com o propósito de promover a revolução em escala mundial – foi lido durante vários dias na emissão radiofônica oficial Hora do Brasil.

Plínio Salgado reconheceu o texto, não desmentiu a notícia referente ao plano divulgada pelo EME, temendo desmoralizar a única força organizada capaz de combater o comunismo. No dia 1º de outubro, o presidente Getúlio Vargas pediu ao Congresso a decretação do estado de guerra com base em exposição de motivos feita pelo Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares. Apesar dos protestos dos oposicionistas, o Congresso acatou o pedido de decretação do estado de guerra, sem exigir do Executivo as provas que dizia possuir da iminente ameaça comunista.

A divulgação do plano – sem o desmentido dos integralistas, cujo chefe estava comprometido com o golpe – foi a justificativa oferecida à Nação para a implantação do Estado Novo no dia 10 de novembro seguinte. O novo regime suprimiu todos os órgãos legislativos do país e suspendeu as eleições presidenciais; no dia 3 de dezembro, os partidos políticos foram extintos por decreto, e a AIB – que, para

surpresa dos integralistas, não foi excluída da medida – foi obrigada a assumir outra feição, convertendo-se na Associação Brasileira de Cultura.

Ainda em dezembro, Mourão Filho foi promovido a Major, sendo designado Adjunto-Comissário da rede militar nº 1 da Estrada de Ferro Central do Brasil, permanecendo até 1938. Apesar das ligações que tivera com a AIB, não participou do levante deflagrado em maio de 1938, sob a liderança dos integralistas, com apoio dos oposicionistas liberais, sentindo-se traído por Vargas; visavam, com o levante, à deposição do presidente. O principal episódio da revolta foi o assalto ao Palácio Guanabara, residência da República, no qual, apesar da precária resistência legalista, os rebeldes foram contidos em poucas horas.

Entre 1938 e 1939, Mourão Filho foi Subcomandante do 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria (RS). Nesse último ano, passou a Comandante do 14º BC em Florianópolis; de 1939 a 1943 serviu no EME. Promovido a Tenente-Coronel em abril de 1943, foi designado Comandante do 15º BC em Curitiba, transferido, em janeiro de 1944, para a Chefia do Gabinete da Diretoria de Recrutamento, no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1945, partiu para a Itália, integrando o 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da Segunda Guerra Mundial ao lado das Nações aliadas. No teatro de operações, foi designado chefe da 3ª Seção do Depósito de Pessoal, instalado em Staffoli. Em maio, terminando o conflito, retornou ao Brasil. Do final de 1945 até 1947, chefiou a 16ª Circunscrição de Recrutamento em Florianópolis. Nesse último ano e no seguinte serviu no Departamento-Geral de Administração, no Rio de Janeiro. Em março de 1948 foi promovido a Coronel.

Comandante do 19º RI, sediado em São Leopoldo (RS), entre 1949 e 1950, assumiu, nesse último ano, a chefia do Escritório Comercial do Brasil em Montevidéu, permanecendo até o ano seguinte. De 1951 a 1952 comandou o 11º RI, em São João Del Rei (MG) e, em 1953, voltou a servir no Departamento-Geral de Administração. Desse ano a 1955 chefiou a 11ª Circunscrição de Recrutamento em Belo Horizonte.

Ao longo de 1955, o Plano Cohen voltou à cena.

O General Góes Monteiro, no livro "O General Góes depõe", acusava Mourão Filho formalmente e, pela primeira vez, de ser o autor do documento que provocara a instauração do Estado Novo. Sentindo-se envolvido tendenciosamente pelo General, requereu ao Exército a formação de um Conselho de Justificação para se defender da acusação, tendo sido absolvido. Ainda em 1955 até 1956, serviu na Diretoria-Geral do Serviço Militar, no Rio de Janeiro. Em março de 1956, recebeu a patente de General de Brigada e comandou a Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, em Belo Horizonte, até 1957. Diretor da Assistência Social do Exército de 1957 a 1961, acumulou esse cargo de Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras. Nessa função, que exerceu durante o governo JK, foi o responsável pela execução da proibição de acesso ao rádio e à televisão do Deputado Carlos Lacerda. Ainda ocupando esse cargo, presidiu a delegação brasileira à reunião da Comissão de Rádio-Comunicações, realizada em Genebra, Suíça. Foi exonerado do Ministério em fevereiro de 1961, logo após a posse de Jânio Quadros na Presidência da República.

Em fins de 1961, Mourão Filho foi nomeado Comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria (RS) e, ali, entrou em contato com civis e militares que articulavam, no Estado, um movimento para afastar do poder o Presidente da República João Goulart, que assumira o cargo sob o regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros (25.08.1961).

Em janeiro de 1962, começaram as discussões sobre as linhas de ação para a luta contra o governo Goulart e foram fixadas as etapas a serem cumpridas: a meta seria a vitória dos adversários do Presidente, de modo a garantir o maior número possível de Deputados empenhados na luta por sua deposição.

Promovido a General de Divisão em março de 1962, continuou com as negociações articulando-se com todos aqueles que julgava apoiar tal empreitada.

Em março de 1963, Mourão foi transferido para o Comando da 2ª Região Militar, em São Paulo. Passou então a buscar contatos com os elementos que conspiravam no Estado.

Embora suas concepções divergissem daquelas do chamado IPES/IBADE (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), Mourão era considerado, por esse grupo, um indivíduo dotado de grande potencial revolucionário, ainda que de temperamento impulsivo. Enquanto Mourão Filho se transformava no chefe ostensivo da conspiração civil-militar em São Paulo, o General Sebastião Dalísio Menna Barreto era seu principal coordenador entre os civis.

Não concordando com os pontos de vista políticos e socioeconômicos de Mourão, as lideranças do IPES articularam formas de conter seus anseios de liderança e restringiram suas atividades junto aos militares, retirando o apoio que ele recebia de ativistas em São Paulo, como também a ajuda financeira, reduzindo, assim, a eficácia de suas articulações militares. Só mais tarde Mourão veio a saber que o responsável por esse boicote fora o Tenente-Coronel Rubens Restel, do IPES, procurando solapar o seu prestígio como conspirador militar entre os companheiros oficiais e empresários.

De acordo com as informações fornecidas pela Central Intelligence Agency (CIA), serviço de espionagem norte-americano, ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, publicadas, anos mais tarde, no "Jornal do Brasil", em abril de 1963 o General Mourão Filho teria afirmado que o golpe contra Goulart ocorreria dentro de 30 dias. Mourão acreditava que, além do apoio interno fechado, o governo norte-americano forneceria parte do equipamento necessário à rebelião.

Segundo o mesmo relatório da CIA, Mourão contava com o apoio de importantes unidades militares; informava também que o movimento armado teria, na sua concepção, uma série de objetivos, dentre eles: derrubada de João Goulart; posse de um Presidente interino, da confiança dos rebeldes; afastar do Congresso extremistas de esquerda e os comunistas; reconduzir a política externa do Brasil à orientação pró-Ocidente. Ainda segundo o relatório, no dia 28 de abril, Mourão Filho teve um encontro com os Almirantes Sílvio Heck e Mário Cavalcanti, que concordaram em cancelar o seu próprio movimento e juntar-se ao dele. Entretanto, por não se encontrarem as articulações amadurecidas e solidificadas, o golpe contra Goulart acabou não ocorrendo dentro do prazo previsto por Mourão.

Em agosto de 1963, Mourão Filho foi inesperadamente transferido para o Comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, ambas sediadas em Juiz de Fora (MG). Essa transferência, segundo Dreifuss, foi um golpe para os conspiradores ligados ao complexo IPES/IBAD, que temiam que a ida de Mourão acarretasse uma perda de controle de suas articulações naquele Estado.

Em setembro de 1963, Mourão e o General Carlos Luís Guedes – Comandante da Infantaria Divisionária (ID/4) da 4ª RM, sediada em Belo Horizonte – tiveram uma reunião com o Governador Magalhães Pinto, na qual foi discutida a formação do Estado-Maior Revolucionário em Minas Gerais. Em seguida, Mourão e Guedes começaram a estabelecer contatos para as operações. Segundo Dreifuss, o Estado-Maior de Mourão em Minas foi composto, majoritariamente, por elementos ligados ao General Costa e Silva e, com algumas exceções, seriam aqueles que tinham a tarefa de solapar o prestígio de Mourão Filho junto aos jovens oficiais, estabelecendo uma situação idêntica à de São Paulo, tentando enfraquecer a autoridade de Mourão, ao mesmo tempo em que tentavam incorporá-lo ao seu movimento.

A partir de 13 de março de 1964 – quando se realizou um grande comício popular na Estação da Central do Brasil, no Rio, no qual Goulart assinou dois decretos, o de nacionalização das refinarias de petróleo particulares e o de desapropriação de terras situadas às margens de obras públicas, para efeito de reforma agrária –, intensificaram-se os preparativos do golpe. A conspiração contra o Presidente passou a contar com maior colaboração dos setores militares mais moderados.

A conspiração militar tomou vulto no dia 20 de março, quando o General Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, expediu um memorando aos seus subordinados, denunciando a possibilidade de fechamento do Congresso por Goulart e da implantação de um regime de esquerda radical. No dia 28, no Aeroporto de Juiz de Fora, Mourão participou de uma reunião com vários militares e civis, com a finalidade de marcar o dia da revolução. Entre outros detalhes, ficou resolvido que a data para o início da revolução seria o dia 31 de março e que ficaria a cargo de Magalhães mandar uma cópia do manifesto a Mourão, com menção taxativa à deposição de Goulart. No dia 30 de março, começaram a ser acionadas as primeiras operações e, no dia 31, entre 4 horas e 5 horas da manhã, Mourão Filho, antecipando-se à hora predeterminada para a ação, deu início ao movimento em Minas Gerais. Ocupou a estação telefônica de Juiz de Fora e iniciou os contatos. Por volta das 18 horas, Goulart foi informado dos acontecimentos; na manhã de 1º de abril voou para Brasília, onde esperava oferecer resistência, mas a situação também não lhe foi favorável. À noite, Goulart partiu para Porto Alegre e, em Brasília, o Presidente do Senado declarou vaga a Presidência da República e empossou no cargo Pascoal Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados. O poder, de fato, todavia, passou a ser exercido pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução; as tropas comandadas por Mourão Filho chegaram à Guanabara.

Promovido a General de Exército em abril de 1964, participou da solenidade de posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na Presidência da República.

Em pouco tempo, começou a se distanciar do novo governo, descontente com as medidas tomadas por Castelo Branco e sua equipe. Fez muitas críticas ao governo como também ao sucessor de Castelo, Marechal Artur da Costa e Silva.

A seu ver, os males da política brasileira, antes ou depois de 1964, não se deveram somente à sucessão de militares no poder ou às suas deficiências pessoais enquanto governantes, mas ao próprio sistema presidencialista que, enfeixando nas mãos do Presidente uma grande soma de poderes, "transforma o Executivo em poder maior e anula a independência dos outros dois, perturbando a harmonia".

Em dezembro de 1971 – dois anos após a sua aposentadoria –, quando se encontrava em tratamento na Casa de Saúde Doutor Eiras, teve um encontro com o historiador Hélio Silva, a quem confiou os originais de seu livro de memórias "A verdade de um revolucionário", tendo por tema os preparativos e o desenrolar do movimento político-militar de março de 1964, e pediu que o publicasse.

Quase 6 anos após a sua morte, em abril de 1978, Hélio Silva anunciou a próxima publicação do manuscrito que Mourão Filho lhe confiara, sob o título "Memórias: a verdade de um revolucionário". Alguns jornais publicaram trechos das memórias, o que deu origem a uma grande polêmica, inclusive, de colocar em dúvida a autoria dos textos divulgados, observando que, se realmente os tinha escrito, o General "deveria encontrar-se privado de serenidade e de senso-comum, ou frustrado nos seus interesses com o desfecho que tomou o movimento de março de 1964".

Em agosto de 1978, sua filha, Laurita Lourdes Linhares Mourão Irazabal, residente no exterior, retornou ao Brasil e requereu medida cautelar de busca e apreensão do livro de seu pai, que já estava editado. Pretendia obter a nulidade da doação e da cessão de direitos autorais ao historiador. Em fevereiro de 1979, após intensa luta na Justiça, amplamente divulgada pela imprensa, o livro teve, por fim, liberada sua circulação.

Condecorações - Recebeu várias, dentre as quais: Medalha da Força Expedicionária Brasileira; Medalha de Esforço de Guerra; Medalha Militar de Ouro; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Jurídico Militar - grau "Alta Distinção"; Medalha da Abolição; Medalha Marechal Cândido Mariano Rondon; Ordem do Mérito de Recife; Medalha do Mérito de Pernambuco; Medalha do II Congresso Brasileiro de Medicina Militar; Ordem do Mérito da Inconfidência - grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito da Cruzada Brasileira Anticomunista; Medalha Martim Afonso de Souza (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo); Medalha Dona Maria Leopoldina (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo).

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto de 9 de setembro de 1964, tomou posse em 30 do mesmo mês e ano. Eleito Presidente do STM para o biênio de 1967-1969, tomou posse em 17 de março de 1967.

Na sua gestão, entraram em vigor o Regimento Interno, aprovado em Sessão de 21 de agosto de 1967 (DO III-GB, 16 de outubro de 1967); o Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado em Sessão de

31 de agosto de 1967 (DO III-GB, 16 de outubro 1967); a Ordem do Mérito Jurídico Militar, criada em Sessão de 12 de junho de 1957, cujo Regulamento foi alterado, criando-se mais uma categoria – Grã-Cruz – e mudança da denominação para "Ordem do Mérito Judiciário Militar"; foi aprovado o aumento da competência do Tribunal em face do art. 122 e seus parágrafos da Constituição de 1967 e do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 (LSN), e consequente aumento de processos. Pela Portaria MJ/90-B, de 11 de maio 1967, foi indicado Presidente da Comissão para elaboração do Código de Processo Penal Militar.

Trabalhos publicados - Em vida, Mourão Filho publicou "Um ano de instrução no corpo de tropa de infantaria" e "Elementos de teoria de tráfego urbano e sua aplicação na cidade do Rio de Janeiro". Seis anos após a sua morte, o historiador Hélio Silva publicou um manuscrito que Mourão lhe confiara sob o título "Memórias: a verdade de um revolucionário".

Aposentou-se em 3 de maio de 1969.

Falecimento - 28 de maio de 1972, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2314-2318.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário Militar, aprovado em Sessão de 18 de dezembro de 1967*, *com alterações em 11 de janeiro de 1968, 12 de julho de 1971, 14 de junho de 1972 e 12 de julho de 1972*. DO III GB, 20 de setembro de 1972. p. 15-66-68.

CUNHA, Luiz Cláudio. Memórias de um conspirador obstinado. In: *COOJORNAL*, n. 27, abr. 1978. p. 15-21.

MEMÓRIAS de Mourão Filho são liberadas. *Jornal de Brasília*, 02 de fevereiro de 1979. 1. cad., p. 5.

MOURÃO FILHO: a Revolução não teve chefes. *O Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1978, 1. cad., p. 8.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Olympio Mourão Filho. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

REVELAÇÕES inquietam políticos e militares. *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 1978, 1. cad., p. 8.

ARMANDO PERDIGÃO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 24 de março de 1907, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Frederico Perdigão e Alda Perdigão.

Era casado com Maria Cândida de Azevedo Perdigão.

Formação e atividades principais - Sentou praça em abril de 1924, ingressando na Escola Militar de Realengo, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Aviação em janeiro de 1929. Foi promovido a Segundo-Tenente em julho de 1929 e destacado para São Paulo logo após a Revolução de 1930, quando, no Campo de Marte, formou, com alguns Sargentos e Praças, o Destacamento da Aviação de São Paulo.

Primeiro-Tenente em fevereiro de 1931 e Capitão em junho de 1933. Colaborou na organização e funcionamento do Correio Aéreo Militar, criado em 1931, e, mais tarde, incorporado ao Correio Aéreo Nacional.

Comandou o Parque Central da Aviação no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, a partir de agosto de 1935, participando, em novembro seguinte, da repressão ao levante promovido pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil, em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL)

na Escola de Aviação Militar. Quando da eclosão do movimento, auxiliou o Coronel Ivo Borges junto aos efetivos do 1º Regimento de Aviação e do Regimento Andrade Neves, participando da captura dos revoltosos e impedindo a ampliação da revolta. Deixou o comando do Parque Central da Aviação em novembro de 1936.

Promovido a Major, foi transferido, em 1941, para o recém-criado Ministério da Aeronáutica. Em 1942 foi promovido a Tenente-Coronel Aviador, passando a exercer o Comando do 1º Regimento de Aviação e da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em 1945.

Em 1946 foi promovido a Coronel Aviador, deixando o Comando do 1º Regimento de Aviação em março de 1947. De janeiro a outubro de 1948, exerceu o Comando da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Promovido a Brigadeiro do Ar em 1955, a Major-Brigadeiro em 1960. Em 1964, foi nomeado Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica, sendo promovido a Tenente-Brigadeiro em 1965.

Durante sua vida militar, exerceu ainda os seguintes cargos: Instrutor da Escola de Aviação Militar, Comandante da Esquadrilha de Treinamento do 1º Regimento de Aviação, Chefe da 2ª Divisão da Diretoria de Aeronáutica Militar; Chefe da Divisão de Material Aéreo da Diretoria de Material da Aeronáutica; Diretor-Geral do Parque Aeronáutico dos Afonsos; Comando do 1º Regimento de Aviação e Base Aérea de Santa Cruz; Comandante da Base Aérea do Galeão; Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica; Presidente da Comissão de Revisão do Código da Justiça Militar e muitos outros.

Realizou cursos na Escola Militar do Realengo; Escola de Aviação Militar; Estado-Maior de Aviação (Air Staff Comand and General Staff School em Fort Leavenworth, nos Estados Unidos); Escola Tática Aplicada das Forças do Exército dos Estados Unidos, em Orlando; Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Curso Superior); Escola Superior de Guerra.

Condecorações - Cruz de Aviação; Medalha de Campanha do Atlântico Sul; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Jubileu do Correio Aéreo Nacional; Medalha do Rio Branco; Medalha Militar de Ouro, com passadeira de platina (mais de 40 anos de serviço); Medalha do Mérito Aeronáutico - grau "Grã-Cruz"; Medalha do Mérito Judiciário Militar - grau "Grã-Cruz"; Medalha do Mérito Naval - grau "Grande Oficial"; Medalha do Mérito Militar - grau "Grande Oficial"; Diploma de Honra ao Mérito do Sindicato dos Advogados da Guanabara; Medalha do "Cinquentenário da OIT, do Ministério do Trabalho e Previdência Social"; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau de "Cruz", da Associação dos Magistrados Brasileiros; Medalha Comemorativa do XX Aniversário da Escola Superior de Guerra; Ordem do Rio Branco - grau "Grã-Cruz"; Diploma "Amigos do CAN" - Correio Aéreo Nacional.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar em 17 de maio de 1965, tomou posse e entrou em exercício no cargo em 31 do mesmo mês e ano. Eleito Presidente para o biênio 1969-1970, na Sessão de 14 de março de 1969, tomou posse em 17 desse mesmo mês.

Durante a sua gestão foi instalada a Auditoria da 11ª CJM em Brasília, criada pelo Decreto-Lei nº 26, de 7 de novembro de 1966, em sede provisória situada na Esplanada dos Ministérios, bloco G, 5º andar; houve realização de Simpósio de Contabilidade visando a orientar e dar uniformidade aos serviços de Contabilidade das Auditorias e do Tribunal, face à descentralização financeira recomendada pelo Decreto-Lei nº 200/67; retomou a construção, em Brasília, do edifício-sede e blocos residenciais, cujas obras estavam paralisadas.

Falecimento - 14 de agosto de 1974, em pleno exercício de suas funções no STM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2673-2674.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Armando Perdigão. Brasília: DIDOC, Museu, 2011.

WALDEMAR DE FIGUEIREDO COSTA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 7 de setembro de 1904, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - José Figueiredo Costa e Carlota Santos Costa.

Era casado com Ivone Coelho de Figueiredo Costa, com quem teve uma filha.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval, no Rio de Janeiro, em maio de 1920. Em dezembro de 1924, foi promovido a Segundo-Tenente e, em janeiro de 1927, a Primeiro-Tenente. Em agosto de 1931, alcançou o posto de Capitão-Tenente e, em dezembro de 1940, o de Capitão de Corveta, tornando-se Capitão de Fragata em novembro de 1945 e Capitão de Mar e Guerra em abril de 1951.

No período de fevereiro de 1957 a junho de 1958, representou o Ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo, tendo sido ainda, em agosto daquele primeiro ano, promovido a Contra-Almirante. Nesse período, comandou os rebocadores Laurindo Pita e Aníbal de Mendonça, a Corveta Rio Branco e o Cruzador Barroso, tendo sido também o primeiro Comandante do contratorpedeiro Amazonas. Promovido a Vice-Almirante em janeiro de 1959, passou a Almirante de Esquadra em agosto de 1962, exercendo, no ano seguinte, a função de Secretário-Geral da Marinha.

Foi também Chefe da primeira seção do Estado-Maior da Armada, Subchefe interino do Gabinete Militar da Presidência da República, Chefe da Divisão de Organização da Escola de Guerra Naval, Capitão dos Portos do Estado da Bahia, Subsecretário da Marinha, Diretor-Geral de Aeronáutica da Marinha, Diretor-Geral de Pessoal da Marinha e Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Ao longo de sua carreira, realizou os cursos de Radiotelegrafia e Comunicações, de Comando da Escola de Guerra Naval e Superior da ESG.

Condecorações - Medalha de Serviços de Guerra (3 estrelas); Medalha de Prata da Força Naval do Nordeste; Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha Militar - passadeira de platina; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Legião do Mérito dos Estados Unidos; Ordem Militar de Aviz, Portugal - Grande Oficial; Ordem de Orange e Nassau, Holanda - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval do Peru - Grã-Cruz, distintivo branco; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha "Mérito Especial" do México; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST) - Grande Oficial; Medalha do Mérito da Magistratura, no grau "Cruz", da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Atividades no STM - Em 11 de agosto de 1965, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar e empossado em 27 do mesmo mês. Em sessão de 15 de março de 1971, foi eleito Presidente do STM para o biênio 1971-1972. Tomou posse em 19 do mesmo mês e ano.

A sua administração teve como marco os seguintes eventos: foi aprovada a criação da Revista do STM, na Sessão de 20 de setembro de 1971; a mudança do Tribunal para Brasília, conforme decisão da Corte, na Sessão de 22 de março de 1971, iniciada em 20 de janeiro de 1972, e a instalação solene a 15 de fevereiro de 1973. No dia seguinte, já realizava a sua 1ª Sessão Ordinária na Capital Federal, pela primeira vez em prédio próprio, especialmente construído para o seu funcionamento, situado na Praça dos Tribunais Superiores.

Para a instalação da Corte em Brasília, foram incorporadas, sob sua administração, 300 unidades residenciais para acomodar o pessoal do STM, da Auditoria da 11ª CJM, Auditoria de Correição e 30 unidades para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Foram realizadas concorrências para mobiliar e decorar todo o edifício-sede, os apartamentos dos Excelentíssimos Senhores Ministros e militares, além de aparelhos eletrodomésticos em todas as residências; uniformes para todos os Auxiliares de Portaria e Auxiliares de Limpeza.

Ao ensejo da sua transferência para Brasília, o Tribunal recebeu manifestações de apreço da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara e do Governador do Estado da Guanabara, ao conferir aos Ministros da Corte "as primeiras medalhas criadas para distinguir pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, que se transferiram da cidade do Rio de Janeiro deixando soma expressiva de relevantes serviços prestados à comunidade carioca"; Jockey Club Brasileiro.

Comissões - Comissão Revisora do Código da Justiça Militar (Decreto-Lei nº 925, de 02.12.1938); Comissão Elaboradora dos Ante-Projetos do Código de Processo Penal Militar e de Lei de Organização Judiciária Militar (Decretos-Lei nº 1.001 e nº 1.002 de 21.10.1969).

Participação como representante do STM - Compareceu ao IV Congresso Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra, realizado em Madrid, em 1967, como membro da Delegação do Superior Tribunal Militar.

Foi aposentado por implemento de idade, por decreto de 12 de setembro de 1974, publicado no Diário Oficial de 13, a partir de 8, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 23 de abril de 2003, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 987.

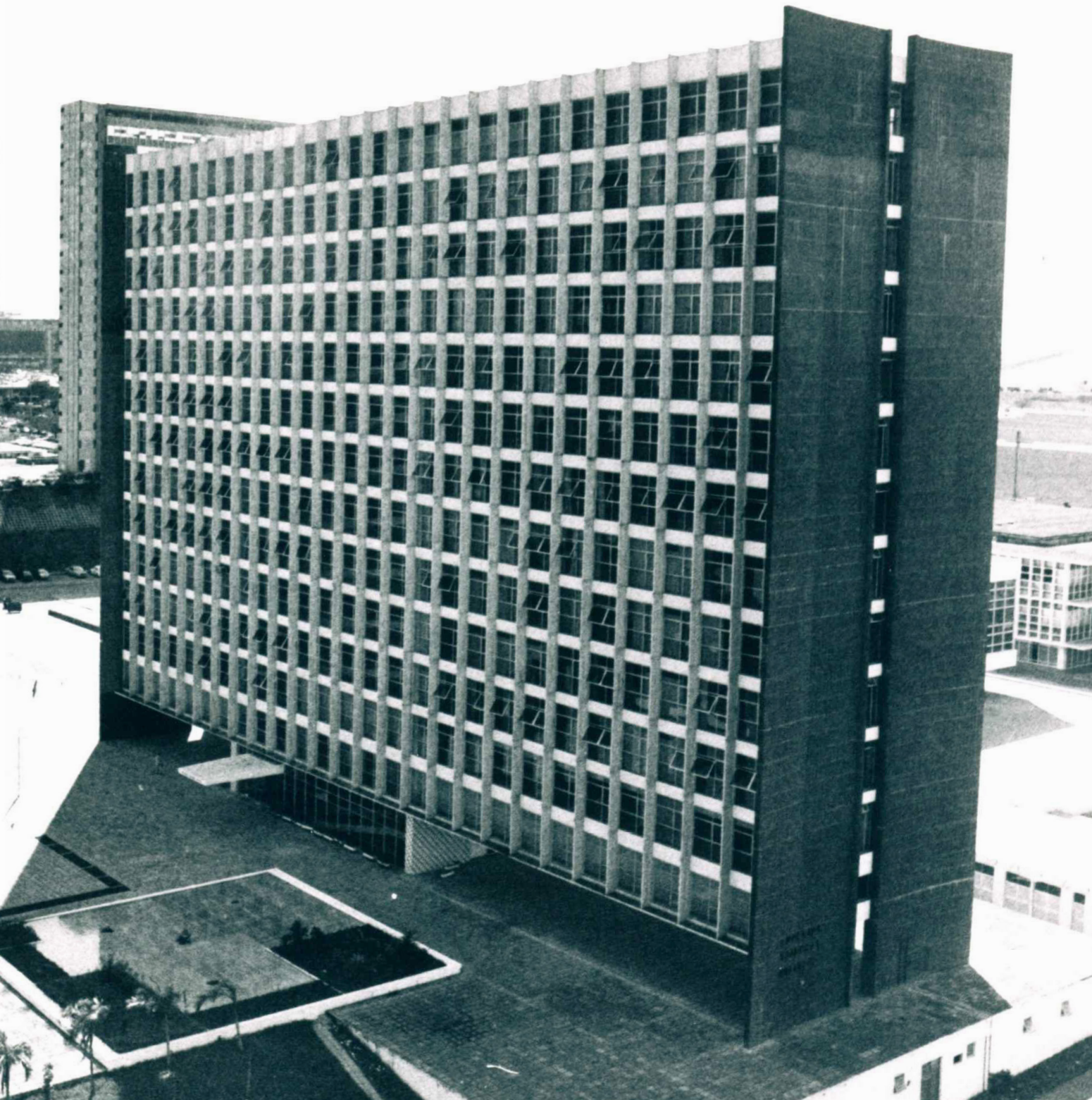
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). C*oletânea de Informações:* Waldemar de Figueiredo Costa. Brasília: DIDOC, Museu, 2011.

Em 1973, o Superior Tribunal Militar transferiu-se para Brasília, recebendo sede própria com 13 andares, localizada na Praça dos Tribunais Superiores, inicialmente entre o Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça, e o Tribunal Superior Eleitoral. Atualmente, é ladeado em ambos os lados pelo Tribunal Regional Federal. No mesmo prédio, ao longo da história, chegaram a funcionar a Auditoria de Correição, a Auditoria da 11ª CJM e a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, atualmente localizadas em prédios distintos.

A partir de 1992, o edifício passou a receber modificações e acréscimos: a construção de duas escadas de emergência, posicionadas nas laterais externas; e o aproveitamento de dois vãos no térreo, com a construção do Salão Nobre e do Auditório.

Inauguração do edifício-sede do STM - Brasília (DF) - 15.02.1973
Bandeira hasteada pelo Vice-Presidente da República
Almirante de Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald.
Fonte: Acervo do STM

Edifício-sede do STM, a partir de 1973.
Praça dos Tribunais Superiores. Brasília (DF)
Fonte: Acervo do STM



Edifício-sede do STM, a partir de 1973. Praça dos Tribunais Superiores. Brasília (DF)
Fonte: Acervo do STM

Edifício-sede do STM, a partir de 1973. Praça dos Tribunais Superiores. Brasília (DF)
Fonte: Acervo do STM

Edifício-sede do STM, a partir de 1973. Praça dos Tribunais Superiores. Brasília (DF)
Fonte: Acervo do STM

No espaço anteriormente destinado ao Salão Nobre, no 2º andar, passou a funcionar a Seção de Museu, mais conhecida como Museu da JMU. Criado pela Resolução nº 42, de 10 de maio de 1992, na gestão do Ministro General de Exército Haroldo Erichsen da Fonseca, só veio a ser inaugurado em 11 de dezembro de 1995, na gestão do Ministro Almirante de Esquadra Luiz Leal Ferreira.

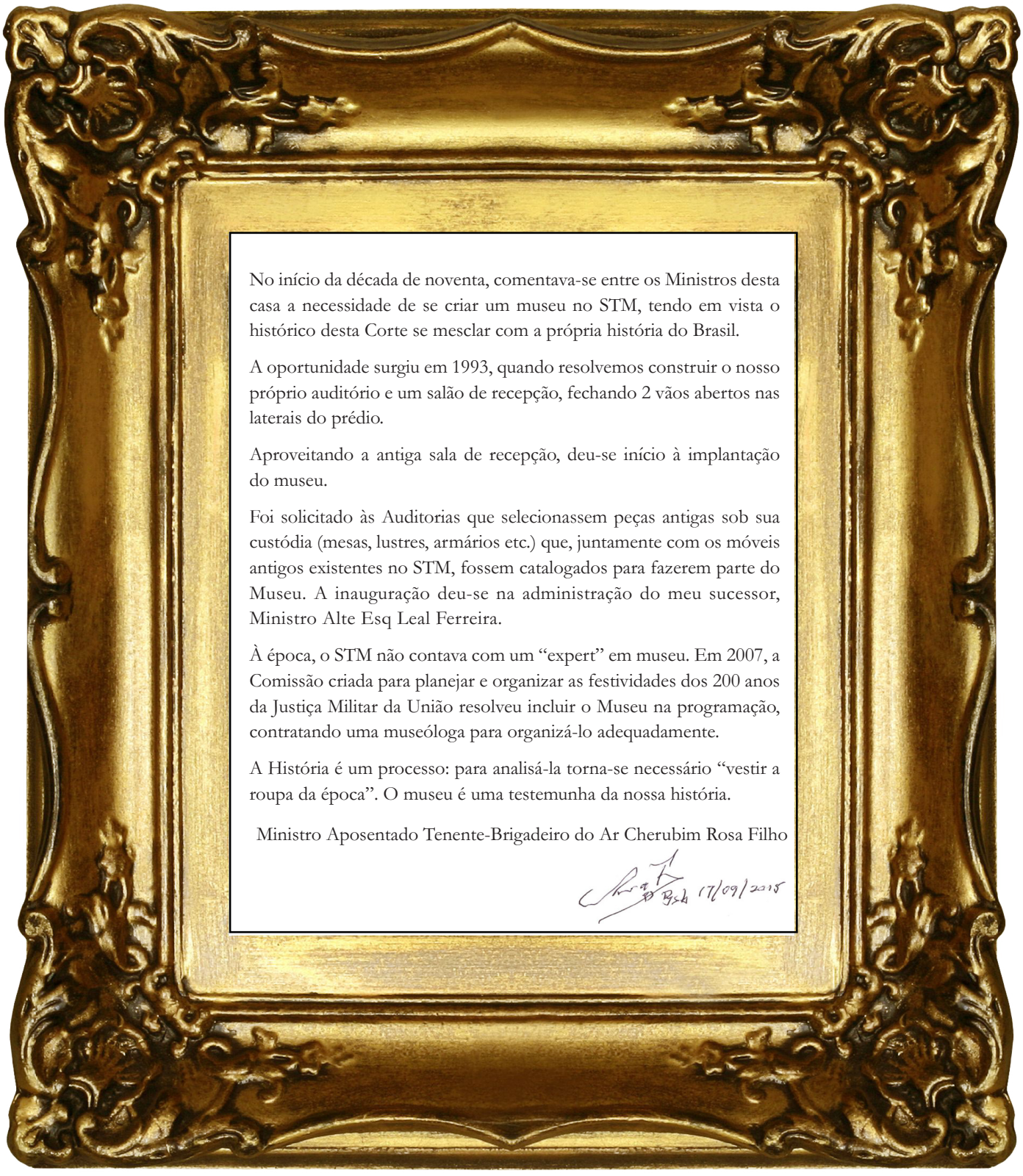
Museu da JMU após revitalização em 2008
Fonte: Acervo do STM

Museu da JMU após revitalização em 2008
Fonte: Acervo do STM

Museu da JMU após revitalização em 2008
Fonte: Acervo do STM

Nesse ínterim, foi o Ministro-Presidente Tenente-Brigadeiro do Ar Cherubim Rosa Filho que, pensando em dar-lhe lugar de destaque, tomou as providências para instalá-lo em frente ao Plenário.

No Museu, os convidados ilustres eram recebidos pelo Presidente e pelos Ministros enquanto aguardavam o início e também o final das solenidades. É conhecido de muitos o empenho pessoal do Ministro Rosa Filho na captação de muitos dos itens do acervo por meio dos quais se conta a história da Justiça Militar da União. A seguir, depoimento do próprio Ministro a esse respeito.



No início da década de noventa, comentava-se entre os Ministros desta casa a necessidade de se criar um museu no STM, tendo em vista o histórico desta Corte se mesclar com a própria história do Brasil.

A oportunidade surgiu em 1993, quando resolvemos construir o nosso próprio auditório e um salão de recepção, fechando 2 vãos abertos nas laterais do prédio.

Aproveitando a antiga sala de recepção, deu-se início à implantação do museu.

Foi solicitado às Auditorias que selecionassem peças antigas sob sua custódia (mesas, lustres, armários etc.) que, juntamente com os móveis antigos existentes no STM, fossem catalogados para fazerem parte do Museu. A inauguração deu-se na administração do meu sucessor, Ministro Alte Esq Leal Ferreira.

À época, o STM não contava com um "expert" em museu. Em 2007, a Comissão criada para planejar e organizar as festividades dos 200 anos da Justiça Militar da União resolveu incluir o Museu na programação, contratando uma museóloga para organizá-lo adequadamente.

A História é um processo: para analisá-la torna-se necessário "vestir a roupa da época". O museu é uma testemunha da nossa história.

Ministro Aposentado Tenente-Brigadeiro do Ar Cherubim Rosa Filho

17/09/2018

ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de abril de 1905, em Taquara (RS).

Filiação - Urbano Alves dos Santos e Otília Pereira dos Santos.

Foi casado com Julieta Campos Pereira dos Santos.

Formação e atividades principais - Cursou o Colégio Militar de Porto Alegre. Em abril de 1924, sentou praça, ingressando na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Foi declarado Aspirante da Arma de Cavalaria em janeiro de 1927, promovido a Segundo-Tenente em julho do mesmo ano e a Primeiro-Tenente em 1929. Participou da Revolução de 1930 e do combate à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Foi promovido a Capitão em fevereiro de 1933 e a Major em dezembro de 1941.

Cursou a Escola de Estado-Maior do Exército e, durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a Escola de Infantaria Ford Benning e a Escola de Blindados de Fort Knox nos Estados Unidos. Participou da Guerra integrando a Força Expedicionária Brasileira, durante a Campanha na Itália, onde serviu como Oficial de ligação na 1ª Divisão de Blindados do Exército norte-americano. Em 1945, foi promovido a Tenente-Coronel, assumindo o Comando da Escola de Motomecanização em 1946. Em julho de 1951,

foi promovido a Coronel e, no ano seguinte, passou a comandar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre.

Em 1954, assinou, com outros Coronéis e Tenentes-Coronéis, o documento em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a elevação do salário-mínimo em 100%, documento esse que ficou conhecido como Manifesto dos Coronéis.

No Rio de Janeiro, cursou a Escola Superior de Guerra, comandou o CPOR e o Colégio Militar. Em 1958, foi promovido a General de Brigada e comandou a 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana e a Academia Militar de Agulhas Negras em Resende. Promovido a General de Divisão em novembro de 1963, sendo nomeado, no ano seguinte, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (DI) em Porto Alegre.

Em 1964, criticou as diretrizes do Presidente João Goulart, manifestadas no comício de 13 de março, sendo, por isso, exonerado do Comando da 6ª DI.

Durante a Revolução de 1964, comandou as unidades sublevadas em Cruz Alta, impedindo a saída das forças governistas do Estado. Com a vitória do movimento, reassumiu o comando da 6ª DI.

Em novembro de 1965, foi promovido a General de Exército, assumindo o Comando do I Exército no Rio de Janeiro. Em 1968, assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército.

Condecorações - Medalha de Campanha, por ter participado das Operações de Guerra na Campanha da Itália; Ordem do Mérito Militar - "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Aeronáutico - "Grande Oficial"; Ordem do Mérito Naval - "Grande Oficial"; Ordem do Mérito Jurídico Militar - "Alta Distinção"; Medalha Militar, com passador de platina - 40 anos de serviços; Medalha de Guerra, por ter participado das Operações de Guerra na Campanha da Itália; Medalha do Pacificador; Medalha Marechal Hermes Aplicação e Estudo, com 2 coroas, em prata; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Marechal Trompowski; Grande Medalha da Inconfidência; Ordem do Mérito Militar - "Grande Oficial", Argentina; Grande Estrela do Mérito Militar, Chile; Ordem do Mérito Militar - "Grande Oficial", Paraguai; Ordem do Mérito Militar - "Grande Oficial" - República Federal Alemã; Ordem do Mérito Militar - 1ª classe, Portugal; Cruz Peruana ao Mérito Militar - "Grande Ofical", Peru; Ordem do Infante D. Henrique - Grã-Cruz, Portugal; Ordem Militar de Aviz.

Atividades no STM - Nomeado pelo decreto de 7 de março de 1969, publicado no Diário Oficial de 10 de março de 1969, tomou posse em 16 de abril do mesmo ano, tendo permanecido no Tribunal até 1973. Durante esse período se pronunciou sobre um grande número de processos políticos.

Em março de 1973, foi eleito Presidente para o biênio 1973-1974. Em julho desse mesmo ano deixou o Tribunal, indicado que foi pelo Presidente Emílio Médici à Aliança Renovadora Nacional, como candidato a Vice-Presidência da República.

Sua candidatura foi homologada por unanimidade, juntamente com a candidatura à presidência do General Ernesto Geisel, na Convenção da Arena realizada em 14 de setembro de 1973. Em 15 de janeiro de 1974, foi eleito Vice-Presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Assumiu o cargo em 15 de março do mesmo ano.

Aposentou-se pelo decreto de 9 de julho de 1973, publicado no Diário Oficial do mesmo dia.

Falecimento - 2 de abril de 1984, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4, p. 3980-3981.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Adalberto Pereira dos Santos. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

JURANDYR DE BIZARRIA MAMEDE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 27 de setembro de 1906, em Salvador (BA).

Filiação - Eduardo Borges Mamede e Celeuta Bizarria Mamede.

Era casado com Beatriz Mamede, com quem teve três filhos.

Formação e atividades principais - Sentou praça em março de 1923, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, saindo Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria em janeiro de 1927. Designado para servir no 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), em Fortaleza, organizou com Juracy Magalhães um núcleo de apoio ao movimento tenentista. Em julho foi promovido a Segundo-Tenente e transferido para o 1º Regimento de Infantaria, conhecido como Regimento Sampaio. Em julho de 1929 foi promovido a Primeiro-Tenente. Em fevereiro de 1930 foi designado para servir no 22º BC, com sede na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, tendo participado ativamente da Revolução de 1930, que culminou com a deposição de Washington Luís e a assunção de Getúlio Vargas ao poder como Chefe do Governo Provisório. Em 1931, Mamede foi destacado no posto de Coronel, comissionado, para comandar a Brigada Policial de Pernambuco, ficando no 29º BC, sediado em Recife. Deixando o cargo de Chefe de Polícia de Recife, em 1937, reincorporou-se à tropa, passando a frequentar, em 1940, a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Ainda nesse ano foi promovido a Major. Em 1943, participou dos preparativos para a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em consequência dos compromissos assumidos pelo Brasil de lutar, ao lado dos países aliados, contra o bloco nazifascista durante a Segunda Guerra Mundial. Formada a FEB e iniciado o

embarque de suas unidades para a frente italiana, Mamede partiu, em setembro de 1944, no 3º Escalão, sob o Comando do General Olímpio Falconière da Cunha. Exerceu, na Itália, a chefia de operações de 11º RI, que tomou parte nas várias investidas para a tomada de Monte Castelo, recebendo em dezembro do mesmo ano a patente de Tenente-Coronel. Em maio de 1945, regressa ao Brasil, fazendo, em seguida, sua incursão na política ao participar de reuniões de Oficiais partidários do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1946, tornou-se Adido ao Estado-Maior do Exército, posteriormente transferido para a Chefia do curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, depois, para a Seção de Blindados da Diretoria de Armas do Exército. Em 1948, passou a integrar o grupo de Oficiais que, sob a chefia do General Osvaldo Cordeiro de Farias, foi incumbido de organizar a Escola Superior de Guerra (ESG), tornando-se, a partir de 1950, membro do seu corpo de instrutores. Em março de 1951 foi promovido a Coronel, permanecendo vinculado a ESG, onde participou da elaboração da doutrina de segurança nacional adotada por aquela escola. Em julho de 1960 foi promovido a General de Brigada e removido para Campo Grande, para comandar a 4ª Divisão de Cavalaria. Em 1963, foi nomeado Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Teve presença marcante nos acontecimentos que culminaram com a Revolução de 1964, coordenando ações não só nos estabelecimentos da Praia Vermelha, mas também nos Fortes da Urca e de São João, com o fim de facilitar a queda do Quartel-General da Artilharia da Costa. Em seguida, foi destacado para o comando da 8ª RM, sediado em Belém. Promovido a General de Divisão em novembro de 1965, passou a comandar a 1ª Divisão de Infantaria na Vila Militar. Em novembro de 1967 foi promovido a General de Exército e, em dezembro, assumiu o Comando do II Exército, sediado em São Paulo. Em maio de 1967, assume a chefia do Departamento de Produção e Obras do Exército.

Atividades no STM - Nomeado por decreto de 11 de novembro de 1969, em 7 de janeiro de 1970 tomou posse como Ministro do Superior Tribunal Militar, desligando-se, três meses depois, do Departamento de Produção e Obras. Em agosto de 1973, passou a presidir o Tribunal, completando, até março de 1975, o mandato de Adalberto Pereira dos Santos, que se afastou por ter sido escolhido candidato a Vice-Presidente da República na chapa do General Ernesto Geisel.

Durante sua gestão, foi construída a Garagem do STM no Setor de Garagens Oficiais, atendendo as áreas de abastecimento e mecânica.

Aposentou-se por implemento de idade, a partir de 27 de setembro de 1976, por decreto de 7 de outubro de 1976, publicado no dia seguinte.

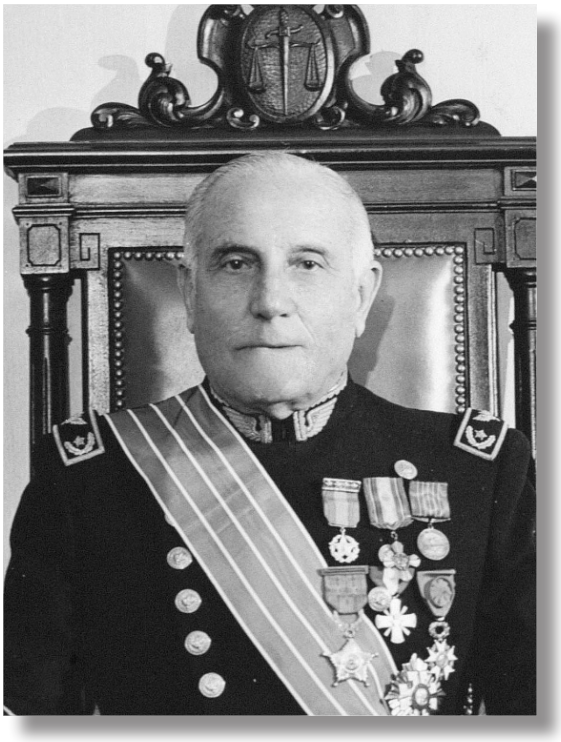
Falecimento - 12 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2053-2058.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Jurandyr de Bizarria Mamede. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO



Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 24 de maio de 1907, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Antonio Júlio de Oliveira Sampaio e Maria Luísa Huet de Oliveira Sampaio.

Foi casado com Ruth Bittencourt de Oliveira Sampaio.

Formação e atividades principais - Fez estudos secundários no Colégio Santo Inácio, sentando praça em abril de 1925, ao ingressar na Escola Naval do Rio de Janeiro, saindo Guarda-Marinha em dezembro de 1928. Promovido a Segundo-Tenente em outubro de 1929. De 1929 a 1930, serviu como Auxiliar de Artilharia e de máquina no cruzador Bahia e no encouraçado Minas Gerais. Em 1931, matriculou-se na Escola de Aviação Naval, sendo promovido a Primeiro-Tenente em agosto deste mesmo ano. Concluiu o curso de Aviador Naval na Escola de Aviação Naval, recebendo o brevê em dezembro de 1931. De 1931 a 1932, ficou como encarregado de Seção de Aviões de Treinamento do Centro de Aviação Naval do Rio de Janeiro. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, foi enviado em companhia do Capitão-Tenente-Aviador Naval Ari de Albuquerque Lima para a Base Naval de Ladário (MS), onde passaram a realizar operações aéreas em apoio às tropas federais. Em janeiro de 1933 foi promovido a Capitão-Tenente. Nesse ano, assumiu a chefia do Departamento de Pessoal e do Departamento de Material da Escola de Aviação Naval do Rio de Janeiro.

Em 1934 foi Comandante do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina e da 4ª Divisão de Reconhecimento e Bombardeio, tendo exercido essas mesmas funções na 2ª Divisão de Reconhecimento

e Bombardeio na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, a partir de 1937. Transferido no posto de Capitão-Aviador para o Ministério da Aeronáutica em janeiro de 1941, quando da criação desse órgão, foi designado para a Escola de Aeronáutica do Galeão. Até 1941 chefiou o Departamento de Administração da Escola de Especialistas da Aeronáutica, sendo promovido a Major-Aviador em dezembro de 1941. Durante a Segunda Guerra Mundial, efetuou missões de patrulhamento no Atlântico Sul. Promovido a Tenente-Coronel Aviador em 1944, retorna aos Estados Unidos para fazer curso de Estado-Maior na Command and General Staff School, em Fort Leavenworth, no Kansas. Em 1945, estagiou no Army Air Force School of Applied Tatics, em Orlando, na Flórida, e, no mês seguinte, na Mariner Corps Air Base, em Cherry Point, na Carolina do Norte. Nesse mesmo mês retorna ao Brasil e passa a chefiar a 1ª e 2ª Seções e o Serviço de Material do Quartel-General da V Zona Aérea, com sede em Porto Alegre. Foi designado Adjunto da 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica e cursou a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Em 1948 foi Subcomandante da Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Em 1949 foi nomeado Adido Aeronáutico no Chile, sendo promovido a Coronel-Aviador em setembro de 1950. Chefiou o Estado-Maior da I Zona Aérea em Belém e, posteriormente, Chefe de Divisão da Diretoria de Pessoal da Aeronáutica, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral de Pessoal da Aeronáutica. Em 1954, cursou a Escola Superior de Guerra e, em 1955, chefiou o Estado-Maior da IV Zona Aérea, com sede em São Paulo. Exerceu outras funções de igual importância, até ser promovido ao posto de Brigadeiro em dezembro de 1958. Em 1960, assumiu o posto de Inspetor-Geral da Aeronáutica. Foi, ainda, Comandante da VI Zona Aérea, com sede em Brasília, da IV Zona Aérea, com sede em São Paulo, e Chefe do EMAER e ainda presidiu a Comissão de Promoções da Aeronáutica. Chefiou representações na VII Conferência de Chefes de Estado-Maior, realizada na Venezuela, e na Exposição de Aeronáutica em le Bourget, na França, bem como a visita oficial à Força Aérea Francesa e a Indústria Aeronáutica da França. Em julho de 1967 foi promovido a Tenente-Brigadeiro, tendo chefiado a comitiva brasileira em visita oficial à Real Força Aérea Sueca e às indústrias aeronáuticas desse país e da Alemanha.

Condecorações - Ordem do Mérito Aeronáutico - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Cruz da Aviação - Fita B; Campanha do Atlântico Sul; Mérito Santos Dumont, de prata; Medalha Militar de Platina, com passador de platina; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Jornalístico; Ordem do Mérito Militar da Itália - Grande Oficial; Medalha do Mérito de 2ª Classe do Chile; La Cruz del Serviço Distingüido na Nicarágua; Medalha Comemorativa do Centenário da 1ª Observação Aérea do Brasil - Guerra do Paraguay - 1868; Medalha Militar de 1ª Classe - Força Aérea Portuguesa; Piloto de Guerra honorário do Chile; Ordem Nacional da Legião de Honra - República Francesa - Oficial; Medalha da Ordem do Mérito de São Bento de Aviz - Portugal.

Atividades no STM - Nomeado Ministro por decreto de 4 de maio de 1971, publicado no Diário Oficial do dia seguinte, tomou posse em 14 do mesmo mês e ano. Em março de 1975 foi eleito presidente para o biênio 1975-1977. Tomou posse em 19 de março desse mesmo ano.

No Tribunal, em discurso proferido a propósito do aniversário do Levante Comunista de 1935, refutou as declarações de juristas, políticos, intelectuais e religiosos que pediam a revogação do Ato Institucional nº 5/68, asseverando que a legislação excepcional só seria abolida quando estivessem extintas as causas que determinaram sua existência. Nessa mesma linha de pensamento efetuou diversos pronunciamentos no STM.

Como Presidente, buscou a colaboração de arquitetos da NOVACAP à disposição do STM para elaboração de projeto padrão para a construção das sedes próprias das Auditorias de Belém, Bagé, Santa Maria e Campo Grande. Em novembro de 1976, inaugurou a de Bagé (RS) e, em dezembro seguinte, a de Belém (PA). Assinou convênios com o Ministério do Exército (CROs) para a construção das Auditorias; com o PRODASEN para a implantação da jurisprudência do STM. Inaugurou a Galeria de Vice-Presidentes, a placa "Deus e teu Direito" no pórtico da Sala de Sessões, em 19 de maio de 1975, a divulgação do STM e de seus julgados através da edição dos nº 1 e 2 da Revista do STM e das publicações "Decisões e Ementas" e "Separatas", ambas publicadas no Diário da Justiça.

Aposentou-se por implemento de idade, a partir de 24 de maio de 1977, conforme decreto de 20 de maio, publicado na mesma data.

Falecimento - 19 de dezembro de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 4, p. 3067-3069.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

SYLVIO MONTEIRO MOUTINHO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 29 de maio de 1907, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Manuel Fontes Moutinho e Virtuosa Monteiro Moutinho.

Foi casado com Maria Yolanda Âncora Moutinho.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval como Aspirante a Guarda-Marinha em 1925. Em outubro de 1929 foi promovido a Segundo-Tenente, em agosto de 1931 a Primeiro-Tenente e, em julho de 1933, a Capitão-Tenente. Em 1937, integrou a Comissão de Reconhecimento de Submarinos na Itália e, em abril de 1934, recebeu a patente de Capitão de Corveta.

Durante a Segunda Guerra Mundial, comandou o submarino Tamoio e o navio Parnaíba, que protegia a chegada dos navios norte-americanos ao porto de Salvador. Entre 1944 e 1947 foi Comandante do corpo de alunos da Escola Naval e Diretor-Técnico do Centro de Armamento da Marinha. Em 1947 foi Adjunto do Adido Naval na Argentina, Uruguai e Paraguai, sendo promovido a Capitão de Fragata em dezembro de 1948. Imediato do Navio-Escola Almirante Saldanha em sua única viagem de circum-navegação. Em setembro de 1953, alcançou o posto de Capitão de Mar e Guerra. Foi Subchefe e Chefe, interino, da Casa Militar do Presidente Café Filho. Em 1956 foi Capitão dos Portos do Estado de Pernambuco e, em 1958, Comandante da Flotilha de Submarinos. Promovido a Contra-Almirante em fevereiro de 1959, comandou, nesse ano, a Força de Transporte da Marinha. Em 1960 foi Comandante da Flotilha de Contratorpedeiros e do grupo-tarefa brasileiro na primeira ope-

ração UNITAS. Em novembro de 1963, recebeu a patente de Vice-Almirante. Em novembro de 1965 foi promovido a Almirante de Esquadra. Secretário-Geral da Marinha em 1966, no mesmo ano ocupou interinamente a chefia do EMFA e, em agosto de 1966, assumiu a chefia do Estado-Maior da Armada (EMA).

Condecorações - Medalha de Serviço de Guerra (duas estrelas); Medalha de Platina de Serviços Militares, com passador de platina (mais de 50 anos de serviço); Ordem Nacional do Mérito - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha de Ouro prêmio Conde de Anadia (nº 1 da Escola Naval); Ordem do Mérito de Brasília - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz, Espanha; Mérito Naval - Grande Oficial, Peru; Ordem do Mérito Militar de 1ª classe, Portugal; Grande Estrela de Ouro ao Mérito Militar, Chile; Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal; Ordem de Mayo ao Mérito Naval - Grande Oficial, Argentina; Comendador da Ordem do Mérito Marítimo, França; Comendador da Ordem do Mérito da República, Itália; Comendador da Ordem do Condor dos Andes, Bolívia; Comendador da Ordem do Libertador General San Martim, Argentina; Ordem do Mérito Naval Especial, México; Oficial da Ordem Militar de Aviz, Portugal; Oficial do Mérito Nacional, Paraguai; Ordem do Mérito Naval de 2ª classe, Espanha; Medalha Militar de 3ª classe, Chile.

Comissões - Presidente da Comissão de Estudos sobre a reforma do Regimento Interno.

Atividades no STM - Nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 20 de fevereiro de 1967, foi empossado em 27 de março de 1967. Foi eleito Presidente para o biênio 1977-1979, tomou posse em 17de março de 1977, permanecendo até 27 de maio do mesmo ano, quando completou 70 anos. No STM, participou na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos sobre a reforma do Regimento Interno e integrou a delegação enviada pelo STM ao VI Congresso de Direito Penal e Militar e Direito de Guerra em Haia, na Holanda, em 1973.

Aposentou-se por implemento de idade, a partir de 30 de maio de 1977, por decreto de 27 de maio de 1977.

Falecimento - 24 de fevereiro de 1980, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3, p. 2318.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Sylvio Monteiro Moutinho. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

HÉLIO RAMOS DE AZEVEDO LEITE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 15 de julho de 1911, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Guilherme Leite Júnior e Gilberta Ramos de Azevedo Leite.

Era casado com Dinara de Vincenzi Azevedo Leite.

Formação e atividades principais - Em março de 1929, ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro, concluindo o curso da Armada em novembro de 1932 na qualidade de Guarda-Marinha. Promovido a Segundo-Tenente em novembro de 1933 e a Primeiro-Tenente em março de 1935, chegou a Capitão em maio de 1938.

Em 1941, fez o curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia e Navegação e, em 1943, o Curso de Tática Antissubmarina da Fleet Sound School em Key West, Flórida, nos Estados Unidos da América. Comandou o Caça-submarinos Gurupá em operações durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), defendendo a costa brasileira contra os submarinos alemães e italianos responsáveis por diversos afundamentos de navios a partir de 1943. Promovido a Capitão de Corveta em fevereiro de 1946, serviu, mais tarde, como Ajudante de Ordens do Diretor de Engenharia Naval. Foi instrutor de

Aspirantes, Guardas-Marinhas e Oficiais a bordo do Navio-Escola Almirante Saldanha, em viagem de circum-navegação e, em 1950, frequentou o curso preliminar da Escola de Guerra Naval (EGN), aí realizando o Curso de Comando no ano seguinte.

Promovido a Capitão de Fragata em março de 1952, serviu, em seguida, no Estado-Maior da Armada (EMA), onde atuou como representante da Marinha no Conselho Nacional de Geografia. Membro da delegação brasileira ao XVIII Congresso Internacional de Cartografia, realizado em 1955, no México, nesse mesmo ano fez o curso superior da EGN. Participou da Comissão Fiscal de Construção de Navios no Japão, servindo ainda, na Escola Naval, primeiro como Superintendente de Ensino e, depois, como Vice-Diretor.

Em janeiro de 1958, tornou-se Capitão de Mar e Guerra, sendo nomeado, em seguida, Chefe do Departamento de Carreira da Diretoria-Geral de Pessoal. Serviu depois à frente da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco, tendo comandado também o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk. Em 1963, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), cujo corpo permanente passou a integrar.

Promovido a Contra-Almirante em agosto de 1965, tornou-se Diretor da Escola Naval e membro do Conselho de Promoções da Marinha, passando a Vice-Almirante em setembro de 1966. Comandou o VI Distrito Naval, sediado em São Paulo, de abril de 1967 a dezembro de 1969. Participou da primeira Comissão de Promoções e, em dezembro de 1969, foi promovido a Almirante de Esquadra, desempenhando, em seguida, a função de Diretor-Geral de Pessoal do Ministério da Marinha. Durante sua carreira, exerceu, ainda, até 1973, o comando dos Navios Hidrográficos Rio Branco e Sirius, do Contratorpedeiro Araguaia e do Porta-Aviões Minas Gerais.

Condecorações - Medalha de Serviços de Guerra - 2 estrelas; Medalha da Força Naval do Nordeste - prata; Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Serviço Militar com passador de platina; Medalha da Campanha do Atlântico Sul; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito de Brasília - Grã-Cruz; Ordem Militar de Aviz - Oficial, Portugal; Mérito Especial da Marinha de Guerra do México; Ordem do Mérito da República Italiana - Grande Oficial; Ordem do Mérito Marítimo - grau de Comendador, França.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto em 24 de maio de 1973, tomou posse e declarou que procuraria ser "não um aplicador inflexível dos textos legais, senão um juiz que não ignora poder ser a lei melhorada e imposta de acordo com a interpretação inteligente e justa". Afirmou, ainda, que seria rigoroso, "mas sereno e sempre atento à regra que presume a inocência e o direito sagrado de defesa".

Em abril de 1977, segundo o Jornal do Brasil, referindo-se a caso de Valquíria Queirós da Costa, presa política que, condenada a uma sentença de 12 meses, já estava cumprindo pena há dois anos em São Paulo, quando afinal foi liberada pelo STM em vista da existência de falhas processuais e após memorial de presos políticos denunciando essa situação, declarou: "Manter uma pessoa presa além do prazo não é apenas um constrangimento, é um acinte, é um desrespeito aos direitos dos outros. Pode ser uma falha do Código, mas nós estamos aqui para fazer justiça, nós não estamos aqui para manter pessoas presas indefinidamente".

Em 27 de maio de 1977, assumiu a presidência do Superior Tribunal Militar, eleito para o biênio 1977-1979.

Quando ainda se iniciava o processo de liberação política no país, abriu um precedente na Justiça Militar desde a promulgação do Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968), ao conceder *habeas corpus* aos presos políticos Fuad Saad e Stanislau Alkimin Magalhães, que continuavam detidos, após o cumprimento da pena a que haviam sido condenados, devido à tramitação de um recurso do Ministério Público pedindo o aumento de suas penas. Amparado no Regimento do STM, que confere ao presidente a faculdade de despachar processo de *habeas corpus ad referendum* do Plenário, tomou essa decisão pessoal à revelia do artigo 10 do AI-5, que vedava a concessão desse recurso aos incursos na Lei de Segurança Nacional.

Em visita a Salvador e a Recife, em abril de 1978, fez comentários relativos à legislação pertinente aos crimes políticos declarando que "as medidas adotadas na época da revolução, quando o país marchava para o caos, poderão ser, aos poucos, abrandadas". Defendeu também o fim da pena de morte e a transformação da prisão perpétua em pena de 30 anos, colocando-se ainda contra a concessão da anistia ampla e insistindo na revisão de punições. Em maio de 1978, por sugestão sua, o STM criou uma Comissão de Ministros para realizar estudos visando à atualização da legislação penal aplicada pela Justiça Militar, inclusive a Lei de Segurança Nacional.

Durante a sua gestão, implantou o serviço de telex nas diversas Auditorias; inaugurou a sede própria da Auditoria da 5ª RM em Curitiba, em novembro de 1978, e, em discurso, referiu-se ao processo político, advertindo para os perigos de uma "abertura larga demais", pois considerava que muita gente não estava em condições de receber anistia.

Deixou a presidência do STM em março de 1979.

Publicações - "Auxílio à Navegação" e "Notas para um encarregado de navegação".

Aposentou-se por limite de idade, por decreto de 9 de junho de 1981, publicado no dia seguinte.

Falecimento - 2 de dezembro de 1993, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1788-1789.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Hélio Ramos de Azevedo Leite. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

REYNALDO MELLO DE ALMEIDA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de maio de 1914, em João Pessoa (PB).

Filiação - José Américo de Almeida (político e escritor) e de Alice Mello de Almeida. Seu pai, um dos principais nomes da Revolução de 1930 no Estado da Paraíba, foi Ministro da Viação entre 1930 e 1934 e, novamente em 1953-1954; Senador por seu Estado em 1935 e entre 1947-1951; foi Ministro do Tribunal de Contas da União entre 1935-1947; Governador da Paraíba de 1951-1953 e de 1954-1956.

Era casado com Lasthenia Tourinho de Almeida, falecida em 29 de fevereiro de 1988. Contraiu segundas núpcias com Elza Maria Sá Fernandes, em março de 1993.

Formação e atividades principais - Sentou praça em março de 1930, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em janeiro de 1934, em agosto do mesmo ano foi promovido a Segundo-Tenente. Ainda servia no Rio quando eclodiu, em novembro de 1935, o levante promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Na capital federal, os militares sublevaram-se no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), sediado na Praia Vermelha e na Escola de Aviação do Campo dos Afonsos. Reynaldo Mello participou da retomada dessa última ao lado das forças legalistas.

Promovido a Primeiro-Tenente em setembro de 1936, servia no Forte de Copacabana por ocasião do levante integralista, ocorrido na madrugada do dia 11 de maio de 1938. Reynaldo foi encarregado de proteger o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME).

Ainda em 1938, integrou a seleção brasileira de voleibol que conquistou o campeonato sul-americano daquele ano. Capitão em agosto de 1940, cursou, durante esse ano, a Escola de Defesa Antiaérea. De 1941 a 1942 foi instrutor do Centro de Instrução de Defesa Antiaérea e, no ano seguinte, nos Estados Unidos, fez o Unit Gas Officers Course. Ainda em 1943, retornou ao Brasil e foi Comandante da 1ª Bateria do 7º Grupo de Artilharia de Dorso. Em 1944, novamente nos Estados Unidos, fez o Field Artillery Course. De volta ao Brasil, no ano seguinte, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

O ano de 1945, no Brasil, foi marcado, no plano político, pelo processo de redemocratização, impulsionado pela participação do país na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas, que combatiam o nazifascismo. Capitalizando as bandeiras que sensibilizavam a opinião pública, como a da redemocratização, as forças políticas, aliadas aos chefes militares descontentes com a aproximação entre o governo e os sindicatos, depuseram Vargas no dia 29 de outubro. Servindo com o General Álcio Souto, Comandante do Núcleo de Divisão Blindada e participante ativo das articulações contra Vargas, Reynaldo Mello, na madrugada do dia 29, acompanhou o General Nélson de Melo quando este assumiu o comando no 2º RI, afastando o General Renato Paquet, fiel a Vargas, do Comando da Vila Militar.

Ingressou na Escola de Estado-Maior em 1946, concluindo o curso em 1948. Em março desse último ano foi promovido a Major e, em 1949, tornou-se um dos primeiros instrutores da Escola de Artilharia Antiaérea, onde exerceu sucessivamente os cargos de Instrutor-Adjunto e Instrutor-Chefe do Curso de Defesa Antiaérea. Promovido a Tenente-Coronel em dezembro de 1952, no ano seguinte deixou a Escola. De 1953 a 1955 serviu na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, em Washington, como chefe da 1ª Seção da Comissão Militar Brasileira. Nesse período, fez o Civil Defense Course em 1953 e, no ano seguinte, foi designado observador militar da Organização dos Estados Americanos (OEA) na crise da Guatemala.

De volta ao Brasil, entre 1955 e 1956 foi Comandante do 3º Grupo de Canhões Antiaéreos 88mm. Nesse último ano, fez o curso de Comando e Estado-Maior da Escola Superior de Guerra (ESG) e ingressou no corpo permanente dessa instituição. Em 1958, realizou o curso Superior de Guerra e ministrou cursos a convite do General Humberto Castelo Branco, então Diretor do Departamento de Estudos da ESG.

Promovido a Coronel em abril de 1960, assumiu, em janeiro de 1961, a chefia do Estado-Maior do Comando Militar de Brasília e da 11ª Região Militar (11ª RM), também sediada no Distrito Federal, ambos sob o Comando do General Ernesto Geisel. Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Pascoal Ranieri Mazzili na Presidência da República, Geisel tornou-se chefe do Gabinete Militar, assumindo Reynaldo Mello o comando da 11ª RM. Entretanto, com a posse de João Goulart na Presidência, a 7 de setembro, Reynaldo voltou, assim como Geisel, ao seu antigo posto, no qual permaneceu até o mês de outubro.

No decorrer de 1962, Reynaldo Mello chefiou a 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e foi Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General João Segadas Viana. Em 1963, ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior da Divisão Blindada e o de Comandante do 5º Regimento de Obuses 105 até início de 1964. Em março desse último ano servia na 5ª RM, sediada em Curitiba, quando eclodiu o movimento político-militar que afastou o Presidente João Goulart do poder. Durante as articulações do movimento, Reynaldo de Mello serviu como elemento de ligação entre o General Orlando Geisel e os militares paranaenses.

Reynaldo Mello de Almeida foi promovido a General de Brigada em novembro de 1964. Entre 1964-1965 ocupou o cargo de Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria. Em maio de 1965 acompanhou e coordenou as tropas brasileiras enviadas à República Dominicana, presidindo a Comissão Especial da Força Interamericana de Paz. De volta ao Brasil, ainda em 1965, integrou, a convite do Presidente Castelo Branco, a Comissão de Coordenação de Aspectos de Segurança Nacional, que preparou um relatório encaminhado ao grupo de trabalho responsável pela elaboração da nova Constituição, que seria promulgada em 1967.

No período compreendido entre o final de 1965 e 1966 foi por duas vezes designado Subchefe do EMFA. Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) a partir de 1966, em 1968 foi encarregado de organizar a XVIII Conferência dos Exércitos Americanos. O evento, realizado na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, contou com a presença de diversos chefes militares do continente, como o General William Westmoreland, dos Estados Unidos, o General Alejandro Lanusse, da Argentina, e o General Ernesto Montagne Sánchez, do Peru.

Promovido a General de Divisão em março de 1969, nesse mesmo mês foi designado Subchefe do EME, deixando o comando da ECEME. Entre 1971 e 1972 foi Vice-Chefe do EME. Ainda em 1972, assumiu o Comando da 9ª RM com sede em Campo Grande (MS), que deixou em junho, ao ser designado para a Vice-Chefia do Departamento-Geral de Serviços do Exército, substituindo interinamente o titular do órgão, vindo a ser efetivado no cargo em novembro, quando atingiu o posto de General de Exército.

Em abril de 1974, após a posse do General Geisel na Presidência da República, passou a chefia do Departamento-Geral de Serviços do Exército ao General Euler Bentes Monteiro, assumindo, em seguida, o Comando do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, em substituição ao General Sílvio Frota.

Durante o ano de 1976, como Comandante do I Exército, reiterou várias vezes aos empresários brasileiros que as Forças Armadas garantiriam o desenvolvimento econômico do país. Em agosto, durante homenagem prestada ao Exército pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), exortou a aliança entre empresários e militares. Uma semana depois, homenageado pelo Clube dos Diretores Lojistas, afirmou novamente que o governo estava aberto ao diálogo e a sugestões dos empresários. Segundo a Revista "Veja" de 15 de dezembro de 1976, a passagem de Reynaldo pela chefia do I Exército foi caracterizada pelo "gradativo afastamento dos militares do combate aos movimentos subversivos" e pela "diminuição dos maus-tratos a presos políticos no Rio de Janeiro".

Condecorações - Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval - Comendador; Ordem do Rio Branco - Grande Oficial; Medalha Militar de Platina; Medalha de Guerra; Medalha do Pacificador; Medalha Marechal Hermes Aplicação e Estudo, em prata dourada com 1 coroa; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito "Cel Assunção"; Oficial, da Legião do Mérito, dos Estados Unidos; Medalha "Guerrilheiros José Miguel Lanza", da Bolívia; Grande Oficial, da Ordem do Mérito Militar do Paraguay; Medalha Militar de 1ª Classe, do Exército de Portugal; Cruz de Las Fuerzas Terrestres Venezolanas, do Exército da Venezuela.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar em 24 de novembro de 1976, tomou posse no dia 10 do mês seguinte.

Em junho de 1977 foi acusado pelo bispo de São Félix do Araguaia (GO), dom Pedro Casaldáliga, em depoimento prestado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de ter pressionado, alguns anos antes, juntamente com os Generais Humberto Sousa Melo e Rosalvo Eduardo Jansen, a prefeitura de Luciara (MT), visando a beneficiar a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara). Em resposta a essas acusações, o Centro de Relações Públicas do Exército distribuiu nota oficial informando que a atuação daqueles militares objetivava apenas apaziguar os conflitos entre a Codeara e grupos de peões e posseiros.

Em março de 1979, Reynaldo Mello de Almeida foi eleito presidente do STM para o biênio 1979-1981, derrotando o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos por nove votos contra seis. Segundo um dos Ministros votantes, em declaração prestada ao "Jornal do Brasil" de 6 de março, Reynaldo foi eleito por ser capaz de manter o "perfil político" do STM. Para ele, o Tribunal não poderia mais continuar sendo mencionado "pelos pronunciamentos políticos de alguns de seus ministros". De acordo com esse ministro, a situação no STM estava assim definida: "de um lado, o Ministro Rodrigo Octávio; de outro os que discordavam dele".

Empossado na presidência do STM em 19 de março de 1979, Reynaldo considerou, em seu discurso, que a Revolução de 1964 estava encerrando um ciclo. E, numa referência ao projeto de abertura política defendido pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo, então presidente do país, afirmou: "As franquias agora concedidas são um passo avançado para atingirmos um sistema que una todos os brasileiros em torno das aspirações nacionais". Como presidente do STM, participou do processo que determinou a decretação e a aplicação da lei da anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). No início de setembro, garantiu que o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, não seria preso quando retornasse ao Brasil.

No início de 1981, passou a defender, embora não fizesse declarações formais, a tese da revisão da Lei de Segurança Nacional (LSN), de modo a adequá-la à nova conjuntura político-institucional e torná-la, portanto, mais branda. Em 11 de março, em visita a Salvador, condicionou as modificações na LSN a uma análise aprofundada da conjuntura brasileira, frisando que as mudanças não caberiam ao Judiciário, mas ao Executivo e ao Legislativo.

Sua administração foi marcada por mudanças na estrutura e funcionamento da Justiça Militar: aprovação pelo Plenário, em 27 de novembro de 1979, de novo Regimento Interno, Regulamento da Secretaria do STM; Regulamento das Auditorias da Justiça Militar; Normas sobre Progressão e Ascensão Funcionais; Concurso e posse de 14 novos Juízes-Auditores Substitutos e 16 Advogados de Ofício; reestruturação dos quadros de pessoal, normas e rotinas de trabalho a partir da Lei nº 6.889/80; convênio SHIS/CEF para construção de casa própria para os servidores, além da prestação de apoio social aos servidores através de assistência médica, odontológica e auxílio-alimentação; inauguração da sede própria da Auditoria da 12ª CJM – Manaus; criação do Núcleo de Processamento Automático de Dados e implantação em convênio com o PRODASEN e Polícia Federal dos Sistemas de Registro de Pessoas Envolvidas em Processos e Controle e Andamento de Processos no STM e Auditorias.

Com base na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi efetuado levantamento das pessoas que, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos, exceto os condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, com vistas à concessão de anistia.

Deixou a presidência do STM em março de 1981, permanecendo como Ministro do Tribunal.

Participação como representante do STM - Congresso Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra, 9., Lausanne, Suíça, 1982.

Aposentou-se pelo decreto de 30 de setembro de 1983, publicado em 3 de outubro seguinte.

Falecimento - 12 de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v.1, p. 85-87.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Reynaldo Mello de Almeida. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FABER CINTRA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 29 de julho de 1915, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Joaquim Cintra e Dulce Avellar Medeiros Cintra.

Foi casado com Elsi Marion Cintra.

Formação e atividades principais - Após concluir os estudos secundários no Colégio São Bento e fazer o vestibular para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sentou praça em abril de 1935, ingressando na Escola Militar do Realengo, também na capital federal. Declarado Aspirante a Oficial em novembro de 1937, foi promovido a Segundo-Tenente em dezembro do ano seguinte.

Tornando-se Aviador Militar, comandou, em 1939, a 2ª Esquadrilha de Caça do 5º Regimento de Aviação, sediado em Curitiba. Ainda em 1939, ingressou nos quadros do Correio Aéreo Nacional (CAN) efetuando voos pioneiros. Desde então, aproximou-se ao principal animador do CAN, Eduardo Gomes, a quem permaneceu vinculado ao longo de sua carreira militar. Promovido a Primeiro-Tenente em dezembro de 1940, no ano seguinte, em janeiro, foi transferido para o recém-criado Ministério da Aeronáutica e, em 1942, foi designado Comandante interino do 2º Grupo (de aviões bombardeiros) do 1º Regimento de Aviação, aquartelado no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), realizou missões de Guerra no Atlântico Sul entre 1942 e 1944. Segundo Porto (2016, p. 186), foram 134 missões de patrulhamento no Atlântico Sul. Em dezembro de 1943, foi promovido a Capitão-Aviador, sendo nomeado, no ano seguinte, Chefe do Pessoal da I Zona Aérea, sediada em Belém. Viajou aos Estados Unidos como Ajudante de Ordens do Adido Aeronáutico brasileiro naquele país e, em 1946, foi designado Assessor da Inter-American Defense Board e representante da Força Aérea Brasileira (FAB) no desfile comemorativo da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Major-Aviador em outubro de 1950, Tenente-Coronel-Aviador em janeiro de 1953 e Coronel-Aviador em janeiro de 1959, entrou, nesse último ano, para o serviço aéreo da FAB, tendo pilotado, em 1962, o avião que inaugurou a linha do CAN para Suez, no Egito, onde se encontravam tropas brasileiras pertencentes à Força de Paz da Organização das Nações Unidas. No ano seguinte, comandou a Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro.

Elevado à patente de Brigadeiro em dezembro de 1965, foi promovido a Major-Brigadeiro em fevereiro de 1971; ainda nesse ano, assumiu o Comando da III Zona Aérea. Em novembro de 1973, as zonas aéreas passaram a se denominar comandos aéreos regionais. Faber Cintra exerceu essa função até setembro de 1974.

Ao longo de sua carreira, exerceu várias funções e comissões, fez também vários cursos, a seguir relacionados: Chefe de Ensino da Escola de Especialistas da Aeronáutica; Chefe de Operações da V Zona Aérea, sediada em Porto Alegre; Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), representante da Aeronáutica junto ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); Chefe da 1ª Divisão da Inspetoria-Geral da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior do Comando Aerotático Terrestre; Chefe da 1ª Seção do EMAER; Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG); Comandante da Base Aérea de Recife; Subchefe de Operações e informações do EMAER; Assessor da Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos; Comandante da Escola de Especialistas de Aeronáutica; Comandante interino da IV Zona Aérea, sediada em São Paulo; Chefe do Núcleo de Diretoria de Encargos Assistenciais; Diretor da Diretoria de Encargos Assistenciais; membro efetivo da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica e Presidente da Comissão de Investigação Sumária da Aeronáutica.

Fez os cursos de Tática Aérea; Estado-Maior; Superior de Comando; Eriptografia do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, da Marinha; o Internal Security Investigations, do Serviço Nacional de Informações (SNI); o Special Operations Air Warfare Center, em Fort Benning, nos EUA, e o da ESG.

Condecorações - Medalha da Junta Inter-Americana de Defesa EEUU; Cruz de Aviação Fita "B", com Palma; Medalha de Bronze; Medalha da Campanha do "Atlântico Sul"; Medalha do Mérito Aeronáutico - grau de Cavaleiro; Medalha do Mérito Aeronáutico - grau de Oficial; Medalha de Ouro com Passador de Ouro; Medalha do Mérito Aeronáutico - grau de Comendador; Medalha do Mérito

Santos Dumont, de Prata; Medalha da Ordem do Mérito Rio Branco - grau de Comendador; Medalha do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Medalha do Mérito Militar de 1ª Classe - Portugal; Medalha do Correio Aéreo Nacional; Diploma e Brevet de Piloto da Força Aérea Equatoriana; Medalha Comemorativa aos 25 anos S.P.K - Canadá; Medalha da Ordem do Mérito Naval - grau de Comendador; Medalha e Diploma Centenário Santos Dumont; Medalha da Ordem do Mérito Militar - grau de Comendador; Medalha Santos Dumont (Ouro) do Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha de Ouro com Passador de Platina; Diploma de Cidadão Honorário, conferido pelo Prefeito da cidade de Louisville, Kentucky; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Coronel Assunção; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - Grã-Cruz; Medalha Reconhecimento do Estado da Guanabara (Ouro); Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Grande Medalha da Inconfidência, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha da Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; VII Olimpíadas da FAB; Medalhão alusivo a inauguração do Ed. Sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Medalha da Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Medalha do Pacificador; Medalha "Centenário de Falecimento de Duque de Caxias"; Medalha da Ordem do Mérito Brasília - Grã-Cruz; Medalha Comemorativa dos 90 Anos de Instituição do TCU; Medalha Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Medalha Comemorativa do 40º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho; Medalha Militar de platina com passador de platina (50 anos de Bons Serviços).

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto de 20 de setembro de 1974, foi empossado no dia 8 de novembro do mesmo ano, poucos dias após alcançar o posto de Tenente-Brigadeiro. Em 1977, defendeu o STM das acusações contra ele formuladas por um de seus Ministros, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, segundo as quais o STM era conivente com os maus-tratos impostos aos presos políticos pelos sistemas de segurança ligados à repressão. Em março de 1981, assumiu a presidência do STM para o biênio 1981-1983, defendendo, na ocasião, o primado da ordem.

Comissões - Regimento Interno; presidiu a comissão destinada a apreciar os casos abrangidos por Anistia.

Participação como representante do STM - Jornada Internacional de Derecho Militar y Derecho de La Guerra, Caracas, 1980; Congresso Internacional de Direito Penal Militar e de Direito de Guerra, 9., Lausanne, Suíça, 1982.

Aposentou-se por implemento de idade, a partir de 30 de julho de 1985, por decreto de 5 de agosto de 1985, publicado no Diário Oficial, Seção II, no dia seguinte.

Falecimento - Faleceu aos 101 anos, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de agosto de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v.1, p. 794.

PORTO, Carlos Geraldo dos Santos. *Ministros do Superior Tribunal Militar oficiais-generais da Aeronáutica oriundos da Marinha e do Exército*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Superior Tribunal Militar, 2016. 231 p., il. fots.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Faber Cintra. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

OCTÁVIO JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 19 de junho de 1914, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Gaspar Sampaio Fernandes e Maria Sampaio Fernandes.

Era casado com Maria Aparecida Sampaio Fernandes, com quem teve seis filhos.

Formação e atividades principais - Sentou praça na Marinha, em março de 1931, ingressando na Escola Naval, de onde saiu Guarda-Marinha em outubro de 1934. Promovido a Segundo-Tenente em março de 1935 e a Primeiro-Tenente em outubro de 1936. Em 30 de dezembro de 1940 foi promovido a Capitão-Tenente e a Capitão de Corveta em setembro de 1946. Nesses anos, serviu em diversas embarcações e unidades da Marinha. Fez o curso de especialização de submarinos para Oficiais e o da Escola de Guerra Naval, da qual foi instrutor. Assumiu, depois, essa mesma função na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, sendo promovido a Capitão de Fragata em setembro de 1952.

Foi Comandante da Base Almirante Castro e Silva e Chefe do Estado-Maior do Comando da Flotilha de Submarinos em maio de 1958. Foi promovido a Capitão de Mar e Guerra em janeiro de 1959, assumindo a Chefia do Estado-Maior da Força de Transporte da Marinha, permanecendo nesse posto até 1960. De 1960 a 1961, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), passando a integrar o corpo permanente dessa Escola. A seguir, comandou a Flotilha de Submarinos e, de 1962 a 1964, foi Adido

Naval na Argentina e no Uruguai. Promovido a Contra-Almirante em dezembro de 1965, assumiu, nesse último ano, a Chefia do Estado-Maior do Comando em Chefe da Esquadra.

Foi Comandante da Força de Transporte da Marinha de 1966 a 1967 e Subchefe para operações do Estado-Maior da Armada de 1967 a 1968. Em julho de 1968, assumiu o Comando do IV Distrito Naval em Belém, sendo promovido a Vice-Almirante em outubro desse mesmo ano.

Em 1970, passou a comandar o I Distrito Naval, no Rio de Janeiro. Em 1971, atingiu o posto de Almirante de Esquadra, em dezembro, sendo nomeado, no ano seguinte, Diretor-Geral do Material da Marinha, exercendo esse cargo até 1973, tornando-se depois Secretário-Geral da Marinha.

Condecorações - Medalha Naval do Mérito de Guerra, com duas estrelas; Medalha da Força Naval do Nordeste, Medalha de Campanha do Atlântico Sul; Medalha de Ouro com passador de platina, do Serviço militar; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento do Pacificador; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco; Medalha Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Naval da República Argentina; Medalha de Grã-Cruz do Mérito Naval Espanhola; Medalha do Mérito Marítimo de França.

Atividades no STM - Assumiu o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar nomeado que foi pelo decreto de 31 de outubro de 1974; tomou posse em 6 de dezembro de 1974, na vaga do Almirante Waldemar de Figueiredo Costa. Foi eleito para o cargo de Presidente para o biênio 1983-1985, tomando posse no cargo em 17 de março de 1983. Reestruturou e ampliou as instalações, diversificando o atendimento do Serviço Médico do Tribunal, com ênfase na área de Cardiologia.

Comissões - Jurisprudência e Revista do STM em 1979 e 1981.

Participação como representante do STM - Congresso Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra, 8., Ankara, Turquia.

Aposentado compulsoriamente, conforme decreto de 19 de junho de 1984, publicado no Diário Oficial, Seção II, do mesmo dia.

Falecimento - 22 de julho 1985, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 1250.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Octávio José Sampaio Fernandes. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

JÚLIO DE SÁ BIERRENBACH

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 8 de janeiro de 1919, em Sorocaba (SP).

Filiação - Julio Bierrenbach Lima e Julia de Sá Bierrenbach.

Foi casado com Júlia de Albuquerque Bierrenbach, com quem teve três filhos.

Formação e atividades principais - Nomeado Guarda-Marinha em dezembro de 1940 e promovido a Segundo-Tenente em dezembro do ano seguinte, já nos primeiros postos de sua carreira participou de operações de guerra, embarcando nas Corvetas "Rio Branco" e "Jaceguai" e como Imediato do Caça-Submarinos "Guaporé".

Escolheu como especialidade a Hidrografia e Navegação, dedicando-se com afinco; entre outras funções, exerceu as de Chefe da Comissão de Levantamento do Braço Norte do Rio Amazonas e Chefe da Comissão de Levantamento da Costa de Alagoas.

Não se restringiram, porém, suas atividades às técnico-profissionais. Entre suas comissões de embarque destacam-se as de Assistente e Oficial de Operações no Comando em Chefe da Esquadra, Encarregado de Navegação do Navio-Tanque "Ilha Grande", Encarregado de Turma de Guardas-Marinha no Navio Escola "Duque de Caxias", no Cruzador "Tamandaré", como Oficial, a 11 de novembro de

1955 e, durante estágio feito em navios da Marinha Francesa, nos Contra Torpillem "Albatros", Escorte-Rapide "Le Picard" e Porte-Avions "Bois Belleau". Comandou, como Capitão-Tenente, a Corveta "Caravelas"; como Capitão de Corveta, o Navio Hidrográfico "Rio Branco"; como Capitão de Fragata, o Navio Hidrográfico "Sirius"; e, como Capitão de Mar e Guerra, o Cruzador "Tamandaré".

No Setor de Ensino, marcou sua passagem por várias organizações da Marinha como aluno, instrutor e diretor.

Destacou-se, como aluno, na Escola Naval, no curso de Hidrografia e Navegação da Escola de Aperfeiçoamento e Especialização de Oficiais, no de Tática Antissubmarina e na Escola de Guerra Naval nos cursos Preliminar, de Comando e Estado-Maior e Superior de Guerra Naval.

Como Instrutor, exerceu essas funções na Escola Naval, como Chefe do Departamento de Ensino Náutico e Instrutor de Navegação Astronômica, na Escola de Aperfeiçoamento e Especialização para Oficiais, como instrutor de Astronomia de Campo do Curso de Hidrografia e Navegação e, na Escola de Guerra Naval, como Instrutor de Operações e Informações.

Foi Diretor da Escola Técnico-Profissional do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, da Escola Naval, do Centro de Instrução e Adestramento "Almirante Wandenkolk" e da Escola de Guerra Naval.

Em março de 1964 foi nomeado, por Ademar de Barros, Capitão dos Portos do Estado de São Paulo, sendo confirmado pelo novo Presidente da República, Marechal Castelo Branco, e empossado em 15 de abril. Foi ainda encarregado dos inquéritos policiais realizados nos Sindicatos da orla marítima e na Prefeitura de Santos.

Em janeiro de 1965, deixou a Capitania dos Portos de Estado de São Paulo, sendo nomeado para os cargos de Adjunto do Adido Naval junto à Embaixada do Brasil em Washington e Presidente da Comissão Naval brasileira, também sediada em Washington.

Condecorações - Medalha Naval de Serviços de Guerra, 3 estrelas; Medalha da Força Naval do Nordeste; Medalha da Força Naval do Sul; Ordem do Mérito Naval – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial; Ordem de Rio Branco – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina (50 anos); Medalha de Guerra (Exército); Medalha Mérito Marinheiro – 2 âncoras; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Ordem Nacional do Mérito do Paraguai – Cavaleiro; Ordem Militar de Aviz de Portugal – Grande Oficial; Ordem Nacional do Mérito da França – Comendador; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grande Oficial; Medalha Rui Barbosa – MEC; Medalha Cultural Martim Afonso de Souza, Guarujá (SP); Medalha MMDC (SP); Medalha do Mérito Saldanha da Gama, Campos (RJ); Medalha Mérito Coronel Assunção (GB); Medalha Mérito DER (GB), grau Ouro; Medalha Estado da Guana-

bara – Ouro; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes; Medalha do Aleijadinho, Ouro Preto (MG); Medalha Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ouro Preto (MG).

Atividades no STM - Indicado pelo Presidente Ernesto Geisel para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nomeado pelo decreto de 16 de junho de 1977, tomou posse no dia 27 do mesmo mês e ano. No seu discurso de posse, declarou serem os presos intocáveis e que as inquirições deveriam ser conduzidas com inteligência e não com violência.

Poucos meses depois, durante o julgamento de Paulo José de Oliveira Morais, acusado de assalto a bancos e enquadramento na LSN, denunciou – na qualidade de revisor do processo – as torturas praticadas contra os réus nas dependências do DOPS de Niterói.

Mais tarde, em 30 de abril de 1981, por ocasião da explosão da bomba no Riocentro, estranhando a morosidade do andamento das investigações, declarou, no início de maio, que "enquanto órgãos policiais não apurarem e não apresentarem elementos suficientes à Justiça Militar, os crimes de terror continuarão impunes". Em setembro, depois de ouvir o voto do Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles – favorável ao arquivamento –, pediu vista do IPM do Riocentro, afirmando que "não conseguira sanar suas dúvidas sobre os autos". Em sessão de 2 de outubro, o STM pronunciou-se a favor do arquivamento do IPM, por dez votos contra quatro. Em voto escrito totalizando 52 páginas, pediu abertura de um novo inquérito para que o Capitão Wilson Machado fosse ouvido em uma Auditoria como acusado, "a menos que o Ministério Público Militar queira ser levado ao descrédito perante toda a nação".

O caso Riocentro gerou uma crise no interior do STM e entre essa Corte e o Ministério do Exército, cujo titular, General Wálter Pires, criticara – sem citar nomes – a atuação de Bierrenbach. Em nota divulgada pela imprensa em 10 de outubro, o Ministro Bierrenbach afirmou que mantinha *in totum* seu voto contra o arquivamento do IPM do Riocentro e que repudiava "com veemência" as críticas que recebera do Ministro Wálter Pires e do seu colega de Tribunal General Carlos Alberto Cabral Ribeiro.

Em novembro de 1982, após as eleições legislativas e para os governos estaduais, manifestou-se favorável à eleição direta para a Presidência da República em 1984, com candidatos civis disputando o pleito e afirmou também que o ciclo militar havia chegado ao fim.

Com a aposentadoria do Ministro Octávio José Sampaio Fernandes em 19 de junho de 1984, foi eleito Presidente e tomou posse em 26 do mesmo mês, para completar o biênio 1983-1985.

Durante a sua gestão, houve a discussão e aprovação, em Sessão Plenária de 11 de outubro de 1984, de novo Regimento Interno; elaboração do Ante-Projeto de Lei Ordinária sobre a reestruturação da Defensoria de Ofício da Justiça Militar; a implantação, no âmbito do Tribunal, da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional aos Advogados de Ofício; implementação de normas para o pagamento da Gratificação Judiciária aos Servidores da Justiça Militar; a definição

de normas complementares para a remoção dos Advogados de Ofício; a reestruturação do Relatório Anual da Justiça Militar e o Boletim da Justiça Militar.

Comissões - Legislação – Membro, 1978; Composição de lista dos candidatos à classe "C" da categoria funcional de Técnico Judiciário; Regimento Interno.

Participação como representante do STM - Integrou a Delegação do STM no Congresso da Sociedade Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra, 10., Garmsch-Partenkirchen, na Alemanha Ocidental, em 1985.

Aposentou-se por decreto de 28 de janeiro de 1987, publicado no Diário Oficial de 29 do mesmo mês e ano.

Falecimento - Faleceu aos 96 anos de idade na madrugada do dia 11 de junho de 2015, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 392-394.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Júlio de Sá Bierrenbach. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

HEITOR LUIZ GOMES DE ALMEIDA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 1º de outubro de 1917, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Manoel Gomes de Almeida e Silva e Maria Delfina Botelho Gomes de Almeida.

Era casado com Ruth Oliveira de Almeida, com quem teve três filhos.

Formação e atividades principais - Sua vocação militar despertou cedo, na juventude. Cursou o Colégio Militar no Rio de Janeiro e, com 17 anos de idade, assentou praça na Escola Militar de Realengo. Foi declarado Aspirante a Oficial em 1937. Iniciou-se, como Oficial, no Regimento de Dragões da Independência, então sediado no Quartel de São Cristóvão. Serviu nas Guarnições de Uruguaiana, Porto Alegre, Santiago e Livramento, e frequentou a Escola de Educação Física do Exército. Mais tarde, matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1954, como Major, graduou-se como Oficial de Estado-Maior. Posteriormente, candidatou-se à Escola Superior de Guerra e nela fez Curso de Comando de Estado-Maior das Forças Armadas. Foi instrutor nas três escolas básicas da sua força: Escola Militar de Resende, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado-Maior.

Major e Tenente-Coronel, como Oficial de Estado-Maior, estagiou na 2ª Divisão de Cavalaria, guarnição de Uruguaiana, e serviu, sucessivamente, na Diretoria-Geral do Serviço Militar e na Diretoria de Armas, ambas no Rio de Janeiro. Demonstrando pendor para as atividades de informação, fez curso especializado nos Estados Unidos. Atuou, durante três anos, como adjunto do Grupo combinado de Informações no Núcleo de Comando da Zona de Defesa Norte e, posteriormente, como Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do I Exército.

Com a promoção a Coronel, foi distinguido com o Comando do 14º Regimento de Cavalaria, sediado em Dom Pedrito. Posteriormente, foi nomeado para chefiar a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

Regressando ao Brasil, dedicou-se a assessorar, como Oficial de Estado-Maior, os chefes do Departamento-Geral do Pessoal e do Departamento de Ensino e Pesquisa.

Em 1972, alcançou o generalato, sendo promovido a General de Brigada, recebendo, então, seu primeiro grande comando, o da 4ª Divisão de Cavalaria; posteriormente, foi-lhe confiado o Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada e, a seguir, o da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada.

Na Inspetoria-Geral das Polícias Militares, consolidou a estrutura desse órgão e normatizou a mecânica de seu funcionamento.

Nomeado Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial, foi elemento decisivo na abertura e funcionamento do Colégio Militar de Brasília.

Por mais de dois anos esteve à frente do Comando Militar do Planalto. Em 1981, promovido a General de Exército, alcançou o mais alto patamar da hierarquia militar. Depois de rápida passagem pela chefia do Departamento-Geral do Pessoal, assumiu o Alto Comando do I Exército.

Condecorações - Recebeu várias, dentre outras: Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina, com passador de Platina; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Naval – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco – Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Mérito Santos Dumont - Prata; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grande Oficial; Ordem Mérito Militar, Paraguai; Medalha Honorífica – Cavalaria, Paraguai.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto de 28 de junho de 1983, publicado no Diário Oficial de 29 do mesmo mês e ano, tomou posse em 17 de agosto desse mesmo ano. Foi eleito Presidente para o biênio 1985-1987, e tomou posse em 18 de março de 1985.

Na sua gestão foi decidida, em Sessão de 12 de dezembro de 1985, a criação da Comissão de Direito Penal Militar e Direito de Guerra, em caráter permanente; aprovação das Súmulas de Jurisprudência de nº 5 e 6. O Gabinete da Presidência recebeu nova decoração, reunindo-se o mobiliário que, na sede,

no Rio de Janeiro, pertencera ao Gabinete e que se encontrava disperso; criação de Galeria dos Presidentes do STM – Chefes de Estado (D. Pedro I, D. Pedro II, Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto; a transferência do retrato a óleo de D. João VI, do Salão Nobre, para local de destaque no Gabinete da Presidência). Foi dado início, também, ao registro em vídeo dos eventos de importância para o STM. Criação de 22 cargos de Advogado de Ofício Substituto da Justiça Militar com o advento da Lei nº 7.384, de 18 de outubro de 1985.

Aposentado, compulsoriamente, a partir de 2 de outubro de 1987, conforme decreto de 21 publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 22, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 2 de outubro de 2005, sendo sepultado no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília (DF).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Heitor Luiz Gomes de Almeida. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

ANTONIO GERALDO PEIXOTO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de novembro de 1919, em Maceió (AL).

Filiação - José Peixoto e Luzia Julieta Peixoto.

Foi casado com Yara Guapindaia Peixoto, com quem teve 4 filhos.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Militar de Realengo, em 1937. Foi declarado Aspirante a Oficial em 1939; Segundo-Tenente em 1940; Primeiro-Tenente em 1943; Capitão em 1945; Major em 1950; Tenente-Coronel em 1956; Coronel em 1961; Brigadeiro em 1969; Major-Brigadeiro em 1973; Tenente-Brigadeiro em 1977.

Fez os seguintes cursos militares: Piloto Aviador Categoria A e B - Campo dos Afonsos, 1940; Treinamento Aéreo - USBATU - Natal, 1944; Treinamento Antissubmarino - Quonset Point Rhode Island - USA, 1945; Oficial de Comunicações 0220 - Scott Field - USA, 1947-1948; Tática Aérea - EAOAR - Cumbica, 1950; Estado-Maior - ECEMAR, Rio de Janeiro, 1954; Superior de Comando - ECEMAR, Rio de Janeiro, 1956; Accouting Methods - IBM - Educational Center - Washington, 1962; Escola Superior de Guerra, 1965; Técnico de Administração - CRTA - 7ª Região; Preparação de Instrutores - ECEMAR, no Rio de Janeiro.

Exerceu vários cargos, chefias e comissões, dentre os quais: Chefe de Serviço de Rotas de 2ª Zona Aérea 1945-1947; Chefe da Seção de Comunicações da Diretoria de Rotas Aéreas (2 DR 3) – Rio de Janeiro, 1949-1950; Chefe do Serviço de Rotas da 1ª Zona Aérea, 1951-1953; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica "ECEMAR", 1955-1956; Comandante do 2º Grupo de Transporte - Campo dos Afonsos 1957; Comandante da Base Aérea de Belém, 1958-1960; Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington, 1961-1962; Assistente da Subdiretoria de Manutenção da Diretoria do Material da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 1963-1964; Chefe de 4ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 1964-1965; Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral de Engenharia da Aeronáutica, 1966; Assistente do Diretor-Geral de Aeronáutica Civil, 1966; Chefe do Subdepartamento de Planejamento do Departamento de Aeronáutica Civil, 1969; Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, 1973; Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica, 1976. De 1951 a 1972, participou de várias Comissões no Brasil e no exterior.

Condecorações - Cruz de Aviação – Fita B – com palma; Ordem do Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz; Medalha do Atlântico Sul; Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha do Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial; Medalha Santos Dumont, em ouro, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial; Ordem de Rio Branco – Grande Oficial; Medalha do Mérito Cel Assunção; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Piloto Comandante Honorário da Força Aérea Venezuelana.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 14 de março de 1979, prestou compromisso legal e tomou posse em 10 de abril desse mesmo ano. Foi eleito Presidente para o biênio 1987-1989, tomando posse em 17 de março de 1987.

Na sua gestão, a Galeria dos Presidentes foi complementada pelos Chefes de Estado e que também foram Presidentes do STM: D. João VI (o seu retrato a óleo foi transferido do Salão Nobre para lugar de destaque no Gabinete da Presidência), D. Pedro I, D. Pedro II, Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto. Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram acompanhados atentamente, oferecendo sugestões através do estudo "A Justiça Militar e a nova Constituição: subsídios" para que "a Justiça Militar permanecesse intocável em seu cerne. Assim, os arts. 122, 123 e 124 da Lei Maior estabeleceu a composição, os órgãos e a competência da Justiça Militar, deixando para a lei complementar a explicitação da amplitude jurisdicional de nossos Tribunais".

De 5 a 8 de abril de 1988 diversos eventos comemoraram o 180º Aniversário do STM: Culto em Ação de Graças; Sessão Solene com a presença do Exmº Sr. Presidente da República José Sarney; Exposição sobre a Justiça Militar; Lançamento de Carimbo Postal Comemorativo; Lançamento do nº 11/12 da Revista do STM; Ciclo de Conferências e Debates, oportunidade de encontros, em Brasília, de representantes da Justiça Militar de todo o país.

Trabalhos publicados - Organização Judiciária Militar; A Justiça Militar; A Justiça Militar na Nova Constituição.

Comissões - participou das seguintes: Regimento Interno; Concurso para Advogado de Ofício, Subcomissão Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa.

Aposentou-se a partir de 12 de novembro de 1989, conforme decreto de 13 de novembro de 1989, publicado no dia seguinte.

Falecimento - 30 de maio de 2013.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Antonio Geraldo Peixoto. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 24 de outubro de 1924, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Luiz de Azevedo Branco e Nathália Lima de Azevedo Branco.

Era casado com Benedicta Zuleika de Azevedo Branco; tem quatro filhos.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval, em 1941, como Aspirante. Nomeado Guarda-Marinha em fevereiro de 1945 e promovido a Segundo-Tenente em agosto do mesmo ano; nestes postos de sua carreira, participou de operações de guerra; embarcou no Contratorpedeiro de Escolta "Benevente"; permaneceu em missões de patrulha até o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, foi promovido a Primeiro-Tenente e, em 1952 e 1955, a Capitão-Tenente e Capitão de Corveta, respectivamente. Foi promovido a Capitão de Fragata em abril de 1962, a Capitão de Mar e Guerra em setembro de 1966, a Contra-Almirante em julho de 1973 e a Vice-Almirante em março de 1977. Promovido a Almirante de Esquadra em novembro de 1981.

Entre suas comissões de embarque destacam-se ainda as de Chefe de Máquinas do Navio Hidrográfico "CANOPUS"; no Navio-Escola "Duque de Caxias"; Oficial de Estado-Maior do Comando em Chefe da Esquadra; Imediato do Cruzador Barroso; e Comandante do Navio Aeródromo Ligeiro "Minas Gerais".

Aprimorou seu preparo profissional em vários cursos, como o Preliminar, o de Comando e Estado-Maior e o Superior de Comando da Escola de Guerra Naval.

Foi Comandante da Base Naval de Aratu em Salvador e, na área do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, serviu no Arsenal de Marinha, onde exerceu as funções de Superintendente de Navios e de Chefe da Divisão de Reparos Navais. Serviu, também, no Centro de Instrução "Almirante Wandenkolk", na Escola Naval, na Escola de Guerra Naval e no Gabinete do Ministro da Marinha. Integrou a Comissão de Fiscalização de Construção Naval no Japão. Foi Oficial de Estado-Maior da Força Interamericana de Paz na República Dominicana. Foi Subchefe de Planejamento Administrativo do Estado-Maior da Armada, Adido Naval às Embaixadas do Brasil em Washington e Ottawa, Delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, Diretor de Armamento e Comunicações da Marinha, Diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e, já como Almirante de Esquadra, Diretor-Geral do Material da Marinha e Chefe do Estado-Maior da Armada.

Condecorações - Possui vinte e uma condecorações, merecendo destaque, dentre as nacionais, as medalhas do Mérito de Guerra com duas estrelas, Força Naval do Nordeste, Serviço Militar de Platina, com passador de Platina (50 anos), Ordens do Mérito Naval, Militar e Aeronáutico, Ordem do Mérito Judiciário Militar, Medalha Naval de Serviços Distintos, Humanitária de 1ª Classe; tendo sido distinguido por governos estrangeiros e entidade internacional com a Medalha do Mérito da Força Interamericana de Paz, da Organização dos Estados Americanos, Medalha de Louvor do Exército dos Estados Unidos, Legião do Mérito dos Estados Unidos da América e Mérito Militar de Portugal.

Atividades no STM - Nomeado pelo decreto de 27 de junho de 1984, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, tomou posse em 8 de agosto de 1984. Eleito Presidente para o biênio 1989-1991.

Durante sua gestão como Presidente, dando prioridade às atividades de processamento de dados, a jurisprudência do STM teve seu acesso facilitado a partir da retomada do Convênio com o PRODASEN, possibilitando alimentar o Banco de Dados JURI, com informações sobre seus julgados; da mesma forma, o STM passou a acessar a jurisprudência do STF e STJ por meio do citado Banco de Dados. Foi desenvolvido e implantado o Sistema de Acompanhamento de Processos da Justiça Militar (SAM), o que proporciona aos interessados acompanhar a etapa em que se encontra determinado inquérito ou processo. O pagamento do pessoal da Justiça Militar passou a ser executado pelo Tribunal, com dados elaborados pela Secretaria, o que, até então, era feito pelo SERPRO. Foram adquiridos equipamentos e programas de informática.

Elaborado anteprojeto da Lei de Organização Judiciária Militar, após recolhimento de sugestões dos interessados.

Comissões - Na condição de Ministro, além das atividades judicantes, participou das seguintes Comissões: Direito Penal Militar e de Guerra; Regimento Interno do STM; Alteração do artigo 9º do Código Penal Militar (Presidente); Reajustamento salarial dos servidores da Justiça Militar; Elaboração do futuro Código de Processo Penal Militar.

Aposentou-se a partir de 25 de outubro de 1994, conforme decreto de 24, publicado no Diário Oficial, Seção II de 25, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 30 de setembro de 2000.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Raphael de Azevedo Branco. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 4 de fevereiro de 1924, em Fortaleza (CE).

Filiação - Eduardo Studart da Fonseca e Lúcia Erichsen da Fonseca.

Casado com Corina Cidade Erichsen da Fonseca, com quem teve um filho.

Formação e atividades principais - Iniciou sua vida militar na legendária Escola de Realengo, egresso do Colégio Militar de Fortaleza. Na escolha de armas, o cadete Erichsen preferiu a Artilharia. Estava no 2º ano do curso quando o Brasil entrou na Guerra contra a Alemanha, logo após o torpedeamento de navios mercantes na costa brasileira, em agosto de 1942. Em consequência, teve seu curso acelerado e foi declarado Aspirante a Oficial a 8 de janeiro de 1944. No ano seguinte à sua formatura, em 1945, entra na Escola de Motomecanização.

Desde cedo revelou seu natural pendor para o ensino e, ainda como Primeiro-Tenente, foi nomeado instrutor da AMAN; como Capitão, foi instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, mais tarde, como Major, foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Assim, ao longo da carreira, foi instrutor das três principais escolas do Exército. Como Coronel, além de ter assumido várias funções de destaque, tais como a de Oficial do Estado-Maior do Exército, membro do Gabinete do Ministro e Adido Militar das Forças Armadas na Venezuela, foi ainda nomeado Comandante do Colégio Militar de Fortaleza (CE). Em 31 de março de 1976 foi promovido a General de Brigada, retornando à arma de origem, para comandar a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército no Rio de Janeiro. Em seguida, foi nomeado

Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo o primeiro Oficial a comandar dois Colégios Militares. Após dois anos de comando, foi nomeado 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército e, após a promoção a General de Divisão em 31 de março de 1981, voltou a Fortaleza, para comandar a 10ª Região Militar. Em seguida, foi nomeado Vice-Chefe do Departamento-Geral de Serviços, de onde saiu para organizar e instalar a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que passou a dirigir como General de Exército, cuja promoção se deu a 31 de março de 1985. Exerceu interinamente o cargo de Ministro do Exército.

Condecorações - Recebeu várias, dentre elas: Medalha de Guerra, Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Forças Armadas - Grande Oficial; Medalha Militar com Passador de Platina; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha Marechal Trompowsky; Medalha do Mérito Tamandaré; Comenda da Ordem do Mérito dos Engenheiros Militares; Medalha da Abolição (Governo do Ceará); Medalha Tiradentes (PM/CE); Medalha Tiradentes (PM/PI); Medalha das Forças Terrestres Venezuelanas - Oficial; Medalha da Legião do Mérito - Oficial, Estados Unidos da América.

Atividades no STM - Foi nomeado para exercer o cargo de Ministro do STM por decreto de 13 de novembro de 1987, tomando posse em 10 de dezembro de 1987. Eleito Presidente para o biênio 1991-1993, em 18 de fevereiro de 1991, tomou posse em 19 de março de 1991. Teve como metas na sua gestão: estudos para elaboração dos novos Códigos Penal Militar e Processo Penal Militar; informatização dos sistemas judiciário e administrativo da Justiça Militar; reestruturação do STM e aprovação de seu Regulamento (Resolução nº 42, de 13 de maio de 1992); reestruturação das Auditorias com a extinção de duas delas e de 6 cargos constantes de suas lotações: a 1ª de Aeronáutica da 1ª CJM, a 3ª da 2ª CJM e, respectivamente, 2 cargos de Juiz-Auditor, 2 de Juiz-Auditor Substituto e 2 de Advogado de Ofício; centralização das Auditorias da 1ª CJM num mesmo prédio e a criação da função de Diretor de Foro (Lei nº 8.457, 04.09.1992, art. 9º, XXVIII), prevista, também, para as Auditorias da 2ª CJM; criação da Revista de Jurisprudência do STM, cujo primeiro número foi editado e distribuído em março de 1993, correspondendo ao v. 1, n. 1, jan./jul. 1992, em substituição às Separatas, editadas semestralmente, como suplemento ao Diário da Justiça.

Comissões - Modificação do Código de Processo Penal Militar; Alteração do artigo 9º do Código Penal Militar; Jurisprudência e Revista do STM; Direito Penal Militar; e Direito de Guerra, onde atuou como Presidente.

Aposentou-se, a pedido, a partir de 5 de maio de 1993, conforme decreto de 4, publicado no Diário Oficial, Seção II, de 5, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 7 de abril de 2001.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Haroldo Erichsen da Fonseca. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

CHERUBIM ROSA FILHO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de setembro de 1926, em Sorocaba (SP).

Filiação - Cherubim Rosa e Isabel Rolim Rosa.

É casado com Dilza Braga Rosa, com quem tem uma filha – Cláudia.

Formação e atividades principais - Praça (Cadete do Ar), em 4 de abril de 1945.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ingressou na antiga Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos. Declarado Aspirante a Oficial Aviador em 1948, foi qualificado para ser classificado no 1º Grupo de Aviação de Caça na Base Aérea de Santa Cruz (o famoso Senta Púa), grupo esse que tão brilhantemente se portou nos céus da Itália na Segunda Guerra Mundial. Lá, foi Aspirante-Estagiário, piloto operacional – ala operacional – Comandante de Esquadrilha – Comandante de Esquadrão e principalmente instrutor.

De 1955 a 1959, pela sua experiência na aviação de caça, foi escolhido para servir em um dos Parques mais importantes da época – o Parque de Material de São Paulo, no Campo de Marte – para fazer voos de experiência em aeronaves revisadas.

Em 1959, como Capitão Aviador, foi selecionado para, nos Estados Unidos da América, frequentar os Cursos de Oficial de Suprimento e de Treinamento Integrado da USAF.

Em 1960, foi designado pelo Ministro da Aeronáutica para organizar um curso de Suprimento Técnico na antiga Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, em Curitiba.

De 1961 a 1964, foi instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica na Base Aérea de Cumbica (SP).

De 1964 a 1968, retorna ao voo operacional no 5º Grupo de Aviação em Natal, operando o então famoso B-26, aeronave que substituiu os não menos famosos B-25 e os A-20.

Em 1968, novamente é selecionado para, no Panamá, ser instrutor convidado da USAF na Academia Interamericana da Força Aérea (IAAFA), tendo permanecido nessa função até 1970.

Em 1971, face à nova estratégia da Força Aérea de utilizar ao máximo o princípio da mobilidade, foi designado para implantar, em Santa Maria (RS), um núcleo de base que servisse ao desdobramento da Força Aérea no Cone Sul e apoiasse unidades de aviação para Operações Aéreas Especiais. De 1971 a 1974, construiu e organizou a Base, tendo sido o seu primeiro comandante.

Cursou, a seguir, a Escola Superior de Guerra e, selecionado, lá permaneceu até 1975 como integrante do seu corpo permanente.

De 1976 a 1977, foi Chefe do Estado-Maior do Comando de Transporte Aéreo, o COMTA. De 1977 a 1978, foi Chefe do Estado-Maior do Comando Aerotático (COMAT).

Em 1978, recebe a missão de Oficial de Operações do Comando-Geral do Ar, ficando encarregado de, no nível mais alto, preparar e coordenar as operações da Força Aérea Brasileira. Em 1979, sendo promovido a Brigadeiro do Ar, foi designado para a 1ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica – sua missão era de coordenar os grandes comandos, departamentos e diretorias, a fim de assessorar o Chefe do Estado-Maior nas suas grandes decisões. Em 1980, já na 2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (Planejamento Militar), recebeu encargo de estudar e atualizar a doutrina e a estratégia da Força Aérea Brasileira.

No início de 1981, é nomeado Comandante da Academia da Força Aérea. Em 1982, tendo sido promovido a Major-Brigadeiro, foi designado Diretor de Administração de Pessoal da Aeronáutica. Em 1984, recebe a missão de Comandante do 3º Comando Aéreo Regional, sediado no Rio de Janeiro. Em 1985, é designado para a Vice-Chefia do Estado-Maior da Aeronáutica. No final desse ano é promovido a Tenente-Brigadeiro do Ar e recebe o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento. Sob a sua Direção-Geral ficaram: Centro Técnico Aeroespacial (CTA); Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Centros de Lançamento da Barreira do Inferno e de Alcântara; e Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), que desenvolve, junto a EMBRAER, o Programa AM-X, em consórcio com a Força Aérea Italiana.

Em 1986, assume o Comando-Geral do Ar (COMGAR). Em 1989, é elevado, por escolha do então Ministro da Aeronáutica, a Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Condecorações - Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Mérito Naval – Grande Oficial; Mérito Militar - Grande Oficial; Mérito Forças Armadas - Grande Oficial; Mérito Rio Branco – Grande Oficial; Medalha Militar de Ouro, Passador de Platina; Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Alta Distinção; Medalha de Campanha no Atlântico Sul; Mérito Santos Dumont; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Mérito Tamandaré; Medalha Legião do Mérito - Estados Unidos; Medalha al Mérito Militar Gran Estrela – Força Aérea Chilena; Mérito Aeronáutico - Força Aérea Uruguaia; Mérito Aeronáutico - Força Aérea Argentina; Mérito Aeronáutico - Força Aérea Paraguaia.

Atividades no STM - Foi nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 13 de novembro de 1989, publicado no Diário Oficial, Seção 2, do dia 14 subsequente, tomando posse em 30 do mesmo mês. Eleito Presidente para o biênio 1993-1995, em 17 de fevereiro de 1993, foi empossado em 19 de março do mesmo ano.

Em seu discurso de posse na Presidência deste Tribunal se propôs "A uma política pautada pela continuidade administrativa, concluindo a implantação da informática, para que não ocorra solução de continuidade, e se possa abreviar o tempo de operacionalização. No que concerne à reorganização administrativa e atualização dos nossos códigos deveremos estar atentos para que as soluções encontradas representem modernização e adequação à Carta Magna de 1988".

Comissões - Participou das seguintes: Estudos da Medida Provisória nº 149; Competência - Avaliação de quantidade de Auditorias - Lei de Organização Judiciária Militar; Cerimonial Interno, onde foi o Relator do novo Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Atualização do Código Penal Militar (CPM) - Presidente; Direito Penal Militar e Direito de Guerra (1996); Elaboração do futuro Código Penal Militar (1993); Reestruturação dos Gabinetes dos Ministros (1992); Regimento Interno (1991); Normas de Cerimonial Interno (1991); Estudos para a Reestruturação Organizacional do STM; Estudos do Projeto de Lei sobre o Estatuto da Magistratura; Planejamento das comemorações do Bicentenário da Justiça Militar da União – Membro.

Participação como representante do STM - Convenção sobre "Justiça Militar", no Conselho Supremo de Justiça Militar da República do Peru, naquele país; Entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar, outorgada ao Estandarte do 1º Grupo de Aviação de Caça, no Rio de Janeiro (RJ).

Palestras e Seminários - Em 1994, participou como conferencista do Seminário sobre "Temas Jurídicos Atuais", no período de 27 a 30 de setembro de 1994, realizado pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas; proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar Brasileira" para os Adidos Militares de

países amigos, acreditados junto ao Governo do Brasil, em Brasília (DF). Em 1995, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar", no XX Ciclo de Estudos de Política e Estratégia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (RJ).

Aposentou-se a partir de 12 de setembro de 1996, conforme decreto de 19, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 20, tudo do mesmo mês e ano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Cherubim Rosa Filho. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

LUIZ LEAL FERREIRA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 14 de dezembro de 1926, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - César Leal Ferreira e Zoé Rezende Leal Ferreira.

Era casado com Lygia Maria Bacellar Leal Ferreira, com quem teve quatro filhos.

Formação e atividades principais - Fez Escola Naval no período de 17 de abril de 1943 a 25 de janeiro de 1947. Promovido a Segundo-Tenente em 1º de fevereiro de 1948, alcançando o posto de Primeiro-Tenente em 1º de março de 1950; Capitão-Tenente em 25 de março de 1953; Capitão de Corveta em 30 de março de 1957; Capitão de Fragata em 22 de outubro de 1963; Capitão de Mar e Guerra em 19 de março de 1969; e Contra-Almirante em 31 de março de 1975; Vice-Almirante em 31 de julho de 1979; e Almirante de Esquadra em 31 de julho de 1984. Fez os cursos de Técnica de Ensino; Tática Antissubmarino; de Agulhas Giroscópicas; Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais; Básico de Comando da Escola de Guerra Naval; de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval; Superior de Guerra da Escola de Guerra Naval; Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra; de Política e Estratégia Marítima; de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra; e Especial de Técnica de Ensino.

Foi Instrutor de Guardas-Marinha (18 de março de 1957); Instrutor do Curso de Comunicações para Oficiais (13 de fevereiro de 1958); Comandante da Estação Rádio do Pina (Recife, 18 de abril de 1959); Comandante do Contratorpedeiro "Bracuí" (20 de maio de 1963); Comandante do Contratorpedeiro "Pará" (16 de agosto de 1966); Chefe do Estado-Maior da Força de Contratorpedeiros (4 de janeiro de 1968); Adido Naval do Brasil no Panamá (3 de outubro de 1968); Comandante do 1º Esquadrão de Contratorpedeiros (17 de fevereiro de 1972); Encarregado da Subchefia de Comunicações do Comando de Operações Navais (27 de dezembro de 1973); Chefe do Estado-Maior do Comando do 1º Distrito Naval (8 de janeiro de 1975); Diretor do CEMCFA – Escola de Guerra Naval (28 de abril de 1975); Comandante da Força de Contratorpedeiros (29 de abril de 1977); Comandante do 4º Distrito Naval (Belém, 29 de janeiro de 1980); Comandante do 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1983); Comandante em Chefe da Esquadra (16 de janeiro de 1984); Secretário-Geral da Marinha (29 de setembro de 1984); Comandante de Operações Navais cumulativo com o de Diretor-Geral de Navegação (18 de abril de 1985); Chefe do Estado-Maior da Armada (5 de maio de 1986).

Condecorações - Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Medalha Militar de Platina; Medalha Militar de Guerra; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito Português – 2ª classe; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grã-Cruz; Medalha de Distinção - Humanitária de 1ª classe; Medalha do Mérito Marinheiro - três âncoras; Medalha Militar Coronel Fontoura (Polícia Militar do Estado do Pará); Medalha do Mérito Tiradentes (Polícia Militar do Estado do Pará); Medalha do Mérito do Estado do Pará; Medalha do Mérito do Estado do Amazonas; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Medalha Naval de Serviços Distintos; Colar do Mérito Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; Ordem do Mérito Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem de Mayo al Merito Naval da Argentina - Grã-Cruz; Estrella de las Fuerzas Armadas del Ecuador (Estrella al Mérito Militar); Ordem do Mérito da República Italiana - Grande Oficial.

Comissões - Regimento Interno (1988-1989 - 1991-1993); Modificações do Código de Processo Penal (1989); Elaboração do futuro Código Penal Militar; Competência, nº de Auditorias – LOJM (1989-1990); Estudo Medida Provisória nº 149 (1990); Normas de Cerimonial Interno (1991-1993); Direito Penal Militar e de Guerra (1993-1996); Comissão de Estudos das Necessidades da 1ª Instância da Justiça Militar (1995); Estudo para a Reestruturação Organizacional do STM (1995-1996); Estudos do Projeto de Lei sobre o Estatuto da Magistratura (1995); Conselho de Administração - Presidente (1995-1996).

Discursos proferidos - Posse do Ministro-Presidente, em Sessão Solene de abril de 1987; Dia da Aviação de Caça (Ata da 11ª Sessão Administrativa, em 26 de abril de 1995); Cinquentenário do término da 2ª Guerra Mundial (Aditamento à Ata da 26ª Sessão, em 9 de maio de 1995); Centenário de

falecimento de Floriano Peixoto (Aditamento à Ata da 41ª Sessão, em 29 de junho de 1995); Dia da Justiça (Aditamento à Ata da 83ª Sessão, em 7 de dezembro de 1995); Dia do Marinheiro (Aditamento à Ata da 85ª Sessão Extraordinária, em 13 de dezembro de 1995); Aniversário de Monte Castelo (Aditamento à Ata da 4ª Sessão, em 15 de fevereiro de 1996); Batalha Naval do Riachuelo (Aditamento à Ata da 33ª Sessão, em 11 de junho de 1996); Aniversário do Correio Aéreo Nacional (Ata da 21ª Sessão Administrativa, em 12 de junho de 1996); Dia do Aviador (Aditamento à Ata da 38ª Sessão Administrativa, em 23 de outubro de 1996).

Atividades no STM - Nomeado pelo decreto de 16 de março de 1987, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, prestou o compromisso legal e tomou posse em 7 de abril do mesmo ano. Em 20 de fevereiro de 1995, foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1995-1997, tendo sido empossado em 22 de março do mesmo ano.

Aposentado a partir de 15 de dezembro de 1996, conforme decreto de 20, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 23, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 16 de julho de 1998.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Luiz Leal Ferreira. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 14 de fevereiro de 1932, em Recife (PE).

Filiação - Antônio Telles Netto e Clarice de Seixas Telles.

Casado com Zilá Maria de Barros Telles, com quem tem três filhos.

Formação e atividades principais - Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (Catete), em 1956.

Ingressou no Judiciário como Escrevente Juramentado do Estado da Guanabara, em 1951. Em 1961, foi aprovado em concurso público para Promotor de Justiça de 1ª Entrância do Estado de Minas Gerais. Em 1968, foi aprovado em concurso de Juiz de Direito de 1ª Entrância da Justiça do Rio de Janeiro, sendo, neste mesmo ano, aprovado em concurso de Auditor de 1ª Entrância da Justiça Militar. Nomeado para exercer o referido cargo, tomou posse em 19 de dezembro de 1968, sendo designado para a Auditoria da 7ª RM, em Recife (PE). Desempenhou as funções de Vogal da 26ª Junta Apuradora da cidade do Rio de Janeiro, de sua instalação até dezembro de 1978, e de Diretor de Coordenação das Delegacias da ADESG, de 2 de agosto de 1978 a 13 de maio de 1979.

Escreveu monografias bem como artigos para revistas, versando sobre direito. Realizou, também, conferências versando sobre o Direito Penal Militar e a Justiça Militar.

Condecorações - Recebeu várias, podendo destacar: Medalha "Amigo da Marinha"; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Medalha "Mérito Tamandaré"; Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial; Medalha do "Pacificador", outorgada pelo Ministro do Exército; Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grande Oficial; Medalha do "Mérito Santos Dumont"; Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial.

Atividades no STM - Foi nomeado pelo decreto de 13 de abril de 1981, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, tomando posse em 12 de maio do mesmo ano. Eleito Vice-Presidente para complementação dos biênios 1985-1987, 1994-1995 e para o biênio 1995-1997, tendo sido empossado como Presidente, em 13 de dezembro de 1996, para complementação do biênio, em face de aposentadoria compulsória do Ministro-Presidente Almirante de Esquadra Luiz Leal Ferreira.

Comissões - Revisão da Organização Judiciária Militar – 1ª instância; Concurso Público para Juiz-Auditor Substituto e Advogado de Ofício – Revisão, Adaptação e Instruções Reguladoras; Regimento Interno; Elaboração de Instruções para o Concurso de Juiz-Auditor Substituto; Direito Penal Militar e Direito da Guerra – Presidente; Comissão organizadora do Concurso Público para Advogado de Ofício da 3ª Auditoria da 3ª CJM e Auditoria da 8ª CJM – Presidente; Modificações do Código de Processo Penal Militar; Alteração do art. 9º do Código Penal Militar; Normas de Cerimonial Interno; Reajustamento dos salários dos servidores da Justiça Militar; Competência, número de Auditorias, Lei de Organização Judiciária Militar; Elaboração do futuro Código Penal Militar – Presidente; Supervisão do Plano Diretor de Informática do STM – Presidente; Jurisprudência – Presidente; Concurso para Juiz-Auditor Substituto – Presidente; Conselho de Administração – Membro.

Participação como representante do STM - Nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 1996, na qualidade de Vice-Presidente e representante do Tribunal, conforme decisão plenária na Sessão de 22 de outubro de 1996, apresentou-se perante a Comissão destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A/92, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, para dar a "visão institucional" do STM.

Aposentado conforme decreto de 22 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial, Seção 2, do dia 23 subsequente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Antônio Carlos de Seixas Telles. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

8 Ministros-Presidentes – Biênio e rodízio entre as armas e os ministros togados

	Presidência
General de Exército Antonio Joaquim Soares Moreira	19.03.1997 a 04.03.1998
General de Exército Edson Alves Mey	04.03.1998 a 19.03.1999
Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista	19.03.1999 a 19.12.1999
Tenente-Brigadeiro do Ar Sérgio Xavier Ferolla	09.02.2000 a 19.03.2001
Doutor Aldo da Silva Fagundes	19.03.2001 a 27.05.2001
Doutor Olympio Pereira da Silva Junior	20.06.2001 a 19.03.2003
Almirante de Esquadra Carlos Eduardo Cezar de Andrade	19.03.2003 a 10.02.2004
Almirante de Esquadra José Julio Pedrosa	02.03.2004 a 18.03.2005
General de Exército Expedito Hermes Rego Miranda	18.03.2005 a 14.05.2005
General de Exército Max Hoertel	01.06.2005 a 16.03.2007
Tenente-Brigadeiro do Ar Henrique Marini e Souza	16.03.2007 a 15.02.2008
Tenente-Brigadeiro do Ar Flávio de Oliveira Lencastre	29.02.2008 a 19.03.2009
Doutor Carlos Alberto Marques Soares	19.03.2009 a 17.03.2011
Almirante de Esquadra Alvaro Luiz Pinto	17.03.2011 a 15.03.2013
General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho	15.03.2013 a 11.06.2014
Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha	16.06.2014 a 15.03.2015
Tenente-Brigadeiro do Ar William de Oliveira Barros	16.03.2015 a 16.03.2017

ANTONIO JOAQUIM SOARES MOREIRA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 4 de março de 1928, em Itu (SP).

Filiação - Joaquim Fernandes Moreira e Antonina de Carvalho Soares.

Casado com Myriam Levy Cardoso Moreira, com quem tem três filhos.

Formação e atividades principais - Ingressou no Exército, em 1945, como aluno do 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, onde foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em 1948. Além do curso de formação, possui ainda os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Ao longo de sua vida militar, exerceu, entre outras, as funções de Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; Oficial de Gabinete do Chefe do Serviço Nacional de Informações; e Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil em Teerã/Irã. Como Oficial-General, foi Diretor da Escola Nacional de Informações, comandou a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada e a 1ª Região Militar, foi Diretor de Motomecanização e Vice-Chefe do Departamento de Material Bélico.

Sua derradeira comissão na Força Terrestre foi a Chefia do Estado-Maior do Exército. Em decorrência deste último cargo, integrou o Alto Comando do Exército, foi membro do Conselho de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, presidiu a Comissão de Promoção de Oficiais do Exército, chefiou a Delegação Brasileira a XIX Conferência de Exércitos Americanos (Washington/EUA - 1991) e efetuou visitas de intercâmbio militar à França e Portugal.

Condecorações - Medalhas do Pacificador; Mérito Tamandaré; Mérito Santos Dumont - Prata; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Comendador; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina; Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Policial Militar - PMRJ - Grande Oficial; Ordem do Mérito do Engenheiro Militar - Oficial; Ordem Nacional do Mérito do Paraguai - Comendador; Mérito Militar de Portugal - Grã-Cruz; Ordem Nacional do Mérito da França - Comendador; e Legião do Mérito dos Estados Unidos da América do Norte - Comandante.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, por decreto de 10 de fevereiro de 1993, publicado no Diário Oficial do dia 11 subsequente; tomou posse em 4 de março do mesmo ano. Eleito presidente para o biênio 1997-1999, foi empossado em 19 de março de 1997.

Comissões - Elaboração do futuro Código de Processo Penal Militar; Supervisão da Estruturação do Plano Diretor de Informática do STM; Regimento Interno; Normas e Cerimonial Interno; Estudo para a Reestruturação Organizacional do STM.

Participação como representante do STM - Reunião da Coordenadoria Nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, realizada em Belo Horizonte (MG); Reinauguração das instalações das Auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo (SP).

Palestras e Congressos - Proferiu aula inaugural no XX Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar, Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro (RJ); participou do XV Congresso Brasileiro de Magistrados, na cidade de Recife (PE).

Aposentou-se a partir de 5 de março de 1998, conforme decreto de 5, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 6, tudo do mesmo mês e ano.

Falecimento - 19 de fevereiro de 2017, no Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Antonio Joaquim Soares Moreira. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

EDSON ALVES MEY

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 20 de outubro de 1929, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Clarindo Mey e Olga Alves Mey.

Casado com Therezinha da Costa Leite Mey, com quem tem uma filha.

Formação e atividades principais - Declarado Aspirante a Oficial da Arma de Cavalaria pela Escola Militar de Resende, em 14 de dezembro de 1950.

Em sua vida castrense, realizou os seguintes cursos de pós-graduação: Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1959; Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de 1962 a 1964; Altos Estudos, Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra, em 1970; Superior de Guerra e Altos Estudos de Política e Estratégia, na Escola Superior de Guerra, em 1986; além de curso civil de Ciências Políticas e Econômicas, na Universidade do Rio de Janeiro.

Como Oficial, exerceu diversos cargos, entre os quais os de Subalterno e Comandante de Esquadrão, na tropa, no Regimento Escola de Cavalaria, Regimento de Cavalaria de Guardas e 1º Batalhão de Carros de Combate, o de Instrutor no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro,

por três anos, e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, por seis anos, o de Subcomandante, Subdiretor de Ensino e Diretor de Pesquisas do Centro de Estudos de Pessoal, por dois anos, o de Adjunto de Assessoramento Superior na 4ª Região Militar e no Estado-Maior do Exército e de Comandante do 9º Regimento de Cavalaria Blindado, em São Gabriel (RS), por dois anos e três meses.

No exterior, desempenhou a comissão de Delegado da Representação Brasileira, membro do Estado-Maior e Chefe do Comitê de Áreas Estratégicas da Junta Interamericana de Defesa, em Washington-DC, Estados Unidos da América, por dois anos.

Como General de Brigada, foi Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Santiago (RS), por um ano, Chefe do Estado-Maior do I Exército, no Rio de Janeiro (RJ), por um ano, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, em Recife (PE), por um ano, Subchefe do Exército e Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Como General de Divisão, foi 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército, por dois anos, Comandante da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro (RJ), por dois anos, e Vice-Chefe do Departamento-Geral de Pessoal em Brasília (DF).

Como General de Exército, foi Chefe do Departamento-Geral de Pessoal, por um ano e oito meses, e Comandante Militar do Leste, no Rio de Janeiro (RJ), por um ano.

Coordenou estudos de alto nível nas áreas de pessoal e de legislação, participando, também, do III simpósio de Assuntos Estratégicos Argentino-Brasileiros, em Buenos Aires, em 1988.

Como General de Divisão e General de Exército, proferiu inúmeras palestras e conferências, entre as quais: "Pessoal e Estrutura Organizacional do Exército" e "Política de Pessoal" para o Estado-Maior do Exército e diversas outras Organizações Militares, "Comando Militar do Leste", para a Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola de Guerra Naval, "Operação Rio", para o Alto Comando do Exército.

Condecorações - Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grã Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grã-Cruz; Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha Militar de Platina, como reconhecimento por 50 anos de bons serviços prestados ao Exército; Ordem do Mérito Ministério Público Militar – Alta Distinção; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes; Colar do Mérito Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; Medalha Especial da Junta Interamericana de Defesa (estrangeira) e as Medalhas Comemorativas honoríficas do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, do Centenário do Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco e da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 16 de março de 1995, tomou posse em 30 do mesmo mês e ano. Em 4 de março de 1998, tomou posse no cargo de

Presidente para completar o biênio 1997-1999, em virtude da aposentadoria do General de Exército Antonio Joaquim Soares Moreira. Presidiu a cerimônia de reabertura das atividades das Auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em sua nova sede, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1.249, Bela Vista, São Paulo (SP).

Conduziu o programa comemorativo do 190º aniversário da Justiça Militar da União, constando de Solenidade do Aniversário do Superior Tribunal Militar, com entrega de comendas da Ordem do Mérito Judiciário Militar em 1º de abril de 1998; difusão da imprescindibilidade da existência da Justiça Militar da União realizada por meio de ciclo de palestra a cargo de Ministros, ciclos de palestras a cargo de Juízes-Auditores, em todo território nacional, para Oficiais das Forças Armadas e para Acadêmicos de Direito e Concurso de Monografias, em âmbito nacional, para Acadêmicos de Direito, com distribuição de prêmios e de Diplomas de participação; confecção e distribuição de medalhas, agendas, carimbos e inteiros postais comemorativos; encontro de Magistrados da Justiça Especializada para a abordagem e a discussão de temas relevantes; inauguração de placa alusiva ao evento e edição de número especial de revista.

Comissões - Estudos das Necessidades da 1ª Instância da Justiça Militar – Relator; Jurisprudência e Direito Penal Militar.

Aposentado a partir de 21 de outubro de 1999, conforme decreto de 25, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 26, tudo do mesmo mês e ano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Edson Alves Mey. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 24 de março de 1932, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Agostinho Lourenço Baptista e Alzira de Almeida Baptista.

Casado com Shirley Fátima Duarte de Oliveira Baptista. Tem três filhos.

Formação e atividades principais - Declarado Aspirante a Oficial em 16 de dezembro de 1954, na antiga Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos. Foi Piloto da Aviação de Caça e de Transporte. Chegou ao Generalato em 25 de novembro 1983. Entre suas principais funções destacam-se: piloto das Forças de Paz da ONU no Congo; Comandante do 1º/14º Grupo de Aviação e do 1º Grupo de Aviação de Caça; Instrutor da ECEMAR; Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Adido Aeronáutico junto a Embaixada do Brasil na Itália; Comandante da V Força Aérea; Comandante da Sexta Força Aérea; Comandante do Núcleo do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro; Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Comandante do IV Comando Aéreo Regional; Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; e Comandante-Geral do Ar. Possui cerca de 7.000 horas de voo.

Condecorações - Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Medalha da Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha da Ordem do Mérito Rio Branco - Grã-Cruz; Medalha da ONU no Congo; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Militar de Ouro, com Passador de Platina; Medalha de Honra da Inconfidência de Minas Gerais; Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grande Oficial; Medalha Ordem do Mérito Nacional Francês - Comendador; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho - Grande Oficial; Medalha do Mérito Maçônico da Grande Loja do Estado de São Paulo; Medalha Marechal Ozório da Associação Brasileira de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro; Medalha Constitucionalista de São Paulo; Medalha Brigadeiro Tobias de Aguiar; Medalha Mascarenhas de Morais da Associação dos Veteranos da FEB; Comendador do Mérito Circulista do Círculo Militar de São Paulo; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Grã-Cruz.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 25 de julho de 1994, tomou posse em 4 de agosto do mesmo ano. Em 19 de março de 1999, assumiu a Presidência para um mandato de dois anos.

Comissões - Regimento Interno do STM - 1995-1997 - Suplente; Elaboração do futuro Código de Processo Penal Militar - 1995-1997 - Membro; Comissão de Estudos das Necessidades da 1ª Instância da Justiça Militar - 1995-1996 - Membro; Comissão de Jurisprudência - 1997 - Suplente, presidiu esta Comissão de janeiro a junho de 1998; Coordenador dos Grupos de Trabalho do Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União em Comemoração aos 190 anos do STM; Direito Penal Militar, Membro - 1998; Conselho de Administração - Membro, 1997-1998, e Presidente, 1999.

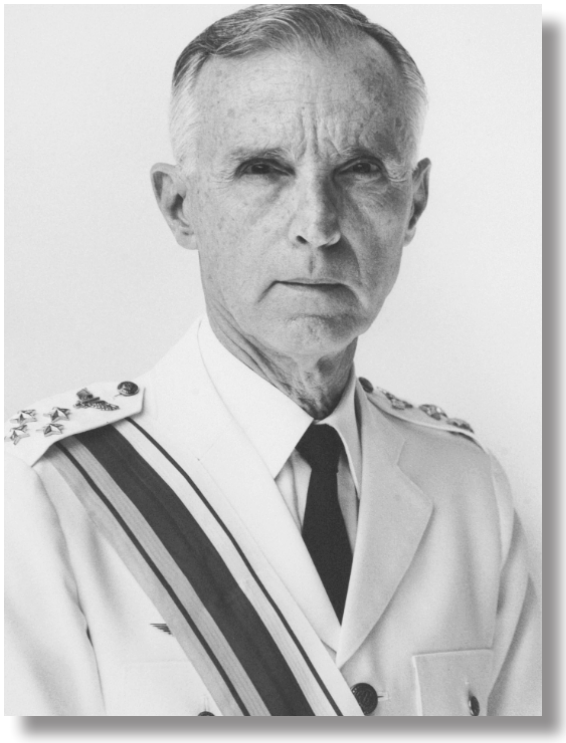
Participação como representante do STM - II Convenção Internacional de Presidentes da Justiça, Bogotá, Colômbia, outubro de 1996; II Seminário da Justiça Militar em Santa Maria (RS), maio de 1998; II Simpósio sobre atividades jurídicas no Ministério da Aeronáutica - palestrante, 1998; proferiu palestra sobre a Justiça Militar na ECEMAR, no Rio de Janeiro (RJ); XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, em Gramado (RS), 1999; Conferência Regional sobre Justiça Militar, na cidade de Caracas (Venezuela), em 1999.

Aposentado a partir de 20 de dezembro de 1999, conforme decreto de 24, publicado no Diário Oficial do dia 27 subsequente, no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em virtude de sua nomeação para exercer o cargo de Comandante da Aeronáutica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Carlos de Almeida Baptista. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

SÉRGIO XAVIER FEROLLA



Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de janeiro de 1934, em Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

Filiação - Domingos Ferolla e Lucília Xavier Ferolla.

Casado com Marina Machado Ferolla, com quem tem três filhos.

Formação e atividades principais - Curso de Formação de Oficiais Aviadores; Curso de Engenharia Eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA/CTA); Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; Curso de Comando e Estado-Maior; Curso Superior de Comando; Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Exerceu os seguintes cargos: Piloto do Primeiro Grupo de Aviação de Caça; Chefe da Seção de Comunicações do Primeiro Esquadrão de Controle e Alarme; Chefe da Divisão de Eletrônica do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Técnico Aeroespacial (IPD/CTA); Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Diretor do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD/CTA); Adjunto da Seção de Planejamento Geral do Estado-Maior da Aeronáutica; Membro Residente da Comissão Diretora do Programa AM-X na Itália e Primeiro Chefe da Delegação Brasileira para o Programa AM-X; Chefe do Grupo Assessor da Comissão do Programa Aero-

nave de Combate (COPAC/DEPED); Vice-Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento (DEPED); Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA); Assistente de Aeronáutica do Comando da Escola Superior de Guerra (ESG); Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Aviação Civil; Subdiretor de Operações da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo; Diretor-Geral Interino do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; Diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA); Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional (II COMAR) - Recife; Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra; Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Condecorações - Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grã-Cruz; Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito dos Guararapes - Grã-Cruz - Governo do Estado de Pernambuco; Ordem do Mérito Cartográfico - Grã-Cruz; Ordem Nacional do Mérito Científico - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Alta Distinção e Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Comenda da Legião do Mérito do Engenheiro Militar - Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina com Passador de Platina (mais de 50 anos de bons serviços); Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Policial - Polícia Militar do Estado de Pernambuco; Medalha do Mérito Judiciário do Estado de Pernambuco; Colar do Mérito Judiciário - Tribunal de Justiça - Estado do Rio de Janeiro; Grande Medalha da Inconfidência do Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha "Alferes Tiradentes" da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Medalha do Mérito "Marechal Cordeiro de Farias" da Escola Superior de Guerra; Medalha "Coronel Fulgêncio de Souza Santos" da União dos Reformados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Medalha Mérito "Adesguiano" da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; Comenda do Grande Mérito da Câmara de Vereadores da Cidade de Bom Jesus do Itabapoana; Medalha do Mérito Engenheiro Militar - Comendador; Título de Cidadão Honorário da Cidade de São José dos Campos - São Paulo, concedido pela Câmara de Vereadores; Título de Cidadão Paulistano, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo; Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier "Tiradentes", da Polícia Militar do Distrito Federal; Medalha Santos Dumont - Ouro, conferida pelo Estado de Minas Gerais; Ordem do Mérito Aeronáutico da Bolívia - Grã-Cruz; Cruz de las Fuerzas Aéreas Venezolanas - Primeira Classe.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 26 de setembro de 1996, tomou posse em 24 de outubro do mesmo ano. Eleito Presidente do Superior Tribunal Militar em 2 de fevereiro de 2000, para completar o mandato a se encerrar em 19 de março de 2001, tomou posse em 9 de fevereiro de 2000. Em 19 de março de 2001, após passar o cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar, reassumiu suas funções de Ministro do STM.

Comissões - Jurisprudência - Membro, 1997-1999; Estudos para a Reestruturação Organizacional do STM - Membro, 1997-1998; Permanente de Informática, 1997; Jurisprudência e Revista do STM - Membro, 1998; Elaboração de Normas para Avaliação dos Juízes-Auditores Substitutos em Estágio Probatório - Presidente, 1998; Conselho de Administração - Presidente, 9 de fevereiro de 2000 a 19 março 2001, e Membro, 2002.

Discursos proferidos - Posse em 24 de outubro de 1996; Dia da Bandeira - 1996; Saudação de despedida ao Ministro Tenente-Brigadeiro do Ar Jorge José de Carvalho, em 26 de junho de 1997; Posse na Presidência do STM, em 9 de fevereiro de 2000; Passagem da Presidência do STM, em 19 de março de 2001; Batalha Naval de Riachuelo - 2001; Saudação de posse ao Ministro Henrique Marini e Souza, em 17 de abril de 2002.

Participação como representante do STM - Solenidade de posse do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de São Paulo, São Paulo (SP); Homenagem ao Dr. Lamartine Navarro Júnior, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo (SP); solenidade de entrega de condecorações na Academia Brasileira de Engenharia Militar, em São Paulo (SP); XVII Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, em Natal (RN); Sessão Solene que celebrou o Jubileu de prata do Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal; Solenidade de posse de José de Castro Meira como Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Palestras e Seminários - Em 1998, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União" para Oficiais e Graduados da Aeronáutica, do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos (SP) e no Estágio para Oficiais Comandantes da Aeronáutica, do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica; no Encontro Nacional "Poder Judiciário, Ano 2000 - Dilemas e Possibilidades", promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), na Cidade do Rio de Janeiro. Participou como debatedor no Seminário "ALCA: riscos e oportunidades para o Brasil", promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), do Ministério das Relações Exteriores, na Cidade de São Paulo. Participou como expositor no IV Encontro Sul-Americano de Relações Internacionais (IV ESARI), no painel "Impacto da Economia Globalizada na Ciência e Tecnologia", promovido pela UNIAAL - Universidades Associadas da América Latina e Universidade Estácio de Sá, na Cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 1999, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", no "III Seminário de Justiça Militar", na Cidade de Santa Maria (RS); sobre o tema "O Impacto da Economia Globalizada na Ciência e Tecnologia", na Delegacia Regional da ADESG, na Cidade de Palmas (TO); sobre o tema "O Superior Tribunal Militar no contexto do Poder Judiciário", na Delegacia Regional da ADESG em Belo Horizonte (MG). Participou como debatedor nos Seminários "Brasil - Argentina: Os Grandes Temas da Política Internacional" e "Brasil - China: O Brasil e a China no cenário político internacional", promovidos pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), na Cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2000, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", para Oficiais e Graduados da Aeronáutica, na Base Aérea de Salvador, na Base Aérea de Campo Grande, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Sétimo Comando Aéreo Regional (VII COMAR), na Base Aérea de Porto Velho, no Primeiro Comando Aéreo Regional (I COMAR), na Base Aérea de Fortaleza, no Segundo Comando Aéreo Regional (II COMAR), no III Simpósio sobre Atividades Jurídicas do Comando da Aeronáutica, realizado no Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), no Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR); no Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR), no Estágio para Oficiais Superiores da Aeronáutica, designados Comandantes, Chefes ou Diretores (ECCD), realizado pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR); sobre o tema "Conceito de Soberania e Interesse Nacional", no Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos, na Cidade de Salvador (BA); sobre o tema "O Impacto da Economia

Globalizada na Ciência e na Tecnologia", na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na Cidade do Rio de Janeiro (RJ); sobre o tema "A Inserção do Brasil no Desenvolvimento Tecnológico do Próximo Milênio", na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Delegacia em Rondônia (RO). Participou como debatedor na segunda mesa, "Política Internacional", no Seminário sobre a Coreia, promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), na Cidade do Rio de Janeiro (RJ). Participou, como palestrante, do Seminário Internacional Direito Comunitário no Mercosul e os Acordos Internacionais sobre o Cumprimento de Decisões Judiciais: A Importância do Magistrado e do Oficial de Justiça, promovido pela Union Internationale des Huissiers de Justice et Officiers Judiciairies (UIHJ), na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2001, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", para Oficiais e Graduados da Aeronáutica, na Base Aérea de São Paulo. Participou como expositor/debatedor do Módulo "Mercados Comuns, Sessão Recursos Humanos: diplomatas, juristas ou comerciantes?" no Fórum de Debates para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Cultural, em Campinas (SP). Proferiu palestra no V ciclo de Estudos de Política e Estratégia (CEPE), na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em Porto Velho (RO). Participou do ciclo de palestras promovido pela "Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR", no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2002, proferiu conferência sobre o tema "O Superior Tribunal Militar no contexto do Poder Judiciário", no "Ciclo de Estudos de Política e Estratégia - Turma de 2002", da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), na cidade de Belo Horizonte (MG); participou como palestrante no III Simpósio de Mobilização Nacional, promovido pelo Departamento de Mobilização – Secretaria de Logística e Informação da Defesa e proferiu palestra no XVI Ciclo de Estudo de Política e Estratégia, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia em Goiás.

Em 2003, proferiu palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, sobre o tema "A Justiça Militar da União", no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra no curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), na Escola Superior de Guerra sobre o tema "A Justiça Militar da União", no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra no "Ciclo de Estudos de Política e Estratégia – Turma de 2003", sobre o tema "O Superior Tribunal Militar no contexto do Poder Judiciário", em Belo Horizonte (MG); proferiu palestra sobre a Justiça Militar da União, durante a Semana Jurídica da Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), em São Paulo (SP), e proferiu palestra abordando o tema "Origem, Evolução e Estrutura da Justiça Militar da União", na Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP).

Aposentado conforme decreto de 8 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial, Seção 2, do dia 9 subsequente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Sérgio Xavier Ferolla. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

ALDO DA SILVA FAGUNDES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 27 de maio de 1931, em Alegrete (RS).

Filiação - Euclides Fagundes e Florentina da Silva Fagundes.

Viúvo. Era casado com Maria Luiza Schlottfeldt Fagundes, com quem teve um filho e três filhas.

Formação e atividades principais - Fez seus primeiros estudos em Alegrete (RS), transferindo-se posteriormente para Porto Alegre, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao colar grau, em 1956, já exercera funções administrativas na Secretaria de Obras Públicas e na do Interior e Justiça do Estado. Bacharel, retorna a Alegrete, onde estabelece sua banca de Advogado. Foi Secretário do Município, por quatro anos, até 1959 e, a seguir, foi eleito Vice-Prefeito.

Encetada estava a sua carreira na política, pois do povo gaúcho mereceu a confiança para representá-lo na Assembleia Legislativa, de 1963 a 1967, e a eleição para quatro mandatos sucessivos na Câmara Federal, de 1967 a 1983.

Teve destacada atuação nos trabalhos parlamentares, quer no Plenário, quer nas Comissões Técnicas. Presidiu a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (1975) e foi Relator da Comissão Especial que examinou a legislação de combate a tóxicos e entorpecentes, tendo sido membro, também, das Comissões de Constituição e Justiça; de Ciência e Tecnologia; de Agricultura; de Saúde; e de Relações Exteriores.

Participou de vários Simpósios, Ciclos de Conferências e Congressos no Brasil e no Exterior, inclusive como Observador Parlamentar na 30ª Assembleia Geral das Nações Unidas e na Conferência de Desarmamento da Europa Ocidental.

Além de Advogado, exerceu o Magistério Superior como Professor do Curso de Ciências Políticas do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), atual Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Condecorações - Ordem do Congresso Nacional - Grande Oficial; Medalha de Honra da Inconfidência Mineira; Ordem do Mérito das Forças Armadas; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Republicano Farroupilha; Cidadão Honorário de Brasília; Ordem do Mérito Ministério Público Militar – Alta Distinção; e outras.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 25 de março de 1986, tomou posse em 9 de abril do mesmo ano; eleito Vice-Presidente para o biênio 1989-1991, tomou posse em 16 de março de 1989. Reeleito para o biênio 1997-1999, em virtude da aposentadoria do Ministro Vice-Presidente Dr. Paulo César Cataldo, tomou posse em 19 de dezembro de 1997. Eleito Presidente para o biênio 2001-2003, em sessão de 15 de fevereiro de 2001, tomou posse em 19 de março do mesmo ano. É o primeiro Ministro civil eleito Presidente, escolhido pelo Plenário entre os seus Membros, observado o critério de rodízio, para um mandato de dois anos.

Segundo o Correio Braziliense, Aldo Fagundes é considerado liberal dentro do Tribunal, em consequência de decisões tomadas durante julgamento de temas polêmicos no STM. Ele foi contrário, por exemplo, ao arquivamento do Caso Riocentro, formando voz isolada no Tribunal durante o julgamento final do processo.

Comissões - Elaboração de estudos visando à melhor racionalização e operacionalidade da Justiça Militar – Revisão Constitucional de 1993 – Membro, 1992; Acompanhamento da implantação da Lei de Organização Judiciária Militar (Lei nº 8.457/92) – Prazo de 8 (oito) meses – Membro, 1992; Normas de Cerimonial Interno – Presidente 1989-1991; Elaboração do futuro Código Penal Militar – Membro, 1989-1991, 1993; Regimento Interno – Presidente, 1996-1997; Estudos para Reestruturação Organizacional do STM – Membro, 1996; Jurisprudência e Revista – Presidente, 1989-1991, 1993-1995, 1996-1997; Conselho de Administração – Vice-Presidente, 1998-1999; Modificação do Código Penal Militar; Direito Penal Militar – Presidente, 1997-2001; Conselho de Administração – Presidente, 2001; Planejamento das comemorações do Bicentenário da Justiça Militar da União – Membro, 2007-2008.

Palestras e Seminários - Em 1996, participou como expositor no VI Congresso Nacional das Justiças Militares Estaduais, nos painéis "Reforma do Poder Judiciário – as propostas de modificação da Justiça Militar" e "Um novo Código Penal Militar" e participou do painel sobre "A Lei nº 9.099/95 e a Justiça Militar".

Em 1997, proferiu aula inaugural sobre o tema "A importância e a necessidade da Justiça Militar da União", no ciclo de estudos sobre Direito Penal Militar e Justiça Militar, promovido pelo Comando Militar do Oeste, Campo Grande (MS); proferiu palestra sobre o tema "A Realidade da Justiça Militar e seus Desafios", no ciclo de estudos promovido pelo Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica de Goiás, Goiânia (GO); sobre o tema "A Justiça Militar da União", para alunos do curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, na Universidade da Força Aérea, Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro (RJ); sobre o tema "A Justiça Militar da União", na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia do Distrito Federal.

Em 1998, proferiu aula inaugural do XXIII Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar, no Comando Militar do Leste, Rio de Janeiro (RJ). Proferiu palestra no Encontro Nacional "Poder Judiciário, ano 2000 – Dilemas e Possibilidades", Rio de Janeiro (RJ).

Em 1999, proferiu palestra sobre o tema "Justiça Militar de 1808 à Constituição de 1988", na III Jornada de Estudos de Direito Penal Militar, no Comando da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército, Belo Horizonte (MG).

Participação como representante do STM - Membro da Comissão Constitucional do Centenário da República, na condição de Vice-Presidente; II Convenção Internacional de Presidentes da Justiça, Bogotá, Colômbia, outubro de 1996; Seminário do Estado na América Latina e Caribe, no Palácio do Itamarati, Brasília (DF), 1996; Reunião da Coordenadoria Nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, Belo Horizonte (MG), 1997; Reabertura das Atividades da 2ª CJM, São Paulo (SP), 1998; II Jornada Jurídica, São Luís (MA), 1998; Encontro Jurídico Internacional sobre a Organização Judiciária e o Sistema Processual dos Países de Língua Portuguesa, Recife (PE), 2000.

Aposentado a partir de 28 de maio de 2001, conforme decreto de 25, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 28, tudo do mesmo mês e ano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Aldo da Silva Fagundes. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 4 de janeiro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Olympio Pereira da Silva e Emília Cardoso Pereira da Silva.

Casado com Angela de Lyra Costa. Tem quatro filhas.

Formação e atividades principais - Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, em 1975. Ingressou na carreira do Ministério Público Militar em 1976, tendo sido designado pelo Presidente da República Ernesto Geisel para assumir a Procuradoria junto à Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora (MG), onde permaneceu até 1979, quando então foi transferido para o Rio de Janeiro, exercendo sua atividade junto à 3ª Auditoria do Exército. Trabalhou como Procurador ainda junto às Auditorias de Manaus e Santa Maria (RS). Em 1982, novamente transferido para a Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora (MG), local onde permaneceu lotado até 1993. Professor da Faculdade de Direito Cândido Mendes, na cadeira de Prática Forense dos anos de 1976 a 1980. Professor da Academia de Polícia no Estado do Rio de Janeiro, na cadeira de Processo Penal de 1978 a 1981. Em 29 de março de 1993, foi nomeado pelo Presidente da República para exercer o cargo em comissão de Procurador Regional

da Advocacia-Geral da União – 2ª Região (RJ/ES) e, em 18 de novembro de 1994, tomou posse como Ministro do Superior Tribunal Militar.

Condecorações - Recebeu algumas, podendo-se destacar: Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – STM – Grã-Cruz; Medalha do Mérito das Forças Armadas – Min. da Defesa – Grã-Cruz; Medalha do Mérito Naval – Grã-Cruz; Medalha do Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios – Grã-Cruz; Ordem do Mérito da Defesa – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST) - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Grã-Cruz; Ordem do Mérito das Forças Armadas – EMFA – Grã-Cruz; Medalha do Mérito Militar – Grau de Comendador; Ordem do Mérito Ministério Público Militar – Alta Distinção; Ordem do Mérito da Segurança Pública do Rio de Janeiro (RJ); Medalha do Mérito Judiciário do Estado de Alagoas; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha de Santos Dumont; Medalha Mérito Benjamin Colucci (JUS); Medalha da Ordem do Mérito Eleitoral – Grau de Jurista; Medalha "Mérito Avante Bombeiro"; Título de Cidadão Honorário da cidade de Juiz de Fora, outorgado pela Câmara Municipal em 23 de junho de 1994; Membro Imortal da Academia de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, ocupando a cátedra nº 188 desde 18 de agosto de 1992; diploma do Mérito Aeronaval; Medalha da Vitória – Min. da Defesa do Rio de Janeiro; Medalha da Polícia Militar do Distrito Federal; Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais; Medalha do Pacificador; Colar do Mérito Mem de Sá, outorgado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro; Colar e Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar Paulista.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 27 de outubro de 1994, tomou posse em 18 de novembro do mesmo ano. Eleito Presidente em 29 de maio de 2001, para completar o mandato a se encerrar em 19 de março de 2003, tomou posse em 20 de junho de 2001. Em 19 de março de 2003, após passar o cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar, reassumiu suas funções de Ministro do STM. Eleito Vice-Presidente em 17 de fevereiro de 2011, para o biênio 2011-2013, tomou posse em 17 de março do mesmo ano.

Comissões - Jurisprudência e Revista do STM - Membro, 1995-1997; Direito Penal Militar e de Guerra - Suplente, 1995-1996; Elaboração do futuro Código de Processo Penal Militar - Suplente, 1995-1997; Direito Penal Militar - Suplente, 1997-1999; Presidente, 2003-2004 e 2007-2010; Supervisão da Estruturação do Plano Diretor de Informática do STM - Membro, 1997; Comissão Especial para o Projeto de Emenda Constitucional de Reforma do Poder Judiciário - Presidente, 1998; Jurisprudência – Membro, 1999-2001; Presidente, 2005-2007; Acompanhamento de Estágio Probatório – Presidente, 1999-2000; Conselho de Administração – Membro, 1999-2001, 2003-2005, 2009-2010 e 2014; e Presidente, 2001-2003; Vice-Presidente (Expediente Administrativo nº 05/2011); Comissão Examinadora do Concurso para o cargo de Juiz-Auditor Substituto da Justiça Militar da União – Presidente (Expediente Administrativo nº 01/2006); Presidente (Expediente Administrativo nº 02/2011); Comissão para Planejamento

das Comemorações do Bicentenário da Justiça Militar – Membro, 2007-2009; Coordenou o Grupo de Trabalho para elaborar, caso cabível, emendas ao Projeto de Lei nº 236/2012, que trata da reforma do Código Penal; Comissão de Segurança da JMU – Presidente (Ato nº 147, de 03.04.2013); Comissão de Regimento Interno – Suplente (Expediente Administrativo nº 07/2015).

Discursos proferidos - Posse em 18 de novembro de 1994; Saudação ao Dia da Bandeira em 19 de novembro de 1995; Posse na Presidência do Superior Tribunal Militar em 20 de junho de 2001; Saudação ao Dia da Bandeira em 19 de novembro de 2001; Despedida do Ministro Antonio Carlos de Nogueira em 22 de fevereiro de 2006; Despedida da Exma. Sra. Juíza-Auditora Dra. Zilah Maria Callado Fadul Petersen.

Palestras e Seminários - Em 1998, proferiu palestra sobre "A Justiça Militar da União" na Base Aérea de Santa Maria (RS); proferiu palestra no II Seminário de Justiça Militar, em Santa Maria (RS).

Em 1999, proferiu palestra na ECEMAR, no Rio de Janeiro (RJ); participou do XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, em Gramado (RS).

Em 2000, proferiu aula inaugural sobre o tema "A importância e necessidade da Justiça Militar da União", no XXV Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar no Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2001, proferiu palestras sobre os seguintes temas: "A Justiça Militar da União" para os alunos de Direito da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro (RJ); "A Justiça Militar da União na Atualidade" no segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta II), em Curitiba (PR), e ministrou a Aula Magna da Escola de Direito do Centro Universitário da Cidade (Univer-Cidade), no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2002, participou dos seguintes eventos: proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União" aos alunos do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), na sede da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro (RJ); participou do Ciclo de Palestras nos Órgãos de 1ª Instância da Justiça Militar da União, Etapa Juiz de Fora (MG) e Rio de Janeiro (RJ); ministrou palestra no Seminário "A Justiça e a Administração Militar", realizado no período de 21 a 24 de maio de 2002, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro (RJ), tendo recebido do Comandante da referida Escola o Certificado de participação no Seminário; participou do Ciclo de Palestras nos Órgãos de 1ª Instância da Justiça Militar da União, Etapa Salvador (BA) e Recife (PE); proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", para Comandantes e Oficiais das unidades militares do II COMAR, em Recife (PE), e na escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ), tendo recebido do Comandante dessa Escola os agradecimentos pela colaboração prestada ao ensino da referida Instituição; participou do II Seminário Jurídico Militar, promovido pela OAB/MS, e do ciclo de palestras nos Órgãos de 1ª Instância da Justiça Militar da União, em Campo Grande (MS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Manaus (AM), Belém (PA) e Fortaleza (CE).

Em 2003, proferiu palestra sobre os temas "Lei do Desarmamento" e "Ampliação da Competência da Justiça Militar da União", na II Jornada Jurídica da Justiça Militar da União, em Juiz de Fora (MG); proferiu palestra no "II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar", em Florianópolis (SC); participou do "XIII Congresso Brasileiro de Magistrados", em Salvador (BA).

Em 2004, proferiu as seguintes palestras sobre o tema "Os processos mais comuns na Justiça Militar", no IV Simpósio sobre atividades jurídicas do Comando da Aeronáutica, em Brasília (DF); sobre o tema "A Justiça Militar de 2ª Instância – O Superior Tribunal Militar" no I Seminário de Justiça Militar do Comando Militar do Planalto, em Brasília (DF), e proferiu palestra no "I Seminário de Direito Militar" no Comando da 3ª Divisão de Exército, em Santa Maria (RS); Autor do Hino da Justiça Militar, aprovado em Plenário na 2ª Sessão Administrativa de 10 de março de 2004.

Em 2005, proferiu palestra sobre o tema "Justiça Militar da União" para os acadêmicos do Curso de Direto do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); coordenou a organização do "V Seminário de Direito Militar para Professores das Escolas Militares e Assessores Jurídicos das Forças Armadas", realizado no STM, em Brasília (DF); proferiu palestra sobre Direito Penal Militar e o Estado de Direito, no Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2006, proferiu palestras nos seguintes eventos: "III Seminário de Direito", da Guarnição de Santa Maria (RS); sobre o tema "Do Conselho de Justificação", no Seminário para Assessores Jurídicos do Comando do Exército, em Salvador (BA); sobre o tema "A importância do Direito Penal Militar", "XXIX Ciclo de Estudos de Direito Penal Militar", promovido pelo Comando Militar do Leste (CML), no Rio de Janeiro (RJ), e na "III Jornada Jurídica da Marinha", realizada também na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2007, proferiu palestras para os estudantes de Direito do Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Brasília (DF); na abertura do curso de extensão sobre Direito Militar, Marítimo e Aeronáutico, no Centro de Pós-Graduação em Direito, na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (RJ); no IV Ciclo de Palestras do Corpo de Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro (RJ); no Seminário da Escola do Ministério Público Militar, em Juiz de Fora (MG).

Em 2008, proferiu palestra na I Jornada Jurídica da 8ª Região Militar e 8ª Divisão do Exército, sobre o tema "Vícios na Condução do Inquérito Policial Militar" (IPM), em Belém (PA); participou de palestra sobre o tema "Os 200 anos da Justiça Militar da União", em Juiz de Fora (MG); proferiu a aula inaugural no "XXXI Ciclo de Direito Penal Militar" do Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro (RJ).

Em setembro de 2009, coordenou a organização do "VII Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União", realizado em Itaipava (RJ).

Em 2011, proferiu palestra no Congresso "A Reforma do Direito Processual Brasileiro", promovido pelo Grupo Brasileiro da Société Internacionale de Droit Militaire et de Droit de La Guerre e pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), realizado em Fortaleza (CE), proferiu palestras no VII Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria sobre "A Atuação das Forças Armadas na recente

retomada e pacificação das comunidades no Rio de Janeiro (RJ) e a competência da Justiça Militar", realizado pela 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar em parceria com a Terceira Divisão do Exército (3ª DE), e na Universidade da Região de Campanha – Seminário de Direito da 74ª Turma de Formandos da URCAMP, em Santa Maria (RS); participou do "V Encontro Nacional do Judiciário", realizado em Porto Alegre (RS), e do "XII Congresso Nacional das Justiças Militares", na qualidade de Presidente de Mesa do Painel "Controle Jurisdicional das Sanções Disciplinares", realizado no período de 21 a 23 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2012, participou do "IX Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União", realizado pelo Superior Tribunal Militar, em Fortaleza (CE); participou do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), realizado em Belém (PA).

Em 2013, proferiu palestra no Seminário de Direito Militar, na cidade de Passos (MG); proferiu palestra na Semana de encerramento da fase teórica do I Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*, especialização em Direito Militar, na cidade de Luanda/Angola; participou como professor convidado do Programa de Doutorado em Ciências Jurídicas da Pontificia Universidade Javeriana, em Bogotá D.C., Colômbia, no período de 26 a 31 de agosto de 2013.

Em 2014, participou do "X Encontro dos Magistrados da JMU", na cidade de Salvador (BA), em maio de 2014. Participou do Seminário "Democracia e Gestão Participativa no Judiciário – A experiência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo", no período de 12 a 13 de agosto de 2014, na cidade de São Paulo (SP). Participou da Conferência sobre "Direito Militar e Direito da Guerra", com os temas Política e Assuntos Legais e Armas Químicas, Aplicação do Direito Internacional Humanitário e a conduta de hostilidades, proteção específica de grupos em situação de conflito armado e a Justiça Militar em circunstâncias difíceis, promovido pela "Internacional Society for Military Law and the Law of War", pela "International Committee of the Red Cross" e pelo "Royal Higher Institute for Defence", na cidade de Ypres/Bélgica, no período de 12 a 15 de outubro de 2014. Participou do "Congreso Mundial de Derecho Militar", com o tema "El derecho de Transición y Post Transición", na cidade de Bogotá (Colômbia), no período de 20 a 22 de novembro de 2014.

Participação como representante do STM - Em 2001, esteve presente na cerimônia de entrega dos espadins aos cadetes da Turma Brasil 500 anos, a convite da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ); no "III Encontro de Juízes de Língua Portuguesa" e "XVII Congresso Brasileiro de Magistrados", em Natal (RN); na Abertura do "I Congresso de Direito Penal Militar", em Juiz de Fora (MG); na Solenidade na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ) e na Solenidade em Belo Horizonte (MG), na qual foi homenageado pela Justiça de Minas Gerais.

Em 2002, Solenidade de transmissão de cargo na Base Aérea Naval, no Rio de Janeiro (RJ); Seminário "O Empreendimento Imobiliário e os Princípios Constitucionais", promovido pela Academia Paulista de Magistrados, na Costa do Sauípe (BA) e participou das solenidades de formatura da Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP); participou da visita oficial dos Presidentes dos Tribunais Su-

periores do Poder Judiciário Brasileiro à República Popular da China; visitou o Comando Militar da Amazônia e o Centro de Informação e Proteção da Amazônia.

Em 2003, reunião com a Comissão de obras do Fórum das Auditorias da1ª CJM, no Rio de Janeiro (RJ); Visita de inspeção às obras do Fórum das Auditorias da 1ª CJM, no Rio de Janeiro (RJ); Solenidade de posse da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro (RJ); Visita à Estação Antártica Comandante Ferraz; Solenidade comemorativa dos 35 anos do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), em Brasília (DF); XVIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Salvador (BA); II Encontro de Direito Humanitário e Direito Militar, em Florianópolis (SC).

Cursos - Participou do curso organizado pela Academia de Polícia do Condado de Lake County, em conjunto com a USA Police Instructor Teams, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros e Escola Nacional da Magistratura, realizado em Lake County, Flórida (EUA), no período de 22 a 26 de abril de 2013.

Participação em Entidades Jurídicas Nacionais - Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

Aposentou-se a partir do dia 22 de julho de 2015, por decreto de 21 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 22 de julho de 2015.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Olympio Pereira da Silva Junior. Brasília: DIDOC, Museu, 2014.

CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 12 de fevereiro de 1934, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Antonio Cezar de Andrade e Lizzy Cezar de Andrade.

Era casado com Laura Andréa de Miranda Ribeiro Cezar de Andrade, com quem teve três filhos.

Formação e atividades principais - Ingressou na Escola Naval, em 1951, galgando, por merecimento, todos os postos inerentes a um Oficial de Marinha; foi promovido a Almirante de Esquadra em 31 de julho de 1991. Concluiu, entre outros, os Cursos de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, e de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.

Dentre as principais funções exercidas na Marinha do Brasil podem ser destacadas: Comandante da Corveta "Imperial Marinheiro"; Comandante do Contratorpedeiro "Paraná"; Presidente da Comissão Naval Brasileira em Washington; Comandante do Primeiro Esquadrão de Contratorpedeiros; Comandante da Força de Apoio; Presidente da Comissão Naval em São Paulo; Diretor de Armamento e Comunicações da Marinha; Secretário-Geral da Marinha; Comandante de Operações Navais/Diretor-Geral de Navegações; e Chefe do Estado-Maior da Armada.

Condecorações - Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Comendador; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha Militar de Ouro - Passador de Platina; Medalha Militar de Platina, com Passador de Platina (50 anos de bons

serviços prestados à Marinha do Brasil); Medalha Naval de Serviços Distintos; Medalha do Mérito da Academia Brasileira de Engenharia Militar - Alta Distinção; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Marinheiro - Duas Âncoras; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Alta Distinção; Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha da Cruz Naval da Marinha de Portugal - 1ª Classe; Medalha da Ordem do Mérito Naval da Armada da Venezuela - 1ª Classe.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 3 de novembro de 1994, tomou posse em 18 do mesmo mês e ano. Eleito Vice-Presidente para o mandato relativo ao biênio 2001-2003, tomou posse em 19 de março de 2001. Eleito Presidente em 19 de fevereiro de 2003, para o biênio 2003-2005, tomou posse em 19 de março do mesmo ano.

Comissões - Estudos para Reestruturação Organizacional do STM – Membro, 1995-1997; Proposta de alteração e/ou retificação do anteprojeto do Futuro CPM - 1996; Jurisprudência – Presidente, 1998-2003; Conselho de Administração – Membro, 1997-1998 e Vice-Presidente, 2001-2003 e Presidente, 2003-2004; Conselho Deliberativo do Plano de Saúde da Justiça Militar da União - 2000-2003.

Discursos proferidos - Posse em 18 de novembro de 1994; Saudação ao Ministro Almirante de Esquadra José Julio Pedrosa – 1996; Saudação de despedida do Almirante de Esquadra Luiz Leal Ferreira – 1996; Dia do Exército – 1997; Saudação ao Ministro Almirante de Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo - 2003. Posse na Presidência do STM em 19 de março de 2003.

Participação como representante do STM - Congresso Nacional de Magistratura, da Advocacia e do Ministério Público Militar, Florianópolis (SC); Cerimônia de entrega de Medalha da Legião do Mérito dos Engenheiros Militares, concedida pela Academia Brasileira de Engenharia Militar ao Estandarte do STM, em São Paulo (SP).

Palestras e Seminários - Proferiu as palestras: sobre o tema "A Justiça Militar", para Oficiais do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval; sobre a aplicação de Lei que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Militar da União para Membros do Ministério Público Militar; sobre o tema "A Justiça Militar", aos alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, na Sede da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro (RJ).

Aposentado por decreto de 9 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 10 do mesmo mês e ano.

Falecimento - 29 de abril de 2014.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Carlos Eduardo Cezar de Andrade. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

JOSÉ JULIO PEDROSA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 1º de abril de 1935, em Blumenau (SC).

Filiação - Severino Nicomedes Alves Pedrosa e Iracema França Pedrosa.

Foi casado com Selma Estrella Pedrosa e teve três filhos, José Julio, Adriano e Pedro Antônio.

Formação e atividades principais - Ingressou no Colégio Naval, em Angra dos Reis, em 1951. Passou à Escola Naval, onde se graduou Guarda-Marinha em dezembro de 1955. Como Oficial, galgou os postos de Segundo-Tenente em dezembro de 1956, Primeiro-Tenente em janeiro de 1959 e Capitão-Tenente em janeiro de 1961. Como Capitão-Tenente, comandou o Navio-Varredor "Juruá".

Foi promovido a Capitão de Corveta em novembro de 1965 e, novamente, como Comandante de navio, desta feita a Corveta "Bahiana", teve a oportunidade de operar nas águas oceânicas do Norte do País e nas calhas dos rios amazônicos, ocasião em que, vale ressaltar, sua Corveta tornou-se o primeiro navio da Marinha a atingir o centro geográfico da Ilha de Marajó, o que poucos sabiam, ou sabem, ser possível. Ainda como Capitão de Corveta, exerceu os cargos de Imediato e Comandante Interino da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina.

Em novembro de 1970 foi promovido a Capitão de Fragata, posto em que foi membro da Comissão Naval Brasileira na Europa, Instrutor da Escola de Guerra Naval e Oficial de Gabinete do Ministro da Marinha.

Em agosto de 1977, alcançou o posto de Capitão de Mar e Guerra, exercendo o Comando da Fragata "Niterói", navio que, à época, representava o que a Marinha do Brasil possuía de mais moderno em tecnologia naval e de mais novo na arte da guerra no mar. Ainda como Capitão de Mar e Guerra, foi Chefe do Estado-Maior do Comando do 5º Distrito Naval e Imediato da Escola Naval.

Em julho de 1984, ascendeu ao posto de Contra-Almirante, em julho de 1988 ao de Vice-Almirante e, em novembro de 1992, ao de Almirante de Esquadra. Como Oficial-General foi, nos dois primeiros postos, Subchefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior da Esquadra, Diretor da Escola de Guerra Naval, Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha e Comandante em Chefe da Esquadra.

No posto mais elevado, de Almirante de Esquadra, foi Diretor-Geral do Pessoal, Diretor-Geral de Navegação e Comandante de Operações Navais, cargo em que teve sob suas ordens todas as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais. Coroando sua jornada naval, ocupou a Chefia do Estado-Maior da Armada, cargo maior da Direção-Geral da Marinha do Brasil. Possui os cursos de Oficial de Controle de Avarias; de Tática Antissubmarino para Oficiais de Quarto; de Aperfeiçoamento de Máquinas para Oficiais; Básico, de Comando e Estado-Maior, e Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval.

Condecorações - Ordem do Mérito Naval - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina - Grande Mérito; Medalha Militar de Platina com Passador de Platina; Medalha Naval de Serviços Distintos; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Mérito Marinheiro - Três Âncoras; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Mérito Judiciário Militar Paulista.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 3 de janeiro de 1996, prestou compromisso legal e tomou posse em 8 de fevereiro do mesmo ano. Eleito Presidente em 12 de fevereiro de 2004, para completar o mandato a se encerrar em 19 de março de 2005, tomou posse em 2 de março do mesmo ano.

Comissões - Estudos para a Reestruturação Organizacional do STM - 1996; Comissão Especial para o projeto de Emenda Constitucional de Reforma do Poder Judiciário - Membro, 1998; Direito Penal Militar - 1997-1999; Supervisão da Estruturação do Plano Diretor de Informática - 1997-1999; Conselho de Administração - Membro, 1999-2001, Presidente, 2004-2005; Regimento Interno - Membro, 1999, Presidente, 2000-2003; Apreciação e sugestões acerca do Esboço da Lei Complementar sobre o Estatuto da Magistratura Nacional - Membro, 2003.

Participação como Representante do STM - Em 1997, Reunião da Coordenadoria Nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, Belo Horizonte (MG).

Em 1999, Seminário "O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira", realizado no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília (DF).

Em 2001, Congresso Nacional da Magistratura, da Advocacia e do Ministério Público, Florianópolis (SC).

Palestras e Seminários - Em 1999, proferiu palestra sobre o tema "Justiça Militar", na Escola de Guerra Naval.

Em 2000, proferiu palestra sobre o tema "A reforma do Poder Judiciário e seu impacto na Justiça Militar" no "IV Ciclo de estudos de Política e Estratégia", realizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra na cidade de Porto Velho (RO).

Em 2001, participou do Seminário Preparatório do "Projeto de Modernização do Poder Judiciário"; proferiu palestra sobre o tema "Justiça Militar", no Estado-Maior da Armada; proferiu palestra sobre o tema "A perda do posto e patente dos oficiais das Forças Armadas", no I Seminário de Direito do STM.

Em 2002, proferiu palestra sobre o tema "O Conselho de Justificação" no II Seminário de Direito do STM.

Em 2003, participou como expositor, com o tema "Código Penal Militar: proposta de alteração", no II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, sob a organização do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC) e da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (AMAJME), em Florianópolis (SC).

Em 2004, proferiu palestra sobre o tema "A perda do posto e patente dos oficiais das Forças Armadas", no I Seminário de Direito Militar das Agulhas Negras; sobre o tema "O Superior Tribunal Militar" no Ciclo de Estudos de Política e Estratégia da ADESG (MG); e sobre o tema "A Lei Penal Militar", na VII Jornada de Estudos de Direito Penal Militar da 4ª Região Militar e sobre o tema "O Futuro da Justiça Militar da União" no IV Seminário de Direito do STM.

Aposentado por decreto de 29 de março de 2005, publicado no Diário Oficial, Seção 2, do dia 30 subsequente.

Falecimento - Na madrugada do dia 18 de outubro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Eduardo Cezar de. *Discurso na posse do Ministro José Julio Pedrosa*. Brasília, STM, 8 de fevereiro de 1996.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: José Julio Pedrosa. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

EXPEDITO HERMES REGO MIRANDA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 14 de maio de 1935, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Conceição Nunes de Miranda e Maria Heloiza Rego de Miranda.

Foi casado com Maria Auxiliadora, com quem teve três filhos e cinco netos.

Formação e atividades principais - Após ter cursado o Colégio Militar do Rio de Janeiro, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, onde, ao concluir sua formação militar, foi declarado Aspirante Oficial da Arma de Infantaria, em 6 de janeiro de 1956. A sua promoção a General de Exército ocorreu em 31 de março de 1997.

Ao longo de sua carreira, o General Hermes teve a oportunidade de realizar o Curso de Oficial de Comunicações na Escola de Comunicações, em 1958; o de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1965; o de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior, em 1970; o de Altos Estudos de Política e Estratégia na Escola Superior de Guerra, em 1991; bem como os de Análise Ocupacional e de Operacionalização de Objetivos Educacionais, ambos no Centro de Estudo e Pessoal; e o de Transporte, realizado pela Diretoria de Transporte.

Desempenhou praticamente todas as funções inerentes ao oficial da Arma de Infantaria, tendo sido, inclusive, Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comunicações. Como Coronel, comandou o 1º Batalhão de Guardas no Rio de Janeiro, o Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e serviu, no Gabinete Militar da Presidência da República, como Assistente-Secretário do Ministro Chefe da Casa Militar, no período de abril de 1985 a novembro de 1988.

Como Oficial-General, comandou a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada em Recife; foi Diretor de Promoções; foi Comandante Militar do Oeste e da 9ª Divisão de Exército; Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra; Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa e Chefe do Estado-Maior do Exército.

A par de sua intensa atividade castrense, o General Hermes foi Membro da Comissão Executiva do 1º Centenário da Fundação de Campo Grande em Mato Grosso do Sul; Coordenador-Geral do Torneio Independência para jogos Internacionais, em Campo Grande; Coordenador do Convênio realizado entre o Ministério da Educação e Cultura e a 9ª Região Militar; Coordenador do ensino profissionalizante de Eletrônica para alunos do 2º grau; Ouvidor da Presidência da República em 1987 e 1988; e Coordenador da Comissão Especial de Transporte em São Paulo.

O General Hermes também realizou o Mestrado em Estudos de Problemas Brasileiros na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Palestras e Conferências - Realizou muitas, destacando-se as Conferências Antitóxicos nos anos de 1980, 1981 e 1982, na Campanha Círculo de Jovens e as do Projeto Rondon em 1971 e 1972. No exterior, foi conferencista convidado da "National Defense University-USA" em 1997 e do Ministério de Defesa e Academia de Altos Estudos Militares da Romênia em 1998.

Condecorações - Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário - Alta Distinção, 1999; e Grã-Cruz, 2000; Medalha do Pacificador; Mérito Tamandaré; Mérito Santos Dumont; Medalha Marechal Trompowsky; Medalha de 40 anos de Bons Serviços com passador de platina; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Alta Distinção; Medalha Militar e Passador de Platina; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Medalha Corpo de Tropa com Passador de Bronze; Medalha de Honra da Inconfidência; Medalha do Mérito Adesguiano; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes; Ordem do Mérito Policial Militar de Mato Grosso; Medalha Pernambucana do Mérito Policial; Ordem do Mérito dos Guararapes; Medalha do Mérito Cordeiro de Farias; Medalha Imperador D. Pedro II; Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca - Ouro; Medalha da Vitória; Ordem Nacional do Mérito, França; Ordem Militar de Aviz, Portugal; Condecoração da Águia Azteca, México; Ordem Francisco de Miranda, Venezuela; Ordem Honorífica da Palma - Grande Oficial, Suriname; Ordem dos Serviços Distintos

do Mérito Militar - Grã-Cruz, Argentina; Cruz da Ordem do Mérito Militar - Distintivo Branco, Espanha; Ordem Nacional do Mérito, Romênia.

Atividades no STM - Foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial, Seção 2, de 16 do mesmo mês e ano, tendo tomado posse em 14 de novembro de 2000. Eleito Presidente dessa Egrégia Corte de Justiça em 16 de fevereiro de 2005, para o biênio 2005-2007, tomou posse em 18 de março do mesmo ano. Deixou a presidência em 14 de maio de 2005, em virtude de aposentadoria.

Comissões - Jurisprudência - Suplente, 2000-2002; Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados - Membro, 2000-2004; Conselho Deliberativo do Plano de Saúde da Justiça Militar da União - Membro, 2002-2005; Conselho de Administração - Presidente, 2005.

Discursos proferidos - Posse em 14 de novembro de 2000; Dia da Bandeira, 2000; Saudação de despedida ao Ministro Gen Ex Germano Arnoldi Pedrozo, em 27 de junho de 2002; Saudação de posse ao Ministro Gen Ex Antonio Apparício Ignácio Domingues; Posse na Presidência em 18 de março de 2005.

Palestras como Ministro do STM - Proferiu palestra sobre o tema "História, Estrutura e Competência da Justiça Militar da União" na V Jornada de Estudos de Direito Penal Militar, realizada em Belo Horizonte (MG).

Publicações - É autor de vários trabalhos, a saber: Guia de Instrução Militar, Topografia Militar, Expansão do Ensino de 1º e 2º grau na Faixa de Fronteira Oeste e Transportes Hidroviários.

Aposentado a partir de 15 de maio de 2005, conforme decreto publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 18 de maio do mesmo ano.

Falecimento - No dia 8 de setembro de 2012.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações*: Expedito Hermes Rego Miranda. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

MAX HOERTEL

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 4 de junho de 1937, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Augusto Hoertel e Antonietta Hoertel.

É casado com a Senhora Lucila Callegari Hoertel e possui um filho.

Formação e atividades principais - Ingressou no Exército, em 3 de julho de 1954, como aluno do 2º ano da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, onde foi declarado Aspirante a oficial da Arma de Artilharia em 19 de dezembro de 1958.

Além do curso de formação, possui os cursos da Escola de Material Bélico, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No exterior, exerceu o cargo de Adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

Ao longo de sua carreira exerceu, entre outras, as funções de Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Como Oficial Superior, foi Adjunto da 6ª Divisão de Exército e do Departamento de Material Bélico, Assessor do Gabinete do Ministro do Exército e Comandante do 8º Batalhão Logístico. Como Oficial-General, foi Diretor do Centro de Avaliação do Exército, Chefe do Estado-Maior do

Comando Militar do Sul, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, Diretor de Formação e Aperfeiçoamento, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Departamento de Material Bélico, Chefe do Departamento Logístico, Comandante Militar do Sul e Secretário de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa.

Condecorações - Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Forças Armadas - Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Medalha do Pacificador; Medalha Marechal Hermes - Bronze com uma Coroa; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes; Medalha Marechal Trompowski; Medalha da Vitória - Associação dos Veteranos da FEB; Medalha do Mérito do Ex-combatente do Brasil - Associação dos Veteranos da FEB; Medalha do Mérito Farroupilha - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Ordem do Mérito Militar - Paraguai; Medalha Honorífica da Artilharia - Paraguai; Ordem dos Serviços Distintos do Mérito Militar - Argentina; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Cartográfico - Grã-Cruz; Medalha Militar de Platina com Passador de Platina; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Medalha do Mérito Cívico, da Liga da Defesa Nacional - Grande Oficial; Medalha do Mérito Judiciário Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Colar do Mérito Judiciário Militar do Estado de Minas Gerais; Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares e Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul; Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 29 de maio de 2002, tomou posse em 7 de junho do mesmo ano. Eleito Presidente do Superior Tribunal Militar em 17 de maio de 2005, para completar o mandato a se encerrar em 19 de março de 2007, tomou posse em 1º de junho de 2005.

Comissões - Jurisprudência – Membro, 2002-2005; Comissão Provisória no âmbito da Justiça Militar para proceder estudos e fornecer subsídios necessários à Comissão Especial da Câmara dos Deputados com vistas a colaborar com o Esboço da Lei Complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura Nacional – Membro, 2003; Comissão Examinadora do Concurso Público para o ingresso na Magistratura da Justiça Militar da União – Membro, 2004; Conselho de Administração – Membro, 2004-2005, e Presidente, 2005-2007.

Discursos proferidos - Posse em 7 de junho de 2002; Saudação de posse na Presidência do STM do Ministro Gen Ex Expedito Hermes Rego Miranda, em 18 de março de 2005; Saudação de despedida ao Ministro Gen Ex Expedito Hermes Rego Miranda em 13 de maio de 2005; Posse na Presidência do Superior Tribunal Militar em 1º de junho de 2005; Saudação ao Exército Brasileiro pela passagem do "Dia da Infantaria"; Solenidade de despedida do cargo de Ministro-Presidente do STM.

Participação como representante do STM - Em 2003, solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre (RS).

Em 2004, I Simpósio de Direito Militar, promovido pelo Comando Militar do Sul, em Santa Maria (RS); I Seminário de Direito Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende (RJ).

Em 2005, Sessão Solene de Instalação do Conselho Nacional de Justiça, ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); solenidade de homenagem ao ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, em Brasília (DF); visita ao presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, em Brasília (DF); Sessão Solene em homenagem aos 80 anos do Jornal "O Globo", realizado pelo Senado Federal, em Brasília (DF); XXVIII Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar, Rio de Janeiro (RJ); III Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, ocorrido no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); cerimônia de entrega de Espadas aos novos aspirantes a Oficial do Exército, na AMAN, em Resende (RJ); cerimônia de imposição das condecorações da Ordem do Mérito da Defesa, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília (DF); solenidade de formatura da turma Tenente-General Carlos Antônio Napion, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ).

Em 2006, cerimônia de abertura do ano judiciário, realizada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); visita ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo IV – CINDACTA IV, CTO-MN (SIPAM/SIVAM), em Manaus (AM), e visita às novas instalações das Auditorias da 1ª CJM no Rio de Janeiro (RJ); cerimônia de entrega de Espadins, realizada pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ); visita às 2ª e 3ª Auditorias da 3ª CJM, em Bagé (RS) e Santa Maria (RS), respectivamente; solenidade de posse da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, realizado no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); solenidade em homenagem à Ministra Ellen Gracie pelo Judiciário Federal dos Estados Unidos da América, realizado em Brasília (DF); Abertura do Congresso de Informática Pública no Judiciário; Visita à Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba (PR); reunião no Supremo Tribunal Federal, referente ao Orçamento 2007 e Autoridade Certificadora do Judiciário, em Brasília (DF).

Em 2007, solenidade de abertura do ano judiciário no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Visita às Auditorias da 8ª CJM, em Belém (PA) e 10ª CJM, em Fortaleza (CE); solenidade de posse do Ten Brig Ar Juniti Saito no cargo de Comandante da Aeronáutica, realizada na Base Aérea de Brasília (DF); solenidade de posse do Alte Esq Julio Soares de Moura Neto no cargo de Comandante da Marinha, ocorrida no Grupamento de Fuzileiros Navais, em Brasília (DF).

Palestras e Seminários - Em 2004, proferiu palestra no "I Seminário de Direito Militar", no Comando da 3ª Divisão de Exército, na Cidade de Santa Maria (RS); e sobre o tema "A Justiça Penal Militar" na Universidade de Taubaté (SP).

Em 2005, proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União" no Seminário de Direito Penal Militar, organizado pelo Comando Militar do Sul, na cidade de Porto Alegre (RS). Proferiu palestra sobre o tema "Corte Superior Militar Brasileira – Órgão Superior da Justiça Militar ou Instância Recursal?" no IV Seminário Jurídico – Núcleo Estadual da ESMPU/MPM (MG), realizada em Juiz de Fora (MG).

Em 2006, proferiu as seguintes palestras: sobre o tema "Organização e Competência da Justiça Militar da União" no "IV Seminário Advocacia Pública em Debate – Agentes Públicos", realizado em Porto Alegre (RS); sobre o tema "Origem, Evolução e Estrutura da Justiça Militar da União" no III Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria, organizado pelo Comando da 3ª Divisão do Exército, em Santa Maria (RS); sobre a "Organização e Competência da Justiça Militar da União", no 1º Grupamento de Engenharia do Exército, em Manaus (AM); sobre o tema "A atuação da Justiça Militar da União", na Escola Superior de Guerra, realizado pelo Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, no Rio de Janeiro (RJ); sobre o tema "A Justiça Militar da União, Atuação do STM", realizado pelo Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro (RJ); sobre o tema "A atuação do Superior Tribunal Militar", realizado pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (MG); sobre o tema "1808-2006 – O Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar da União: seu papel constitucional na preservação da democracia", no Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (RS); Seminário Nacional sobre Direito Militar, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (SP).

Aposentado por decreto de 5 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial, Seção 2, nº 108, do dia 6 subsequente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de informações*: Max Hoertel. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

HENRIQUE MARINI E SOUZA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 17 de fevereiro de 1938, em Mar de Espanha (MG).

Filiação - Ary Vieira de Souza e Adelina Marini e Souza.

Foi casado com Neuza Eutália Gonçalves e Souza, com quem teve três filhos: Márcia, Henrique Celso e Leonardo.

Formação e atividades principais - Ingressou na Aeronáutica em 1º de março de 1955 como aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Declarado Aspirante a Oficial-Aviador em janeiro de 1961, galgou por merecimento os postos de Oficial-Superior, tendo sido promovido a Oficial-General em 31 de julho de 1991 e a Tenente-Brigadeiro do Ar em 31 de julho de 1998.

Principais cursos militares - Formação de Oficiais-Aviadores – Escola de Aeronáutica; Tática Aérea e Aperfeiçoamento – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Superior de Comando e Estado-Maior – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR); Preparação de Instrutor (ECEMAR); Política e Estratégia Aeroespaciais (ECEMAR).

Cursos operacionais - Reconhecimento; Bombardeio; Operações Aéreas Especiais; Transporte de Tropa.

Cursos civis - Introdução ao Planejamento Governamental, na Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Bacharel em Direito, na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF).

Principais cargos exercidos - Instrutor de voo do Quinto Grupo de Aviação; Comandante do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Transporte de Tropa; Adjunto da Seção de Logística do Comando Aerotático; Adjunto da Seção de Logística do Comando-Geral do Ar; Adjunto da Seção de Política, Estratégia e Doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica; Assessor da Terceira Subchefia da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional – Assuntos Psicossociais; Comandante do Grupo de Transporte Especial; Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Chefe da Seção de Planejamento Plurianual do Estado-Maior da Aeronáutica; Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Itália; Comandante da Terceira Força Aérea; Chefe da Quarta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional; Comandante-Geral do Ar; e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Condecorações - Ordem do Mérito Aeronáutico, grau "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Militar, grau "Grande Oficial"; Ordem do Rio Branco, grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito Naval, grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito da República Italiana (Itália), grau "Oficial"; Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, nos graus de "Alta Distinção" e "Grã-Cruz"; Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha da Vitória; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes (Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira); Medalha Santos Dumont (Estado de Minas Gerais), grau "Ouro"; Grande Medalha da Inconfidência do Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha Militar de Platina com Passador de Platina; Diploma Profissionais do Ano de 2006 – Associação de Imprensa de Brasília; Ordem do Mérito da Defesa - grau "Grã-Cruz"; Medalha Comemorativa do "Dia do Estado de Minas Gerais" (Governo do Estado de Minas Gerais).

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 10 de abril de 2002, tomou posse em 17 de abril do mesmo ano. Eleito Presidente do Superior Tribunal Militar em 14 de fevereiro de 2007, para o biênio 2007-2009, tomou posse em 16 de março do mesmo ano.

Comissões - Conselho de Administração, Membro, 2002-2004 e Presidente, 2007-2008; Planejamento das atividades relativas às Comemorações do Bicentenário da Justiça Militar da União, Membro, 2003-2005; Organização das Comemorações pelo Bicentenário de Nascimento do Patrono do Exército Brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, o "Duque de Caxias", Membro, 2003; Comissão Provisória no âmbito da Justiça Militar para proceder estudos e fornecer subsídios necessários à Comissão Especial da Câmara dos Deputados com vistas a colaborar com o Esboço da Lei Complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, Membro, 2003; Direito Penal Militar, Membro, 2003-2005.

Discursos proferidos - Posse em 17 de abril de 2002.

Participação como representante do STM - Em 2007, visitou a Auditoria da 7ª CJM, em Recife (PE), acompanhado do Ministro William de Oliveira Barros, que foi Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional; realizou, juntamente com o Ministro Vice-Presidente, visita à Casa da Moeda, no Rio de Janeiro (RJ); solenidade de abertura das celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil, realizada no STF, em Brasília (DF); visita à 2ª CJM para assinatura de cessão do prédio que servirá como sede daquela Circunscrição; visitou o Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR), no Rio de Janeiro (RJ); solenidade de "Entrega de Espadim na Academia da Força Aérea", em Pirassununga (SP); cerimônia do "Dia" do Estado de Minas Gerais, na cidade de Mariana (MG); participou de Sessão Solene na Sede Social do Clube Naval, em comemoração ao Bicentenário de Nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Solenidade de posse do Tenente-Brigadeiro do Ar José Américo dos Santos como Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, na Base Aérea de Brasília (DF); Sessão Solene em Homenagem ao Ministro aposentado Nelson Jobim, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); visitou as Auditorias da 3ª CJM no período de 14 a 17 de agosto, localizadas no Rio Grande do Sul; participou da Solenidade de posse do Dr. Carlos Alberto Menezes Direito no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); visitas às Auditorias da 3ª CJM; presidiu a solenidade do Jubileu de Ouro da Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro (RJ); participou do VI Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União, ocorrido em Itaipava (RJ); visitas às Auditorias das 10ª, 6ª, 8ª, e 12ª CJMs, respectivamente, Fortaleza (CE), Salvador (BA), Belém (PA) e Manaus (AM); participou de Solenidade na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR); Seminário Internacional de Direitos Humanos e Administração da Justiça pelos Tribunais Militares, ocorrido no Ministério das Relações Exteriores e promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pelo Superior Tribunal Militar, como parte da programação comemorativa do Bicentenário da Justiça Militar; participou de reunião alusiva à Ordem do Gaviões dos Guararapes, no Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III), em Recife (PE); solenidade no Tribunal de Justiça Militar, em Belo Horizonte (MG); participou de reunião no Supremo Tribunal Federal sobre o tema "Repercussão Geral no Recurso Extraordinário".

Palestras e Seminários - Em 2004, proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União" no Ciclo de Palestras promovido pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), na cidade do Rio de Janeiro (RJ); participou do "I Seminário de Justiça Militar do Comando Militar do Planalto", em Brasília (DF).

Em 2005, proferiu palestra para os Oficiais do Quadro Complementar da Aeronáutica – Serviços Jurídicos, em Brasília (DF); proferiu palestra nos seguintes eventos: Semana Jurídica, a convite da Faculdade de Ciências Jurídicas do Planalto Central (JURPLAC) na cidade do Gama (DF); no "II Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria (RS)" organizado pela Base Aérea de Santa Maria (RS) e pela 3ª Auditoria da 3ª CJM, em Santa Maria (RS); na VIII Jornada de Estudos de Direito Penal Militar, na cidade de Belo Horizonte (MG); no "Ciclo de Estudos de Políticas e Estratégias" – Turma

2005, a convite da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), na cidade de Belo Horizonte (MG); aos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), em visita ao Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF); e para os futuros Comandantes e Diretores da Escola de Estado Maior da Aeronáutica, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2006, proferiu palestra sobre "A Justiça Militar da União", realizada na Universidade da Força Aérea do Rio de Janeiro (RJ); e sobre os temas "A Justiça como valor e o Valor da Justiça" e "A Justiça Militar da União, para Oficiais das Forças Armadas Angolanas e para a Polícia Militar, no II Seminário Internacional sobre Direito Internacional Militar em Luanda – Angola; proferiu palestra ainda sobre os temas "Aplicação do Princípio da Insignificância na Justiça Penal Militar", no V Seminário Jurídico do Núcleo Estadual da Escola Superior do Ministério Público da União, em Juiz de Fora (MG), e "O Superior Tribunal Militar" no Ciclo de Palestras promovido pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no Rio de Janeiro (RJ); proferiu a aula inaugural do Curso de Especialização em Direito Militar na sede da União Educacional de Brasília (UNEB), em Brasília (DF).

Em 2007, proferiu palestra no "IV Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria" sobre o tema "A Justiça Militar da União"; em Santa Maria (RS); proferiu palestra no "Curso da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra", sobre o tema "A Justiça Militar da União", em Belo Horizonte (MG); ministrou aula inaugural do Curso de Especialização em Direito Militar, promovido pela União Educacional de Brasília (UNEB), sobre o tema "Aplicação do Princípio da Insignificância na Justiça Castrense"; proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União" no "IV Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria", no Rio Grande do Sul; proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", no Curso da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Belo Horizonte (MG); proferiu palestra sobre o tema "Justiça Militar – desafios e perspectivas", no "VII Seminário de Direito Militar" realizado pelo Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF); proferiu palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica na cidade do Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra sobre a Justiça Militar da União no curso de Política e Estratégia Aeroespaciais da Aeronáutica no Rio de Janeiro (RJ).

Aposentou-se conforme decreto de 14 de fevereiro de 2008, publicado no Diário Oficial, Seção 2, do dia 15 subsequente.

Falecimento - Na tarde do dia 24 de janeiro de 2013, em Brasília, aos 74 anos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de informações:* Henrique Marini e Souza. Brasília: DIDOC, Museu, 2007.

FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 12 de abril de 1941, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Augusto Sampaio Lencastre e Isabel de Oliveira Lencastre.

Foi casado com Ady Gomes Lencastre, com quem teve três filhos: Flávia, Márcia e Guilherme.

Formação e atividades principais - Ingressou na Aeronáutica, em 7 de março de 1960, como Cadete da Escola de Aeronáutica. Declarado Aspirante a Oficial-Aviador em 21 de dezembro de 1962, galgou por merecimento os postos de Oficial-Superior, tendo sido promovido a Oficial-General em 31 de março de 1993 e a Tenente-Brigadeiro do Ar em 31 de março de 2000.

Cursos Acadêmicos - Curso de Formação de Oficiais Aviadores (Escola de Aeronáutica); Programação FORTRAN (ITA/CTA); Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR); Curso Superior de Comando e Estado-Maior (ECEMAR); Curso de Preparação de Instrutor (ECEMAR); Defense Institute For Security Assistance Management (DISAM – USA); Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE – ESG); Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA/ECEMAR).

Cursos Operacionais - Curso de Piloto de Caça (Líder de Grupo); Curso de Operações Aéreas Especiais; Curso de Transporte de Tropa; Curso de Sobrevivência na Selva e no Mar; Paraquedista Militar da Aeronáutica; Curso de Transporte de Tropa (Líder de Esquadrão).

Exerceu os seguintes cargos - Comandante do 2° Esquadrão do 1° Grupo de Aviação de Caça; Comandante do 1° Esquadrão de Controle e Alarme; Instrutor de Sistema de Controle Aerotático (COMAT/ECEMAR); Instrutor do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica; Assistente-Secretário do Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Chefe da Secretaria dos Conselhos e Comissões do Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Chefe da Seção Administrativa da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (USA); Chefe da Seção de Licitações da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (USA); Chefe da Divisão de Fomento Industrial da Diretoria de Material da Aeronáutica; Comandante da Base Aérea de Santa Cruz; Chefe do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Chefe da Divisão de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Vice-Diretor de Administração do Pessoal; Presidente da Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica; Comandante da Academia da Força Aérea; Membro da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica; Diretor de Administração do Pessoal; Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional; Comandante-Geral do Pessoal; Membro do Conselho da Ordem do Mérito Cartográfico; Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI); e Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar.

Condecorações - Ordem do Mérito Aeronáutico (grau de Grã-Cruz); Ordem do Mérito Judiciário Militar (grau de Grã-Cruz); Medalha da Ordem de Rio Branco (grau de Grã-Cruz); Ordem do Mérito Cartográfico (grau de Grã-Cruz); Ordem do Mérito Naval (grau de Grande-Oficial); Ordem do Mérito Militar (grau de Grande-Oficial); Ordem do Mérito da Defesa (grau de Grande-Oficial); Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Ministério Público Militar (grau de Alta-Distinção); Colar do Mérito Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes (ESG); Medalha Marechal Zenóbio da Costa (RJ); Medalha do Mérito do Ex-Combatente do Brasil; Medalha da Vitória; Medalha Pedro Ernesto (RJ); Ordem do Mérito Forças Armadas (grau de Comendador); Medalha Santos Dumont (grau Ouro) – Governo de Minas Gerais; Grande Medalha da Inconfidência – Governo de Minas Gerais; Medalha Sangue dos Heróis (Associação dos Ex-Combatentes); Medalha Ana Amélia; Destaque Operacional Ouro; Piloto Honoris Causa da Força Aérea Boliviana; "Colar D. João VI" – outorgado pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar e pela Academia Brasileira de Artes Culturais e História, São Paulo (SP); Medalha de Reconhecimento do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (grau de Alta Distinção); Medalha do Mérito Cultural da Magistratura; Colar do Mérito Judiciário Militar do Estado de Minas Gerais; e Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 9 de fevereiro de 2004, tomou posse em 13 de fevereiro do mesmo ano. Eleito Presidente do Superior Tribunal Militar, em 19 de fevereiro de 2008, para completar o mandato relativo ao biênio 2007-2009, tomou posse em 29 de fevereiro de 2008.

Comissões - Regimento Interno, Membro, 2004-2008; Jurisprudência, Suplente, 2007; Planejamento das Comemorações do Bicentenário da Justiça Militar da União, Membro, 2007-2008; Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados, Suplente, 2007; Conselho de Administração, Presidente, 2008-2009.

Discursos proferidos - Posse em 13 de fevereiro de 2004; Saudação ao Ministro Ten Brig Ar Henrique Marini e Souza na solenidade de posse de Ministro-Presidente, em 16 de março de 2007; Saudação ao Ministro Ten Brig Ar Marcus Herndl na solenidade de despedida, em 22 de março de 2007; Saudação ao Ministro Ten Brig Ar William de Oliveira Barros na solenidade de posse, em 28 de março de 2007; Saudação ao Ministro Ten Brig Ar Henrique Marini e Souza na solenidade de despedida, em 15 de fevereiro de 2008; Posse na Presidência, em 29 de fevereiro de 2008; e Saudação à Marinha do Brasil pela passagem do dia 11 de junho de 2008, data do aniversário da Batalha do Riachuelo.

Participação como Representante do STM - Em 2008, Solenidade do Bicentenário do Corpo de Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro (RJ); Solenidade de despedida do Dr. João Alfredo Vieira Portela, Juiz-Auditor, em razão de sua aposentadoria, na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador (BA); Cerimônia de assinatura do "Acordo de Cooperação Técnica para o Intercâmbio de Dados e Soluções de Tecnologia da Informação", no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Solenidade de passagem do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça da Ministra Ellen Gracie ao Ministro Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Solenidade Comemorativa do "Dia da Aviação de Caça" na Base Aérea de Santa Cruz (RJ); Solenidade de posse dos Ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso, respectivamente nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Sessão Solene em homenagem ao Bicentenário da Justiça Militar da União, realizado pela Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria (RS); Solenidade alusiva ao 25º Aniversário do Instituto de Cartografia da Aeronáutica, no Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de aniversário do Colégio Militar do Rio de Janeiro (RJ); Simpósio Comemorativo dos 200 Anos da Justiça Militar da União, promovido pela 2ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Bagé (RS); Comemoração do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovida pela 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre (RS); Comemoração do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovida pela Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE); Comemoração do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovida pela Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo (SP); Comemoração do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovida pela Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar, em Campo Grande (MS); Solenidade de posse dos novos Ministros do Superior Tribunal de

Justiça – Desembargadores Geraldo Og Niceas Marques Fernandes e Luiz Felipe Salomão e o Procurador de Justiça Mauro Luiz Campbell Marques, em Brasília (DF); Recepção na Residência Oficial Britânica, por ocasião do aniversário de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, em Brasília (DF); 46ª Ceia dos Cardeais, como Cardeal Honorário, na Base Aérea de Santa Cruz (RJ); Lançamento do "Ranking dos Juízes" do Sistema de Justiça Aberta, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Solenidade alusiva aos 90 anos do Tribunal de Justiça Militar (TJM), em Porto Alegre (RS); Reunião para tratar do "Encontro Nacional Judiciário", realizada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Evento comemorativo do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovido pela Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, em Belém (PA); Evento comemorativo do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovido pela Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador (BA); Solenidade de posse dos Ministros César Asfor Rocha e Ari Pargendler, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente; Posse do Ministro Gilson Langaro Dipp na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça; Solenidade de abertura do seminário comemorativo dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho; Posse do Ministro Hamilton Carvalhido no cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça; Evento comemorativo do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovido pela 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro (RJ); Evento comemorativo do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovido pela 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (MG); Sessão Solene em homenagem ao "Bicentenário do Superior Tribunal Militar" e, por extensão, da "Justiça Militar Brasileira", realizada pela Câmara Municipal de Vila Velha (ES); Cerimônia de abertura do "V Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria", em Santa Maria (RS); Evento em homenagem aos "200 Anos da Chegada da Família Real, 100 Anos da Imigração Japonesa, 100 Anos da Morte de Machado de Assis e 50 Anos da Bossa Nova, e da Comemoração do Dia da Independência", promovido pelo Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), no Rio de Janeiro (RJ); Solenidade de posse do Juiz Federal Benedito Gonçalves no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Cerimônia de abertura da Exposição Supremo-Cidadão, no contexto das comemorações dos 200 anos da criação do Órgão de Cúpula do Judiciário Brasileiro e dos 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, no Supremo Tribunal Federal; Eventos comemorativos do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovidos pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba (PR); Atividades comemorativas do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovidas pela Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus (AM); Sessão Solene comemorativa ao "Dia do Aviador", realizada no Senado Federal, em Brasília (DF); Entrega da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, como agraciado no Grau Grã-Cruz; Entrega do Colar do Mérito Judiciário Militar, como agraciado, no Auditório do Banco de Desenvolvimento de MG (BDMG), em Belo Horizonte (MG); Conferência de Abertura do I Seminário Regional de Direito Penal Militar, promovido pela 10ª Região da Polícia Militar, 15º Batalhão de Polícia Militar, em Patos de Minas (MG); Entrega da Ordem do Mérito

da Defesa, como paraninfo, na Base Aérea de Brasília; Eventos comemorativos do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovidos pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em Fortaleza (CE); Reunião da Ordem dos Gaviões dos Guararapes, em Recife (PE); Homenagem ao Superior Tribunal Militar pelos 200 anos da Justiça Militar da União no Brasil, Cerimônia de Abertura, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília (DF); Sessão Solene de Encerramento do Curso de Estudos de Política e Estratégia – Turma de 2008, em Belo Horizonte (MG); Almoço com o Presidente da República, em Brasília (DF); Solenidade do "Dia do Marinheiro" no Grupamento de Fuzileiros Navais, em Brasília (DF); Solenidade de entrega de espadas aos novos Oficiais da Força Aérea Brasileira, na Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP).

Em 2009, Abertura do Lançamento da Pedra Fundamental da futura sede da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo (SP); Abertura do Ano Judiciário, na Sala de Sessões Plenárias do Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); II Encontro Nacional do Poder Judiciário, no Ouro Minas Palace Hotel, em Belo Horizonte (MG); Posse do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho do TST, em Brasília (DF); Sessão Solene de Abertura das Comemorações do IV Centenário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no Fórum Ruy Barbosa, em Salvador (BA); Reunião do Conselho da Ordem dos Gaviões dos Guararapes por ocasião das comemorações do 21º aniversário do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III), em Recife (PE); Solenidades alusivas ao 26º aniversário do Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA) e ao 17º Encontro dos Profetas, no Rio de Janeiro (RJ); Sessão Solene na Câmara Municipal de Vila Velha, Vila Velha (ES); Comemoração do Aniversário do 1º Grupo de Comunicações e Controle na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ).

Palestras e Seminários - Em 2004, proferiu palestra na abertura da III Jornada Jurídica da Justiça Militar da União, promovida pela Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora (MG); proferiu palestra sobre "A Justiça Militar da União" para os futuros Comandantes e Diretores na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2005, proferiu palestra para os acadêmicos do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); proferiu palestra sobre "As Funções de Segurança na Amazônia pelo SIVAM e SIPAM", na "IV Jornada Jurídica", em Juiz de Fora (MG); proferiu palestra sobre "A Justiça Militar da União" para os futuros Comandantes e Diretores na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra sobre: "A Justiça Militar da União" para os Estagiários da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2006, proferiu palestra inaugural no Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III), no "Dia Jurídico", na semana comemorativa do aniversário dos 18 anos de criação daquele Centro, em Recife (PE); proferiu palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União", como parte da programação do Estágio de Preparação para Comandantes, Chefes e Diretores

de Organizações Militares, realizado no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica na Universidade da Força Aérea Brasileira (UNIFA), no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2007, proferiu palestra no "XI Encontro Nacional de Cerimonial do Judiciário e Ministério Público" sobre o tema: "Interfaces das Gestões do Cerimonial no Judiciário", em Recife (PE); proferiu palestra na Universidade da Força Aérea, no estágio probatório de novos Comandantes, Chefes e Diretores, sobre o tema "A Justiça Militar da União".

Em 2008, proferiu palestra nos seguintes eventos: no "III Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar", sobre o tema "A Justiça Militar no Brasil", em Santiago, no Chile; no "II Seminário Internacional sobre Direito Penal Militar", promovido pelo Supremo Tribunal Militar da República de Angola, sobre o tema "O Bicentenário da Justiça Militar da União", em Luanda, Angola; no "Ciclo de palestras" promovido pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, sobre o tema "A Justiça Militar da União", no Rio de Janeiro (RJ); no Evento alusivo à comemoração da Justiça Militar da União, promovido pela Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, sobre a "Justiça Militar da União", em Salvador (BA); no "Ciclo de Estudos de Política e Estratégia", promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, realizado em Belo Horizonte (MG); no 38º Batalhão de Infantaria, sobre o tema "A Justiça Militar da União", em Vila Velha (ES); no Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais, sobre o tema "A Justiça Militar da União", na Universidade da Força Aérea, no Rio de Janeiro (RJ); no Estágio de Comandantes, Chefes e Diretores do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, sobre o tema "A Justiça Militar da União", na Universidade da Força Aérea, no Rio de Janeiro (RJ); para o Terceiro Comando Aéreo Regional sobre o tema "A Justiça Militar da União", na Universidade da Força Aérea, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2009, proferiu a palestra de abertura no "I Seminário de Direito Militar", promovido pelo Segundo Centro Integrado de Defesa Aéres e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), em Curitiba (PR).

Trabalhos publicados - Os Esquadrões de Controle e Alarme e o Sistema Brasileiro de Operações Ar-Terra (ECEMAR), 1979; O Poder Aeroespacial Unificado – O Modelo Brasileiro (ESG), 1989.

Aposentou-se a partir de 30 de julho de 2010, conforme decreto do dia 29, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 30, do mesmo mês e ano.

Falecimento - 7 de abril de 2013, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de informações*: Flávio de Oliveira Lencastre. Brasília: DIDOC, Museu, 2010.

CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - Em 8 de julho de 1943, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Mário Soares de Mendonça e Amélia Marques Soares.

É casado com Alda Maria Abreu Soares. Tem duas filhas, Carla e Mariana.

Formação e atividades principais - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972. Ainda como acadêmico de Direito, foi aprovado em concurso público para o STM, no cargo de Oficial de Justiça, exercendo, porém, tal função, na Auditoria Militar do Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro); Advogado inscrito na OAB sob nº 21.061. Ingressou no Escritório de Advocacia Abelardo Pereira, como estagiário, permanecendo como membro do mesmo até 1974; Assessor Jurídico dos Ministros do STM: Ten Brig Ar Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto, 1974-1976; Ten Brig Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, 1976-1977 e Ten Brig Ar Deoclécio Lima de Siqueira, 1977-1982. Em 1976, foi aprovado nos concursos públicos para o cargo de Procurador Autárquico/Assistente Jurídico, chamado a exercê-lo no Estado-Maior das Forças Armadas, tendo recusado, e para o cargo de Advogado do Banco Central do Brasil. Em 12 de março de 1982, assumiu as funções de Juiz-Auditor Substituto na 2ª Auditoria da 3ª CJM, após aprovação em concurso público. Removido, a pedido, em 1984, para a Auditoria da 10ª CJM. Assumiu a titularidade

nas Auditorias: 8ª CJM de nov./dez. de 1985; 9ª CJM de 1º a 30 jul. de 1986 e jan./fev. de 1994; 7ª CJM de nov./dez. de 1986; 4ª/1ª CJM, cumulativamente com as funções junto à 1ª Auditoria, mar./abr. de 1994. Removido, a pedido, assumiu, em novembro de 1987, as funções na 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM. No período de set./out. de 1993, assumiu a titularidade da 2ª/1ª CJM (ex-2ª Auditoria de Marinha) cumulativamente com as funções junto à 1ª Auditoria. Promovido a Juiz-Auditor titular, por merecimento, em junho de 1994, exercendo a titularidade e direção do foro junto à Auditoria da 7ª CJM. No período de 2 a 31 de janeiro de 1998, foi convocado pelo Ministro-Presidente do STM, para assumir o exercício pleno do cargo de Juiz-Auditor Corregedor.

Condecorações - Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz - 1998; Ordem do Mérito da Defesa - Grã-Cruz - 2009; Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Grã-Cruz - 2009; Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios - Grã-Cruz - 2003; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial - 1999; Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial - 2004; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial - 1998; Medalha do Mérito Santos Dumont - 1978; Medalha do Pacificador - 1992; Medalha do Mérito Tamandaré - 1997; Medalha do Mérito Judiciário Militar do Rio Grande do Norte - 2005; Ordem do Mérito Judiciário Militar de Alagoas - 2005; Ordem do Mérito Bombeiro Militar do Distrito Federal - Imperador D. Pedro II - Comendador - 2006; Medalha do Mérito de Polícia Judiciária Militar do Estado do Rio Grande do Norte - 2007; Título Honorífico de Cidadão Natalense, concedido pela Câmara Municipal de Natal - 2007; - Grande Medalha da Inconfidência, conferida pelo Governo de Minas Gerais - 2009; Medalha Comemorativa do Bicentenário da Polícia Militar - Distrito Federal - 2009; Prêmio "Dom Quixote de La Mancha" - 2009; Colar do Mérito Judiciário Militar Estadual - outorgado pela Justiça Militar do Estado de Minas Gerais - 2009; Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista - outorgado pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo - 2009; Colar D. João VI - conferido pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar e Academia Brasileira de Arte, Cultura e História - 2009; Colar do Mérito Judiciário - outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - 2009; Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais - Salvador (BA) - 2010; Título Honorífico de Cidadão Descobertense, concedido pela Câmara Municipal de Descoberto (MG) - 2010.

Homenagem - Concedido o Título de Cidadão Natalense, em 19 de junho de 2007; Declarado Hóspede de Honra do Município de Corumbá (MS), conforme Decreto nº 880, de 11 de fevereiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Corumbá (MS); Declarado Hóspede de Honra do Município de Ladário (MS), conforme Decreto nº 1.785, de 11 de fevereiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ladário (MS); Foi homenageado, por motivo de sua aposentadoria, nas Sedes das Auditorias da 7ª CJM, 2ª CJM e 9ª CJM, em maio de 2013.

Trabalhos publicados - Artigos publicados na Revista do Superior Tribunal Militar: Do Apelar em Liberdade, v. 4, n. 5, p. 89-95, 1979; Interpretação do Rito Processual nos Delitos de Deserção ante a Lei nº 8.236, de 23.09.91, v. 14/15, p. 155-160, 1992-1993; A Justiça Militar Federal, v. 16/18, p.121-135, 1994-1996.

Revista de Direito Militar: Da Justiça Militar Federal e a Lei nº 9.099/95, v. 1, n. 6, p. 19-24, jul./ago. 1997; Da Reforma do Poder Judiciário e a Justiça Militar da União, n. 57, p. 06-08, jan./fev. 2006; Da Deserção e da Prescrição - Reflexões, Ano XII, n. 74, nov./dez. 2008.

Revista de Direito Penal Militar: Da Prescrição da Pretensão Punitiva no Código Penal Militar, v. 7, n. 10, p. 63-78, 1983.

Revista do Ministério Público Militar: Os Embargos Infringentes no Código de Processo Penal, n. 18, p. 83-92, dezembro/2002.

Revista Justiça & Cidadania: O Artigo 290 do Código Penal Militar e a Lei nº 11.343/06, Edição 100, nov. 2008.

Palestras proferidas - I - Como Juiz-Auditor: 1)A Justiça Militar Federal, 1ª e 2ª Instâncias – Formação e procedimentos - III Semana Jurídica de Bagé, 1982 – Fundação Átila Taborda – Faculdade Unidas de Bagé; Base Aérea de Fortaleza (CE). 2) Da Prescrição da Pretensão Punitiva no Código Penal Militar: - IV Semana Jurídica de Bagé – 1983 – Fundação Átila Taborda; - I Ciclo de Atualização de Assessoramento Jurídico na Administração, Comando Militar do Leste, 1993; - XV Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar – Comando Militar do Leste, 1990; 3) Justiça Militar – Evolução Histórica – 1ª e 2ª Instâncias – Procedimentos: Base Aérea de Fortaleza (CE), 1985; - 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza (CE), 1985; - Estação Rádio da Marinha, 1988; - Divisão Anfíbia, 1990; - Centro de Instrução Silvio de Camargo, antigo CIADEST, 1990; - 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (ES), antigo (REI), 1991; 4) Justiça Militar – Evolução Histórica – Procedimentos: - 25ª Circunscrição do Serviço Militar em Fortaleza (CE); 5) XV Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar, realizado no Comando Militar do Leste, em 1990: - Das Deserções na Marinha - Conceituação do Crime, Deserção Especial e o art. 453 do CPPM; - Da Prescrição da Pretensão Punitiva no CPM; Do Crime de Dano Culposo. Sua natureza. Agente Ativo Civil. Solução Jurídica; - Justiça Militar como Justiça Especial – sua Necessidade, Peculiaridade – Problemas Legais ante a Nova Constituição – Poder Judiciário – Impropriedades Constitucionais; 6) A Justiça Militar Federal – no CPOR, Base Aérea de Recife e na Capitania dos Portos de Pernambuco; 7) O Relacionamento Funcional entre Magistrados de 1ª Instância – I Encontro de Magistrados da Justiça Militar, Brasília, 1992; 8) No Ciclo de Atualização de Assessoramento Jurídico na Administração (Comando Militar do Leste, 1993): Da Prescrição da Pretensão Punitiva no CPM – O Exame do Mérito nas Ações Penais; - Da Instrução Criminal no CPPM – Peculiaridades.

II - Como Ministro: A Justiça Militar Federal – no Comando Militar do Oeste – Campo Grande (MS) – setembro/1998; A Justiça Militar Federal - na 4ª Divisão de Exército - Belo Horizonte (MG), outubro/1998; Da Prescrição da Pretensão Punitiva – Na Base Aérea de Santa Maria (RS), maio/1999; Habeas Corpus nas Infrações Disciplinares – na I Jornada Jurídica, realizada na Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG), Guarulhos (SP), maio/2000; I Simpósio Nacional de Direito Penal Militar – Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro (RJ) – setembro/2001; A Justiça Militar Federal - Colégio

Sion - Rio de Janeiro (RJ) – setembro/2001; Exame do Mérito nas Ações Penais Prescritas - I Encontro Norte-Riograndense de Processo Penal, Natal (RN), dezembro/2001; II Simpósio Nacional de Direito Penal Militar – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro (RJ), abril/2002; Debate sobre a Justiça Militar realizado na TVE - Canal 12, de Juiz de Fora e Rádio de Juiz de Fora (MG), abril/2002; A Justiça Militar da União – 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, Niterói (RJ), junho/2002; Acesso à Justiça e Jurisdições Especiais - XIX Seminário Roma-Brasília, Brasília (DF), agosto/2002; Pode um Decreto de Indulto ser Considerado Inconstitucional? – na "XI Semana de Estudos Jurídicos", realizada na Universidade Potiguar, Natal (RN), outubro/2002; II Seminário de Direito Militar para Professores das Escolas Militares e Assessores Jurídicos das Forças Armadas – Brasília (DF) – novembro/2002; A Ética na Magistratura – VII Curso de Preparação de Magistrados Federais da 1ª Região – Escola da Magistratura Federal da 1ª Região – Brasília (DF) - fevereiro/2003; O acesso à Justiça – Jurisdições Especiais - Seminário realizado pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo Conselho da Justiça Federal – Belo Horizonte (BH) – abril/2003; Consideração a respeito do Direito Penal Comum e o Direito Penal Militar e sobre a Justiça Militar, sua Natureza Especial, Composição – V Comando Aéreo Regional – Canoas (RS) - setembro/2003; Código de Processo Penal Militar: críticas e soluções – II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar – Florianópolis (SC) – dezembro/2003; A participação das Forças Armadas em matéria de Segurança Pública – Implicações Jurídicas – UniverCidade, Unidade Lagoa – Rio de Janeiro (RJ) – maio/2004; A participação das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem – IV Encontro dos Magistrados da Justiça Militar da União – Brasília (DF) – outubro/2004; Participação das Forças Armadas em Matéria de Segurança Pública – Implicações Jurídicas – Fórum de Direito Penal Militar – Natal (RN) – setembro/2004; A Justiça Militar, a Ética e a Magistratura – no "XXVII Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar", realizado pelo Comando Militar do Leste – Rio de Janeiro (RJ) – outubro/2004; Pode um Decreto de Indulto ser Considerado Inconstitucional? – Universidade Potiguar – Natal (RN) – outubro/2004; A Justiça Militar Federal – Curso de Direito da AEUDF – Brasília (DF) – abril/2005; "V Seminário de Justiça Militar", organizado pela Base Aérea de Santa Maria (RS) – e pela 3ª Auditoria da 3ª CJM, Santa Maria (RS) - maio/2005; O Habeas Corpus nas transgressões disciplinares – Reforma do Judiciário – Reflexões – II Seminário de Direito Militar – Base Aérea de Santa Maria – Santa Maria (RS) – junho/2005; Acesso à Justiça e Jurisdições Especiais – Aula Inaugural (FADISMA) – Faculdade de Direito de Santa Maria (RS) – agosto/2005; A Justiça Militar da União – Peculiaridades – IV Ciclo do Direito Penal Militar da 8ª RM/8ª DE – Belém (PA) – outubro/2005; Justiça Militar da União – Semana Jurídica da Faculdade de Direito da UPIS – Faculdades Integradas – Brasília (DF) – outubro/2005; A Garantia dos Direitos Humanos em face do Direito Militar – Encontro da Justiça Militar e Direitos Humanos – Natal (RN) – novembro/2005; Código Penal Militar – Críticas e Soluções – V Seminário de Direito Militar – Superior Tribunal Militar – Brasília (DF) – novembro/2005; A participação das Forças Armadas no processo Eleitoral e na defesa da Ordem – "II Encontro da Justiça Militar e o Poder de Polícia nas Eleições de 2006", em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado – Natal (RN) – setembro/2006; O Crime Organizado e as Forças Armadas – "I Seminário Jurídico Militar de Natal", promovido pela

Academia de Polícia Militar Coronel Milton Freire de Andrade – Natal (RN) – junho/2007; Justiça e Saúde Mental – "I Simpósio de Justiça e Saúde Mental" – Rio de Janeiro (RJ) – agosto/2007; "A participação das Forças Armadas no processo Eleitoral e na defesa da Ordem" - "XXX Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar do Comando Militar do Leste" – Rio de Janeiro (RJ) – outubro/2007; "As Peculiaridades da Justiça Militar"- "III Encontro da Justiça Militar e Combate ao Crime Organizado" - Natal (RN) – outubro/2007; "A Infiltração do Crime Organizado nas Forças Armadas Brasileiras" – no curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Criminologia, Direito e Processo Penal da Universidade Potiguar - Natal (RN) – outubro/2007; "Acesso à Justiça e Jurisdições Especiais" - "II Encontro Nacional dos Defensores Públicos da União" - Natal (RN) – dezembro/2007; "Justiça Militar, 200 Anos" – Boa Vista (RR) – fevereiro/2008; Ministrou aula inaugural no Curso de Pós-Graduação Praetorium – Rio de Janeiro (RJ) – maio/2008; Proferiu palestra no evento em Comemoração ao Bicentenário da Justiça Militar, na Auditoria da 7ª CJM, em Recife (PE) – maio/2008; Proferiu palestra no evento em Comemoração ao Bicentenário da Justiça Militar, na Auditoria da 9ª CJM, em Mato Grosso do Sul (MS) – junho/2008; Proferiu palestra no "V Ciclo de Palestras do Corpo de Fuzileiros Navais", no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ); Proferiu palestra no V Seminário de Direito Militar, realizada na Guarnição de Santa Maria (RS); Proferiu a palestra de abertura no "VII Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" – Itaipava (RJ) – setembro/2009; Proferiu palestra no "I Curso de Direito das Funções Militares", na Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF) – Rio de Janeiro (RJ) – setembro/2009; Proferiu palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) – Rio de Janeiro (RJ) – outubro/2009; Proferiu palestra no Comando da 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército, em Curitiba (PR) – março/2010; Proferiu a palestra de abertura no "II Seminário de Direito Militar no Centro Integrado de Defesa Aérea (CINDACTA II) – Curitiba (PR) – março/2010; Proferiu palestra de encerramento com o tema "O Crime Organizado e as Forças Armadas" no "VI Seminário de Direito Militar" na Base Aérea de Santa Maria (RS) – setembro/2010; Proferiu palestra com o tema "Papel das Forças Armadas na Preservação do Meio Ambiente" no VII Encontro da Justiça Militar e o Combate à Degradação Ambiental, realizado em Natal (RN) - novembro/2011; Proferiu palestra no "IX Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União", realizado pelo Superior Tribunal Militar, na cidade de Fortaleza (CE) - agosto/2012; Proferiu palestra no "VIII Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria", realizado na Base Aérea de Santa Maria (RS) - setembro/2012; Proferiu palestra na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx) em março de 2013.

Participação em cursos, congressos, seminários - III Seminário de Direito Comparado, Embaixada dos EUA/Fundação Getúlio Vargas, 1970; - I Semana de Debates Jurídicos (Direito Comercial), 1971; Curso de Direito do Trabalho e legislação trabalhista, 1976; Seminário sobre Raymond Aron, com a participação do mesmo, no Curso de Extensão da Universidade de Brasília, set./1980; III Encontro de Direito Penal e Processo Penal Militar (Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra) Fortaleza, 1986 (Coordenação conjunta

com o Dr. Ângelo Rattacaso Júnior); XIV, XV, XVI, XVII Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar (Comando Militar do Leste), 1989, 1990, 1991, 1992;

Simpósio "A Sociedade Brasileira: sua visão da Defesa Nacional" (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica); I Encontro Nacional de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, Rio de Janeiro, 1991; VI Simpósio Nacional de Direito Penal e Processual Penal, Rio de Janeiro, 1993. Participou da abertura e presidiu a Mesa do Painel "Direito Comparado - A Justiça Militar em Outros Países", no "XI Congresso Nacional das Justiças Militares", realizado em Salvador (BA) - novembro/2010; Abertura do XVI Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, realizado em João Pessoa (PB) - maio/2012; Participou do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Belém (PA), novembro/2012; Seminário Especializado para Autoridades e Juristas Brasileiros, realizado na cidade de San José, Costa Rica - fevereiro/2013; Seminário - Coloquio Especializado sobre el Sistema Interamericano de Derechos Humanos, realizado na cidade de San José, Costa Rica - fevereiro/2013.

Outras participações - Banca examinadora do concurso externo para docentes na disciplina de Direito Penal – Faculdades Unidas de Bagé – Fundação Átila Taborda – Bagé (RS) – 1983; Membro efetivo do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 25 de maio de 1998, tomou posse em 17 de junho do mesmo ano. Eleito Vice-Presidente para o mandato relativo ao biênio 2003-2005, tomou posse em 19 de março de 2003. Eleito Presidente em 11 de fevereiro de 2009, para o biênio 2009-2011, tomou posse em 19 de março seguinte.

Comissões - Regimento Interno – Membro, 1999-2002; Acompanhamento de Estágio probatório de Magistrados – Membro - 1998-2000 e Presidente, 2000-2003; Comissão Interdisciplinar – incumbida de estudar, debater, propor ação, com vistas à implantação de Rede de Informática do Poder Judiciário – INFOJUS, 2001; Jurisprudência – Membro, 1998 e Presidente, 2003-2004 e 2008; Proposta de Regulamento das Auditorias da Justiça Militar da União, 1998; Conselho Deliberativo do Plano de Saúde da Justiça Militar da União - Presidente, 2003; Planejamento do Bicentenário da Justiça Militar da União – Membro - 2003; Conselho de Administração - Vice-Presidente 2003-2005, Membro 2007-2008, 2011 (Expediente Administrativo nº 05/2011) e Presidente, 2009-2011; Comissão Provisória no âmbito da Justiça Militar para proceder aos estudos e fornecer subsídios necessários à Comissão Especial da Câmara dos Deputados com vistas a colaborar com o Esboço da Lei Complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura Nacional – Presidente, 2003; Comissão Examinadora do Concurso Público para o ingresso da Magistratura da Justiça Militar da União - Presidente, 2004, 2007-2008; Comissão de Planejamento do Bicentenário da Justiça Militar da União - Presidente 2003-2005.

Discurso - Saudação ao Exército Brasileiro pela passagem do "Dia do Soldado" – agosto/2006.

Participação como representante do STM - Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal (RN) – janeiro/2009. Solenidade de posse dos Ministros Milton de Moura França, João Oreste Dalazen e Carlos Alberto Reis de Paula nos

cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, respectivamente, do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília (DF) – março/2009; "X Congresso Nacional das Justiças Militares", realizado na cidade de João Pessoa (PB) – abril/2009; Cerimônia de assinatura do II Pacto Republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, ocorrida no Palácio do Buriti, em Brasília (DF) – abril/2009; Visita às Auditorias da 1ª CJM, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) – junho/2009; Visita às Auditorias da 3ª CJM, nas cidades de Bagé (RS), Santa Maria (RS) e Porto Alegre (RS) – junho/2009. Solenidade de Entrega de Espadins na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no Rio de Janeiro (RJ) – agosto/2009. Solenidade fúnebre do Exmo. Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito, no Rio de Janeiro (RJ) – setembro/2009; Reunião com os Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília (DF) – outubro/2009. Prova de tiro em homenagem ao Ministro Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, em Brasília (DF) – outubro/2009; V Congresso Brasileiro de Magistrados Espíritas – Campo Grande (MS) – outubro/2009; V Encontro do Combate à Poluição Ambiental, no qual o Ministro Carlos Alberto Marques Soares foi homenageado, Natal (RN) – outubro/2009; Solenidade de Despedida do Ministro Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, em Brasília (DF) – outubro/2009; Solenidade de Entrega de Medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, na qual o Ministro Carlos Alberto Marques Soares foi agraciado, Brasília (DF) – outubro/2009. Solenidade de abertura do XX Congresso Brasileiro de Magistrados, no WTC Golden Hall – São Paulo (SP) – outubro/2009.Visita técnica à Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE) – novembro/2009; III Encontro Nacional do Judiciário, em São Paulo (SP) – fevereiro/2010; Visita técnica à Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba (PR) – março/2010; Solenidade do Dia do Soldado, no Quartel-General do Exército, em Brasília (DF) – março/2010; Solenidade de abertura do I Seminário do Ano da Justiça Criminal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Brasília (DF) – abril/2010; Solenidade de passagem de Comando no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo (SP) – maio/2010; Sessão Solene em comemoração aos 90 anos de instalação da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (MG) – maio/2010; Solenidade de Inauguração da nova sede da Fundação Habitacional do Exército (FHE) e a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX), em Brasília (DF) – junho/2010; Solenidade de inauguração da nova sede das Auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo (SP) – junho/2010; Visita técnica à Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador (BA) – julho/2010; Solenidade da passagem de Comando da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (RJ) – julho/2010; Solenidade de abertura da "I Conferência Mundial: Transparência, Ética e Prestação de Contas dos Poderes Judiciários", promovida pelo Superior Tribunal de Justiça e Banco Mundial, em Brasília (DF) – agosto/2010; Abertura do "I Congresso Nacional Eleitoral: Inovações Legislativas e Eleições 2010", realizado pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), na sede do Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF) – agosto/2010; Solenidade de abertura do "Forum Internacional de Direitos Sociais – Trabalho Decente e Desenvolvimento Sustentável", realizado na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília (DF) – agosto/2010; Solenidade de entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho,

realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília (DF) – agosto/2010; Solenidade de transmissão do cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, em Brasília (DF) – agosto/2010; Solenidade de posse dos Ministros Ari Pargendler e Felix Fischer, respectivamente, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília (DF) – setembro/2010; Solenidade de posse da Ministra Eliana Calmon Alves, como Corregedora Nacional de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça, em Brasília (DF) – setembro/2010; Cerimônia de abertura do "II Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários", promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Belém (PA) – setembro/2010; Visita técnica à Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em Fortaleza (CE) – setembro/2010; Visita às instalações da 3ª Divisão do Exército, Projeto Leopard, em Santa Maria (RS) – setembro/2010; Visita técnica à Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, em Belém (PA) – outubro/2010; Visita técnica à Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus (AM) – outubro/2010; Solenidade de abertura do "XI Congresso Nacional das Justiças Militares", em Salvador (BA) – novembro/2010; Visita técnica à Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar, em Campo Grande (MS) – novembro/2010; Visita Institucional à Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar, à Base Aérea de Campo Grande, ao 6º Distrito Naval e à 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, localizados na fronteira Brasil/Bolívia – fevereiro/2011; Visita Institucional à Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar e à Base Aérea, em Campo Grande (MS); Visita ao 6º Distrito Naval - Ladário e à 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira - Corumbá, em Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil/Bolívia - fevereiro/2011; V Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, patrocinado pela Associação Internacional das Justiças Militares, realizado em Lima (Peru) – abril/2011; Congresso "A Reforma do Direito Processual Brasileiro" promovido pelo Grupo Brasileiro da Société Internationale de Droit Militaire et Droit de la Guerre e pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) ocorrido em Fortaleza (CE) - maio/2011; Solenidade do "Dia do Soldado", realizada em Boa Vista (RR) - agosto/2011; Visita à Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), e às Auditorias da 2ª CJM, em São Paulo (SP) - setembro/2011; Integrou a comitiva do Superior Tribunal Militar (STM), coordenada pelo Gabinete do Ministro Alte Esq Marcus Vinicius, em visita institucional ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (SP) (CTMSP) e ao Centro Experimental de Aramar (CEA), em Iperó (SP) - setembro/2011; Integrou a comitiva do Superior Tribunal Militar em visita às instalações da Base da Força de Pacificação no Morro do Alemão e às Obras da Futura Base e Estaleiro de Submarinos da Marinha, respectivamente, nas cidades do Rio de Janeiro e Itaguaí (RJ) - novembro/2011.

Aposentou-se a partir do dia 18 de junho, por decreto de 18 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 11 de julho de 2013.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de Informações:* Carlos Alberto Marques Soares. Brasília: DIDOC, Museu, 2011.

ALVARO LUIZ PINTO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 28 de maio de 1945, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Alvaro da Silva Pinto e Diva Macedo Pinto.

É casado com Sonia Maria Coelho Pinto, com quem tem dois filhos: Sergio Luiz Coelho Pinto e Andreia Coelho Pinto.

Formação - Ingressou no Colégio Naval, em 1961, passando à Escola Naval em 1963. Graduado Guarda Marinha em janeiro de 1967 e nomeado Segundo-Tenente em 6 de agosto de 1967. A sua promoção a Almirante de Esquadra ocorreu em 25 de novembro de 2006. Como Primeiro-Tenente, em 1970, formou-se no Curso de Aperfeiçoamento de Máquinas para Oficiais e, em 1976, concluiu o Curso Especial de Escafandria. Em 1981, na Escola de Guerra Naval, concluiu o curso de Mestrado em Ciências Navais. Nos anos de 1991 e 1992, terminou o Curso de Naval Command College, no Naval War College, em Newport, EUA. Este curso lhe conferiu o título de Doutor em Ciências Navais.

Atividades principais - Na Marinha do Brasil – Comandante do Navio-Patrulha "Poti", sediado em Natal (RN); Imediato do Navio-Escola "Brasil"; Comandante do Contratorpedeiro "Alagoas";

Comandante do Navio Aeródromo Ligeiro "Minas Gerais"; Vice-Diretor do Hospital Naval Marcílio Dias; Diretor do Centro de Inteligência da Marinha; Adido Naval dos Estados Unidos e Canadá, em Washington; Diretor de Aeronáutica da Marinha; Comandante do 2º Distrito Naval, em Salvador; Diretor do Pessoal Militar da Marinha; Diretor-Geral do Pessoal da Marinha (interino); Comandante em Chefe da Esquadra; Secretário-Geral da Marinha; Comandante de Operações Navais; Diretor-Geral de Navegação; e Chefe do Estado-Maior da Armada.

No período de 1985 a 1987, foi Assessor de Gabinete na Presidência da República e, entre 1998 e 1999, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, exerceu o cargo de Coordenador de Programas Técnicos Científicos.

Condecorações Nacionais - Medalha da Ordem do Mérito da Defesa (Grau de Grã-Cruz do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito da Defesa); Medalha da Ordem do Mérito Naval (Grau de Grã-Cruz); Medalha da Ordem do Mérito Militar (Grau de Grande Oficial); Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau de Grande Oficial); Medalha da Ordem do Rio Branco (Grau de Grã-Cruz); Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar (Grau de Grã-Cruz); Ordem do Mérito Ministério Público Militar (Grau de Alta Distinção, promovido ao Grau de Grã-Cruz); Medalha da Vitória; Medalha Militar de Platina (Passador de Platina); Medalha Naval de Serviços Distintos; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Mérito Marinheiro (Quatro Âncoras); Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha da Ordem do Mérito Cartográfico (Grau de Grande Oficial); Medalha Tiradentes (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro); Medalha do Mérito Policial Militar do Estado da Bahia; Medalha da Ordem do Mérito Joaquim José da Silva Xavier, outorgada pela Polícia Militar do Distrito Federal, (Grau de Grã-Cruz); Comenda "Thomé de Souza", outorgada pela Câmara Municipal de Salvador (BA); Medalha da Ordem do Mérito Maçônico de Brasília (Grau de Oficial); Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau Grão-Colar; Colar do Mérito Judiciário Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial; Título de "Cidadão Juazeirense", conferido pela Câmara de Vereadores da cidade de Juazeiro (BA); Título de "Cidadão Soteropolitano", conferido pela Câmara de Vereadores da cidade de Salvador (BA); Título de "Cidadão Baiano", conferido pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (BA); Troféu Dom Quixote, outorgado pela Revista Justiça & Cidadania e Confraria Dom Quixote; Homenageado pela classe Empresarial da Associação Comercial da Bahia, pelos relevantes serviços prestados à cidade de Salvador e ao Estado da Bahia, quando Comandante do Segundo Distrito Naval; Medalha de Mérito Pedro Ernesto; Título de "Honra ao Mérito de Saúde da Marinha", conferido pelo Diretor de Saúde da Marinha, Vice-Almirante (Md) Paulo Cesar de Almeida Rodrigues; Comenda do Mérito Domingos Martins, conferida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em Vitória (ES); Solenidade de recebimento da "Comenda 2 de Julho"; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, no grau Grande Oficial, na cidade de Salvador (BA).

Condecorações no Exterior - Medalha do Mérito da Armada Argentina; Medalha Legião do Mérito (Grau de Oficial - EUA); Medalha Militar "Fe en La Causa" – República de Colombia - Fuerzas Militares de Colombia – Ejército Nacional.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 17 de março de 2010, tomou posse em 25 do mesmo mês e ano. Eleito Presidente em 17 de fevereiro de 2011, para o biênio 2011-2013, tomou posse em 17 de março do mesmo ano. Em 15 de março de 2013, após passar o cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar, reassumiu suas funções de Ministro do STM.

Comissões - Conselho Deliberativo do PLAS/JMU – Membro, (Ato nº 144, de 6 de agosto de 2010); Conselho de Administração – Membro (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010) e Presidente (Expediente Administrativo nº 05/2011); Jurisprudência – Membro (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010); Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados – Suplente (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010); Direito Penal Militar – Membro (Expediente Administrativo nº 07/2013); Comissão de Segurança da JMU (Ato nº 147, de 3 de abril de 2013). Membro do Conselho de Administração (Expediente Administrativo nº 32/2014). Membro do Conselho de Administração (Expediente Administrativo nº 7/2015).

Discursos proferidos - Posse em 25 de março de 2010; Posse na Presidência do STM em 17 de março de 2011; Transmissão de cargo de Presidente do STM em 15 de março de 2013.

Congressos, Seminários, Palestras - Em 2011: "Encontro Nacional do Judiciário sobre Capacitação Judicial", promovido pela Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado em Florianópolis (SC); "V Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, patrocinado pela Associação Internacional das Justiças Militares, realizado na cidade de Lima (Peru); Seminário Nacional "Poder Judiciário e Segurança Pública", realizado em Maceió (AL); V Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre (RS); Abertura do X Seminário de Direito Militar, realizado pelo Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF).

Em 2012: Abertura do Seminário "Gestão Estratégica e Liderança", promovido pelo Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF); "III Seminário Internacional sobre Direito Penal Militar", ocorrido em Luanda (Angola); proferiu palestra versando sobre "A temática dos Direitos Humanos nos processos julgados no Superior Tribunal Militar", ocorrida no auditório do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Abertura da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); "I Congresso Internacional de Magistrados sobre o Meio Ambiente – In Dubio Pro Natura", realizado em Manaus (AM); "IX Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União, realizado pelo Superior Tribunal Militar, na cidade de Fortaleza (CE); VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado na cidade de Aracaju (SE); Integrou à comitiva brasileira na "55ª Reunião Anual da União Internacional de Magistrados (UIM)", realizada em Washington D.C.; presidiu a mesa no "4º Painel no XXI Congresso Brasileiro de Magistrados" promovido pela Associação de Magistrados Brasileiros, realizado em Belém (PA).

Em 2013: Seminário Especializado para Autoridades e Juristas Brasileiros, realizado na cidade de San José (Costa Rica); Seminário de Direito Penal e Processual Penal Militar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra sobre o tema "O STM e a Justiça Militar", no Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) e no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), realizados na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro (RJ); Curso Internacional de Segurança para Magistrados "Judicial Swat", realizado em Condado de Lake, Flórida (EUA); II Curso – O papel do Poder Judiciário na Segurança de Voo, realizado em Brasília (DF); XI Seminário de Direito Militar, realizado em Brasília (DF).

Participação como representante do STM - Em 2011: Integrou a comitiva do Ministro-Presidente, Dr. Carlos Alberto Marques Soares, em visita institucional à Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), à Base Aérea de Campo Grande, ao 6º Distrito Naval e à 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, localizados na fronteira Brasil/Bolívia, visitaram, ainda, as cidades de Ladário e Corumbá (MS); Solenidade no Colégio Naval, em comemoração aos 50 anos de sua entrada na Marinha do Brasil – Turma Aspirante Moura, realizada em Angra dos Reis (RJ); Cerimônia de beatificação da Venerável Dulce, realizada em Salvador (BA); Cerimônia de passagem do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília (DF); Cerimônia alusiva ao Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, em Brasília (DF); Cerimônia alusiva ao 43º aniversário de criação da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia alusiva ao 43º aniversário de criação do Comando de Operações Navais e da Diretoria-Geral de Navegação, no Rio de Janeiro (RJ); Visita de inspeção às Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, Rio de Janeiro (RJ); Solenidades de abertura e de encerramento dos 5ºs Jogos Mundiais Militares Rio 2011, realizadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Comemoração dos 97 anos da Força de Submarinos, ocorrida no Rio de Janeiro (RJ); Visita institucional à Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE); Visita técnica às Auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo (SP); Visita técnica às Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), no Rio de Janeiro (RJ); Integrou a comitiva do Superior Tribunal Militar (STM), coordenada pelo Gabinete do Ministro Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, em visita institucional ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e ao Centro Experimental de Aramar (CEA), ambos localizados em São Paulo (SP); Solenidade do "Dia do Hidrógrafo", ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Solenidade do "Dia Marítimo Mundial 2011", ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia fúnebre do ex-Ministro José Júlio Pedrosa, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro; Visita técnica à Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Salvador (BA); Solenidade Comemorativa ao 188º Aniversário de criação da Esquadra Brasileira, realizada no Rio de Janeiro (RJ); Participou da Comitiva do Superior Tribunal Militar em visita às Obras da Futura Base/Estaleiro de Submarinos em Itaguaí (RJ); Visita de inspeção à 1ª, 2ª e 3ª Auditorias da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, respectivamente, em Porto Alegre (RS), Bagé (RS) e Santa Maria (RS); Cerimônia de posse do Comandante de Operações Navais, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Encontro de Gestores das Metas Nacionais do Judiciário; Cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha e de Entrega de

Espadas e Formatura da turma do Curso de Política e Estratégia Marítimas, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Reunião do Conselho de Almirantes, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2012: Cerimônia de Transmissão de Cargo do Comandante do Navio-Escola "Brasil", na Base Naval do Rio de Janeiro (RJ); Solenidade de Abertura do Ano Judiciário no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); e Aula Inaugural do Instituto Militar de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia Militar alusiva ao 242º Aniversário do Corpo de Intendentes da Marinha, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Visita técnica à Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em Fortaleza (CE); Solenidade de posse do Jurista Bernardo Cabral, como Doutor Honoris Causa, da Academia Brasileira de Filosofia, realizada na Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Transmissão dos Cargos do Comando de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação, realizada a bordo do Navio-Aeródromo "São Paulo", Ilha das Cobras (RJ); Cerimônia de Transmissão do Cargo de Comandante em Chefe da Esquadra, realizada a bordo do Navio-Aeródromo "São Paulo", atracado no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Transmissão do Cargo de Diretor de Pessoal Militar da Marinha ao Vice-Almirante Domingos Sávio Almeida Nogueira, realizada no Rio de Janeiro (RJ); Visita técnica à Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE); Cerimônia de Transmissão do Cargo de Comandante do 2º Distrito Naval, realizada em Salvador (BA); VI Reunião do Conselho de Administração da Associação Internacional das Justiças Militares, realizada em Luanda (Angola); Visita técnica à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (MG); Visita técnica às Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Entrega de Espadim aos Aspirantes da Escola Naval, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Visita técnica à Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar, na cidade de Campo Grande (MS); Visita à Companhia do Comando Militar do Oeste (CMO), situada em Campo Grande (MS), ao 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado, unidade do Exército Brasileiro, localizado no município de Ponta Porã, e ao Destacamento de Fronteira situado no Parque histórico Colônia Militar dos Dourados (MS); Visita técnica à Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, na cidade de Manaus (AM); Visita técnica à Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, na cidade de Belém (PA); Velório do Alte Esq Sergio Gitirana Florêncio Chagasteles, realizado no Comando do 1º Distrito Naval (RJ); Eventos referentes a visita do Chefe do Estado-Maior Geral da Armada do México, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônias de comemoração do Dia Marítimo Mundial, e de comemoração do Dia do Hidrógrafo, realizadas nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Niterói (RJ), respectivamente; Reunião dos Presidentes dos Tribunais Superiores, realizado no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF); Visita Técnica à Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, na cidade de Curitiba (PR); Cerimônia alusiva ao 190º Aniversário da Esquadra, realizada na Base Naval do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônias de Formatura dos Alunos da Escola de Guerra Naval (CPEM/CMOS), e de Declaração de Guardas-Marinha da Turma Graça Aranha, realizada no Rio de Janeiro (RJ); Reunião do Conselho de Almirantes, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2013: Cerimônia de posse dos novos Juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na cidade de San José, Costa Rica; Visita ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Inauguração do Serviço de Saúde da 1ª CJM; Inauguração da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), em Itaguaí (RJ); Cerimônia Após o Por do Sol alusiva ao 205º Aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, na Fortaleza de São José – Ilha das Cobras; Confraternização de Oficiais em comemoração ao 205º Aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, no Iate Clube do Rio de Janeiro; Cerimônia de Transmissão do Cargo de Comandante em Chefe da Esquadra ao Vice-Almirante Sérgio Roberto Fernandes dos Santos, realizada a bordo do Navio-Aeródromo "São Paulo", atracado no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (RJ); Confraternização da Turma Aspirante Moura, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Passagem de Comando da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de transmissão de cargo de Diretor do Pessoal Militar da Marinha; Cerimônia de transmissão de cargo de Diretor-Geral do Pessoal da Marinha; Cerimônia de transmissão dos cargos de Comandante de Operações Navais e de Diretor-Geral de Navegação; Cerimônia de Juramento à Bandeira e Entrega de Espadins aos Guardas-Marinha, na Escola Naval; Evento institucional alusivo ao 45º Aniversário do Comando de Operações Navais e da Diretoria-Geral de Navegação, realizado na Diretoria de Hidrografia e Navegação, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Visita a Organizações Militares do Exército e empresas de Ciência e Tecnologia, nas cidades de São José dos Campos (SP), Caçapava (SP), Taubaté (SP), Itajubá (MG), Piquete (SP), Sete Lagoas (MG) e Confins (MG); Cerimônia de Juramento à Bandeira e Entrega de Espadim, na Ilha de Villegagnon (RJ); Cerimônia alusiva ao 45º Aniversário de criação da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de imposição da "Ordem do Mérito da Defesa", realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, na cidade de Brasília (DF); Solenidade de condecoração com a "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", realizada no Tribunal Superior do Trabalho, na cidade de Brasília (DF); Cerimônia alusiva ao 97º Aniversário da Aviação Naval, em São Pedro da Aldeia (RJ); Evento Institucional da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia Comemorativa ao "Dia do Maquinista" a bordo do Navio de Desembarque – Doca "Ceará", atracado no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ); Cerimônia Militar do Cinquentenário do Centro de Instrução e Adestramento "Almirante Áttila Monteiro Aché", no Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia alusiva ao "191º Aniversário da Esquadra", na Base Naval do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha da Turma "Almirante Frontin", na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Cerimônia de encerramento dos Cursos de Altos Estudos Militares, na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Reunião do Conselho de Almirantes, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (Org.). *Coletânea de informações*: Alvaro Luiz Pinto. Brasília: DIDOC, Museu, 2016.

RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 11 de junho de 1944, no Rio de Janeiro (RJ).

Filiação - Raymundo Nonato de Cerqueira e Dyrke de Almeida Cerqueira.

É casado com a Senhora Luiza Maria Lima Cerqueira, com quem tem duas filhas: Daniela e Fernanda; e um neto – Fernando –, filho de Daniela e de Marcelo (genro).

Formação - Sentou praça, como Cadete, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), a 2 de março de 1964, concluindo o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (Bacharel em Ciências Militares) em 16 de dezembro de 1967, data em que foi promovido a Aspirante a Oficial. Classificou-se em 1º lugar na AMAN e na Arma de Infantaria. Por ocasião de sua formatura, assinou o livro "Estímulo ao Exemplo", por não ter sofrido qualquer punição disciplinar durante todo o curso naquela Escola de Formação.

Promoções - Foi promovido a 2º Tenente em 25 de agosto de 1968; a 1º Tenente em 25 de agosto de 1970; a Capitão em 31 de agosto de 1973; a Major em 31 de agosto de 1980 (por Merecimento); a Tenente-Coronel em 25 de dezembro de 1985 (por Merecimento); a Coronel em 30 de abril de 1990 (por Merecimento); a General de Brigada em 31 de março de 1998; a General de Divisão em 31 de março de 2002; e a General de Exército em 31 de março de 2006.

Cursos e Estágios - No Brasil: Curso Básico de Paraquedista, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1968; Estágio de Transporte Aéreo, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1968, tendo sido classificado em 1º lugar; Curso de Mestre de Saltos, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1968, tendo sido classificado em 1º lugar; Curso de Comandos, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1970; Estágio Básico de Salto Livre, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1971, tendo sido classificado em 1º lugar; Curso de Forças Especiais, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, Rio de Janeiro (RJ), em 1972; Estágio Avançado de Salto Livre, realizado no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1976; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro (RJ), realizado em 1977, requisito indispensável para o acesso ao posto de Oficial Superior, tendo sido classificado em 1º lugar na Arma de Infantaria (Mestrado em Ciências Militares); Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro (RJ), realizado nos anos de 1982 e 1983, requisito indispensável para concorrer ao Generalato e integrar os Estados-Maiores de Grandes Unidades e Grandes Comandos da Força Terrestre (Doutorado em Ciências Militares); Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, no Rio de Janeiro (RJ), realizado no ano de 1994.

No Exterior: Curso Básico de Paraquedista, realizado na República da Argentina, em 1971; Curso de Forças Especiais, realizado em Fort Bragg, Carolina do Norte (Estados Unidos da América), em 1975, tendo sido classificado em 1º lugar dentre todos os Oficiais estrangeiros; Curso de Comando e Estado-Maior, realizado em Fort Leavenworth, Kansas (Estados Unidos da América), nos anos de 1987 e 1988.

Funções desempenhadas - Nos postos de Oficial Subalterno e Intermediário: 1º Batalhão de Infantaria Motorizado – Batalhão Sampaio, no Rio de Janeiro (RJ): Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia, Oficial de Operações, Diretor dos Cursos de Cabos e de Sargentos Temporários; Regimento de Infantaria Aeroterrestre – Regimento Santos Dumont - no Rio de Janeiro (RJ): Comandante de Pelotão; 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro (RJ): Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia, Chefe da 1ª Seção e Oficial de Operações; Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, no Rio de Janeiro (RJ): Instrutor; Destacamento de Forças Especiais, no Rio de Janeiro (RJ): Oficial de Operações; Diretoria de Movimentações, em Brasília (DF): Ajudante de Ordens do Diretor; 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas (RS): Ajudante de Ordens do Comandante; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro (RJ): Aluno e Instrutor; Instituto para Assistência Militar – Escola de Forças Especiais Fort Bragg, na Carolina do Norte (Estados Unidos da América): Aluno.

Nos postos de Oficial Superior: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no Rio de Janeiro (RJ): Instrutor; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro (RJ): Aluno, Instrutor e Chefe de Divisão; 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte (MG):

Oficial de Operações; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América, Fort Leavenworth, Kansas: Aluno; Centro de Inteligência do Exército (CIE), em Brasília (DF): Analista de Contra inteligência; Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola: Observador; Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro (RJ): Chefe da Seção de Planejamento; 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista – Força-Tarefa Santos Dumont, no Rio de Janeiro (RJ): Comandante; 1ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro (RJ): Chefe de Estado-Maior.

Nos postos de Oficial-General: 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Niterói (RJ): Comandante; Brigada de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro (RJ): Comandante; Comando Militar da Amazônia, em Manaus (AM): Chefe de Estado-Maior e Comandante; Estado-Maior do Exército, em Brasília (DF): 2º Subchefe e Vice-Chefe; Departamento Logístico, em Brasília (DF): Chefe; Comando de Operações Terrestres, em Brasília (DF): Comandante (última comissão no Exército).

Na área da Justiça Militar (nos diversos postos): Encarregado de Inquéritos Policiais Militares (IPM) e Sindicâncias, em diversas Organizações Militares (OM) do Corpo de Tropa; Integrante do Conselho de Justiça de Corpo de Tropa no Regimento Santos Dumont, no Rio de Janeiro (RJ); Integrante do Conselho de Justiça no 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro (RJ); Presidente do Conselho Especial de Justiça na 1ª CJM (como Oficial-General), no Rio de Janeiro (RJ).

Participação em atividades relevantes - Integrante da Equipe que estabeleceu o recorde mundial de salto livre a grande altitude, em 1976, a 10.000 metros, com uso de máscara de oxigênio, a uma temperatura de 45º abaixo de zero; Comandante de Batalhão na Operação Rio 92, que efetuou a segurança dos Chefes de Estados Estrangeiros na Conferência sobre Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro; Oficial de Operações durante a Operação Rio 94, destinada a combater o crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro; Comandante Interino da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada – Escola (9ª Bda Inf Mtz - Es) na operação de apoio à visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro (RJ) (em 1997); Coordenador, planejador e executante do recorde mundial de salto livre em massa, com o lançamento de 588 paraquedistas civis e militares, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, na região de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ), em 2000.

Medalhas e Condecorações - Nacionais: Ordem do Mérito Naval - Comendador (Brasil); Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial (Brasil); Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz (Brasil); Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz (Brasil); Medalha Militar Ouro com Passador de Platina (Brasil); Medalha do Pacificador (Brasil); Medalha Mérito Santos Dumont (Brasil); Medalha Mérito Tamandaré (Brasil); Medalha Prêmio Conde de Linhares (Brasil); Medalha Marechal Hermes de Prata com Duas Coroas (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Forças Armadas - Grande Oficial (Brasil); Medalha de Serviço Amazônico com Passador de Bronze (Brasil); Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Brasil); Insígnia da Inconfidência (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Policial-Militar - Grã-Cruz (Brasil); Medalha Imperador D. Pedro II (Brasil); Medalha do Mérito do Ex-Combatente do Brasil (Brasil); Medalha da Vitória (Brasil); Distintivo de Comando Dourado (Brasil); Medalha Legislativa Municipal do Mérito José Clemente Pereira - Niterói - (Brasil); Medalha

da Ordem do Mérito Cívico - Oficial (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Tiradentes - Grã-Cruz (Brasil); Medalha da Ordem do Mérito Bombeiro Militar - Comendador (Brasil); Medalha Marechal Osório - O Legendário (Brasil); Medalha Mérito Aeroterrestre com Passador de Ouro (Brasil); Medalha Comemorativa do Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal (Brasil); Ordem do Mérito Cartográfico (Brasil); Colar D. João VI, outorgado pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar e pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História - São Paulo (Brasil); Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial (Brasil); Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Alta Distinção (Brasil); Ordem do Mérito Ministério Público Militar - Grã-Cruz (Brasil); Ordem do Mérito da Defesa - Grã-Cruz (Brasil); Colar do Mérito Judiciário Militar do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (Brasil).

Estrangeiras: Ordem de Bernardo O´Higgins - Oficial (Chile); Medalha Abdon Calderon - 3ª Classe (Equador); Medalha do Mérito Militar - 3ª Classe (Portugal); Medalha das Nações Unidas (UNAVEM I) - ONU.

Atividades no STM - Em 2010: Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) por decreto assinado pelo Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, datado de 17 de março de 2010, tendo tomado posse em 25 de março de 2010; participou do "VIII Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União", de 22 a 24 de junho de 2010, presidindo a mesa, por ocasião da palestra sobre o tema "Plano de Gestão das Varas Criminais e de Execução Penal", proferida pelo Dr. Walter Nunes da Silva Júnior, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada no dia 24 de junho de 2010, no Auditório do Superior Tribunal Militar.

Em 2012: Promoveu, em 26 de outubro de 2012, a assinatura do Termo de Cooperação nº 01/2012, celebrado entre o STM e o Ministério da Defesa/Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), com o objetivo de contratar empresa para a elaboração dos projetos executivos de arquitetura, estruturas e instalações do futuro edifício-sede do STM.

Em 2013: Eleito Presidente em 1º de fevereiro de 2013, tomou posse a 15 de março do mesmo ano, às 16 horas, em solenidade realizada no Plenário do STM, com a presença de autoridades e convidados. Em 27 agosto de 2013, assinou, como Ministro-Presidente do STM, o Termo de Adesão e o Termo de Compromisso e Confidencialidade do Tribunal atinente ao Termo de Cooperação Técnica nº 43/2010, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Tribunais de Justiça, para o desenvolvimento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), a ser utilizado em todos os processos judiciais. Programou e realizou no Salão Nobre do STM, às 15 horas do dia 30 de outubro de 2013, a Cerimônia de Entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) concedida ao Presidente da Câmara dos Deputados - Deputado Federal Henrique Eduardo Lira Alves. Promoveu no Salão Nobre do STM, às 13 horas do dia 10 de dezembro de 2013, um almoço de confraternização com Senadores e Deputados do Congresso Nacional, a fim de homenagear, agradecer e concitar o empenho daquelas casas legislativas, por intermédio de seus representantes, no que se refere ao atendimento dos pleitos e demandas da JMU.

Comissões - Regimento Interno - Suplente (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010); Direito Penal Militar - Membro (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010); Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados - Membro (Ata da 13ª Sessão Administrativa, de 10 de agosto de 2010); Conselho de Administração - Membro (Expediente Administrativo nº 5/2011) e Presidente (Expediente Administrativo nº 07/2013); Comissão para a realização de estudos visando à elaboração de Projeto Básico para a construção da futura sede do Superior Tribunal Militar - Presidente (Ato nº 65, de 4 de abril de 2011). Foi designado pelo Presidente do STM, por intermédio da Ata da 27ª Sessão Administrativa, de 17 de outubro de 2012, publicada no BJM nº 46, de 26 de outubro de 2012 (folha nº 1669), para constituir a Comissão Temporária para a Elaboração de Minuta de Resolução, com a finalidade de definir os critérios objetivos para aferição de merecimento para remoção de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto, no âmbito da Justiça Militar da União, cumprindo essa determinação através do Ofício nº 021 – Gab 2012, de 28 de novembro de 2012, destinado ao Presidente do STM, oportunidade em que encaminhou proposta elaborada por seu Gabinete, objetivando atender a essa demanda do Tribunal.

Discursos proferidos - Em 2010: Sessão Solene de sua Posse como Ministro do Superior Tribunal Militar, em 25 de março de 2010. Sessão Solene de Posse no Superior Tribunal Militar, em 1º de setembro de 2010, saudando, em nome da Corte, a assunção do Min. Gen Ex Fernando Sérgio Galvão.

Em 2011: Sessão Solene de Despedida do Min. Gen Ex Renaldo Quintas Magioli, por ocasião de sua aposentadoria, em 26 de agosto de 2011.

Em 2012: Sessão Solene de Despedida do Min. Gen Ex Francisco José da Silva Fernandes, por ocasião de sua aposentadoria, homenageando-o, em nome da Corte, em 3 de outubro de 2012.

Em 2013: Sessão Solene de Posse no cargo de Presidente do STM, em 15 de março de 2013. Solenidade Comemorativa do Ducentésimo Quinto Aniversário da Justiça Militar da União em 3 de abril de 2013, com a entrega de comendas da OMJM, onde proferiu, como Chanceler da Ordem, alocução comemorativa ao evento.

Congressos, Seminários, Palestras - Em 2011: Proferiu palestra no dia 13 de junho de 2011, sobre o tema "A Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar", ministrada a integrantes da 1ª Divisão de Exército (1ª DE), no Auditório da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro (RJ). Proferiu palestra no dia 18 de outubro de 2011, sobre o tema "A Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar", durante o Estágio de Preparação de Comandantes, Chefes e Diretores de Organização Militar do ano de 2011 (EPCOM/2011), promovido pelo Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília (DF). Proferiu palestra, no dia 21 de outubro de 2011, sobre o tema "A Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar", para o Curso de Formação de Oficiais da Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), em Salvador (BA).

Proferiu palestra no dia 28 de outubro de 2011, sobre o tema "A Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar", para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), localizada na Guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro (RJ). Proferiu palestra, no dia 23 de novembro de 2011, sobre o tema "A Justiça Militar da União (JMU) e o Superior Tribunal Militar (STM)" para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2012: Participou do III Seminário Internacional do Direito Penal Militar e da VI Reunião do Conselho de Administração da Associação Internacional das Justiças Militares, no período de 9 a 11 de maio de 2012, em Luanda, na República de Angola. Participou do "IX Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União", promovido pelo Superior Tribunal Militar, em Fortaleza (CE), no período de 20 a 25 de agosto de 2012. Realizou palestra sobre "A Justiça Militar da União (JMU) e o Superior Tribunal Militar (STM)", em 14 de setembro de 2012, no Quartel-General do Comando da 5ª Região Militar, na 5ª Divisão de Exército, na cidade de Curitiba (PR), a convite do Comandante daquele Grande Comando. Ministrou Aula Inaugural, em 15 de outubro de 2012, por ocasião da abertura do "XXXV Ciclo de Estudos sobre Direito Penal Militar", promovido pelo Comando Militar do Leste (CML), na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Proferiu palestra no Estado-Maior do Exército, na cidade de Brasília (DF), em 16 de outubro de 2012. Ministrou palestra na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) aos Instrutores, Professores da Cadeira de Direito e Cadetes do 4º Ano daquela Escola, versando sobre o tema "A Justiça Militar da União (JMU) e o Superior Tribunal Militar (STM)", na cidade de Resende (RJ), em 9 de novembro de 2012.

Em 2013: Participou do Seminário de Direito Penal e Processual Penal, no período de 15 a 19 de abril de 2013, na sede da 1ª CJM, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), realizando a abertura e o encerramento do evento. Participou do Seminário Sul e Norte-Americano de Direito Constitucional e Militar (1ª Etapa), em Brasília (DF), de 20 a 22 de maio de 2013, realizando, juntamente com o Procurador-Geral da Justiça Militar, a sua abertura e encerramento. Ministrou palestra para os integrantes da 3ª Divisão de Exército – "Divisão Encouraçada", em Santa Maria (RS), no Auditório da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, no dia 24 de junho de 2013, versando sobre "A Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar". Participou do IX Seminário de Direito Militar, em Santa Maria (RS), realizando a abertura do evento, no dia 25 de junho de 2013, com a palestra "A Missão das Forças Armadas e os Crimes Militares". Ministrou palestra sobre o tema "A Justiça Militar da União (JMU) e o Superior Tribunal Militar (STM)", no dia 17 de outubro de 2013, de 10 horas às 11 horas e 45 minutos, por ocasião da realização do Estágio de Preparação de Comandantes, Chefes e Diretores de Organização Militar do ano de 2013 (EPCOM/2013), organizado pelo Estado-Maior do Exército, em Brasília (DF). Sugeriu a realização, apoiou e participou do 1º Ciclo de Estudos de Direito Penal Militar do Comando Militar do Planalto (CMP), levado a efeito durante o período de 21 a 25 de outubro de 2013, no Auditório

daquele Comando Militar de Área, proferindo palestra sobre a "Justiça Militar da União (JMU)", de 8 horas às 9 horas e 40 minutos do dia 22 de outubro de 2013. Apoiou o planejamento e a execução do Seminário Sul e Norte-americano de Direito Constitucional e Militar (2ª Etapa), realizado nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2013, no Auditório do STM. Participou do "Foro Interamericano sobre Justicia Militar y Derecho Internacional Humanitario", no período de 2 a 4 de dezembro de 2013, em Lima (Peru), oportunidade em que proferiu palestra sobre a Justiça Militar da União do Brasil (JMU), no dia 3 de dezembro de 2013, de 15 horas às 16 horas, no Salão Mediterrâneo "C" do Hotel Los Delfines (local de realização do evento).

Participação como representante do STM - Em 2013: Realizou Visitas Técnicas à Auditoria de Correição, ao Foro, e às 1ª e 2ª Auditorias da 11ª CJM, em Brasília (DF), no dia 3 de maio de 2013. Realizou Visitas Técnicas às 1ª, 3ª e 2ª Auditorias da 3ª CJM, respectivamente, em Porto Alegre, Santa Maria e Bagé, no Rio Grande do Sul, nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2013. Realizou Visitas Técnicas às 1ª e 2ª Auditorias da 2ª CJM, em São Paulo (SP), no dia 5 de junho de 2013. Realizou Visita Técnica à Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba (PR), no dia 6 de junho de 2013. Participou da Solenidade de Imposição da Ordem do Mérito da Defesa, no dia 14 de agosto de 2013, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, oportunidade em que foi condecorado com a referida comenda, no grau "Grã-Cruz". Realizou Visitas Técnicas às Auditorias das 6ª, 7ª e 10ª CJMs, respectivamente, em Salvador (BA), em Recife (PE) e em Fortaleza (CE), nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2013. Participou do evento de encerramento do "8º Encontro de Jornalismo e do 19º Seminário de Jornalismo da Amazônia", em Manaus (AM), no dia 20 de setembro de 2013, oportunidade em que condecorou o Sr. Milton de Magalhães Cordeiro, Vice-Presidente de Jornalismo da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM), no grau "Distinção". Realizou Visitas Técnicas às Auditorias da 8ª e 12ª CJM, respectivamente, nos dias 24 e 25 de setembro de 2013. Participou da Solenidade de abertura da exposição "25 anos da Constituição da República e o Supremo Tribunal Federal" e do lançamento do livro "A Constituição de 1988 na Visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal", no dia 2 de outubro de 2013. Participou das atividades de Comemoração do Jubileu de Ouro (50 anos) da Turma Marechal Osorio (1963), no Colégio Militar do Rio de Janeiro (RJ), no dia 1º de novembro de 2013. Realizou Visita Técnica à Auditoria da 9ª CJM, em Campo Grande (MS), no dia 5 de novembro de 2013. Participou da Solenidade de Comemoração dos 76 anos da Justiça Militar Estadual do Estado de Minas Gerais (MG), no dia 8 de novembro de 2013, ocasião em que foi condecorado com o "Colar do Mérito Judiciário Militar do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais". Participou do "VII Encontro Nacional do Poder Judiciário", organizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em parceria com o Tribunl de Justiça do Estado do Pará, em Belém (PA), no período de 18 a 19 de novembro de 2013. Realizou Visitas Técnicas no Rio de Janeiro (RJ), à 1ª e à 2ª Auditorias, no dia 26 de novembro de

2013, e ao Foro, à 3ª e à 4ª Auditorias, no dia 27 de novembro de 2013, todas unidades pertencentes à 1ª CJM. Realizou Visita Técnica à Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora (MG), no dia 28 de novembro de 2013, completando, nessa data, as Visitas Técnicas a todos os Foros e Auditorias da JMU.

Outras atividades - Em 2010: Participou das atividades programadas, por ocasião da inauguração da nova sede da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (2ª CJM), em São Paulo (SP), no período de 16 a 19 de junho de 2010, oportunidade em que foi agraciado com o "Colar D. João VI", outorgado pela 2ª CJM e pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História. Planejou, organizou e promoveu viagem do STM ao Haiti, no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 2010, em Port-au-Prince, com a participação de Ministros do STM, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar, Juízes, Servidores da Casa e convidados.

Em 2013: Participou, no dia 1º de fevereiro de 2013, da Sessão de Julgamento Ordinária (primeira do ano de 2013) e, na sequência, da Sessão Administrativa que o elegeu para o cargo de Presidente do STM, juntamente com a Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, sendo esta para o cargo do Vice-Presidente do Tribunal. Planejou, organizou e participou de programa de visita a Organizações Militares do Exército e empresas de Ciência e Tecnologia, no período de 19 a 21 de junho de 2013, nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Editou e publicou, em 2013, a "Cartilha Institucional da Justiça Militar da União (JMU)", versando sobre orientação aos militares das Forças Armadas, no que se refere ao risco de cometimento de crimes militares.

Aposentou-se a partir do dia 12 de junho, conforme decreto de 12 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 14 de julho de 2014.

Relações Institucionais - Como Ministro-Presidente do STM, planejou, agendou e realizou visitas institucionais, de interesse da Justiça Militar da União (JMU), a saber:

PODER	CARGO	AUTORIDADE VISITADA	DATA
Executivo	Vice-Presidente da República	Michel Miguel Elias Temer Lulia	09/07/2013
	Governador de SP	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	05/06/2013
	Governador de MG	Antônio Augusto Junho Anastasia	26/08/2013
	Ministro da Defesa	Celso Luiz Nunes Amorim	12/11/2013
	Ministro da Justiça	José Eduardo Martins Cardozo	15/08/2013
	Comandante da Marinha	Alte Esq Júlio Soares de Moura Neto	21/05/2013
	Comandante do Exército	Gen Ex Enzo Martins Peri	29/04/2013
	Comandante da Aeronáutica	Ten Brig Ar Juniti Saito	17/12/2013
	-	Comissão da Verdade	26/04/2013
Legislativo	Senador (Presidente CCJ)	Vital do Rêgo Barros Filho	01/07/2013
	Senador (Relator da Comissão de Reforma do CP)	José Pedro Gonçalves Taques	11/04/2013
	Senador (Presidente da Comissão de Reforma do CP)	Eunício Lopes de Oliveira	22/04/2013
	Senador	José Barroso Pimentel	08/07/2013
	Senador	Sérgio de Souza	14/08/2013
	Senador	Carlos Eduardo de Sousa Braga	09/10/2013
	Senador	Magno Pereira Malta	16/10/2013
	Presidente da Câmara dos Deputados	Henrique Eduardo Lyra Alves	26/03/2013
	Deputado	Nelson Marquezelli	21/11/2013

Judiciário	Presidente do STF	Joaquim Benedito Barbosa Gomes	27/05/2013
	Ministro do STF	Marco Aurélio Mendes de Faria Mello	04/09/2013
			18/12/2013
	Ministro do STF	Gilmar Ferreira Mendes	16/08/2013
			11/12/2013
	Ministro do STF	Enrique Ricardo Lewandowski	09/10/2013
	Presidente do TSE	Carmen Lúcia Antunes Rocha	19/09/2013
	Presidente do STJ	Felix Fischer	12/04/2013
	Presidente do TST	Carlos Alberto Reis de Paula	24/04/2013
	Presidente do TJDFT	Dácio Vieira	25/04/2013
	Procurador-Geral da Justiça Militar	Marcelo Weitzel Rabello de Souza	08/04/2013
	Juíza-Auditora Corregedora	Eli Ribeiro de Brito	03/05/2013
	Presidente do TJME de SP	Cel PM Orlando Eduardo Geraldi	05/06/2013
	CNJ	Fábio César dos Santos Oliveira	25/04/2013
	Presidente do TCU	João Augusto Ribeiro Nardes	11/04/2013

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Divulgação (Org.). *Coletânea de informações*: Raymundo Nonato de Cerqueira Filho. Brasília: DIDOC, Museu, 2014.

MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 29 de janeiro de 1960, em Belo Horizonte (MG).

Filiação - Adherbal Teixeira Rocha e Maria Magdala Guimarães Teixeira Rocha.

É casada com o General de Divisão Romeu Costa Ribeiro Bastos.

Ministra do Superior Tribunal Militar do Brasil empossada em 2007.

Doutora com louvor em Direito Constitucional pela Faculdade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG) – Brasil; Doutora *Honoris Causa* pela Faculdade de Direito da Universidad Inca Garcilaso de la Vega – Lima (Peru); Mestra com distinção em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa – Lisboa – Portugal; Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG) – Brasil; Professora de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – Brasília (DF) – Brasil; Professora licenciada de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro (RJ) – Brasil; Ex-professora do Instituto de Ciência Política (IPOL), Universidade de Brasília (UnB) – Brasília (DF); Professora convidada da Faculdad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA)- Buenos Aires (Argentina); Professora convidada da Faculdad de Derecho de la Pontificia Universidad Javeriana – Bogotá (Colômbia).

Autora de livros e artigos jurídicos publicados no Brasil e no exterior.

Palestrante nacional e internacional.

Condecorada com vários prêmios e medalhas no Brasil e no exterior, bem como votos de aplausos do Parlamento Nacional, Assembleias Estaduais e Tribunais de Justiça dos estados.

REFERÊNCIA

Currículo Lattes: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778605D7>.

WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

Fonte: Acervo do STM

Nascimento - 1º de outubro de 1945, em Natal (RN).

Filiação - Febrônio de Oliveira Barros e Guiomar de Oliveira Barros.

Casado com Victoria Elizabeth de Campos Barros, com quem tem dois filhos: Elizabeth Fernanda de Campos Barros e Guilherme José de Campos Barros

Formação e atividades principais - Praça em 6 de março de 1961. Declarado Aspirante em 16 de dezembro de 1966. Promovido a 2º Tenente em 20 de junho de 1967; a 1º Tenente em 20 de julho de 1969; a Capitão em 31 de março de 1972; a Major em 30 de abril de 1976; a Tenente-Coronel em 30 de abril de 1983; a Coronel em 25 de dezembro de 1989; a Brigadeiro do Ar em 31 de março de 1995; a Major-Brigadeiro do Ar em 31 de julho de 1999; e a Tenente-Brigadeiro do Ar em 31 de julho de 2003. Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília (UniCEUB).

Principais cursos militares - Formação de Oficiais Aviadores (AFA); Comando e Estado-Maior (ECEMAR); Política e Estratégia Aeroespacial (ECEMAR).

Cursos operacionais - Piloto de Helicóptero; Piloto de Transporte Aéreo; Especialização na Aviação de Busca e Salvamento, com atuação na Região Amazônica e Especialização em Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos (Safety Officer – Royal Institute of Technology – Estocolmo – Suécia). Possui 7.255 horas de voo.

Principais cargos exercidos - Oficial do Corpo de Cadetes e Instrutor de Voo da Academia da Força Aérea no Campo dos Afonsos (RJ) e em Pirassununga (SP); Instrutor de Voo e Oficial de Segurança de Voo do Centro de Formação de Pilotos Militares, atualmente Base Aérea de Natal, em Parnamirim (RN); Comandante do Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação em Campo Grande (MS); Subcomandante da Base Aérea de Brasília no Distrito Federal; Chefe da Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Aeronáutica em Brasília (DF); Diretor do Parque de Material Aeronáutico de Recife (PE); Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na França; Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Ensino da Aeronáutica em Brasília (DF); Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena (MG); Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica em Brasília (DF); Chefe do Gabinete do Ministro/Comandante da Aeronáutica em Brasília (DF); Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional, em Recife (PE); Diretor-Geral de Ensino em Brasília (DF); Comandante do Comando-Geral de Operações Aéreas em Brasília (DF) e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, em Brasília (DF).

Condecorações - Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Aeronáutico, grau "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau "Grã-Cruz"; Medalha Ordem do Mérito da Defesa, grau "Grã-Cruz"; Ordem do Mérito Militar, grau de "Grande-Oficial"; Ordem do Mérito Naval, grau "Grande-Oficial"; Ordem do Rio Branco, grau de "Comendador"; Ordem do Mérito das Forças Armadas, grau de "Comendador"; Medalha do Mérito do Ministério Público Militar, grau "Alta Distinção"; Medalha Santos Dumont, do Estado de Minas Gerais, grau "Ouro"; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha Militar de Platina com Passador de Platina; Medalha da Inconfidência de Minas Gerais; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha da Vitória; Medalha Ordem do Mérito do Governo da França; Medalha Marechal Trompowsky; Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier, de Minas Gerais; Medalha Pernambucana do Mérito Bombeiro Militar; Medalha Mérito Cidade de Brasília; Medalha do Mérito Guararapes; Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar; Título Cidadania Honorária; Medalha Mérito Operacional Brigadeiro Nero Moura; e Medalha e Militar de Platina com Passador de Platina.

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar por decreto de 22 de março de 2007, tomou posse em 28 do mesmo mês e ano. Eleito Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar em 2 de agosto de 2010, para completar o biênio a se encerrar em 17 de março de 2011, tomou posse na mesma data. Eleito Presidente do Superior Tribunal Militar em 5 de fevereiro de 2015 para o biênio 2015-2017, tomou posse em 16 de março do mesmo ano.

Comissões - Direito Penal Militar – Membro, Ata da 14ª Sessão Administrativa, em 05.09.2007 (Expediente Administrativo n° 18/2007); Ata da 8ª Sessão Administrativa, em 25.03.2009 (Expediente Administrativo n° 07/2009) e Ata da 1ª Sessão Administrativa, em 24.02.2010 (Expediente Administrativo n° 03/2010); Conselho Deliberativo do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (PLAS/JMU) – Membro,

Ato n° 19.434, de 25.03.2008, Ato nº 56, de 22.03.2011 e Aditamento à Ata da 17ª Sessão de Julgamento, em 19.03.2011 (Expediente Administrativo n° 7/2013) e Presidente, Ato nº 139, de 04.08.2010; Jurisprudência – Suplente, Ata da 8ª Sessão Administrativa, em 25.03.2009 (Expediente Administrativo n° 07/2009) e Presidente, Ata da 13ª Sessão Administrativa Extraordinária, de 10.08.2010 (Expediente Administrativo n° 12/2010); Conselho de Administração – Vice-Presidente, Ata da 13ª Sessão Administrativa, em 10.08.2010 (Expediente Administrativo n° 12/2010); Membro, Ata da 7ª Sessão Administrativa, em 30.03.2011 (Expediente Administrativo nº 05/2011); Aditamento à Ata da 17ª Sessão de Julgamento, em 19.03.2013 (Expediente Administrativo nº 07/2013); Membro, Ata da 14ª Sessão Administrativa Extraordinária, em 01.07.2014 (Expediente Administrativo nº 32/2014); Presidente, Ata da 7ª Sessão Administrativa, de 09.04.2015 (Expediente Administrativo nº 07/2015). Comissão temporária de elaboração da Minuta de Resolução com a finalidade de definir os critérios objetivos para aferição de merecimento para remoção de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto, Ata da 27ª Sessão Administrativa, em 17 de outubro de 2012.

Discursos proferidos - Posse como Ministro do STM em 28 de março de 2007; Posse como Ministro-Presidente do STM em 16 de março de 2015; Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) em 1º de abril de 2015; e Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) em 1º de abril de 2016.

Participação como representante do STM - Em 2007, acompanhou o Ministro-Presidente em visita à Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE); I Seminário Jurídico Militar de Natal, "Direito Penal e Suas Peculiaridades", promovido pela Academia de Polícia Militar Coronel Milton Freire de Andrade, em Natal (RN); participou da Solenidade de formatura da Escola de Formação de Sargentos da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP); participou da Reunião alusiva à Ordem dos Gaviões dos Guararapes, ocorrida no Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III), em Recife (PE); participou do "10º Encontro Logístico das Forças Aéreas Sul-Americanas", e da "Solenidade Militar Comemorativa ao 61° Aniversário de Criação do Parque de Material Aeronáutico", em Recife (PE).

Em 2008, participou da Solenidade comemorativa do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovida pela Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em Recife (PE); participou das Atividades comemorativas do Bicentenário da Justiça Militar da União, promovidas pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (MG); participou da Quarta Edição do Exercício Operacional Cruzeiro do Sul (IV CRUZEX), realizada pela Força Aérea Brasileira, em Natal (RN); acompanhou o Ministro-Presidente Ten Brig Ar Flávio de Oliveira Lencastre durante palestra realizada no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no Rio de Janeiro (RJ) e no almoço com o Presidente da República, em Brasília (DF).

Em 2009, participou da Solenidade de Entronização do Coronel-Aviador Refm Manuel Cambeses Júnior, realizada no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), no Rio de Janeiro; par-

ticipou das Comemorações dos 25 Anos do Departamento Técnico do Departamento de Ensino da Aeronáutica, em Belo Horizonte (MG) e em Guaratinguetá (SP); participou do VII Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União, em Itaipava (RJ).

Em 2010, participou da Cerimônia de entrega da "Medalha Tiradentes", na qual o Ministro Ten Brig Ar José Américo dos Santos foi agraciado, realizada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro (RJ); participou das Comemorações do aniversário de 40 anos das atividades aéreas do centro de formação de pilotos militares (CFPM), na Base Aérea de Natal (RN); participou da Cerimônia alusiva ao Dia do Marinheiro, realizada no Clube Naval de Brasília, em Brasília (DF).

Em 2011, participou da Solenidade alusiva ao Dia da Aviação de Busca e Resgate, realizada na Base Aérea de Campo Grande (MS). Integrou a comitiva do Superior Tribunal Militar (STM), coordenada pelo Gabinete do Ministro Alte Esq Marcus Vinicus Oliveira dos Santos, em visita institucional ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e ao Centro Experimental de Aramar (CEA), ambos localizados em São Paulo (SP). Visitou as Instalações da Futura Base e Estaleiro de Submarinos em Itaguaí (RJ).

Em 2012, participou da Cerimônia alusiva ao 63º Aniversário da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), realizada em Barbacena (MG); participou da Solenidade alusiva ao 66º Aniversário de criação do Parque de Material Aeronáutico de Recife, realizada na cidade de Recife (PE); participou da Reunião alusiva aos 40 anos da Turma 72, do Curso de Formação de Pilotos Militares (CFPM), realizada na Base Aérea de Natal (RN); participou da Cerimônia alusiva ao Aniversário de 55 anos do Esquadrão Pelicano, realizada em Campo Grande (MS); participou do "Estágio de Comandantes, Chefes e Diretores da Força Aérea Brasileira", realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2013, participou da Cerimônia alusiva ao 82º Aniversário do Correio Aéreo Nacional e ao Dia da Aviação de Transporte, com a imposição da "Medalha Mérito Operacional Brigadeiro Nero Moura", na Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro (RJ); participou da Visita às Organizações Militares do Exército e Empresas de Ciência e Tecnologia, nas cidades de São José dos Campos (SP), Caçapava (SP), Taubaté (SP), Itajubá (MG), Piquete (SP), Sete Lagoas (MG) e Confins (MG); participou da Visita Técnica às Auditorias da 7ª e 10ª CJM, nas cidades de Recife (PE) e Fortaleza (CE); participou da Cerimônia alusiva ao 56º Aniversário do Esquadrão Pelicano, na Base Aérea de Campo Grande (MS); participou da Solenidade de Formatura dos novos Oficiais da Força Aérea Brasileira, no CIAAR, em Belo Horizonte (MG).

Em 2014, participou da Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM), em Roma, na Itália; participou, como representante da Ministra-Presidente do STM, do "VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário", em Florianópolis (SC), nos dias 11 e 12 de novembro; participou da visita ao Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), em Brasília (DF), no dia 27 de novembro.

Em 2015, participou da Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) na 1ª CJM, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 21 de maio de 2015; participou da Cerimônia alusiva ao 58º Aniversário do Esquadrão Pelicano, na Base Aérea de Campo Grande (MS), no dia 26 de junho de 2015; participou do 3º Foro Interamericano da Justiça Militar e Direito Operacional, no Edifício Ejército Bicentenário (EEB), em Santiago, no Chile, no dia 20 de agosto de 2015; participou da 7ª Conferência Internacional para a Formação e Capacitação do Judiciário, em Porto de Galinha (PE), nos dias 8 e 9 de novembro de 2015.

Em 2016, participou do 3º Congresso Internacional do Direito da Lusofonia, em Braga, em Portugal, no dia 20 de maio de 2016; participou como Paraninfo na Solenidade de Entrega da Comenda da Ordem do Mérito da Defesa 2016, no Clube Naval, em Brasília (DF).

Palestras - Em 2007, proferiu palestra no Estágio para Comandantes, Chefes e Diretores, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2008, proferiu palestra no IV Comando Aéreo Regional, em evento promovido pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar referente à comemoração do Bicentenário da Justiça Militar da União, realizado em São Paulo (SP); Participou do "Ciclo de Palestras", promovido pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no período de 18 a 19 de agosto, no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no período de 1º a 2 de dezembro, Rio de Janeiro (RJ).

Em 2009, proferiu palestra no Ciclo de Palestras da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no período de 18 a 19 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no período de 7 a 8 de dezembro, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2010, proferiu palestra no Ciclo de Conferências da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra sobre a Justiça Militar no "4º Encontro Nacional do Judiciário", realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ); proferiu palestra no Ciclo de Palestras que compôs o Estágio de Comando da Força Aérea Brasileira, no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2011, participou como Presidente de Mesa em Oficina do Congresso "A Reforma do Direito Processual Brasileiro", promovido pelo Grupo Brasileiro da Société Internationale de Droit Militaire et de Droit de la Guerre e pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), realizado no período de 25 a 29 de maio, em Fortaleza (CE). Proferiu palestra no Ciclo de Conferências da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), acerca do tema "A Justiça Militar da União", ocorrido no Rio de Janeiro (RJ). Proferiu palestra aos futuros Comandantes, Chefes e Diretores de Organizações da Aeronáutica, na Universidade da Força Aérea (UNIFA), na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2012, participou do "IX Encontro de Magistrados da Justiça Miltiar da União", realizado pelo Superior Tribunal Militar, em Fortaleza (CE).

Em 2013, proferiu palestra na Base Aérea de Natal (RN). Participou do Congresso Luso-Brasileiro de Direito Constitucional em Lisboa (Portugal), realizado no período de 7 a 12 de outubro; proferiu palestra no "Estágio de Comando da Força Aérea Brasileira para Futuros Comandantes, Chefes e Diretores de OM", no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, realizado no período de 3 a 4 de dezembro, no Rio de Janeiro (RJ).

Em 2014, participou do "10º Encontro de Magistrados da JMU", na cidade de Salvador (BA); participou do "10º Seminário de Direito Militar da Guarnição de Santa Maria", na cidade de Santa Maria (RS), no período de 19 a 21 de agosto; proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União", na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro (RJ), nos dias 25 e 26 de agosto; proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União" no Exercício Operacional CSAR 2014, na Base Aérea de Campo Grande (MS), no dia 8 de setembro de 2014; proferiu palestra sobre o "Superior Tribunal Militar" para o Estágio de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECFAB/2014), no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro (RJ), no dia 10 de dezembro de 2014.

Em 2015, proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União na Itália Durante a II Guerra Mundial", no 1° Grupo de Aviação de Caça, Rio de Janeiro (RJ), no dia 21 de abril de 2015; proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União", na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro (RJ), no dia 22 de junho; proferiu palestra sobre a "Natureza jurídica e consequências penais do cumprimento das ROEs (Regras de Engajamento) no Direito Comparado" para o 3º Foro Interamericano da Justiça Militar e Direito Operacional, no Edifício Ejército Bicentenário (EEB), em Santiago, no Chile, no dia 20 de agosto de 2015; proferiu palestra sobre a "Justiça Militar da União", na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro (RJ), no dia 14 de setembro; proferiu palestra sobre o "Superior Tribunal Militar" para o Estágio de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECFAB/2015), no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 30 de novembro de 2015.

Em 2016, proferiu palestra sobre os "Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil" no 3º Congresso Internacional do Direito da Lusofonia, em Braga (Portugal), no dia 20 de maio de 2016.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (Org.). *Coletânea de Informações*: William de Oliveira Barros. Brasília: DIDOC, Museu, 2016.

9 Relação dos Ministros-Presidentes por origem

PORTUGAL

1 - Dom João VI

2 - Dom Pedro I

BRASIL

ALAGOAS (AL)

1 - Marechal Manuel Deodoro da Fonseca

2 - Marechal Floriano Vieira Peixoto

3 - Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Geraldo Peixoto

BAHIA (BA)

1 - Marechal Francisco de Paula Argollo

2 - General de Exército Jurandyr de Bizarria Mamede

CEARÁ (CE)

1 - General de Divisão Francisco José da Silva Júnior

2 - General de Exército Haroldo Erichsen da Fonseca

ESPÍRITO SANTO (ES)

1 - General de Exército Tristão de Alencar Araripe

MINAS GERAIS (MG)

1 - Doutor Washington Vaz de Mello

2 - General de Exército Olympio Mourão Filho

3 - Tenente-Brigadeiro do Ar Henrique Marini e Souza

4 - Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

PARAÍBA (PB)

1 - General de Exército Reynaldo Mello de Almeida

PERNAMBUCO (PE)

1- Doutor Antônio Carlos de Seixas Telles

RIO DE JANEIRO (RJ)

1 - Dom Pedro II

2 - Almirante Delfim Carlos de Carvalho

3 - Almirante Francisco Pereira Pinto

4 - Marechal José Caetano de Faria

5 - Vice-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin

6 - Vice-Almirante Raul Tavares

7 - Almirante de Esquadra João Francisco Azevedo Milanez

8 - General de Exército Francisco Gil Castelo Branco

9 - Marechal do Ar Álvaro Hecksher

10 - Tenente-Brigadeiro do Ar Armando Perdigão

11 - Almirante de Esquadra Waldemar de Figueiredo Costa

12 - Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio

13 - Almirante de Esquadra Sylvio Monteiro Moutinho

14 - Almirante de Esquadra Hélio Ramos de Azevedo Leite

15 - Tenente-Brigadeiro do Ar Faber Cintra

16 - Almirante de Esquadra Octávio José Sampaio Fernandes

17 - General de Exército Heitor Luiz Gomes de Almeida

18 - Almirante de Esquadra Raphael de Azevedo Branco

19 - Almirante de Esquadra Luiz Leal Ferreira

20 - General de Exército Edson Alves Mey

21 - Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista

22 - Tenente-Brigadeiro do Ar Sérgio Xavier Ferolla

23 - Doutor Olympio Pereira da Silva Junior

24 - Almirante de Esquadra Carlos Eduardo Cezar de Andrade

25 - General de Exército Expedito Hermes Rego Miranda

26 - General de Exército Max Hoertel

27 - Tenente-Brigadeiro do Ar Flávio de Oliveira Lencastre

28 - Doutor Carlos Alberto Marques Soares

29 - Almirante de Esquadra Alvaro Luiz Pinto

30 - General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho

RIO GRANDE DO NORTE (RN)

1 - Tenente-Brigadeiro do Ar William de Oliveira Barros

RIO GRANDE DO SUL (RS)

1 - Marechal Luiz Antonio Medeiros

2 - General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves

3 - General de Divisão Álvaro Guilherme Mariante

4 - General de Exército Mário Ary Pires

5 - Almirante de Esquadra Octávio Figueiredo de Medeiros

6 - Almirante de Esquadra Diogo Borges Fortes

7 - General de Exército Adalberto Pereira dos Santos

8 - Doutor Aldo da Silva Fagundes

SANTA CATARINA (SC)

1 - Almirante de Esquadra José Julio Pedrosa

SÃO PAULO (SP)

1 - Marechal Feliciano Mendes de Moraes

2 - Almirante de Esquadra Júlio de Sá Bierrenbach

3 - Tenente-Brigadeiro do Ar Cherubim Rosa Filho

4 - General de Exército Antonio Joaquim Soares Moreira

10 Referências bibliográficas

BASTOS, Paulo Cesar. *STM*: 173 anos de história. Brasília: Superior Tribunal Militar, 1981.

BRASIL. *Alvará de 1º de abril de 1808*. Crêa o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-40133-1-abril-1808-572022-publicacaooriginal-95151-pe.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Ato institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966*. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acesso em 18.02.2017.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao9>. Acesso em: 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 26.09.2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18.02.2017.

BRASIL. *Decreto n º 149, de 18 de julho de 1893*. Dá organização ao Supremo Tribunal Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-149-18-julho--1893-540930-publicacaooriginal-42460-pl.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920*. Manda observar o Código de Organização Judiciaria e Processo Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14450-30-outubro-1920-502847-republicacao-95110-pe.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto nº 17.231-A, de 26 de fevereiro de 1926*. Manda observar o Código da Justiça Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17231-a-26-fevereiro-1926-517634-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26.09.2016

BRASIL. *Decreto nº 24.803, de 14 de julho de 1934*. Modifica diversos artigos do Código de Justiça Militar. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?nume-ro=24803&tipo_norma=DEC&data=19340714&link=s>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938*. Estabelece o Código de Justiça Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-925-2-dezembro--1938-350271-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941*. Cria o Ministério da Aeronáutica. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.235, de 6 de abril de 1942*. Altera a composição do Supremo Tribunal Militar e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/ decreto-lei-4235-6-abril-1942-414132-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26.09.2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 6.509, de 18 de maio de 1944*. Cria, na Reserva de 1ª Classe do Exército, um Quadro Especial para os membros da Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira. Dispo-

nível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6509-18-maio-1944-451914-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21.02.2017.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Regimento interno do STM*: coletânea (1915, 1921, 1925, 1926, 1940, 1955, 1967, 1977, 1979). Brasília: Diretoria de Documentação e Divulgação, 2003. v. 1.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Expediente administrativo nº 27/01, de 23 de novembro de 2001*. Criação do estandarte da Justiça Militar da União.

LINS E SILVA, Evandro. Justiça Militar. Folha de São Paulo, 3.11.1985. In: GUTEMBERG, Luiz. *Mapa geral das ideias e propostas para a nova Constituição*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1987.

LOUREIRO NETO, José da Silva. *Direito Penal Militar*. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTO, Carlos Geraldo dos Santos. *Ministros do Superior Tribunal Militar oficiais-generais da Aeronáutica oriundos da Marinha e do Exército*. 2. ed., rev. e atual. Brasília: Superior Tribunal Militar, 2016. 231 p., il. fots.

REICHARDT, H. Canabarro. *Esboço de uma história do direito militar brasileiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1947.301

RIBEIRO, Luciano Melo. *200 anos de Justiça Militar no Brasil*: 1808-2008. Rio de Janeiro: Action, 2008.

ROSA, Milton Paulo Teixeira. Apresentação. In: *Quartéis-Generais das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Fundação Habitacional do Exército: Poupex, 1988.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Livro de posse de ministros e procurador-geral da justiça militar*: Dr. João Pessoa Cavalcante de Albuquerque 10.12.1920 até Dr. Paulo Cesar Cataldo (Vice-Presidente) 19.03.1997. Rio de Janeiro, 1920; Brasília, 1997. 99, 11 f.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Linha do tempo da Justiça Militar da União*: 1808 a 2008. Brasília: Superior Tribunal Militar, 2008. 2 v.

TAVARES, George. Justiça Militar. Folha de São Paulo, 03.11.1985. In: GUTEMBERG, Luiz. *Mapa geral das ideias e propostas para a nova Constituição*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1987.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *Princípios de Heráldica*. Petrópolis: Fundação Mudes, 1983.

Anexo A

1 – Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independence_of_Brazil_1888.jpg?uselang=>.

2 – Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:DpedroI-brasil-full.jpg>.

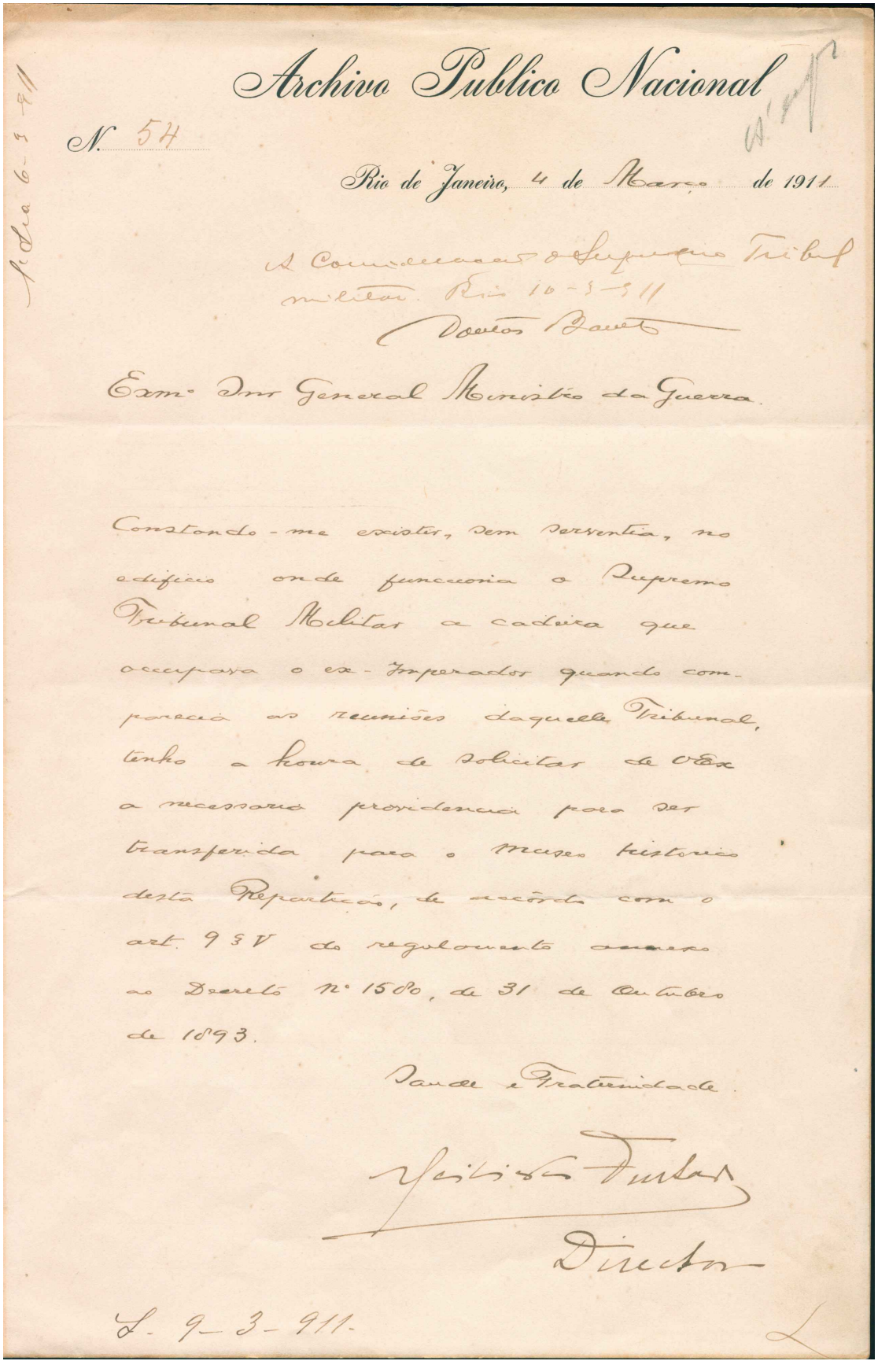
3 – Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Pedro_II_of_Brazil_in_the_1840s#/media/File:Pedro_II1847.JPG>.

4 – Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_by_Benedito_Calixto_1893.jpg?uselang=pt-br>.

5 – Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/floriano-peixoto>.

ANEXO B

Ofício nº 54, de 4 de março de 1911.



Archivo Publico Nacional

N. 54

Rio de Janeiro, 4 de Março de 1911

A Commissão do Supremo Tribunal Militar. Rio 10-3-911

Exm.º Snr General Ministro da Guerra.

Constando-me existir, sem serventia, no edificio onde funcciona o Supremo Tribunal Militar a cadeira que occupava o ex-Imperador quando comparecia as reuniões daquelle Tribunal, tenho a honra de solicitar de V.Ex a necessaria providencia para ser transferida para o Museo historico desta Repartição, de accôrdo com o art. 9 § V do regulamento annexo ao Decreto nº 1580, de 31 de Outubro de 1893.

Saude e Fraternidade.

O Director

L. 9-3-911.

Ofício nº 124, de 15 de maio de 1911.

Archº

Archivo Publico Nacional

N. 124

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1911

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR
JUN/º 1911
SECRETARIA

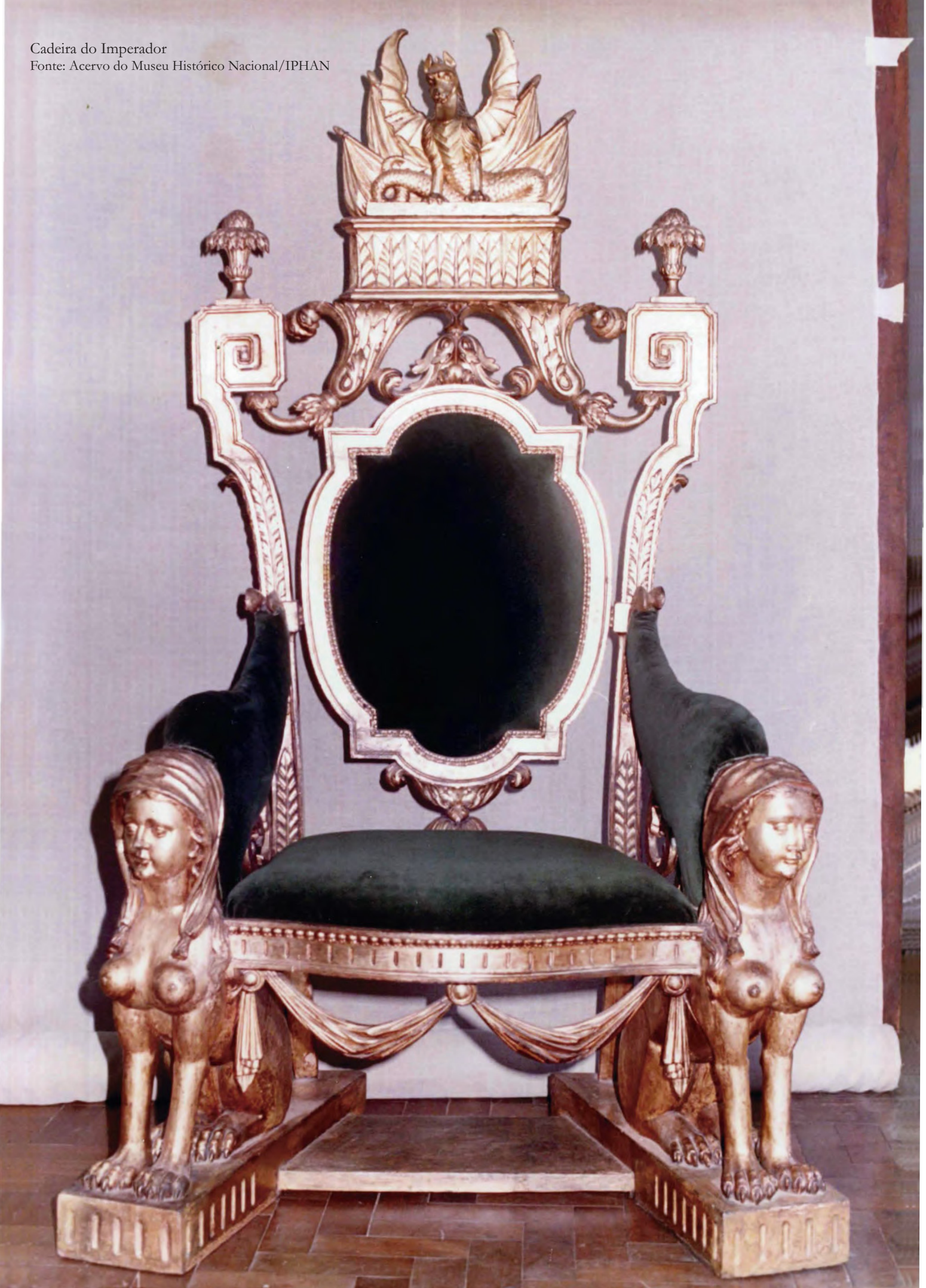
Exmº Snr Marechal Presidente do
Supremo Tribunal Militar

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de VEx, de 11 do corrente, declarando que se acha a disposição desta directoria a cadeira do ex-Imperador do Brasil, quando presidir as sessões desse alto Tribunal.

Providenciando no sentido de ser feita a entrega do objecto mobiliario aos porteiros desta Repartição cumpre o dever de apresentar a VEx os meus protestos de alta estima e consideração

Directora

2



Cadeira do Imperador
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional/IPHAN

Impressão e acabamento:
Gráfica do STM

Formato: 21 cm x 29,5 cm
Papel do miolo: Couchê 170g/m²
Capa: Offset 120g/m²
Fonte: Garamond, 12
Número de páginas: 293
Acabamento: Brochura